

 <div>GOVERNADOR Cláudio Bomfim de Castro e Silva</div> <div>VICE-GOVERNADOR Thiago Pampolha Gonçalves</div>	<div>SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE <i>Thiago Pampolha Gonçalves - Interino</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO <i>Flávio Campos Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA <i>Danielle Christian Ribeiro Barros</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Rosangela de Souza Gomes</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER <i>Rafael Carneiro Monteiro Piaciani</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO <i>Gustavo Reis Ferreira</i></div> <div>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO <i>Demetrio Abdennur Farah Neto</i></div> <div>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <i>Edu Guimarães æ Souza</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA <i>Kelly Christian Silveira de Mattos</i></div> <div>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA <i>André Luís Dantas Ferreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL <i>José Mauro de Farias Junior</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES <i>Uruan Cintra de Andrade</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA E ECONOMIA DO MAR <i>Mariana Pisani Mata - Interina</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL <i>Bruno Felgueira Dauaire</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO INTERGERACIONAL DE JUVENTUDE E ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL <i>Alexandre Isquierdo Moreira</i></div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER <i>Heloisa Helena de Alencar Aguiar</i></div> <div>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO <i>Bruno Dubeux</i></div>
<div>GOVERNO DO ESTADO</div> <div>www.rj.gov.br</div>	

Atos do Governador
<div>ATO DO GOVERNADOR</div> <div>DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 2023</div> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando o Decreto 48.230 de 18 de outubro de 2022, que instituiu o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação dos órgãos e secretarias com atribuições de segurança pública; e considerando o disposto no processo administrativo eletrônico nº SEI-150001/024456/2022,</p> <div>RESOLVE:</div> <div><div>DESIGNAR, ordenadamente, os membros titulares e suplentes do referido Comitê:</div><div><div>I- Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC</div><div>Fernando Cezar Jorge Hakme Fábio Marcondes Ferraz Petrelli Toledo</div><div>II- Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL</div><div>Eduardo Clementino de Freitas Waldecyro de Oliveira Barros</div><div>III- Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM</div><div>Coronel PM Rodrigo Silva Laviola de Freitas Major PM Agdan Miranda Fernandes</div><div>IV- Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC</div><div>Coronel BM Christian Luciano Nascimento Major BM Guilherme Pereira Godoi</div><div>V- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP</div><div>Rodrigo Octavio de Brito Nobre Emerson Penha da Silva</div><div>VI- Secretaria de Estado do Gabinete de Segurança Institucional - GSI</div><div>Edu Guimarães de Souza Jeter Gonçalves Quaresma</div><div>VII- Departamento de Transito do Rio de Janeiro - DETRAN</div><div>Bruno da Penha Lemos Alexandre Bastos Mattioli</div><div>VIII- Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ</div><div>Rodrigo Lopes Xavier Carlos Roberto Gonçalves Viana Filho</div></div></div>
<div>Id: 2471867</div>
<div>DECRETOS DE 14 DE ABRIL DE 2023</div> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,</p> <div>RESOLVE:</div> <div><div>DESIGNAR, nos termos do § 6º do art. 35, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, o Diretor Geral MÁRIO TINOCO DA</div></div>
<div>Id: 2471829</div>

SILVA FILHO, ID. Funcional Nº 5007747-3, para sem prejuízo de suas atribuições, responder, pelo expediente da Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no período de 31 de dezembro de 2022 a 19 de janeiro de 2023, para fins de regularização da vida funcional do servidor. Processo nº SEI-120001/011827/2022.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 14 de abril de 2023, **ANA BEATRIZ LEAL**, ID FUNCIONAL Nº 4406942-1, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DG, da Secretaria de Estado de Polícia Civil. Processo nº SEI-360309/000129/2023.

NOMEAR LUCILA CATANANTE MEDEIROS, ID FUNCIONAL Nº 5092171-1, para exercer com validade a contar de 17 de abril de 2023, o cargo em comissão de Auditor-Chefe, símbolo DG, da Auditoria SUS, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Jocemar Pinheiro Leal, ID Funcional nº 611541-1. Processo nº SEI-080002/001483/2023.

NOMEAR DAVID DE ANDRADE MARINHO FILHO, ID FUNCIONAL Nº 5037358-7, para exercer, com validade a contar de 12 de abril de 2023, o cargo em comissão de Superintendente, símbolo DG, da Superintendência Técnica de Infraestrutura e Logística, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Pedro Henrique da Silva Fernandes de Oliveira, ID Funcional nº 51373696. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 11 de abril de 2023, **VERÔNICA CRISTINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 51211610, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo DG, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades. Processo nº SEI-460001/000681/2023.

Id: 2471865

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR EXPEDIENTE DE 14 DE ABRIL DE 2023

PROCESSO Nº SEI-150001/000926/2023 - RETIFICO a autorização publicada no Diário Oficial de 14 de abril de 2023, página 2, 3ª coluna:

Onde se lê: AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, ...na forma indicada:

Nome	RG	Lotação
Elaine dos Santos Tome	80.727	Secretaria de Estado da Casa Civil/Gabinete do Secretário
Carlos Alberto Peixoto Filho	78.746	Secretaria de Estado da Casa Civil

Leia-se: AUTORIZO a excepcionalidade do Decreto nº 48.299, de 29/12/2022, ...na forma indicada:

Nome	RG	Lotação
Elaine dos Santos Tome	80.727	Secretaria de Estado da Casa Civil/Gabinete do Secretário
Carlos Alberto Peixoto Filho	78.746	Secretaria de Estado da Casa Civil/Gabinete do Secretário

Id: 2471829

SUMÁRIO
<div>Atos do Poder Legislativo.....</div> <div>Atos do Poder Executivo</div> <div>Gabinete do Governador 1</div> <div>Governadoria do Estado 28</div> <div>Gabinete do Vice-Governador 28</div> <div>Vice-Governadoria do Estado</div>
<div>ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)</div> <div>Casa Civil 1</div> <div>Gabinete do Governador 28</div> <div>Governo 28</div> <div>Planejamento e Gestão 4</div> <div>Fazenda 6</div> <div>Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços 7</div> <div>Polícia Militar 25</div> <div>Polícia Civil 28</div> <div>Administração Penitenciária 28</div> <div>Defesa Civil..... 28</div> <div>Saúde 33</div> <div>Educação..... 34</div> <div>Ciência, Tecnologia e Inovação 39</div> <div>Transportes e Mobilidade Urbana 39</div> <div>Ambiente e Sustentabilidade 39</div> <div>Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento 39</div> <div>Cultura e Economia Criativa 39</div> <div>Desenvolvimento Social e Direitos Humanos..... 39</div> <div>Esporte e Lazer 40</div> <div>Turismo 40</div> <div>Controladoria Geral do Estado 42</div> <div>Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro.. 42</div> <div>Trabalho e Renda.....</div> <div>Extraordinária de Representação do Governo em Brasília</div> <div>Transformação Digital..... 43</div> <div>Infraestrutura e Cidades..... 43</div> <div>Energia e Economia do Mar.....</div> <div>Habitação de Interesse Social..... 44</div> <div>Intergacional de Juventude e Envelhecimento Saudável 51</div> <div>Mulher.....</div> <div>Procuradoria Geral do Estado..... 52</div>
<div>AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO 52</div> <div>REPARTIÇÕES FEDERAIS</div>

Secretaria de Estado da Casa Civil
<div>ATO DO SECRETÁRIO E DA SECRETÁRIA</div> <div>RESOLUÇÃO CONJUNTA SECC/SEAP Nº 92</div> <div>DE 14 DE ABRIL DE 2023</div> <div>DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.</div> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC E A SECRETÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Estadual nº 9.808, de 22 de julho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; o Decreto nº 48.359, de 07 de fevereiro de 2023, que estabelece normas complementares de Programação e Execução Orçamentária, Financeira e Contábil para o exercício de 2023 e dá outras providências; Lei Nº 9.969, de 12 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a revisão 2023 do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 8.730, de 24 de Janeiro de 2020, Lei Nº 9.970, de 12 de janeiro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2023, com o Decreto nº 42.436 de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, e o que consta no Processo nº SEI-210036/000350/2022;</p> <div>RESOLVEM:</div> <div><div>Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:</div><div>I -OBJETO: Despesas com cessão de direitos de uso de equipamentos.</div><div>II -VIGÊNCIA: Início: 01/01/2023. Término: 31/12/2023.</div><div>III -DE/Concedente: 14000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC</div><div>UO: 14010 - Secretaria de Estado da Casa Civil</div><div>UG: 140100 - Secretaria de Estado da Casa Civil</div><div>IV - PARA/Executante: 2501-SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA</div><div>UO: 25010-Secretaria de Estado de Administração Penitenciária</div><div>UG: 250100-Secretaria de Estado de Administração Penitenciária</div><div>V - CRÉDITO:</div><div>PROGRAMA DE TRABALHO: 14010.04.122.0002.2016</div><div>NATUREZA DE DESPESA: 3390</div><div>FONTE DE RECURSOS: 1.500.100</div><div>VALOR TOTAL: R\$ 188.004,22 (cento e oitenta e oito mil quatro reais e vinte e dois centavos)</div><div>Art. 2º - A prestação de contas final dos recursos descentralizados nesta Resolução Conjunta deverá ser acompanhada de parecer elaborado pelo Controle Interno do Órgão Concedente, opinando quanto à regularidade da despesa, nos termos do Decreto 42.436, de 30 de abril de 2010 e observando as disposições da Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 24, de 10 de setembro de 2013.</div></div>
<div>Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01/01/2023, ficando revogadas as disposições em contrário.</div> <div>Art. 4º - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.</div>
<div>Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023</div> <div>MARIA ROSA LO DUCA NEBEL Secretária de Estado de Administração Penitenciária</div> <div>NICOLA MOREIRA MICCIONE Secretário de Estado da Casa Civil</div> <div>Id: 2471818</div>
<div>ATOS DO SECRETÁRIO</div> <div>DE 14 DE ABRIL DE 2023</div> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 40.644, de 08/03/2007,</p> <div>RESOLVE:</div> <div><div>NOMEAR WAGNER NICACIO DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 5023477-3, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo</div></div>

DAS-6, da Vice-Governadoria do Estado, anteriormente ocupado por Mário José Fereu Canedo da Cruz, ID Funcional nº 1939045-9. Processo nº SEI-160001/000050/2023.

NOMEAR CAROLINA SOARES PINHEIRO, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Subsecretaria de Concessões e Parcerias, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Lucas Alves Prates, ID Funcional nº 5120010-4. Processo nº SEI-150001/008609/2023.

NOMEAR LEONARDO RODRIGUES DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Secretário II, símbolo DAI-5, da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado da Casa Civil, anteriormente ocupado por Lauro Antonio de Oliveira Filho, ID Funcional nº 5118982-8. Processo nº SEI-150161/000231/2023.

NOMEAR LUIZ CARLOS CHAGAS DE SOUZA JUNIOR, ID FUNCIONAL Nº 593549-0, para exercer o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Governo, anteriormente ocupado por João Pedro Ribeiro de Lima, ID Funcional nº 5136716-5. Processo nº 150001/002802/2022.

NOMEAR ADRIANO LOPES DE QUEIROZ para exercer, com validade a contar de 11 de abril de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-6, da Coordenação Regional XVI, da Superintendência de Integração Governamental, da Subsecretaria de Governo, da Secretaria de Estado de Governo, anteriormente ocupado por Erika Rangel de Souza dos Santos, ID Funcional nº 4342833-9. Processo nº SEI-420001/001178/2023.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 13 de abril de 2023, publicado no D.O. de 14/04/2023, que nomeou **DJALMA GONÇALO E SILVA JAMBUZZI**, ID FUNCIONAL Nº 5036450-2, para exercer o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Superintendência da Segurança Presente, da Subsecretaria de Integração Sociogovernamental e de Projetos Especiais, da Secretaria de Estado de Governo, anteriormente ocupado por Renan da Silva Santos, ID Funcional 5075494-7. Processo nº SEI-420001/001202/2023.

NOMEAR LEANDRO FERREIRA E SILVA para exercer o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA, da Secretaria de Estado de Fazenda, anteriormente ocupado por Luiz Carlos Vitor dos Santos, ID Funcional nº 51270706. Processo nº SEI-040161/003798/2023.

NOMEAR ANA BEATRIZ ALONSO WOLFF para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, anteriormente ocupado por Bruno Carvalho Pereira, ID Funcional nº 5087242-7. Processo nº SEI-220012/000362/2023.

NOMEAR FABRICIO DE FREITAS LIMA, para exercer, com validade a contar de 05 de dezembro de 2022, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Renato Marinho Silva, ID Funcional nº 5005022-2. Processo nº SEI-080001/006680/2023.

NOMEAR GABRIEL GOMES CAMARGO TEIXEIRA para exercer, com validade a contar de 31 de março de 2023, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Alessandra Patricio Batista, ID Funcional nº 5094503-3. Processo nº SEI-080001/006893/2023.

NOMEAR SUELLEN DA SILVA ÁVILA, para exercer, com validade a contar de 03 de abril de 2023, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Philippe Vieira de Oliveira, ID FUNCIONAL Nº 5135474-8. Processo nº SEI-080001/007223/2023.

NOMEAR LUCAS AUGUSTINI MONTEIRO para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Saúde, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.421, de 24/03/2023. Processo nº SEI-080002/001451/2023.

NOMEAR VICTORIA BLANC MARTINS MELO, ID FUNCIONAL Nº 5139048-5, para exercer com validade a contar de 29 de março de 2023, o cargo em comissão de Chefe de Seção, símbolo DAI-5, da Seção de Controle de Almoxxarifados Periféricos, do Serviço Central de Suprimento, da Divisão de Suprimento, do Departamento Geral de Material, da Diretoria de Apoio Técnico, do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ, da Secretaria de Estado de Saúde, anteriormente ocupado por Luciana Marins de Siqueira Vellasco, ID Funcional nº 51386526. Processo nº SEI-080007/004440/2023.

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 11 de abril de 2023, publicado no D.O. de 12/04/2023, que nomeou **LEONARDO DE SOUZA RODRIGUES**, ID FUNCIONAL Nº 5025619-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Contabilidade, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Wallace Polydoro Carvalho, ID Funcional nº 5014971-7. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

NOMEAR ANDRE LUIZ MAGALHÃES CERQUEIRA, para exercer, com validade a contar de 27 de março de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Renato Charles da Silva Barros, ID Funcional nº 513752901. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

NOMEAR LUCIANO ALVES CAPITÃO, para exercer, com validade a contar de 12 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Pagamento de Auxílios e Benefícios, da Superintendência de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação,

anteriormente ocupado por Pedro Henrique Geoffroy de Souza, ID Funcional nº 5121042-8. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 10 de abril de 2023, **ADRIANA CSASZAR PEREIRA LIMA**, ID FUNCIONAL Nº 5122769-0, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Assessoria Administrativa, da Superintendência Técnica de Infraestrutura e Logística, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

NOMEAR VANESSA FERREIRA DOS SANTOS, para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Assessoria Administrativa, da Superintendência Técnica de Infraestrutura e Logística, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Adriana Csaszar Pereira Lima, ID Funcional nº 5122769-0. Processo nº SEI-030029/004290/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 12 de abril de 2023, **ESTEFANO BEZERRA DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 4412067-2, do cargo em comissão de Assessor-Chefe, símbolo DAS-8, da Assessoria de Controle Interno, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/003993/2023.

NOMEAR ANA CHRISTINA SILVA ALVES DE LIMA, ID FUNCIONAL Nº 4259042-6, para exercer com validade a contar de 13 de março de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Assessoria de Educação de Política de Prevenção e Formação Cidadã na Escola, da Subsecretaria de Gestão de Ensino, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Wagner Alex Costa D'Almeida, ID Funcional nº 4270548-7. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 10 de abril de 2023, **ADILSON BARROS SARTI**, ID FUNCIONAL Nº 4032183-5, do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Operação Escolar, da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR PAULO ROBERTO MATHIAS PINTO para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-7, da Coordenadoria de Operação Escolar, da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Adilson Barros Sarti, ID Funcional nº 4032183-5. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 01 de fevereiro de 2023, **NÍCIA DA COSTA TEIXEIRA GIFFONI**, ID FUNCIONAL Nº 4196284-2, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Inspeção Escolar, da Diretoria Regional Administrativa - Baixadas Litorâneas, da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR MARIA AUXILIADORA RANGEL PAES PATRÃO para exercer, com validade a contar de 24 de março de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Superintendência Pedagógica, da Subsecretaria de Gestão de Ensino, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Luciane da Silva Rodrigues, ID Funcional nº 4256044-6. Processo nº SEI-030029/003927/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 10 de abril de 2023, **MARIA XAVIER DIAS**, ID FUNCIONAL Nº 4336260-5, do cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Inspeção Escolar, da Diretoria Regional Administrativa - Metropolitana VI, da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR ESTER GONÇALVES FREITAS para exercer, com validade a contar de 11 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Coordenadoria de Inspeção Escolar, da Diretoria Regional Administrativa - Metropolitana VI, da Superintendência de Gestão das Regionais Administrativas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Maria Xavier Dias, ID Funcional nº 4336260-5. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR ERIKA BANCILLON DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 5006054-6, para exercer com validade a contar de 13 de março de 2023, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Assessoria Técnica de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Patricia Cesario da Motta, ID Funcional nº 3546267-1. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR ALINE BEATRIZ DO NORTE REIS, ID FUNCIONAL Nº 5124975-8, para exercer com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Coordenadoria de Movimentação, da Superintendência de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Sérgio Moreira Teixeira, ID Funcional nº 5136321-6. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 01 de abril de 2023, **SÉRGIO MOREIRA TEIXEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5136321-6, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Coordenadoria de Movimentação, da Superintendência de Gestão de Pessoas, da Subsecretaria de Gestão Administrativa, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030029/004207/2023.

NOMEAR FABIOLA ALVES TRAVERSO DA MOTTA para exercer, com validade a contar de 24 de março de 2023, o cargo em comis-

são de Assistente II, símbolo DAI-6, da Assessoria de Educação de Política de Prevenção e Formação Cidadã na Escola, da Subsecretaria de Gestão de Ensino, da Secretaria de Estado de Educação, anteriormente ocupado por Cláudia da Silva, ID Funcional nº 5120910-1. Processo nº SEI-030029/003927/2023.

NOMEAR NATHASHA ALESSANDRA MARTINS PINHEIRO GUEDES, ID FUNCIONAL Nº 51213672, para exercer com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.356, de 03/02/2023. Processo nº SEI-260016/000249/2023.

NOMEAR KARYNE AGATHA MATTES NEPOMUCENO para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.356, de 03/02/2023. Processo nº SEI-260016/000250/2023.

NOMEAR JULYANE FRANCELINO DOS SANTOS DE SOUZA para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.356, de 03/02/2023. Processo nº SEI-260016/000248/2023.

NOMEAR HERVAL BARROS DE SOUZA, ID FUNCIONAL Nº 4372025-0, para exercer o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Presidência, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana, anteriormente ocupado por Bruno Cotta de Queiroz, ID Funcional nº 50939653. Processo nº SEI-100005/003300/2023.

EXONERAR, com validade a contar de 14 de abril de 2023, **RICARDO TRISTÃO BORGES**, ID FUNCIONAL Nº 4179278-5, do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Presidência, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana. Processo nº SEI-100005/003354/2023.

EXONERAR, a pedido e com validade a contar de 10 de abril de 2023, **BRUNA CAMPANHÃ DA SILVA RAMOS**, ID FUNCIONAL Nº 51394006, do cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Documentação, da Coordenadoria de Controle e Gestão de Leilões, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana. Processo nº SEI-100005/003297/2023.

NOMEAR LUCIANA PADILHA FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Diretor de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Documentação, da Coordenadoria de Controle e Gestão de Leilões, da Diretoria Administrativa e Econômico-Financeira, do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro - DETRO/RJ, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana, anteriormente ocupado por Bruna Campanhã da Silva Ramos, ID Funcional nº 51394006. Processo nº SEI-100005/003297/2023.

NOMEAR VALERIA CRISTINA TREVISAN, para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Tais Gonçalves Gonzaga, ID Funcional nº 44242921. Processo nº SEI-020007/001649/2023.

NOMEAR LUCIENE PEREIRA, para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Rogerio Souza da Silva da Fonseca, ID Funcional nº 51329930. Processo nº SEI-180007/001094/2023.

NOMEAR ADRIELLE SANTANA DA SILVA, para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por João Pedro da Costa Valente, ID Funcional nº 51337738. Processo nº SEI-180007/001092/2023.

NOMEAR CARINA LOPES SERRA, para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Nelson Leite da Silva Junior, ID Funcional nº 5110709-0. Processo nº SEI-180007/001095/2023.

NOMEAR ALLYSON DAVI MIRANDA AFONSO, para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Felipe Gonçalves Martins, ID Funcional nº 51209225. Processo nº SEI-180007/001093/2023.

NOMEAR FERNANDA MAIBON SAUER para exercer, com validade a contar de 10 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Windson Maciel, ID Funcional nº 5011958-3. Processo nº SEI-180007/001085/2023.

NOMEAR VANESSA DO CARMO RODRIGUES para exercer, com validade a contar de 11 de abril de 2023, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, em vaga prevista pelo Decreto nº 48.007, de 31 de março de 2022. Processo nº SEI-180007/001074/2023.

NOMEAR REYNAN DE FARIAS REAL, para exercer, com validade a contar de 01 de abril de 2023, o cargo em comissão de Encarregado II, símbolo DAI-4, da Fundação Museu da Imagem e do Som - FMIS, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormen-

DIÁRIO OFICIAL PARTE I - PODER EXECUTIVO

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS:

As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio e Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO:

Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901
Tels.: (21) 2334-3242 e 2334-3244

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2717-7840.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 - Centro - Rio de Janeiro
Ed. Garagem Menezes Côrtes - Tel.: (21) 2332-6550 / (21) 2332-6549
Email.: agerio@ioerj.rj.gov.br
Atendimento das 8h às 17h

NITERÓI - Rua Professor Heitor Carrilho, nº 81 - Centro - Niterói/RJ.
Tel.: (21) 2719-2689 / (21) 2719-2705
Atendimento das 8h às 17h.

PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:

cm/col _____ **R\$ 132,00**

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS:
Deverão ser dirigidas, por escrito, à Diretora-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

PORTARIA SECC/SUPCC Nº 356 DE 14 DE ABRIL DE 2023		DE 10.04.2023	
DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.			
A SUPERINTENDENTE DE CONTRATOS E COMPRAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Resolução SECC nº 14, de 12 de novembro de 2020,			
CONSIDERANDO:			
<div>- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;</div> <div>- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública especialmente designado;</div> <div>- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016,</div> <div>- o disposto na Resolução SECC nº 28, de 01 de março de 2021, e</div> <div>- o disposto no Processo nº SEI-150001/029207/2022,</div>			
RESOLVE:			
Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização referente à participação de servidores da Secretaria de Estado da Casa Civil no Curso Folha de Pagamento do Funcionalismo Público, em favor da ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA.			
GESTOR: Érica Gomes De Abreu, ID Funcional nº 5129576-8.			
FISCAIS: Rosana Barradas Canelas, ID Funcional nº 5124480-2; Fernando Fabiano Gomes, ID Funcional nº 5117624-6 e Renato Estrella De Paula Lopes, ID Funcional nº 5118826-0, sob a presidência do primeiro.			
SUPLENTE: Robson De Almeida Santos, ID Funcional nº 5076704-6.			
Art. 2º - O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma, bem como o disposto na Resolução SECC nº 28, de 01 de março de 2021, que estabelece normas internas relativas à atuação do gestor e fiscais de contratos no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil.			
Art. 3º - O gestor e os fiscais ora designados deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos e, posteriormente apresentar o respectivo certificado à Superintendência de Recursos Humanos.			
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023			
DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES Superintendente de Contratos e Compras		Id: 2471577	
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE 12.04.2023			
PROCESSO Nº SEI-150001/008127/2023 - De acordo com as informações prestadas no presente processo, declaro LÍCITA a acumulação de cargos pela servidora ANTONIETA CAMPOS XAVIER, ID Funcional 32327935, Médico, vínculo 1 (Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - IASERJ) e Perito Legista, vínculo 2 (Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL), em cumprimento à Orientação para cumprimento de obrigações de fazer, recebida no Ofício PGEGE-4/CTDC nº 104/2023, referente ao processo judicial nº 0411227-26.2014.8.19.0001..			
PROCESSO Nº SEI-150001/008150/2023 - De acordo com as informações prestadas no presente processo, declaro LÍCITA a acumulação de cargos pela servidora KATIA MECLER; ID Funcional 20362862, Perito Legista - vínculo 1 - Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL e Médico, vínculo 2 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, em cumprimento à Orientação de obrigações de fazer, encaminhada no Ofício PGEGE-4/CTDC nº 105/2023, referente ao processo judicial PGE/004.037924/2020, com a determinação de assegurar a permanência da Impetrante em ambos os cargos acima indicados, diante da legalidade da acumulação.			
PROCESSO Nº SEI-E-03/013/617/2016 - LAURA CALDEIRA RODRIGUES, ID Funcional 50812548, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Ensino Básico, matrícula 226432 (Prefeitura Municipal de Petrópolis).			
PROCESSO Nº SEI-E-03/11001261/2010 - CLEUDENI DOS SANTOS MELO, ID Funcional 43796494, Professor Docente I - 18 horas vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 149.992-0 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).			
PROCESSO Nº SEI-E-03/202089/2011 - EDILENE MARTINS DE SOUZA, ID Funcional 36500879, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I, matrícula 255.311-3 (PCRJ).			
PROCESSO Nº SEI-E-03/10003371/2010 - PATRÍCIA DA SILVA NÓBREGA, ID Funcional 35092670, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC).			
PROCESSO Nº SEI-030038/004310/2022 - DANIELLE FÁRIA DE A SANTOS, ID Funcional 43323804, Professor Docente I - 18 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Ensino Fundamental, matrícula 321.119-0 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).			
LÍCITA a acumulação de cargos pelos servidores conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.			
PROCESSO Nº SEI-080015/000626/2022 - MARCO ANTONIO SALGUEIRO, ID Funcional 5498775, Técnico de Equipamentos Médicos e Odontológicos, vínculo 1 (SES) e Técnico em Radiologia, matrícula 03384-00 (Instituto de Previdência e Assistência Social do servidor Público do Município de Petrópolis). LÍCITA a acumulação de cargos pelo servidor conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, alínea "c", da CRFB/1988.			
PROCESSO Nº SEI-E-03/042/1060/2019 - EDSON MOREIRA DOS SANTOS, ID Funcional 26070731, 1º Sargento BM, vínculo 1 (CBMERJ) e Professor Docente I - 18 horas, vínculo 2 (SEEDUC). LÍCITA a acumulação de cargos pelo servidor conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, da CRFB/1988 c/c com o § 3º do art. 42, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 101, de 04 de julho de 2019.			
PROCESSO Nº SEI-040161/010779/2020 - MARCELO DIAS LOPES, ID Funcional 23486503, Soldado PM, vínculo 1 (SEPM) - inativo, Professor Docente I - 18hs, vínculo 2 (SEEDUC) - ativo e Professor de 4ª, 5ª a 8ª Ciências, Física e Biologia, matrícula 36016 (Prefeitura Municipal de Itaguaí) - ativo.			
PROCESSO Nº SEI-270141/000010/2022 - PAULO SERGIO DA SILVA REIS JUNIOR, ID Funcional 26631679, Major BM - Médico, vínculo 1 (CBMERJ), Médico, matrícula 237.713-3 (PCRJ) e Diretor Geral, vínculo 6, ID Funcional 26631679 (FSAUDE).			
PROCESSO Nº SEI-270142/000498/2022 - ATILLA LOPES DE MELO, ID Funcional 41800591, Professor FAETEC I 20 horas, vínculo 2 (FAETEC), 1º Tenente BM Temp/Enf/22, vínculo 3 (CBMERJ) e Auxiliar de Enfermagem, matrícula 1583816 (Ministério da Saúde).			
ILÍCITA a acumulação de cargos pelos servidores conforme dispõe o artigo 37, inciso XVI, da CRFB/1988.			
Id: 2471760			
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA			
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA GERAL DE HABILITAÇÃO			
DESPACHOS DO DIRETOR DE 04.04.2023			
PROC. Nº SEI-150142/001413/2022 - APLICO penalidade de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO (art. 74, I, c/c art. 74, § 1º, da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFC Saiqui LTDA AB/1039, fundamentada no art. 48, inciso IV, c/c art. 69, inciso I, da Resolução CONTRAN nº 789/2020.			
PROC. Nº SEI-150066/002254/2021 - APLICO penalidade de advertência por escrito (art. 74, I, c/c art. 74, § 1º, da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFC PARQUE ARARUAMA LTDA AB/816, em razão da inobservância da norma prevista no art. 48, inciso IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020, que implica a infração tipificada pelo art. 69, inciso I da mesma Resolução.			
PROC. Nº SEI-150142/003281/2022 - APLICO penalidade de advertência por escrito (art. 74, I, c/c art. 74, § 1º, da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFCAUTO ESCOLA CLASSE A LTDA - AB/920, em razão da inobservância da norma prevista no art. 48, inciso IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020, que implica a infração tipificada pelo art. 69, inciso I da mesma Resolução.			
PROC. Nº SEI-150066/000414/2021 - APLICO penalidade de ADVERTÊNCIA ao CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES CFC ELITE, DH AB/811, fundamentada no art. 69, I c/c art. 74, § 1º e art. 48, IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020.			
PROC. Nº SEI-150066/001216/2021 - APLICO penalidade de advertência por escrito (art. 74, I, c/c art. 74, § 1º da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFC AUTO ESCOLA D KA MAR LTDA - AB/427 (Nome fantasia: AUTO ESCOLA ENCANTADO), em razão da inobservância da norma prevista no art. 46, § 1º da Resolução CONTRAN nº 789/2020, que implica a infração tipificada pelo art. 69, inciso I da mesma Resolução.			
PROC. Nº SEI-150066/002968/2022 - APLICO penalidade de ADVERTÊNCIA ao CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES CFC NEI-VA (JOIA) LTDA, DH AB/069, fundamentada no art. 69, I c/c art. 74, § 1º e art. 48, IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020.			
PROC. Nº SEI-150142/003357/2022 - APLICO penalidade de advertência por escrito (art. 74, I, c/c art. 74, §1º, da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFC NOVA UNIAO AUTO MOTO ESCOLA LTDA ME - AB/916, em razão da inobservância da norma prevista no art. 48, inciso IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020, que implica a infração tipificada pelo art. 69, inciso I da mesma Resolução.			
PROC. Nº SEI-150142/003384/2022 - APLICO penalidade de ADVERTÊNCIA POR ESCRITO (art. 74, I, c/c art. 74, §1º, da Resolução CONTRAN nº 789/2020) ao CFC GUARATIBA LTDA AB/639, em razão da inobservância da norma prevista no art. 48, inciso IV da Resolução CONTRAN nº 789/2020, que implica a infração tipificada pelo art. 69, inciso I da mesma Resolução.			
PROC. Nº SEI-150149/002754/2023 - DETERMINO a cassação da CNH, nos termos do artigo 263, III da Lei 9.503/97 (CTB), expedida em nome de Marcio Teixeira Carrocino, registro 3831789745, levando-se em consideração o prazo de dois anos de suspensão de sua habilitação para conduzir veículo automotor, conforme sentença condenatória transitada em julgado em 06/08/2014; A aplicação do disposto no artigo 268, inciso IV, do CTB, devendo o condutor submeter-se ao curso de reciclagem; A submissão a novos exames (I - de aptidão física e mental, II - avaliação psicológica, III - escrito, sobre legislação de trânsito, e IV - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitado), conforme estabelecido no art. 160, caput, do CTB com a regulamentação da Resolução CONTRAN nº 300/2008; A entrega da CNH pelo condutor, no prazo de até 05 (cinco) dias, para cumprimento deste ato, se ainda não o houver realizado.			
Id: 2471409			
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
DESPACHO DO DIRETOR DE 14.04.2023			
PROC. Nº SEI-160190/000681/2020 - RECONHEÇO A DÍVIDA em favor da empresa VORTEX ENERGY INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, no montante atestado de R\$ 1.686.183,90 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, cento e oitenta e três reais e noventa centavos), referente à execução de serviços, sem cobertura contratual, durante o período de junho de 2020 a dezembro de 2021, na forma do inciso VI, do artigo 14º, do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009.			
Id: 2471745			
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
DESPACHOS DO PRESIDENTE DE 13/04/2023			
PROCESSO Nº SEI E-12/080/528/2018 - CONCEDE a contagem de tempo de serviço, para fins de licença prêmio, à servidora RAQUEL SILVA REIS, Operador Lotérico, Nível Médio, Classe III, ID Funcional nº 44389400, da parte Permanente do Quadro de Pessoal Efetivo da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, nos termos do art. 129, do Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, e com fundamento no despacho do Departamento de Gestão de Pessoal, referente ao período de 10/01/2018 a 08/01/2023.			
PROCESSO Nº SEI E-12/080/527/2018 - CONCEDE a contagem de tempo de serviço, para fins de licença prêmio, à servidora ISABEL CRISTINA CORTES LISBOA, Operador Lotérico, Nível Médio, Classe III, ID. Funcional nº 44407807, da parte Permanente do Quadro de Pessoal Efetivo da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, nos termos do art. 129, do Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, e com fundamento no despacho do Departamento de Gestão de Pessoal, referente ao período de 03/03/2018 a 01/03/2023.			
PROCESSO Nº SEI-150162/000176/2023 - CONCEDE a contagem de tempo de serviço, para fins de licença prêmio, ao servidor MAURO EDI GONÇALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR, Operador Lotérico, Nível Médio, Classe III, ID Funcional nº 50201000, da parte Permanente do Quadro de Pessoal Efetivo da Loteria do Estado do Rio de Janeiro - LOTERJ, nos termos do art. 129, do Decreto Estadual nº 2.479, de 08 de março de 1979, e com fundamento no despacho do Departamento de Gestão de Pessoal, referente ao período de 15/01/2015 a 13/01/2020.			
PROCESSO Nº SEI-150162/000014/2023 - Com base nas informações da Assessoria de Controle Interno (Doc. SEI nº 48901494), APROVO a prestação de contas de adiantamento em nome do servidor RICARDO MIRANDA SENNA, Id. Funcional nº 51031396, inscrito no CPF sob o nº 713.621.267-72, no valor R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), com a respectiva baixa na responsabilidade do servidor.			
Id: 2471542			
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
DESPACHO DO PRESIDENTE DE 14.04.2023			
PROCESSO Nº SEI-150162/000573/2022 - À vista da autorização Governamental, Doc. SEI nº 50208085, e atendimentos todas as condicionantes e recomendações constantes nas análises realizadas pela Assessoria Jurídica da Loteria do Estado do Rio de Janeiro, pela Coordenação Geral de Contratos e Convênios da LOTERJ, pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil e ainda pela Coordenação de Convênios da Subsecretaria, da Secretaria de Estado da Casa Civil, APROVO a versão final do Plano de Trabalho, Doc.			
SEI nº 50223004, representado pela Proposante e, AUTORIZO a celebração do referido fomento com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DOS ESPORTES COM PRANCHA - ABIEP. Em cumprimento ao artigo 8º, inciso III da Lei nº 13.019/2014, designo a servidora ANA FLÁVIA DOS SANTOS PEDROSA, ID Funcional nº 51252147, como Gestora do respectivo Termo de Fomento.			
Id: 2471752			
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO			
ATO DO PRESIDENTE			
PORTARIA IPEM/GAPRE Nº 1170 DE 14 DE ABRIL DE 2023			
DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IPEM/RJ, no uso de suas atribuições legais e institucionais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, e			
CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-150164/000613/2023,			
RESOLVE:			
Art. 1º - Designar servidores para o acompanhamento, gestão e fiscalização do Contrato IPEM/RJ SEI nº 003/2023, celebrado entre o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Neto Construção e Serviços LTDA, tendo como objeto a prestação de serviço de regeneração estrutural emergencial do prédio anexo III da sede do IPEM-RJ.			
Art. 2º - Designar o servidor CARLOS ALBERTO GUEDES DO NASCIMENTO, ID Funcional nº 50818899, para Gestão e a fiscalização caberá aos servidores, a saber:			
SAMUEL SODRÉ DA SILVA, ID Funcional nº 6191088. CARLOS ESTEVAO LIMA DA SILVA, ID Funcional nº 50855093.			
Art. 3º - Caberão ao Gestor e aos Fiscais da Comissão os atos concernentes ao acompanhamento da execução da prestação de serviço.			
Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023			
KENNEDY MARTINS Presidente		Id: 2471625	
INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA			
ATO DA DIRETORA-PRESIDENTE			
PORTARIA ISP Nº 141 DE 14 DE ABRIL DE 2023			
DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR GRUPO DE TRABALHO INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 48.415, DE 22 DE MARÇO DE 2023, PARA ALTERAÇÃO DO SISTEMA DE DEFINIÇÃO E GERENCIAMENTO DE METAS PARA OS INDICADORES ESTRATÉGICOS DE CRIMINALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SIM.			
A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo SEI-150166/000098/2023,			
RESOLVE:			
Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para compor o grupo de trabalho para alteração do Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Estado do Rio de Janeiro - SIM, conforme estabelece o Decreto nº 48.415, de 22 de março de 2023. - Marcela Ortiz - Titular/ISP/RJ - Cel PM RR Alexandre Souza - Suplente/ISP/RJ - Cel PM Rogério Quemento Lobasso - Titular /SEPM - Maj PM Felipe Carvalho Barreto da Silva - Suplente/ SEPM - Dr. Pedro Henrique Brandão Medina - Titular /SEPOL - Flávio Porto de Moura - Suplente/ SEPOL - Igor Bicaço João - Titular/ SEAP - Alexander Evaristo da Silva - Suplente/ SEAP - Jaime Silva Alvarenga Junior - Titular/ DESASE - Leandro Torres dos Reis - Suplente/ DESASE - Luciano Silva Assunção - Titular/SEDEC - Rodrigo Fernandes da Silveira Polito - Suplente/SEDEC - Fernando Cezar Jorge Hakme - Titular/SECC - Fábio Marcondes Ferraz Petrelli Toledo - Suplente/SECC			
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			
Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023			
MARCELA ORTIZ QUINTAIROS JORGE Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública			
Id: 2471578			
Secretaria de Estado de Fazenda			
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS			
ATO DA SUPERINTENDENTE			
PORTARIA SUPCC Nº 247 DE 13 DE ABRIL DE 2023			
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO FORMALIZADA ATRAVÉS DA NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00232.			
A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E CONTRATOS, no uso de suas atribuições legais, atribuídos no inciso VI, art. 17, da Resolução SEFAZ nº 409/2022, e no art. 8º, da Resolução SEFAZ nº 401/2022,			
RESOLVE:			
Art. 1º - Designar os servidores Rodrigo Corrêa Sant'anna, ID Funcional 5107539-3 e Gabrielle Cristine Rodrigues Ferreira, ID Funcional 5114205-8, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização da contratação formalizada através da Nota de Empenho nº 2023NE00232, celebrada com a empresa GLOBAL 233 COMERCIAL LTDA, cujo objeto é a "aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para utilização dos servidores desta Secretaria de Estado de Fazenda", constante do Processo nº SEI-040177/000627/2022.			
Art. 2º - Designar a servidora Taísa Melo de Figueiredo, ID funcional 5100641-3, como Gestora da contratação mencionada no artigo 1º.			
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.			
Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023			
INGRID SASSEN PAZ SANTA BRIGIDA Superintendente de Compras e Contratos			
Id: 2471411			

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDENTE
DE 14.04.2023

DESIGNA KATIA REGINA GONÇALVES BORGES, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 1946811-3, para exercer a função de Agente de Pessoal das Unidades Administrativas: 12020106000000, 120201060200000 e 120201060300000 - da Superintendência de Tributação, da Subsecretaria de Estado de Receita, cessando os efeitos do ato que designou GERALDO FRANCISCO DE CARVALHO AZEVEDO, Analista da Fazenda Estadual, identidade funcional nº 1938921-3, para a mesma função, tudo com validade a contar de 14.02.2023.Processo nº SEI-040058/000036/2023.

Id: 2471600

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 13/04/2023

PROCESSO Nº SEI-015932/1991- ROBERTO BRANDÃO REITOR, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria. Id. Funcional nº 1939804-2. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria, disponibilidade e acréscimo, com base legal o Art. 75 da LC 69/90 (Fiscais de Rendas) e amparado pelo Art. 2º da Lei 1.258/87, na forma permitida pela Constituição Federal no atual § 9.º do Art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado ao BANCO BRADESCO BERJ S/A, no período de 23/10/1989 a 11/03/1991, totalizando 504 (quinhentos e quatro) dias de efetivo exercício, tornando sem efeito o despacho de 23/10/1991, publicado no Diário Oficial de 01/11/1991.

Id: 2471604

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 14/04/2023

PROCESSO Nº SEI-04/066401/1998 - DECIO DARCI SILVA, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria. Id. Funcional nº 1950375-0. AVERBE-SE, para fins de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o Art. 75 da LC 69/90, a forma permitida pela Constituição Federal, no atual § 9º, do Art. 201, com alteração determinada pela Emenda Constitucional nº 20/98, o tempo de serviço/contribuição prestado sob o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, nos períodos de 01/08/1966 a 31/12/1966, 17/01/1967 a 25/07/1967, 01/04/1972 a 26/06/1972, 03/07/1972 a 30/11/1972, totalizando 577 (quinhentos e setenta e sete) dias de efetivo exercício, tornando sem efeito o despacho de 17/10/2022, publicado em 18/10/2022, deste processo, e o de 30/10/2002, publicado no D.O. de 04/11/2002 e republicado em 07/11/2002, do processo E-04/066389/2002.

Id: 2471611

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 14/04/2023
PÁGINA 05 - 2ª COLUNA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
DE 13.04.2023
Processo nº SEI-E-04/756144/1996 - IZABEL NORI ONODA
Onde se lê: No período de 23.03.2023 a 18.06.2023
Leia-se: No período de 21/03/2023 a 18/06/2023

Id: 2471705

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

DESPACHO DO GESTOR
DE 01/03/2023

PROCESSO Nº SEI-E-04/202/6/2021 - RECONHEÇO a dívida de exercícios anteriores, referente à Participação Pecuniária Eventual - PPE, relativo ao exercício de 2020 - 2º semestre, de acordo com o que consta do Processo nº E-04/202/6/2021, no valor de R\$ 300.362.707,18 (trezentos milhões, trezentos e sessenta e dois mil setecentos e sete reais e dezoito centavos).

Id: 2460917

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE BENEFÍCIOS FISCAIS TRIBUTÁRIOS DE ICMS

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUBF Nº 49 DE 13 DE ABRIL DE 2023

ESTABELECE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I E III DA RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 886, DE 30 DE ABRIL DE 2015 NA FORMA QUE MENCIONA.

A SUPERINTENDÊNCIA DE BENEFÍCIOS FISCAIS, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, em substituição à competência disposta no art. 4º-A da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015, considerando o disposto nos autos do Processo Administrativo nº SEI-040196/000227/2023,

CONSIDERANDO:

- que a competência prevista do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 414 de 25 de Julho de 2022, em substituição à competência disposta no art. 4-A da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015, que autorizava o Subsecretário Adjunto de Fiscalização a promover, por ato próprio, alterações nos Anexos I e III dessa Resolução, a cada quadrimestre, nas hipóteses em que as concessionárias e permissionárias apresentem novos contratos de fornecimento, respeitado o limite das respectivas quotas;

- que a atualização dos Anexos supracitados não importará em aumento da cota de óleo diesel passível de aquisição com alíquota de 6% (seis por cento) por cada empresa de ônibus, e tampouco aumentará o montante total de óleo diesel passível de aquisição com a alíquota reduzida em questão;

- que a última atualização promovida pela Subsecretaria Adjunta de Fiscalização dos Anexos I e III da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015, foi por meio da Portaria SUBF nº 11, de 19 de setembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º - As empresas concessionárias ou permissionárias de transporte de passageiros por ônibus listadas no Anexo III da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015, que desejarem substituir as respectivas empresas distribuidoras de combustíveis, poderão apresentar em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta portaria

os novos contratos de fornecimento de óleo diesel firmados em observância ao art. 3º do Decreto nº 45.231, de 22 de abril de 2015.

§ 1º - A apresentação de novos contratos na forma prevista no caput não importará em alteração das quotas mensais estabelecidas para cada empresa concessionária ou permissionária de transporte de passageiros por ônibus listadas no Anexo III da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015;

§ 2º - As empresas concessionárias ou permissionárias de transporte de passageiros por ônibus listadas no Anexo III da Resolução SEFAZ nº 886, de 30 de abril de 2015 que não apresentarem documentos na forma estabelecida no caput permanecerão relacionados às respectivas distribuidoras de óleo diesel atualmente publicadas;

Art. 2º - A apresentação dos novos contratos de fornecimento de óleo diesel, nos termos do art. 1º, deverá ser realizada por meio do SEI-RJ, endereçada à Superintendência de Benefícios Fiscais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

ANDERSON DA SILVA ALVES
Superintendente de Benefícios Fiscais Tributários de ICMS

Id: 2471521

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUFIS Nº 067 DE 14 DE ABRIL DE 2023

TORNA SEM EFEITO A EXCLUSÃO DO CONTRIBUINTE EM DESTAQUE, DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO ESPECIAL INSTITUÍDO PELA LEI Nº 6.979/2015.

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL, no uso de suas atribuições legais considerando o disposto na Portaria SAF 2243 de 08 de junho de 2017 e o constante do Processo nº SEI-14/020/004565/2019, e tendo em vista o ofício da PGE de 11 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar-se sem efeito a exclusão do contribuinte em destaque do Tratamento Tributário Especial Instituído pela lei nº 6.979/2015 divulgada por meio da portaria SAF 2243 de 08 de junho de 2017.

Razão Social: VELAS SÃO JORGE DE PATY DO ALFERES LTDA

Inscrição Estadual: 86.680.130

Art. 2. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a junho de 2014.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023

JOSÉ RICARDO MARTINO E SILVA
Superintendente de Fiscalização e Inteligência Fiscal.

Id: 2471802

SUPERINTENDÊNCIA DE CADASTRO E INFORMAÇÕES FISCAIS

ATO DO SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUCIEF Nº 129 DE 14 DE ABRIL DE 2023

ALTERA A PORTARIA SUCIEF Nº 120/2022, QUE DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL LOTADOS NA COORDENADORIA DE DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES FISCAIS EM GRUPOS DE TRABALHO NACIONAIS.

O SUPERINTENDENTE DE CADASTRO E INFORMAÇÕES FISCAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 50 da Resolução SEFAZ nº 414, de 25 de julho de 2022, e considerando o disposto no Processo nº SEI-040106/000055/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Os auditores fiscais da Receita Estadual, lotados na Coordenadoria de Documentos e Declarações Fiscais (CDDF), ficam designados a participar em grupos de trabalho de âmbito nacional, como a seguir discriminado:

I - Encontro de Coordenadores e Administradores Tributários (ENCAT):

- Regiane Navas Delgado, I.D. nº 4.385.026-0;
- Thiago Ruiz Lopes, I.D. nº 5.029.002-9;
- Ellye Kiyomi Ishiy, I.D. nº 5.028.430-4;
- Erica Soares Da Silva, I.D. nº 4.322.993-0;
- Artur Mendonça Gomes, I.D. nº 4.365.064-3;
- Vinicius Mendes Moura Pimentel, I.D. nº 4.365.042-2;
- Viviane da Silva Azevedo, I.D. nº 5.000.373-9.

II - Grupo de Trabalho 48 (GT-48) SPED-FISCAL, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS):

- Danielle Katharina Kranzl Caputo De Sá, I.D. nº 4.427.300-2;
- Felipe Gomes Cipriani Silva, I.D. nº 4.385.136-3;
- Vera Lucia Arias De Souza, I.D. nº 1.938.304-5.

III - Grupo de Trabalho 60 (GT-60) - MEIOS DE PAGAMENTO, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS (CÔTEPE/ICMS):

- Carlos José Cabral Pereira, I.D. 4.323.001-6;
- Maira Mendonça Reiff Carlos, I.D. nº 5.006.023-6.

IV- Grupo de Trabalho 64 (GT64) - VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS):

- Danielle Katharina Kranzl Caputo De Sá, I.D. nº 4.427.300-2;
 - Felipe Gomes Cipriani Silva, I.D. nº 4.385.136-3."
- V - Grupo de Trabalho 59 (GT59) - CADASTRO, no âmbito da Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS):**
- Cristiane Chaves Calazans Rosas, I.D. nº 4.344.303-8;
 - Karina de Lima Miguez Bigler Teodoro; I.D. nº 4.344.351-6;
 - Rafael Mandarino de Carvalho Pereira, I.D. nº 4.344.288-9.

Art. 2º A atuação dos auditores nos grupos de trabalho abrange as seguintes atividades:

- em relação ao ENCAT;
- a) participação nas reuniões trimestrais;
- b) participação em reuniões virtuais e presenciais, inclusive em outras unidades da Federação, dos subgrupos técnicos destinados a cada um dos documentos fiscais eletrônicos, realizadas entre os participantes e, eventualmente, com a presença de representantes dos estados, sociedade e agências reguladoras;
- c) apresentar propostas de interesse do fisco fluminense;
- d) análise de propostas apresentadas pelos membros dos grupos;
- e) apresentação de projetos e programas para aperfeiçoamento e melhorias dos documentos eletrônicos;
- II - em relação aos demais grupos de trabalho:
- a) participação em reuniões virtuais;
- b) participação em reuniões presenciais, inclusive em outras unidades da Federação;
- c) apresentar propostas de interesse do fisco fluminense;
- d) análise de propostas apresentadas pelos membros dos grupos;
- e) debater, promover estudos e propor normas relacionadas aos temas abordados nos grupos de trabalho.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SUCIEF nº 120, de 1º de novembro de 2022.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023

AIRES FRANCISCO DE OLIVEIRA
Superintendente de Cadastro e Informações Fiscais

Id: 2471529

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11/04/2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-040087/000025/2023,

DECIDE:

PROCESSO E-04/211/16923/2020 - Recorrente: ARCOS DOURADOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - **RECONSIDERO E TORNO SEM EFEITO** o despacho referente à negativa de seguimento de fls. 95.

Id: 2471431

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONSELHO PLENO

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada no dia 01/11/2022

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recursos nºs 73391 e 73393 - Processos nºs E-04/007/100343/2018 e E-04/007/100337/2018 - Recorrente: FAZENDA ESTADUAL - Recorrida: TECHNOS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi homologada a desistência do recurso da Fazenda Estadual. Acórdãos nº 11.007 e 11.008 - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. HOMOLOGAÇÃO DA DESISTÊNCIA DO RECURSO ESPECIAL POR PARTE DA REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA. Considerando a manifestação verbal da Representação Fazendária pela desistência de seu recurso especial, encaminha-se a sua homologação pelo Plenário deste CCERJ. DECISÃO UNÂNIME.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 24/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recurso nº 73469 - Processo nº E-04/034/6135/2017 - Recorrente: REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de não conhecimento do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº 11.045 - EMENTA: ICMS - RECURSO AO PLENO. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. REGRA EXPRESSA DO ART. 266, I, DO CTE. Em se tratando de decisão unânime proferida por uma das Câmaras do Colegiado, a admissibilidade do recurso especial ao Conselho Pleno fica condicionada à apresentação de acórdão divergente proferido por outra Câmara ou pelo Pleno, relativamente ao direito em tese. RECURSO NÃO CO-NHECIDO POR UNANIMIDADE.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada no dia 25/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recursos nºs 76454 e 76455 - Processos nº E-04/040/923/2016 e E-04/040/922/2016 - Recorrente: FAZENDA ESTADUAL - Recorrida: L BROS COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por maioria de votos, foi desprovido o Recurso da Representação Geral da Fazenda, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos os Conselheiros Gustavo Mendes Moura Pimentel, Marcelo Habib Carvalho, Rubens Nora Chammas, Alex Gabriel Siveris da Rosa e Marcos dos Santos Ferreira. - Acórdãos nºs 11.049 e 11.050 - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELA OCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. Não verificada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores ocorridos a mais de cinco anos do lançamento estão fulminadas pelo fenômeno da decadência. RECURSO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada no dia 31/01/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recurso nº 76772 - Processo nº E-04/211/21994/2019 - Recorrente: FAZENDA ESTADUAL - Recorrida: VERMONT INDÚSTRIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÃO EIRELI - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso da Representação Geral da Fazenda, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos os Conselheiros Gustavo Mendes Moura Pimentel, Luiz Carlos Sampaio Afonso, Marcelo Habib Carvalho, Rubens Nora Chammas, Alex Gabriel Siveris da Rosa e Marcos dos Santos Ferreira - Acórdão nº 11.061 - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO PELA OCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. Não verificada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, as obrigações tributárias decorrentes de fatos geradores ocorridos a mais de cinco anos do lançamento estão fulminadas pelo fenômeno da decadência. RECURSO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 07/02/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recurso nº 74445 - Processo nº E-04/044/103/2018 - Recorrente: CRBS S.A - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia de Araujo Jorge - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de não conhecimento do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº 11.071 - EMENTA: ICMS - PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. RECURSO AO PLENO. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. Em se tratando de decisão unânime, o requisito de admissibilidade estabelecido no artigo 266 do CTE, há que ser observado em sua essência. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ACOLHIDA POR UNANIMIDADE.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada no dia 01/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recurso nº 73243 - Processo nº E-04/038/100127/2018 - Recorrentes: FAZENDA ESTADUAL E COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - Recorridas: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL E FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Luis Fernando Clemente Gonçalves - DECISÃO: Por maioria, desprovido o recurso da representação geral fazenda quanto a decadência, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos os Conselheiros Rubens Nora Chammas, Alex Gabriel Siveris da Rosa, Gustavo Mendes Moura Pimentel, Marcelo Habib Carvalho e Marcos dos Santos Ferreira. Em relação ao restabelecimento da penalidade e demais consecutários legais, por unanimidade, foi desprovido o recurso da representação geral da fazenda. Quanto ao recurso especial do Contribuinte, por unanimidade, foi acolhida a

preliminar de não conhecimento do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº 11.082 - EMENTA: RECURSO FAZENDÁRIO. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO PARCIAL DO CRÉDITO.DECADÊNCIA. Mantida a decisão recorrida que considerou a decadência parcial dos créditos tributários reclamados, à luz do artigo 150, § 4º do CTN. Mantida a decisão recorrida. RECURSO FAZENDÁRIO DESPROVIDO. MANTIDA A DECADÊNCIA PARCIAL. - RECURSO FAZENDÁRIO. RESTABELECIMENTO DA PENALIDADE APLICADA E DEMAIS CONSECATÓRIOS LEGAIS AFASTADA NA DECISÃO CAMERAL. O contribuinte seguiu roteiro disponibilizado no site da SEFAZ, determinando que o retorno das mercadorias ao estabelecimento do encomendante não encerra o diferimento do ICMS nas operações. Legítimo o afastamento da exigência da penalidade e demais consecatários legais, conforme dispõe o artigo 100, parágrafo único, do CTN. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO À EXIGÊNCIA DO ICMS. RECURSO FAZENDÁRIO PARA RESTABELECER A PENALIDADE E DEMAIS CONSECATÓRIOS DESPROVIDO. - MÉRITO. DEIXAR DE RECOLHER O ICMS NAS OPERAÇÕES. MANUTENÇÃO DO ICMS. DECISÃO UNÂNIME. NÃO CARACTERIZADO O DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. O Acórdão trazido como paradigma não atende ao disposto no artigo 266, I, do CTN. Não caracterizado o dissídio jurisprudência, não conhecido o recurso ao Conselho Pleno. RECURSO DO CONTRIBUINTE NÃO CONHECIDO. MANTIDA A DECISÃO CAMERAL RECORRIDA.

Recurso nº 75251 - Processo nº E-04/211/2638/2018 - Recorrentes: FAZENDA ESTADUAL E COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - Recorridas: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL E FAZENDA ESTADUAL - Relator: Conselheiro Luis Fernando Clemente Gonçalves - DECISÃO: Por unanimidade, foi desprovido o recurso da representação geral fazenda quanto ao restabelecimento da penalidade e demais consecatários legais. Quanto ao recurso especial do Contribuinte, por unanimidade, foi acolhida a preliminar de não conhecimento do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 11.083 - EMENTA: RECURSO FAZENDÁRIO. RESTABELECIMENTO DA PENALIDADE APLICADA E DEMAIS CONSECATÓRIOS LEGAIS AFASTADA NA DECISÃO CAMERAL. O contribuinte seguiu roteiro disponibilizado no site da SEFAZ, determinando que o retorno das mercadorias ao estabelecimento do encomendante não encerra o diferimento do ICMS nas operações. Legítimo o afastamento da exigência da penalidade e demais consecatários legais, conforme dispõe o artigo 100, parágrafo único, do CTN. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO À EXIGÊNCIA DO ICMS. - MÉRITO. DEIXAR DE RECOLHER O ICMS NAS OPERAÇÕES. MANUTENÇÃO DO ICMS. DECISÃO UNÂNIME. NÃO CARACTERIZADO O DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. O Acórdão trazido como paradigma não atende ao disposto no artigo 266, I, do CTN. Não caracterizado o dissídio jurisprudencial. RECURSO DO CONTRIBUINTE NÃO CONHECIDO. MANTIDA A DECISÃO CAMERAL RECORRIDA.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada no dia 15/03/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº: SEI-040087/000028/2020

Recurso nº 71156 - Processo nº E-04/024/1856/2016 - Recorrente: FAZENDA ESTADUAL - Recorrida: RIOPET EMBALAGENS S/A. - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade do auto de infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 11.096 - EMENTA: PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Confirmado que a peça fiscal e seus anexos não consignam os dispositivos que determinariam a inidoneidade do documento fiscal e vedariam a apropriação do crédito do ICMS decorrente, deve ser reconhecida a nulidade do lançamento de ofício, por não apresentarem os elementos necessários à sua validade. ACOLHIDA A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO.

Id: 2471615

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Decisão proferida na Sessão Ordinária
por videoconferência
do dia 09/02/2023

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071001/000011/2020.

Recurso nº. 77.860. - Processo nº. E04/211/012804/2020. - Recorrente: DISTRIBUIDORA COMERCIAL SUMMER EIRELI. - Recorrida: QUARTA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi acolhida a preliminar de nulidade do Auto de Infração por vício material, suscitada pela Recorrente, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº. 20.091. - EMENTA: ICMS - CRÉDITO INDEVIDO - PRODUTOS DA CESTA BÁSICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Confirmado que no lançamento a Autoridade Lançadora apropriou os valores de créditos reputados indevidos em períodos incorretos, resta materializado o prejuízo à correta compreensão dos valores apurados e ao exercício do direito de defesa da contribuinte. Ainda como consequência, a exigência fiscal restou agravada, por conta do aumento dos acréscimos moratórios reclamados. Nesse cenário, e apreciando que os vícios somente foram confirmados perante este Conselho, cumpre que seja reconhecida a nulidade da autuação. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO NULO.

Id: 2471619

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 27 de abril de 2023, às 13h, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCERJ nº 039, de 04/05/2020, alterada pela Portaria CCERJ nº 047, de 13/10/2022. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso: 80.020/RV - Processo SEI-040224/000217/2022 - Recorrente: PLATINUM LOG ARMAZENS GERAIS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Rodrigo Barreto de Faria Pinho - Representante da Fazenda: Marcos Bueno Brandão da Penha - Patrono da Recorrente: Dr. Caio Henrique da Silva D'Onofrio, OAB/SC nº 58.517.

Recursos: 68.859 e 72.986/RV's - Processos nsº E-04/043/000365/2016 e E-04/043/000370/2016 - Recorrente: MAGAZZINI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Marcelo Habib Carvalho - Representante da Fazenda: Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite.

Recurso: 80.180/RO - Processo SEI-040224/006813/2022 - Interessada: PRE-MOLDADOS PAULISTANA LTDA - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Antonio Lopes Caetano Lourenço - Representante da Fazenda: Marcos Bueno Brandão da Penha.

Recurso: 69.702/RV - Processo nº E-04/124496/2012 - Recorrente: SENSATEZ COMERCIO DE ROUPAS LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite - Patrono da Recorrente: Dr. Moacyr de Oliveira Araújo, OAB/RJ nº 168.616.

*NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o § 3º, do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "...os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação."

Id: 2471597

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária do dia 27 de abril de 2023, às 15h, por videoconferência, autorizada pela Resolução SEFAZ nº 144, de 29/04/2020, regulamentada pela Portaria CCERJ nº 039, de 04/05/2020, alterada pela Portaria CCERJ nº 047, de 13/10/2022. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso: 80.282/RO - Processo SEI-040037/000366/2022 - Interessada: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS - Recorrente: JUN-

TA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Rodrigo Barreto de Faria Pinho - Representante da Fazenda: Marcos Bueno Brandão da Penha.

Recurso: 64.924/RV - Processo nº E-04/046/000308/2015 - Recorrente: CONTACTO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Marcelo Habib Carvalho - Representante da Fazenda: Cláudia Freze da Silva.

Recurso: 80.361/RO - Processo SEI-040224/006222/2022 - Interessada: LEJUDA COMÉRCIO DE PEÇAS DIESEL LTDA - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Antonio Lopes Caetano Lourenço - Representante da Fazenda: Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite.

Recurso: 80.369/RO - Processo SEI-040224/006646/2022 - Interessada: SANTA MONICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Gustavo Mendes Moura Pimentel - Representante da Fazenda: Fabricio do Rozario Valle Dantas Leite.

*NOTA EXPLICATIVA: Conforme dispõe o § 3º, do artigo 72 do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes/RJ com redação dada pela Resolução SEFAZ nº 80, de 23/06/2017, publicada no D.O. 27/06/2017, fls. 08/09: "...os julgamentos adiados serão realizados independentemente de nova publicação."

Id: 2471598

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

DESPACHOS DA GERENTE
DE 17/03/2023

PROCESSO Nº SEI-040146/000340/2022 - EUCIR DA SILVA TORRES, Id Funcional 5096611-1. DEFIRO o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia média do Estado.

DE 22/03/2023

PROCESSO Nº SEI-040146/000719/2022 - CLAUDIO ROBERTO RAMIRES SANT'ANNA, Id Funcional 4377896-8. DEFIRO o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia média do Estado.

Id: 2471563

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE
GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

DESPACHOS DA GERENTE
DE 04/04/2023

PROCESSO Nº SEI-040144/000514/2022 - DILEIA CARVALHO MILIOZI, ID 5089100-6. DEFIRO o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia média do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000450/2022 - beneficiária CELISIA FERREIRA DO REGO BARROS, ID 750747-0. DEFIRO o pedido de isenção de imposto de renda, tendo em vista os termos do laudo médico e parecer da perícia média do Estado.

PROCESSO Nº SEI-040144/000418/2022 - SALVADORA FATIMA ANDRADE PINTO, ID 616270-3. INDEFIRO, tendo em vista não haver amparo legal para concessão da isenção do IR, uma vez que a enfermidade não possui previsão legal nas Leis 7.713/ 88 e Lei 11.052/2004, conforme parecer da perícia médica do Estado.

Id: 2471488

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEDEICS/DGAF Nº 030 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESA, OS GESTORES E FISCALIS PARA O CONTRATO Nº 002/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SEDEICS E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA BASE MONTAGENS E SERVIÇOS PROMOCIONAIS LTDA. - EPP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, a Resolução SEDEIC nº 118, de 12 de Janeiro de 2023, e o que consta nos Processos nº SEI-220012/000291/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados como Gestores e Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços os servidores abaixo indicados:

Gestor: Bruno Carvalho Pereira ID: 5087242-7

Substituto: Daniel de Santa Cruz Freitas, ID: 5015930-5

Fiscais:

Aline Aguiar da Rocha, ID: 5094207-7

Augusto Cesar Larrossa de Amorim, ID:5137942-2

Luciene Teresa Pereira, ID: 5137364-5 (substituta)

Art. 2º - Os trabalhos prestados pelos citados gestores e Fiscais do Contrato de Prestação de Serviços não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28/03/2023.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

ROBSON JOSÉ STORANI
Diretor Geral de Administração e Finanças

Id: 2471455

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEDEICS/DGAF Nº 031 DE 14 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESA, MEMBROS PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 004/2023, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE PORTAL E HOSPEDAGEM EM SERVIDORES VIRTUAIS PRIVADOS (VPS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - SEDEICS E O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de

suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, a Resolução SEDEIC nº 118, de 12 de Janeiro de 2023, e o que consta nos Processos nº SEI-220012/000116/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidores para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização, considerando o dispositivo pelo inciso III do art. 58 e, §1º e §2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, referente ao Contrato nº 004/2023, que tem com objeto a prestação de serviços Portal e Hospedagem em Servidores Virtuais Privados (VPS): Ficam designados como Gestores do Contrato os servidores abaixo indicados:

GESTOR: Andreia Crocamo Scalizo ID: 5073160-2
Substituto: João Marcos Gomes de Pinho, ID: 4463353-0

FISCAIS:

Andressa Good Lima Couto, ID: 5127857-0

Augusto Cesar Larrossa de Amorim, ID:5137942-2

Iasmim Alves Bezerra, ID: 5124652-0 (Fiscal Substituto)

Art. 2º - Os trabalhos prestados pelos citados fiscais de contratação e pelos gestores do contrato não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, de 14 abril de 2023

ROBSON JOSÉ STORANI
Diretor Geral de Administração e Finanças

Id: 2471561

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA SEDEICS/DGAF Nº 032 DE 14 DE ABRIL DE 2023

REVOGA A RESOLUÇÃO SEDEERI Nº 105, DE 22 DE AGOSTO DE 2022, E DESIGNA, SEM AUMENTO DE DESPESA, MEMBROS PARA A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual nº45.600, de 16 de março de 2016, e Resolução SEDEIC nº118, de 12 de janeiro de 2023, e o que consta nos Processos n°s SEI-220012/000099/2022 e SEI-220012/000352/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidores para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização, considerando o dispositivo pelo inciso III do art. 58 e, §1º e §2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, referente ao Contrato nº 002/2022, que tem com objeto a prestação de serviços de locação de equipamentos de informática (computadores e notebooks) com assistência técnica, incluindo as licenças instaladas do sistema operacional dos programas de automação de escritório:

PRESIDENTE:

Fábio Da Costa Miranda, Id Funcional 1912054-0

MEMBROS:

Ana Clara Ferreira Lira, Id Funcional 5122084-9

Brenda Cardoso Fiuza, Id Funcional 5124222-2

Matheus Mendonça Pinheiro (Fiscal Substituto), Id Funcional 5125144-2

Art. 2º - Designar o servidor Mauricio Leal Costa, Id Funcional 1911820-1, como Gestor titular e o servidor Elias Conceição Magalhães, Id Funcional 5098832-8, como Gestor substituto do contrato mencionado no artigo primeiro, conforme disposto no Art. 4º do Decreto nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 3º - Os trabalhos prestados pelos citados fiscais de contratação e pelos gestores do contrato não serão remunerados, sendo suas participações consideradas como serviço público relevante.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/04/2023 e revogada a Resolução SEDEERI n.º 105, de 22 de agosto de 2022.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023

ROBSON JOSÉ STORANI
Diretor Geral de Administração e Finanças

Id: 2471734

Exposições
Oficinas
Teatro
Música

Entrada franca
De segunda a sexta
Das 8h às 17h
Rua Professor Heitor Carrilho,
Nº 81, Centro, Niterói, RJ
(21) 2717-5299
@culturaleiladiniz

Sala de
Cultura
Leila Diniz

gatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471630

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3633 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000637/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 506/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 16/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 506/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM FARM RG 89.484 JULIANA DA SILVA PANCINI GOULART, ID: 4398920-9, CAP PM FARM RG 89.487 ALESSANDRA AUGIMERI, ID: 4398793-1, CAP PM FARM RG 91.313 KAMILA CORRÊA LOUREIRO WELTE, ID: 4406984-7; PPM/CAMPOS: MAJ PM FARM RG 89.485 JULIANO GOMES BARRETO, ID: 4398346-4, 1º SGT PM 75.633 VAGNER DE SOUZA PINHEIRO, 1º SGT PM 65.554 CLEBER HENRIQUE DE SOUZA, ID: 2202043-8; HPM-NIT: CAP PM FARM RG 89.482 KARLA BAPTISTA DA CUNHA MENDITI, ID: 4400876-8; 1º SGT PM 64.349 MARIA DA GLÓRIA DOS S. OLIVEIRA, ID: 2466481-2, CB PM 90.921 CAMILLE SILVA DE OLIVEIRA LOURENÇO, ID: 4405608-7. Oriundo do processo nº SEI-350207/000637/2021, firmado com a empresa IZALAB MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, ins-

truindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art.11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471631

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3634 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000637/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 507/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 16/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 507/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM FARM RG 89.484 JULIANA DA SILVA PANCINI GOULART, ID: 4398920-9, CAP PM FARM RG 89.487 ALESSANDRA AUGIMERI, ID: 4398793-1, CAP PM FARM RG 91.313 KAMILA CORRÊA LOUREIRO WELTE, ID: 4406984-7; PPM/CAMPOS: MAJ PM FARM RG 89.485 JULIANO GOMES BARRETO, ID: 4398346-4, 1º SGT PM 75.633 VAGNER DE SOUZA PINHEIRO, 1º SGT PM 65.554 CLEBER HENRIQUE DE SOUZA, ID: 2202043-8; HPM-NIT: CAP PM FARM RG 89.482 KARLA BAPTISTA DA CUNHA MENDITI, ID: 4400876-8; 1º SGT PM 64.349 MARIA DA GLÓRIA DOS S. OLIVEIRA, ID: 2466481-2, CB PM 90.921 CAMILLE SILVA DE OLIVEIRA LOURENÇO, ID: 4405608-7. Oriundo do processo nº SEI-350207/000637/2021, firmado com a empresa PMH - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, ins-
truindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471634

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3637 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000637/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 510/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 16/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 510/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM FARM RG 89.484 JULIANA DA SILVA PANCINI GOULART, ID: 4398920-9, CAP PM FARM RG 89.487 ALESSANDRA AUGIMERI, ID: 4398793-1, CAP PM FARM RG 91.313 KAMILA CORREÁ LOUREIRO WELTE, ID: 4406984-7; PPM/CAMPOS: MAJ PM FARM RG 89.485 JULIANO GOMES BAR-

RETO, ID: 4398346-4, 1º SGT PM 75.633 VAGNER DE SOUZA PINHEIRO, 1º SGT PM 65.554 CLEBER HENRIQUE DE SOUZA, ID: 2202043-8; HPM-NIT: CAP PM FARM RG 89.482 KARLA BAPTISTA DA CUNHA MENDITI, ID: 4400876-8; 1º SGT PM 64.349 MARIA DA GLÓRIA DOS S. OLIVEIRA, ID: 2466481-2, CB PM 90.921 CAMILLE SILVA DE OLIVEIRA LOURENÇO, ID: 4405608-7. Oriundo do processo nº SEI-350207/000637/2021, firmado com a empresa DIAGMASTER 15 COMERCIAL DIAGNOSTICA LTDA ME.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir. Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471635

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3638 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000637/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 511/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 16/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 511/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HPM-NIT: CAP PM FARM RG 89.482 KARLA BAPTISTA DA CUNHA MENDITI, ID: 4400876-8, 1º SGT PM 64.349 MARIA DA GLÓRIA DOS S. OLIVEIRA, ID: 2466481-2, CB PM 90.921 CAMILLE SILVA DE OLIVEIRA LOURENÇO, ID: 4405608-7; PPM/SÃO JOÃO DE MERITI: 1º SGT PM RG 73.038 PATRÍCIA DE O. MOTTA MENDONÇA, ID: 2471227-2 e 2º SGT PM RG 75.301 ROGERIO D. SANTOS CRUZ, ID: 24136184-4; e PPM/CAMPOS: MAJ PM FARM RG 89.485 JULIANO GOMES BARRETO, ID: 4398346-4, 1º SGT PM 75.633 VAGNER DE SOUZA PINHEIRO, 1º SGT PM 65.554 CLEBER HENRIQUE DE SOUZA, ID: 2202043-8. Oriundo do processo nº SEI-350207/000637/2021, firmado com a empresa CELER BIOTECNOLOGIA S/A.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação.

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:
I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471638

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3641 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000634/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 517/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 17/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 517/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 91.081 FE-LIPE SANTANA POMPEU, da DSS, e
Comissão de fiscalização:
HCPM: SUBTEN PM RG 64.308 JOSEMARY LOURENÇO DE OLIVEIRA, ID: 2456256-4 e SUBTEN PM RG 66.840 CLÁUDIO DAMÁSIO DA SILVA, ID: 2345154-8;
HPM/NIT: 3º SGT PM RG 85.481 MARCO ANTÔNIO DE LIMA, ID: 4328056-0 e CB PM RG 92.891 MARCIO FERREIRA DE SOUZA, ID: 4352750-7;
PPM/SJM: 1º SGT PM RG 64.330 CLAUDIO MOREIRA, ID: 2471257-4 e 1º SGT PM RG 74.191 CLAUDIO ISRAEL DA SILVA, ID: 2168567-3.
Oriundo do processo nº SEI-350207/000634/2021, firmado com a empresa M. A. WORK EIRELI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como

gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art.11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471639

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3642 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000643/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 557/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 17/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 557/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: 1º SGT PM RG 70.058 ALBERTO RIBEIRO SILVA, ID: 2396268-2, da DSS, e
Comissão de fiscalização:
HCPM: CAP PM RG 89.386 RENATO DOS SANTOS FARIA, ID: 4152798-4 e CAP PM RG 89.387 GALUCO DE LIMA RODRIGUES, ID: 4398408-8. Oriundo do processo nº SEI-350207/000643/2021, firmado com a empresa IDS MEDICAL IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇO EIRELI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471640

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3643 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000687/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 586/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 28/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 586/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRÍCIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9. Oriundo do processo nº SEI-350207/000687/2022, firmado com a empresa JRG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do con-

trato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471641

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3644 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000732/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 589/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 01/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 589/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 95.775 BRUNO DE ANDRADE MARCHESI, ID: 4428616-3, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 90.877 PAULA NÍVEA GONÇALVES LOMARDO, ID: 4403260-9 e CAP PM RG 89.699 CAMILLA FIGUEIREDO DE CASTRO, ID: 4355922-0; SUPLENTE: MAJ PM RG 76.906 HERON COREL DE OLIVEIRA, ID: 2444507-0 e MAJ VICTOR HUGO E HOLANDA COSTA MARTINS, ID: 4398795-8. Oriundo do processo nº SEI-350207/000732/2022, firmado com a empresa ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471642

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3645 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000687/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 590/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 28/11/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 590/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, ID: 5096461-5, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRÍCIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9, SUPLENTE: MAJ PM RG 89.497 MICHELE MARTINS FERNANDES REIS, ID: 4398751-6; HPM-NIT: MAJ PM FARM RG 89.490 ALEX FIGER, ID: 4403096-7 e CB PM RG 102.259 THIAGO LOPES COUTINHO, ID: 5026805-8, SUPLENTE: 2º SGT PM RG 79.360 IVANILDO GOMES DOS SANTOS, ID: 0594628-0. Oriundo do processo nº SEI-350207/000687/2022, firmado com a empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art.11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471643

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3646 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº: SEI-350207/000658/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 591/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de **01/12/2022**, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº **591/2022** os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 95.775 BRUNO DE ANDRADE MARCHESE, ID: 4428616-3, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM ENF RG 76.917 SABRINA DE SOUZA FERNANDES, ID: 322907-4; CAP PM ENF RG 89.431 BRUNO RAFAEL GOMES VALOIS, ID: 4354313-8; CAP PM ENF RG 89.445 THIAGO DOS SANTOS MARIQUITO, ID: 4354523-8. HPM/NIT: 1º SGT PM RG 68.745 ALEX SANDRO PEREIRA PINTO, ID: 2241166-6 1º SGT PM RG 64.344 GUSTAVO PENHA DIAS, ID: 2466074-4 1º SGT PM RG 68.800 MARCELO DORNELLAS, ID: 2469538-6 1º SGT PM RG 73.092 SILVIA CRISTINA GOMES DEBOSSAN, ID: 2466288-7 2º SGT PM RG: 73512 WLYSSES RENATO CONÇALVES, ID: 2393515-4. Oriundo do processo nº SEI-350207/000658/2021, firmado com a empresa MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAÚDE LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos

de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada na DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471644

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3647 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. n.º: SEI-350207/000658/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 592/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 01/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 592/2022 os servidores, Gestor

de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 95.775 BRUNO DE ANDRADE MARCHESI, ID: 4428616-3, da DSS, e Comissão de fiscalização:

HCPM:

MAJ PM ENF RG 76.917 SABRINA DE SOUZA FERNANDES, ID: 322907-4;

CAP PM ENF RG 89.431 BRUNO RAFAEL GOMES VALOIS, ID:

CAP PM ENF RG 89.445 THIAGO DOS SANTOS MARIQUITO, ID: 4354523-8.

HPM/NIT:

1º SGT PM RG 68.745 ALEX SANDRO PEREIRA PINTO, ID: 2241166-6

1º SGT PM RG 64.344 GUSTAVO PENHA DIAS, ID: 2466074-4

1º SGT PM RG 68.800 MARCELO DORNELLAS, ID: 2469538-6

1º SGT PM RG 73.092 SILVIA CRISTINA GOMES DEBOSSAN, ID: 2466288-7

2º SGT PM RG: 73512 WLYSSES RENATO CONÇALVES, ID: 2393515-4. Oriundo do processo nº SEI-350207/000658/2021, firmado com a empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada na DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471645

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3649 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. n.º SEI-350207/000650/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 604/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 07/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 604/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 92.177 ROSEMBERG DUARTE DOS ANJOS, ID: 4412319-1, da DSS, e Comissão de fiscalização:

HCPM: MAJ PM ENF RG 76.932 LUCILIA ROSA ALVES DOS SANTOS, ID: 2448065-7, CAP PM ENF RG 89.454 RACHELLI IOZZI NOVOA, ID: 4353576-3 e CAP PM ENF RG 89.462 NAHLU CAVALCANTE DE FREITAS TAVARES, ID: 4360923-6.

Oriundo do processo nº SEI-350207/000650/2021, firmado com a empresa ESSENCIAL RIO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição

de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;
IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;
X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.
Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471646

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3650 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº: SEI-350207/000650/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 605/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 07/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 605/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 92.177 ROSEMBERG DUARTE DOS ANJOS, ID: 4412319-1, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM ENF RG 76.932 LUCILIA ROSA ALVES DOS SANTOS, ID: 2448065-7, CAP PM ENF RG 89.454 RACHELLI IOZZI NOVOA, ID: 4353576-3 e CAP PM ENF RG 89.462 NAHLU CAVALCANTE DE FREITAS TAVARES, ID: 4360923-6. Oriundo do processo nº SEI-350207/000650/2021, firmado com a empresa MEDKA HOSPITALAR EIRELI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471647

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3651 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000650/2021, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 606/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 07/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 606/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 92.177 ROSEMBERG DUARTE DOS ANJOS, ID: 4412319-1, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: MAJ PM ENF RG 76.932 LUCILIA ROSA ALVES DOS SANTOS, ID: 2448065-7, CAP PM ENF RG 89.454 RACHELLI IOZZI NOVOA, ID: 4353576-3 e CAP PM ENF RG 89.462 NAHLU CAVALCANTE DE FREITAS TAVARES, ID: 4360923-6. Oriundo do processo nº SEI-350207/000650/2021, firmado com a empresa IMPERIO PHARMA MEDICAMENTOS LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471648

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3652 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000901/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 616/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 13/12/2022, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 616/2022 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: CB PM RG 95.775 BRUNO DE ANDRADE MARCHESI, ID: 4428616-3, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 90.877 PAULA NÍVEA GONÇALVES LOMARDO, ID: 4403260-9 e CAP PM RG 89.699 CAMILLA FIGUEIREDO DE CASTRO, ID: 4355922-0; SUPLENTE: MAJ PM RG 76.906 HERON COREL DE OLIVEIRA, ID: 2444507-0 e MAJ VICTOR HUGO E HOLANDA COSTA MARTINS, ID: 4398795-8. Oriundo do processo nº SEI-350207/000901/2022, firmado com a empresa MEDKA HOSPITALAR EIRELI.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir. Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471649

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3653 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000815/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 021/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 14/03/2023, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 021/2023 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRÍCIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9, SUPLENTE: MAJ PM RG 89.497 MICHELE MARTINS FERNANDES REIS, ID: 4398751-6; HPM-NIT: MAJ PM FARM RG 89.490 ALEX FIGER, ID: 4403096-7 e CB PM RG 102.259 THIAGO LOPES COUTINHO, ID: 5026805-8, SUPLENTE: 2º SGT PM RG 79.360 IVANILDO GOMES DOS SANTOS, ID: 0594628-0. Oriundo do processo nº SEI-350207/000815/2022, firmado com a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma

ma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;
X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.
Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9 - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471650

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3654 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000815/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 022/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 14/03/2023, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 022/2023 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRÍCIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9, SUPLENTE: MAJ PM RG 89.497 MICHELE MARTINS FERNANDES REIS, ID: 4398751-6; Oriundo do processo nº SEI-350207/000815/2022, firmado com a empresa LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.
Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471651

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3655 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000815/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 023/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 14/03/2023, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 023/2023 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, da DSS, e Comissão de fiscalização: HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRÍCIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9, SUPLENTE: MAJ PM RG 89.497 MICHELE MARTINS FERNANDES REIS, ID: 4398751-6; Oriundo do processo nº SEI-350207/000815/2022, firmado com a empresa UP DISTRIBUIDORA LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como

manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471652

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3656 DE 31 DE MARÇO DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA GESTÃO DE CONTRATOS E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350207/000815/2022, o qual indica servidores para compor a equipe de gestão e fiscalização do contrato nº 024/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 14/03/2023, para realização da gestão e fiscalização do contrato nº 024/2023 os servidores, Gestor de Contratos: CB PM RG 105.168 PAULO RIBEIRO SIMOES REIS DA SILVA, ID: 5078373-4, Gestor Substituto: SD PM RG 106.941 BRUNO PEREIRA DA SILVA, da DSS, e

Comissão de fiscalização:

HCPM: CAP PM RG 89.495 REBECCA GONÇALVES DI LÊU DE CARVALHO, ID: 4349917-1, CAP PM RG 89499 FERNANDA ALVES BOTELHO GUIMARÃES, ID: 4398367-7 e CAP PM RG 89.492 PATRICIA VOLLÚ SILVA, ID: 4398917-9,

SUPLENTE: MAJ PM RG 89.497 MICHELE MARTINS FERNANDES REIS, ID: 4398751-6;

HPM-NIT: MAJ PM FARM RG 89.490 ALEX FIGER, ID: 4403096-7 e CB PM RG 102.259 THIAGO LOPES COUTINHO, ID: 5026805-8,

SUPLENTE: 2º SGT PM RG 79.360 IVANILDO GOMES DOS SANTOS, ID: 0594628-0.

Oriundo do processo nº SEI-350207/000815/2022, firmado com a empresa MEDKA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Os servidores designados no artigo primeiro deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 4º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato para decisão junto à Diretoria Geral de Saúde.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º -O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão de gestão e fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 5º - Caberá a DIRETORIA DE SUPRIMENTOS DE SAÚDE (DSS) a formalização e os procedimentos relativos elaboração e celebração de minutas contratuais, de termos aditivos e apostilamentos, a coleta de assinatura dos representantes das partes, a publicação dos atos em DOERJ e à realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir.

Parágrafo único: Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DSS deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 6º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencado no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 7º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 8º - Fica estabelecido o correio eletrônico gestao_dss@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 9º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 10 - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 11 - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 12 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471653

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3708 DE 11 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- O disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- O Proc. nº SEI-350119/000830/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 21 de março de 2023, o servidor, CB PM RG 92.527 TAISA CASTRO DUARTE, ID FUNC. 4416055-0 em substituição ao 3º SGT PM RG 84.835 MARCIO FARIAS CAVALCANTE, ID FUNC. 4320476-7, para compor a Comissão da 1ª DPJM com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 9527/2019, oriundo do Processo nº SEI-350074/001926/2020, firmado com a empresa LIGHT S/A, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CAP PM RG 80.846 LIDIANI CLAUDINO DE OLIVEIRA SILVA, ID FUNC. 4184061-5

SUBTEN PM RG 74.982 GILBERTO FRANÇA BARBOSA, ID FUNC. 2344996-9

1º SGT PM RG 64.651 MARCUS VINICIUS MACEDO, ID FUNC. 2481592-6

CB PM RG 92.527 TAISA CASTRO DUARTE, ID FUNC. 4416055-0

CB PM RG 92.563 DANIELLE CRISTINA MARTINS GONÇALVES NONATO, ID FUNC. 4416655-7

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471407

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3515 DE 08 DE ABRIL DE 2023

INSTITUCIONALIZA O SERVIÇO DE SUPERVISÃO CORRECCIONAL REMOTA MEDIANTE O MONITORAMENTO DE CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, atendendo proposta do Corregedor Geral da Polícia Militar e:

CONSIDERANDO:

- o que dispõe o Decreto nº 46.600 de 18 de março de 2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro SEPM;

- o que dispõe o Decreto nº 48.394 de 10 de março de 2023, que institui o novo Regulamento do Programa Estadual de Transparência em Ações de Segurança Pública, Defesa Civil, Licenciamento e Fiscalização, e dá outras providências;

- o que dispõe a resolução SEPM nº 2421 de 29 de abril de 2022, estabelece rotina de requisições, solicitações de resguardo e divulgação de conteúdo audiovisual gravado no âmbito da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro;

- o que dispõe a Diretriz nº 013/2022, publicada no Boletim da PM n.º 076, de 02 de maio de 2022, que versa sobre os procedimentos de gestão e utilização das câmeras operacionais portáteis;

- a necessidade de dar atribuições à Corregedoria Geral de Polícia Militar, à Subsecretaria de Comando e Controle e às Unidades Operacionais da Corporação, para aplicação dos fundamentos estatutários e disciplinares, com a execução da Supervisão Correccional Remota mediante o monitoramento de Câmeras Operacionais Portáteis, cuja utilização trata-se de política pública de segurança no Estado do Rio de Janeiro; e

- o Processo nº SEI-3500740012192023;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criado e institucionalizado na estrutura da Corregedoria Geral da Polícia Militar (CGPM), a seção de serviços de Supervisão Correccional Remota (SSCoR/CGPM), das Câmeras Operacionais Portáteis (COP).

Parágrafo único: O SScoR/CGPM terá sua estrutura instalada no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), em parceria e apoio técnico com a Subsecretaria de Comando e Controle (SSCC).

Art. 2º - O SScoR/CGPM tem a finalidade de supervisionar e controlar o correto e efetivo uso das COP, por meio do acesso remoto às referidas câmeras, através dos sistemas informatizados previamente contratados e, também, o de auxiliar os policiais militares em serviço, em situações que exijam o acompanhamento múltiplo de cenários.

§ 1º - A CGPM, empregará diariamente efetivo para a realização do SScoR/CGPM, que terá a responsabilidade de verificar o cumprimento das ordens do Secretário de Estado de Polícia Militar, notadamente com relação:

I - à plena utilização das COP, por todos os policiais militares que se encontrem em serviço operacional;

II - ao uso correto das COP, em conformidade com a Diretriz nº 013/2022, publicada no Boletim da PM n.º 076, de 02 de maio de 2022.

§ 2º - Uma vez que o policial militar da CGPM tenha assumido o SScoR/CGPM, ele seguirá as seguintes orientações:

I - identificar os RG dos policiais escalados no turno e realizar a busca no campo próprio do sistema de COP;

II - verificar se a COP está operacional, retirada e funcionando;

III - abrir a imagem da COP e verificar se encontra na posição correta e se há outra alteração;

IV - realizar o acompanhamento das imagens e o monitoramento do áudio, em tempo real, de um ou dois policiais militares da UOp/E auditada, durante determinado período, nunca inferior à 05 horas de serviço fiscalizado, visando a perfeita execução, após o término do acompanhamento/monitoramento deverá ser orientado ao Policial supervisionado para que efetue a troca do equipamento, devido ao consumo da carga de bateria;

V - o acompanhamento deverá ser feito por amostragem dentre o efetivo da UOp/E auditada;

VI - em havendo alteração, avaliar de que espécie seria:

a) se de situação emergencial, acionar os meios necessários;

b) se a COP não estiver sendo utilizada, ou seja, não estiver sendo portada, acionar a UOp/E para informar o motivo;

c) se a COP tiver sido paga e não houver imagem ou estiver em local alheio, não utilizada, fazer o registro visual da situação;

d) se de posicionamento correto no colete ou de qualquer uso incorreto;

VII - nos casos descritos no inciso antecedente, acionar o policial através de áudio da COP ou, caso não seja atendido, acionar por te-

lefone a sala de operações das Unidades Operacionais (UOp/E), para que essa contate via rádio a guarnição que foi identificada;

§ 3º - Qualquer alteração deverá ser lançada em Livro de Parte Diária (LPD) do SScoR/CGPM.

Art. 3º - O SScoR/CGPM deverá elaborar relatório, diário, de acompanhamento, informando óbices identificados, demandas, sugestões e elogios pelo uso do equipamento por parte das Polícias Militares, ao Subsecretário Geral a quem caberá dar o devido tratamento.

Parágrafo Único - Cópia do relatório deverá ser direcionada à DIT/COOMON quando houver necessidade de realização de avaliação técnica dos equipamentos fiscalizados.

Art 4º - Os equipamentos descritos no caput que estiverem presentes ou registrarem imagens e gravações de ocorrências policiais envolvendo letalidade violenta, deverão ser recolhidos à Doca de descarregamento de vídeos da Unidade imediatamente após os fatos, acompanhado pelo superior hierárquico do policial militar que primeiro tomar conhecimento dos fatos, ato em que o policial militar utilizador deverá acautelar outra câmera para continuidade do serviço.

Parágrafo Único - Os supervisores dos policiais militares envolvidos nos procedimentos previstos no caput, deverão efetuar o lançamento em LPD das numerações das câmeras envolvidas nos fatos e os horários de inserção nas Docas.

Art. 5º - A Subsecretaria de Comando e Controle deverá proporcionar os recursos necessários à execução do SScoR/CGPM, tanto em relação ao espaço físico, com mesas, computadores, telefones e, se for o caso, radiotransmissores, bem como o suporte tecnológico necessário à resolução de eventuais óbices técnicos, inclusive junto à empresa contratada para prover o serviço.

Art. 6º - Todas as UOp/E que possuam COP deverão atender às eventuais requisições dos policiais militares que atuam no SScoR/CGPM, sejam elas em relação a orientações a serem repassadas aos policiais militares, que sejam de documentações, escalas e outras necessidades relacionadas à supervisão.

Art. 7º - O direcionamento operacional do SScoR/CGPM será feito pela CGPM, a quem caberá o planejamento das UOp/E e dos CPA a serem auditados, atendendo às diretrizes e ordens emanadas do Estado Maior Geral e do Comando Geral da Corporação.

Art. 8º - Sem prejuízo do SScoR/CGPM, os Comandos Intermediários, cujas OPM façam uso de COP, deverão providenciar a instalação de serviço semelhante, a ser realizado na sede do Comando e com abrangência nas respectivas regiões.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471453

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3716 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA GESTOR E GESTOR SUBSTITUTO PARA AS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000950/2023, o qual indica servidores para a designação de Gestor e Gestor Substituto para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado a contar de 28 de março de 2023 o MAJ PM RG 77.280 ALMIR TIMOTHEO BELTRAN, ID: 2446754-5, da CGPM como Gestor do instrumento contratual nº 037/2023, oriundo do Processo nº SEI-350192/000624/2023, firmado com a empresa TOYOTA DO BRASIL LTDA e o MAJ PM RG 77.578 JAILSON DE OLIVEIRA CHARLES, ID: 0592871-0, da DT, como Gestor Substituto em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;

II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;

III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;

V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;

VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;

VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;

VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;

IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;

X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;

XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, ins-

truindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DO or ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;

II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;

III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;

IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;

V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;

VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a carga da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 6º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art.7º - Fica estabelecido o correio eletrônico **aquisicoes_dlp@pmerj.rj.gov.br** como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471622

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3617 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/000950/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 28 de março de 2023, os servidores: 1º SGT PM RG 64.869 SÉRGIO PAULO DA SILVA YARZON, ID FUNC. 2248407-8, do CGPM, o CB PM RG 101.754 CLEITON SOARES VICENTE, ID FUNC. 5024646-1, da DT, e o CB PM RG 105.735 CAMILA PEREIRA MOTA LEITE, ID FUNC. 5080060-4, da DT, para compor a Comissão com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 037/2023, firmado com a empresa TOYOTA DO BRASIL LTDA, oriundo do Processo Administrativo nº SEI-350192/000624/2023.

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471623

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3722 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI-350454/000769/2023, o qual indica servidor para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 04 de abril de 2023, o servidor CB PM RG 105.344 LUIZ CARLOS DE PAIVA GOMES, ID FUNC. 5079011-0, em substituição ao CB PM RG 94.099 JADERSON ANJOS DOS SANTOS, ID FUNC. 4420941-0, para compor a Comissão da 3ª UPP/3ºBPM com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 059/2022, oriundo do Processo nº SEI-350192/000379/2022, firmado com a empresa DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADAS EIREL, passando a referida comissão ter a seguinte composição:
CB PM RG 105.344 LUIZ CARLOS DE PAIVA GOMES, ID FUNC. 5079011-0
1º TEN PM RG 104.594 ALESSANDRO JULIANO VITALIANO DE OLIVEIRA, ID FUNC. 5034413-7
CB PM RG 97.880 PATRICK HERNANE RIBEIRO DE AQUINO, ID FUNC. 5008960-9

Art. 2º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao Gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao Gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos mem-

bro de esta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.
Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de abri de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471825

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3723 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/001077/2023, o qual indica servidores para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 06 de Março de 2023, o servidor 2º TEN PM VALMIR DE SOUZA SILVA e o CB PM RG 103.361 MOISÉS ALVES INÁCIO, em substituição ao 2º TEN PM RG 107.979 FELIPPE CARLOS DE SOUZA MARTINS e ao CB PM RG 90.894 ÉRICA MONTEIRO CARDOSO, para compor a Comissão do BOPE com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 001/2023, oriundo do Processo nº SEI-350169/000905/2022, firmado com a empresa JP CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA. Passando a referida comissão ter a seguinte composição:

MAJ PM RG 72.669 JOÃO RODRIGO CEZAR TEIXEIRA SAMPAIO
2º TEN PM RG 62.925 VALMIR DE SOUZA SILVA
CB PM RG 103.361 MOISÉS ALVES INÁCIO
CB PM RG 91.118 IGOR DE OLIVEIRA DOS SANTOS
CB PM RG 93.053 MICHELE DANTAS SZAPOWAL

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:
I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - Comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - Manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - Viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
III - Providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do Curso Expedito de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471536

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3724 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350103/000436/2023, o qual indica servidores para substituição em comissão de fiscalização.

Art. 1º - Fica designado, a contar de 05 de abril de 2023, o servidor CB PM RG 92.831 LEANDRO DANTAS DOS SANTOS, ID FUNC. 4416716-4 em substituição 1º SGT PM 74.069 HERVAL MIRANDA MACHADO NETO, ID FUNC. 217526-64, para compor a Comissão da Diretoria de Finanças com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 012/2022, oriundo do Processo nº SEI-350192/001157/2021, firmado com a empresa LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CB PM RG 92.547 TATIANA FERREIRA DE PAULA, ID FUNC. 4416116-6CB PM RG 92.831 LEANDRO DANTAS DOS SANTOS, ID FUNC. 4416716-4
CB PM RG 101.717 EDUARDO FERREIRA, ID FUNC. 5025397-2
CB PM RG 103.684 MARIANA DE ALMEIDA ANASTÁCIO, ID FUNC. 5031329-0

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do Curso Expedito de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471537

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3725 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350035/002223/2023, o qual indica servidores para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 10 de fevereiro, o servidor CAP PM RG 84.557 HENRIQUE BARROS DA SILVA ID 4274737-6 e o 1º TEN PM RG 91.123 HERIGON LUIZ SOUSA MELLO ID , em substituição ao MAJ PM RG 66400 HIRAN CESAR ROQUE GOMES ID 2444606-8 e CAP PM RG 84.572 JARDEL DA SILVA FEITOSA ID 4276072-0, para compor a Comissão do 18ºBPM com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 001/2023, oriundo do Processo nº SEI-

350169/000905/2022, firmado com a empresa JP CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA. Passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CAP PM RG 84.557 HENRIQUE BARROS DA SILVA
1º TEN PM RG 91.123 HIRIGON LUIZ SOUSA MELLO
SUBTEN PM RG 62.660 RUBEN CARLOS DE ALBUQUERQUE RODRIGUEZ
1º SGT PM RG 72.062 EDSON DE OLIVEIRA MIRANDA
CB PM RG 89.758 GABRIEL HENRIQUE CASEMIRO DA SILVA

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do Curso Expedito de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471535

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3727 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA A SUBSTITUIÇÃO DE GESTOR E SUBSTITUTO ÀS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI-350486/001095/2022, o qual indica servidor para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 30 de março de 2023, o servidor 1º TEN PM RG 106.405 ADRIAN DA SILVA MAIA, ID FUNC. 5089185.5, em substituição a CB PM RG 92.488 LEONARDO ARGOLLO DE LIMA, ID FUNC. 4416745-8, como Gestor; e o servidor 1º SGT PM RG 64.953 JOUBERT DA SILVA MEIRA, ID FUNC. 2300704-4 em substituição ao CB PM RG 105.265 VINÍCIUS LEAL FERREIRA AGUIAR ID FUNC. 5078510-9, lotado da DGTIC como Gestor Substituto do instrumento contratual nº 046/2021, oriundo do Processo SEI-350192/000888/2022, firmado com a empresa CLARO S/A.

Art. 2º - É de responsabilidade do Gestor e Gestor Substituto executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;
II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;
III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como Gestor ou Fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;

IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;
V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;
VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;
VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;
IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;
X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
XI - comunicar ao Chefe da Seção de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOr ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;
II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;
III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;
IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a Nota Fiscal ou outro documento orientador do pagamento, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;
VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.
Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600 de 16 de março de 2016.

Art. 6º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art. 7º - Fica estabelecido o correio eletrônico contratos contínuos dlp@pmerj.rj.gov.br como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471823

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3728 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350037/001966/2023 o qual indica servidores para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 12 de abril, o servidor 2º SGT PM RG 76.463 FERNANDO LOPES TEIXEIRA FILHO em substituição ao servidor SUBTEN PM RG 57.505 LUIZ ANTÔNIO PORTO BATISTA para compor a Comissão do 20ºBPM com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 001/2023, oriundo do Processo nº SEI-350169/000905/2022, firmado com a empresa JP CONSTRUÇÕES REFORMAS E INSTALAÇÕES EM GERAL LTDA, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CAP PM RG 82.484 NELSON ESTEVAM CARVALHO JUNIOR
1º SGT PM RG 65.532 CARLOS EUGÊNIO B. JÚNIOR
1º SGT PM RG 73.199 CARLOS ALBERTO RIBEIRO BEZERRA
1º SGT PM RG 74.738 ALEXANDRE PAZ PIMENTEL
2º SGT PM RG 76.463 FERNANDO LOPES TEIXEIRA FILHO

Art. 2º - O servidor designado no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;
II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;
III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;
IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;
VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;
II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita aos gestores do Contrato (Diretoria de Licitações e Projetos) para decisão junto à Diretoria Geral de Apoio Logístico.
III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI aos Gestores do Contrato.

§ 1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§ 2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do Curso Expedito de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativo.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471554

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3729 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA GESTOR E GESTOR SUBSTITUTO PARA AS ATIVIDADES GERENCIAIS, TÉCNICAS E OPERACIONAIS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. nº SEI-350192/001095/2023, o qual indica servidores para a designação de Gestor e Gestor Substituto para as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado a contar de 13 de abril de 2023 o CAP RG 89.657 ROBERTO VIEIRA GONÇALVES, ID: 4398922-5, do RPMONT como Gestor do instrumento contratual nº 040/2023, oriundo do Processo nº SEI-350192/002165/2022, firmado com a empresa GOLDEM DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÃO EIRELI e o 1º TEN 104.583 LUAN RODRIGUES BARBOSA, ID: 5034379-3, do RPMONT, como Gestor Substituto em caso de férias, licenças e outros eventuais afastamentos.

Art. 2º - É de responsabilidade dos Gestores e Gestores Substitutos executar, além dos atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais elencados no art. 12 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - zelar pela manutenção da cobertura contratual, pelas alterações e atualizações dos contratos;
II - deflagrar os procedimentos administrativos necessários à aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação em vigor, referente ao contrato formalmente passado a sua responsabilidade, especialmente, no tocante à notificação preliminar, quando for a hipótese;
III - declarar-se impedido ou providenciar junto à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP a substituição imediata de servidor designado como gestor ou fiscal do contrato, na forma do art. 10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016;
IV - coordenar e apoiar às comissões fiscalizadoras, praticando, para tanto, todos os atos inerentes às atividades gerenciais, técnicas e operacionais cabíveis ao exercício dessa função, em conformidade com a legislação de referência, bem como os atos constantes nesta resolução;
V - solicitar às Unidades beneficiadas a apresentação de documentos comprobatórios da correta execução contratual, através da fiscalização feita pela comissão existente na Unidade;
VI - solicitar à contratada comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômica e técnica do contrato, periodicamente, bem como requerer informações e relatórios

pertinentes à consecução do serviço e à correta execução do contrato sob sua responsabilidade;
VII - conferir as notas fiscais atestadas pela comissão fiscal, relativas ao contrato, encaminhando-as ao setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos;
VIII - receber dos fiscais do contrato a documentação comprobatória da boa execução dos serviços e os termos de recebimento de material e serviço (provisório e definitivo), bem como produzir e exigir da Comissão fiscalizadora relatórios circunstanciados relativos à aquisição de equipamentos de grande vulto, respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com as respectivas notas fiscais;
IX - abrir reclamação junto às contratadas devido ao não atendimento de obrigações estipuladas no contrato, no termo de referência ou norma legal específica do objeto, bem como a submissão de pedido de normalização da prestação devida;
X - solicitar todas as informações relativas ao contrato, que forem necessárias ao melhor gerenciamento da execução do objeto contratado;
XI - comunicar ao Chefe da Coordenação de Contratos sobre todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;
XII - abrir processo de apuração de descumprimento contratual, instruindo-o com o máximo possível de provas da conduta irregular adotada pela contratada, especialmente quanto a comprovação: de datas de solicitações de atendimento; datas de início e término de prazos de entrega; datas de entregas efetivamente realizadas, visando instruir o cálculo de eventuais multas de mora. Além dos documentos comprobatórios de comunicação a contratada de descumprimento contratual; de pedido de esclarecimentos quanto à conduta; e de pedido de normalização da prestação;

Art. 3º - Cabe à Diretoria de Orçamento - DOR ou à Diretoria de Finanças - DF o controle de recebimento de notas, sendo responsáveis por:

I - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, a partir da informação enviada pelos setores responsáveis pelo pagamento;
II - confrontar o preço total e as quantidades constantes em Nota Fiscal, ou outro documento orientador do pagamento, com o valor nominal máximo estabelecido no contrato;
III - realizar auditorias de consistência entre os dados das notas fiscais, ou outro documento orientador de pagamento, com os comprovantes de realização do serviço, sempre que solicitado pelo gestor do contrato ou quanto identificar alguma incongruência nos dados que justifique conferência detalhada, não eximindo a responsabilidade pelos procedimentos de atestação feitos pela comissão fiscal, responsável pelo recebimento de serviços e bens;
IV - receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal, para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
V - acusar, mensalmente, o não recebimento; o recebimento fora do prazo regulamentar; o recebimento sem os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação de despesas; falhas formais nos procedimentos de atestação (datas, carimbos, assinaturas, ofícios de remessa); valores faturados acima do limite máximo (valor nominal do contrato) de notas fiscais, ou outro documento orientador do pagamento, avisando ao respectivo responsável de tramitação e acompanhamento contratual para medidas de cobrança do envio;
VI - receber e registrar o valor das notas de empenho vinculadas à contratação, acompanhando o saldo de empenho até o limite legal.

Art. 4º - Caberá a DIRETORIA DE LICITAÇÕES E PROJETOS - DLP: a publicação dos atos em DOERJ, a realização de pesquisa de mercado para a verificação de economicidade, nos casos em que a legislação assim o exigir, e a prestação de esclarecimentos e orientações no bojo da gestão e fiscalização.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou de disponibilidade restrita ao mercado local, o Setor de Pesquisa de Mercado da DLP deverá ser auxiliado pelo Setor Técnico Requisitante da demanda para fins de realização da referida pesquisa mercadológica.

Parágrafo Único - Em casos de objetos de grande complexidade ou especificidade, a cargo da DLP, a realização da Pesquisa de Mercado poderá ser auxiliada por órgão técnico da corporação, ou pela unidade a ser beneficiada, em casos objeto somente disponível em mercado local.

Art. 5º - O Gestor e o Gestor Substituto, elencados no art. 1º, poderão ter dedicação exclusiva às suas atribuições, na forma do §3º do art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016.

Art. 6º - Cabe ao Gestor e ao Gestor Substituto, em conformidade à previsão contida no art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento ao mandamento esculpido no BOL da PM nº 068, de 16 de abril de 2020, atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Art.7º - Fica estabelecido o correio eletrônico **aquisicoes_dlp@pmerj.rj.gov.br** como canal de comunicação entre as Unidades Beneficiadas e a Diretoria de Licitações e Projetos, além dos demais meios formais previstos.

Art. 8º - Enquanto não for publicada em DOERJ a substituição dos membros da comissão fiscal, ficam os servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471627

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3730 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Processo nº SEI-350192/001095/2023, o qual indica servidores para compor a equipe de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados, a contar de 13 de Abril de 2023, os servidores: 1º SGT 68.888 JOSÉ DOMINGOS PEREIRA, ID FUNC. 2500523-5, do RPMONT, o 1º SGT 69.178 VALNEI DUARTE DA CUNHA, ID FUNC. 2500604-5, do RPMONT, e o CB RG 103.226 ELISANGELA LIMA DE CARVALHO SILVA, ID FUNC. 5030116-0, do RPMONT, para compor a Comissão com o objetivo de fiscalizar o instrumento contratual nº 040/2023, firmado com a empresa GOLDEM DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÃO EIRELI, oriundo do Processo Administrativo SEI-350192/002165/2022.

Art. 2º - Os servidores designados no artigo anterior deverão acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao

exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por dois servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao gestor, de todas as informações relativas a execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, dois membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471654

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3731 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI-350061/001534/2023, o qual indica servidor para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 05 de abril de 2023, o servidor CB PM RG 99.078 LEONARDO LUIZ POLYDORO ANDRADE, ID FUNC. 5015237-8, em substituição ao CB PM RG 91.206 MARCELA DA SILVA GOMES, ID FUNC. 4407690-8, para compor a Comissão da BOPE com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 054/2022, oriundo do Processo nº SEI-350192/000560/2020, firmado com a empresa ABORGAMA DO BRASIL LTDA, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

CB PM RG 99.078 LEONARDO LUIZ POLYDORO ANDRADE, ID FUNC. 5015237-8
3º SGT PM RG 89.222 BRUNO LEONARDO SANTOS DE OLIVEIRA, ID FUNC. 4387141-0
2º TEN PM RG 108.509 JONATHAN LOPES DOS SANTOS, ID FUNC. 5103636-3

Art. 2º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao Gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao Gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471822

RESOLUÇÃO SEPM Nº 3732 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA SUBSTITUIÇÃO EM COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da Administração Pública e,

- o Proc. SEI-350072/001195/2023, o qual indica servidor para substituição em comissão de fiscalização.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado, a contar de 15 de março de 2023, os servidores CB PM RG MARCIO DA SILVA COSTA MATTOS, ID FUNC. 4410254-2 e CB PM RG DIANA DA SILVA SANTOS, ID FUNC. 4428583-3, em substituição aos servidores 2º SGT PM RG 77.875 PETER ARAUJO LOPES, ID FUNC. 2479721-9 e CB PM RG DANIELLA NIERO VILLELA, ID FUNC. 5080630-0, para compor a Comissão do CPAM com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 059/2022, oriundo do Processo nº SEI-350192/000379/2022, firmado com a empresa DADY ILHA SOLUÇÕES INTEGRADAS EIRELI, passando a referida comissão ter a seguinte composição:

1º SGT PM RG 64.497 ANILSON PONTES DE PAULA, ID FUNC. 2479721-9
CB PM RG MARCIO DA SILVA COSTA MATTOS, ID FUNC. 4410254-2
CB PM RG DIANA DA SILVA SANTOS, ID FUNC. 4428583-3

Art. 2º - O(s) servidor(es) designado(s) no artigo anterior deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e seus aditivos, bem como manter os Gestores do contrato atualizados sobre o desempenho da execução contratual, praticando, para isso, todos os atos inerentes ao exercício dessa função, incluindo, além daqueles elencados no art. 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016:

I - a atestação das notas fiscais relativas ao contrato, por 2 (dois) servidores membros da comissão;

II - encaminhamento, ao Gestor do contrato, de toda documentação comprobatória da boa execução e o termo de recebimento do serviço, bem como os relatórios circunstanciados contendo as alterações observadas (se houver), respeitados os prazos contratuais e legais, juntamente com respectivas notas fiscais;

III - prestação, ao Gestor, de todas as informações relativas à execução do contrato que o mesmo necessitar;

IV - comunicação, ao Gestor do contrato, de todas as alterações na execução do ajuste contratual para fins de adoção das providências administrativas cabíveis, o mais breve possível;

V - efetuar a glosa nas notas fiscais por eventuais falhas durante a execução do contrato;

VI - abrir processo de liquidação com as notas fiscais relativas ao serviço, conforme previsão contratual, inserindo um despacho relatando todas as falhas observadas na execução contratual de modo a municiar o gestor com as informações necessárias a fim de notificar a contratada visando à apuração e a aplicação das devidas sanções administrativas por descumprimento de contrato.

Art. 3º - Fica sob a responsabilidade da UNIDADE BENEFICIADA pelo contrato:

I - manter, sempre, no mínimo, 2 (dois) membros da comissão fiscalizadora em condições de analisar, conferir, atestar ou validar a atestação das notas fiscais do contrato relacionado;

II - viabilizar, na hipótese de transferência do servidor designado como fiscal, que a apresentação na Unidade de destino, somente ocorra após a publicação em DOERJ do substituto. A indicação para substituição de servidores designados como fiscais deverá ser feita junto a Diretoria de Licitações e Projetos - DLP, devendo o Gestor do Contrato ser informado imediatamente.

III - providenciar a substituição imediata de servidor designado que se achar impedido na forma do art.10 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, encaminhando a solicitação através de SEI à Diretoria de Licitações e Projetos - DLP.

§1º - O agente público em situação de impedimento fica obrigado a comunicá-lo aos seus superiores imediatamente, a fim de que seja providenciada a designação de outro servidor.

§2º - Enquanto não for publicada no DOERJ a substituição dos membros desta comissão fiscal, ficam estes servidores vinculados à atividade de acompanhamento e controle da execução contratual.

Art. 4º - É de responsabilidade da comissão de fiscalização verificar se as notas fiscais estão sendo inseridas e tramitadas no endereço eletrônico sisnota.pmerj.rj.gov.br, conforme publicação em BOL PM nº 213, de 19 de novembro de 2015, págs. 70 a 79, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da confecção dos processos de liquidação.

Art. 5º - Fica estabelecido que as comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas, e os demais setores que estão envolvidos na execução do contrato, direta ou indiretamente, deverão disponibilizar todas as informações necessárias ao exercício das atribuições aqui delegadas, com a maior celeridade possível, e dar acesso às instalações e dependências onde ocorrer a prestação do serviço ou a entrega de materiais, sempre que solicitado pelo Gestor ou por qualquer um dos membros de sua equipe de apoio.

Art. 6º - As comissões fiscalizadoras das Unidades beneficiadas deverão obter em arquivo próprio a cópia do Termo de Referência e do Instrumento Contratual, bem como municiar-se de informações acerca da consecução da fiscalização, na forma do art. 11, IV do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, bem como, em cumprimento do mandamento esculpido no BOL da PM nº 068 de 16 de abril de 2020 atentar à obrigatoriedade de realização do curso de Gestão e fiscalização de contratos.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ HENRIQUE MARINHO PIRES
Secretário de Estado de Polícia Militar

Id: 2471824

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

ATO DO SECRETÁRIO
DE 04.04.2023

NOMEAR, com validade a contar de 01 de janeiro de 2023, **LUIS ALBERTO GRISÓLIA GONÇALVES** - TEN CEL PM RG 63.432, ID Funcional 21699755, no cargo em comissão de Comandante, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Polícia Militar, anteriormente ocupado por Marcelo de Menezes Nogueira, Cel. PM RG 53.582, Id. Funcional n.º 24998656. Proc. n.º SEI-350088/000192/2023.

Id: 2470679

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 14.04.2023

PROCESSO Nº SEI-150001/007897/2023 - AUTORIZO a disposição do 3º SGT PM RG 85551 FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO CÔRREA, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 19ºBPM, para a ALERJ a fim de exercer suas funções no Gabinete do Deputado Poubel, pelo período de 02 (dois) anos, em permuta com o CB PM RG 99054 ANDRES ANGELO PACHECO DA SILVA E SILVA, que retorna para Corporação, nos termos do Decreto nº48.259/22.

Id: 2471565

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 14.04.2023

PROCESSO Nº SEI-390001/000068/2023 - AUTORIZO a disposição do 1º TEN PM RG 90.795 DIEGO COSTA RIBEIRO, ID. Funcional 44045530, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado no 10º BPM, para o Gabinete de Segurança Institucional, pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do Decreto nº 48.259/2022.

Id: 2471735

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 13.04.2023

PROCESSO Nº SEI-350432/000315/2023 - AUTORIZO em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350072/001404/2023 - AUTORIZO em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2471528

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 21/03/2023

PROCESSO Nº SEI-350133/0000054/2023 - CAPITÃO PM RG 59.175 MARCELO STEIN DE LIMA de ID Funcional: 24989754 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 27/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-350015/000785/2022 - SUBTENENTE PM RG 63.336 MARCELO ALMEIDA DOMINGOS ID Funcional: 23756659 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor **FAZ JUS** ao abono de permanência a partir de 23/10/2022.

Id: 2471434

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 13.04.2023

PROCESSO Nº SEI-350042/001882/2023 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2471491

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 13.04.2023

PROCESSO Nº SEI-350091/004791/2023 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº SEI-350063/003050/2023 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.

Id: 2471462

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 20/03/2023

***PROCESSO Nº SEI-350207/000297/2022 - HOMOLOGO** o resultado do Pregão Eletrônico nº SRP nº 11/2023 às empresas ZAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, CNPJ 72.120.744/0001-50, vencedora do lote 2, com o valor total de R\$ 14.550,00 (quatorze mil quinhentos e cinquenta reais), PROCARE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 05.050.260/0001-95, vencedora do lote 3, com o valor total de R\$ 101.638,80 (cento e um mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), MARTELL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.956.455/0001-00, vencedora dos lotes 4 e 7, com o valor total de R\$ 154.749,80 (cento e cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), perfazendo o valor total registrado de R\$ 270.938,60 (duzentos e setenta mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta centavos).

*Republikado por incorreção no original publicado no D.O do dia 27/03/2023.

Id: 2471532

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 11/04/2023

PROCESSO Nº SEI-350106/002542/2021 - HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022 - SEPM, cujo objeto é a contratação de serviços de realização de exame de mormo para suprir as necessidades do Serviço de Veterinária da SEPM, para a empresa CMV DE VENDA DAS PEDRAS CLINICA VETERINARIA LTDA (01.507.437/0001-89) (MPE), no valor global de R\$ 34.719,00.

Id: 2471505

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE SAÚDE

DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 12.04.2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350207/000687/2022- AUTORIZO a despesa referente à aquisição de MEDICAMENTOS, através do Pregão Eletrônico (SRP) nº 034/2022 (FSERJ) em favor das empresas: LEMAN MEDICAMENTOS E CIA LTDA , CNPJ nº 40.600.760/0001-54, com o valor de R\$ 20.150,00 (vinte mil cento e cinquenta reais),CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ nº 44.734.671/0001-51, com o valor de R\$ 79.050,00 (setenta e nove mil cinquenta reais).Perfazendo o valor total em R\$ 99.200,00 (noventa e nove mil e duzentos reais)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350207/000842/2022- AUTORIZO a despesa referente à aquisição de MEDICAMENTOS, através do Pregão Eletrônico (SRP) nº 011/2022 (FSERJ) em favor da empresa: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 36.325.157/0001-34, com o valor de R\$ 17.967,00 (dezessete mil novecentos e sessenta e sete reais)

Id: 2471475

DIRETORIA DE VETERANOS E PENSIONISTAS

DESPACHOS DO DIRETOR
DE 14.04.2023

PROCESSO Nº SEI-350523/002477/2021 - FIXADOS, com validade a contar de 01.01.2019, os proventos de ANDRÉ LUIS ARAUJO VIDAL, CEL PM RG 50.901

PROCESSO Nº SEI-350523/002593/2022 - FIXADOS, com validade a contar de 09.03.2022, os proventos de TADEU TARCISIO LIMA FREIRE, MAJ PM RG 43.290

Id: 2471673

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO DIRETOR GERAL
DE 23.03.2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000684/2023 - RATIFICO a despesa, de acordo com o que estabelece o § 1º do Artigo 82 da Lei Estadual nº 287/79, em favor da Empresa SPEED35 CAR ILHA OFICINA MECANICA LTDA, situada no endereço Praia do Jequia, 35, Centro, Ribeira, Ilha do Governador - RJ, CEP: 21930-010, e inscrita no CNPJ/MF sob o no 19.416.928/0001-80, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, na forma do Projeto Básico e do instrumento convocatório, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na forma do art.25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atender as necessidades de manutenção de frota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2471718

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL
DE 23.03.2023

PROCESSO Nº 350515/000546/2023 - Este Subdiretor Geral, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução SEPM nº 3.358, de 25/01/2023, **AUTORIZA** a despesa, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, na forma do Projeto Básico e do instrumento convocatório, que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Polícia Militar e a empresa ANISIO AUTO PECAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.138.602/0001-06, estabelecida no endereço Rua João Fernandes, 486, Nossa Senhora das Graças, Natividade/RJ. CEP 28380-000, no valor de R\$ 33253.00 - (trinta e três mil, duzentos e cinquenta e três reais) para atender as necessidades de manutenção de frota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Id: 2471758

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL
DE 23.03.2023

***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000252/2023** - Este Subdiretor Geral, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução SEPM nº 3358 de 25/01/2023, **AUTORIZA** a despesa, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, na forma do Projeto Básico e do instrumento convocatório, que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Polícia Militar e a empresa FAST BOX CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, situada no endereço Rua Maurício da Costa Faria, 85, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22790-285, e inscrita no CNPJ/MF sob o no 02.881.179.0001/69, no valor de R\$ 249.687,68 (duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos) para atender as necessidades de manutenção de frota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

*Republikado por incorreção no original publicado no D.O de 11.04.2023.

Id: 2471428

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL
DE 23.03.2023

***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000496/2023** - Este Subdiretor Geral, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução SEPM nº 3358 de 25/01/2023, **AUTORIZA** a despesa, despesa, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, na forma do Projeto Básico e do instrumento convocatório, que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Polícia Militar e a empresa DMBX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, situada no endereço Rua Vanilda Machado Teixeira, 24, Santana, Itaguaí - RJ,CEP: 23811-510, e inscrita no CNPJ/MF sob o no 09.589.379/0001-91, no valor de e R\$ 379.882,24 (trezentos e setenta e novo mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos) para atender as necessidades de manutenção de frota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

*Republikado por incorreção no original publicado no D.O de 11.04.2023.

Id: 2471716

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL
DE 23.03.2023

***PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000684/2023** - Este Subdiretor Geral, no uso de suas atribuições legais e com base na Resolução SEPM nº 3358 de 25/01/2023, **AUTORIZA** a despesa, referente a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes, na forma do Projeto Básico e do instrumento convocatório, que entre si celebram o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado da Polícia Militar e a empresa SPE-ED35 CAR ILHA OFICINA MECANICA LTDA, situada no endereço Praia do Jequia, 35, Centro, Ribeira, Ilha do Governador - RJ, CEP: 21930-010, e inscrita no CNPJ/MF sob o no 19.416.928/0001-80, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para atender as necessidades de manutenção de frota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

*Republikado por incorreção no original publicado no D.O de 11.04.2023.

Id: 2471719

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO
DO CREDENCIAMENTO

Realizada no dia 13 de abril de 2023, iniciada às 12h, na sede da Diretoria de Transporte, situada na Av. Salvador de Sá, 02 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.

Início: 12h

Término: 13h

- Ref.: SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000546/2023
- PARTES INTERESSADAS: Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, neste ato, representada pela Comissão de Credenciamento da Diretoria de Transporte e a empresa ANISIO AUTO PEÇAS LTDA - CNPJ 03.138.602/0001-06, para o credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas.
- PRESENTES DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO: Maj PM RG 67.790 Carlos Vidal Martin (Presidente), Cb PM RG 105.082 Glaucio Bento de Oliveira, Cb PM RG 105.346 Clelton Samuel Baía e Cb PM RG 105.524 Leonardo Typaldo Caritato.
- RESULTADO: Habilitado para a prestação dos serviços de manutenção e reparação mecânica e elétrica, lanternagem ou funilaria e pintura, alinhamento e balanceamento, borracharia, serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, serviços de capotaria, usinagem, tornearia e solda de veículos automotores, serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, manutenção e reparação de motocicletas e motonetas por estar em conformidade com o Edital.
- VALOR DE TERMO CONTRATUAL: R\$ 33.253,00 (trinta e três mil duzentos e cinquenta e três reais).
- ENCERRAMENTO: Pelo Presidente da Comissão foi decidido declarar habilitada e opinar pela ADJUDICAÇÃO do objeto da presente inexigibilidade de licitação à empresa ANISIO AUTO PEÇAS LTDA - CNPJ 03.138.602/0001-06, para fins de credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas.

Id: 2471755

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA GERAL DE APOIO LOGÍSTICO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO
DO CREDENCIAMENTO

Realizada no dia 04 de abril de 2023, iniciada às 12h, na sede da Diretoria de Transporte, situada na Av. Salvador de Sá, 02 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.

Início: 12h

Término: 13h

- Ref.: SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000684/2023

- PARTES INTERESSADAS: Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, neste ato, representada pela Comissão de Credenciamento da Diretoria de Transporte e a empresa SPEED35 CAR ILHA OFICINA MECANICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.416.928/0001-80, para o credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas.
- PRESENTES DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO: Maj PM RG 67.790 Carlos Vidal Martin (Presidente), Cb PM RG 105.082 Glaucio Bento de Oliveira, Cb PM RG 105.346 Clelton Samuel Baía e Cb PM RG 105.524 Leonardo Typaldo Caritato.
- RESULTADO: Habilitado para a prestação dos serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores por estar em conformidade com o Edital.

- ENCERRAMENTO: Pelo Presidente da Comissão foi decidido declarar habilitada e opinar pela ADJUDICAÇÃO do objeto da presente inexigibilidade de licitação à empresa SPEED35 CAR ILHA OFICINA MECANICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.416.928/0001-80, para fins de credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas

Id: 2471717



360008/001490/2020	5.098.726-7	CELSO GARCIA ARNAUS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360137/000139/2022	5.098.696-1	CHRISTIANO VIEIRA GOMES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360209/000013/2021	5.098.268-0	CRISTINA PAPALÉO SPANGEMBERG CHAVES	Oficial de Cartório Policial	1/2/2019	27/11/2022
360008/001494/2020	5.098.700-3	CRISTIANE TEIXEIRA SOUZA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360175/000021/2020	5.098.709-7	DALMO DE SOUZA GOMES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360008/001519/2020	5.098.702-0	DANIELLE CAPANEMA DE SOUZA CUBAS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360179/000111/2022	5.098.683-0	DANIELLE DE OLIVEIRA DUARTE	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360245/000040/2022	5.098.723-2	DEJANE DA SILVA ALVES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	6/7/2022
360008/001495/2020	5.098.679-1	DEJONATON WENDEROSH DOS SANTOS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360109/000030/2020	5.098.689-9	DIEGO FERREIRA DE MELLO OLIVEIRA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360315/000003/2021	5.098.708-9	ELIZA MARIA CORRÊA GOMES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360165/000031/2020	5.098.678-3	ERIKA DOS ANJOS PINHEIRO CORRÊA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360132/000089/2022	5.098.812-3	EVERTON COSTA DE SOUZA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360008/001498/2020	5.029.817-8	FABIANA BARBOSA DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360164/000038/2021	5.098.719-4	FABIANA FERREIRA ALVES RODRIGUES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360117/000018/2020	5.098.754-2	FÁBIO FITARONI GLÓRIA MOREIRA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360161/000038/2020	5.036.732-3	FELIPE GUTTIERREZ SANTOS DE SOUZA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360182/000027/2022	5.098.703-8	FRANK TEIXEIRA DE FIGUEIREDO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	21/5/22
360215/000113/2022	5.009.397-5	FREDERICO MEDINA PAES RANGEL	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360109/000017/2021	4.423.151-2	GLAUCIO FELIPE LISBOA DE AZEVEDO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000153/2020	5.098.675-9	GLAUCIO LEONARDO DE SENA CORREA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360198/000042/2020	4.377.643-4	GLEISON DE FIGUEIREDO DANTAS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000171/2021	5.098.836-0	HEITOR DE SOUZA QUEIROZ FILHO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	7/5/2022
360168/000133/2022	5.098.692-9	JANDERSON MELO FREITAS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360068/000966/2020	5.098.713-5	JAQUELINE SOUZA RIBEIRO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	15/12/2022
360231/000015/2021	5.026.336-6	JOÃO DE OLIVA FREIRE	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360113/000096/2020	5.098.682-1	JOÃO FELIPE BATISTA DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360141/000100/2020	5.098.720-8	JORIENE BOMFIM DO NASCIMENTO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360039/000729/2022	5.098.697-0	LAURO LOUREIRO LINS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000197/2020	5.026.140-1	LEVI MOISÉS MONTEIRO BOTELHO TORRES RODRIGUES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360188/000052/2022	5.098.816-6	LIVIA PEREIRA DE MELO FONTOURA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000157/2020	5.098.677-5	LUCIANA MARCIEL BRAGA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000159/2020	5.098.680-5	LUIZ CARLOS GUIMARAES DE MATOS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360113/000095/2020	5.098.698-8	LUIZ FELIPE RIBEIRO DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360198/000043/2020	5.098.673-2	LUIZ OTÁVIO BARBOSA DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360120/000034/2020	5.098.835-2	LUIZA BARROS OSTI MAGALHÃES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360198/000044/2020	5.098.716-0	LUIZA GADELHA SAMPAIO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	1/12/2022
360107/000118/2022	5.098.686-4	LUÍSA PORTAL PASCOUTTO DA ROCHA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360161/000037/2020	593.849-0	MARCIO TIBURCIO DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360137/000138/2022	5.098.814-0	MOISES MARQUES PAIXÃO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360168/000134/2022	5.098.693-7	MÔNICA DE OLIVEIRA ROCHA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360142/000096/2021	5.098.825-5	PAULO FABRÍCIO EYER DE ALMEIDA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360179/000112/2022	5.098.827-1	RAFAEL GOMES DE ARAÚJO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360069/000121/2022	5.098.821-2	RAFAEL GONÇALVES LESSA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360143/000146/2022	5.098.704-6	RAMON DE AZEVEDO TEIXEIRA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360211/000012/2022	5.098.822-0	RAQUEL ALVES DE ALBUQUERQUE	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360039/000258/2022	4.358.369-5	RICARDO KLEINLEIN RODRIGUES DE LIMA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360091/000062/2020	4.268.975-9	ROBERTA COELHO ARGON	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360181/000018/2021	5.098.710-0	RODRIGO FRANCO DE SOUZA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360088/000121/2020	5.098.699-6	RODRIGO MARCELO GONÇALVES MARINS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360070/000388/2021	5.098.688-0	ROSA KAROLINE CHAVES DE ALMEIDA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360158/000040/2020	5.098.715-1	SERGIO MAGNO OLIVEIRA VASCONCELOS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360158/000036/2020	5.098.707-0	SILVANA CRISTIANE FREITAS CARDOSO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360183/000022/2020	5.098.695-3	THACIA CRISTINA DIAS QUADROS	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360299/000038/2022	5.098.706-2	THIAGO DE BARROS RIBEIRO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360145/000047/2020	5.098.690-2	THIAGO EVANGELISTA OLIVEIRA GOMES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360150/000057/2022	5.098.701-1	THIAGO RIBEIRO FERREIRA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360165/000030/2020	5.098.685-6	VANESSA DE OLIVEIRA VIEIRA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	9/6/2022
360070/000392/2021	5.098.718-6	VANESSA FERNANDEZ DA CUNHA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	1/12/2022
360150/000124/2021	5.098.705-4	VICTOR SANTIAGO DA SILVA SILVIANO	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360101/000068/2022	5.098.824-7	VITOR DA SILVA VIEIRA ALMEIDA	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360149/000089/2020	5.082.751-0	WALDNEY FONSECA DE SOUZA ALVES	Oficial de Cartório Policial	5/2/2019	4/2/2022
360299/000027/2021	5.099.800-5	ALAIN LADVOCAT CINTRA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360060/000003/2022	5.099.845-5	ALINE MOREIRA DA COSTA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360334/000052/2021	5.099.792-0	CASSIA DE ALMEIDA ALVES VELLOSO	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360069/000152/2020	5.099.844-7	FELIPE DO AMARAL MUNIZ	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360069/000173/2021	5.079.632-1	FILIPE DE BARROS PEREIRA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360069/000154/2020	5.099.788-2	HELDER SOUZA DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360158/000039/2020	5.099.787-4	HÉLIO JOSÉ LOPES DA COSTA JÚNIOR	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360230/000021/2021	5.099.799-8	JOÃO PAULO DAVIES DE SOUZA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360069/000158/2020	5.099.791-2	JULIANA SANTOS THOMPSON BLOISE SERRA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360284/000086/2020	5.099.795-5	LARISSA DA SILVA SIMAS VIEIRA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360150/000056/2022	5.099.793-9	LEONARDO DE ALBUQUERQUE LADI QUEIROZ	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360048/000108/2021	5.099.796-3	PATRÍCIA MELEGARI DO AMARAL	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360069/000162/2020	5.099.794-7	RAFAEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360158/000041/2020	5.099.790-4	RIAN BRUNO TRAVASSOS	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360008/001502/2020	5.099.797-1	ROBSON LOPES DE ABREU JUNIOR	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360103/000010/2021	5.099.843-9	RODRIGO PINHEIRO PEREIRA DA SILVA	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360137/000137/2022	5.099.823-4	THIAGO PALMA DE MORAES	Oficial de Cartório Policial	11/3/2019	10/3/2022
360299/000028/2021	5.100.037-7	ROGÉRIO SALATA BRESCIANI SIMÕES	Oficial de Cartório Policial	15/3/2019	14/3/2022
360303/000187/2020	5.100.115-2	ARMANDO LAURENTINO DA COSTA FILHO	Oficial de Cartório Policial	20/3/2019	19/3/2022
360247/000044/2020	5.100.222-1	CELSO LOPES JUNIOR	Oficial de Cartório Policial	27/3/2019	26/3/2022
360039/001213/2021	5.100.218-3	FELIPE GOMES DE ANDRADE	Oficial de Cartório Policial	27/3/2019	26/3/2022
360037/000035/2022	5.100.217-5	FERNANDO ANTÔNIO FRANCO FERREIRA	Oficial de Cartório Policial	27/3/2019	26/3/2022
360121/000105/2020	5.100.241-8	MARCELO GONÇALVES GOMES	Oficial de Cartório Policial	28/3/2019	27/3/2022
360006/000523/2020	5.100.610-3	PRISCILA FERRARI MORENO	Oficial de Cartório Policial	10/4/2019	9/4/2022
360008/001507/2020	5.100.632-4	TIAGO LUIZ DE ALMEIDA TEIXEIRA	Oficial de Cartório Policial	10/4/2019	9/4/2022
360088/000118/2020	5.010.339-3	VINÍCIUS AUGUSTO MADEIRA	Oficial de Cartório Policial	10/4/2019	9/4/2022
360149/000088/2020	5.101.103-4	ISA LEA PEREIRA ALMEIDA	Oficial de Cartório Policial	30/4/2019	29/4/2022

Id: 2471726

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATO DO SECRETÁRIO
DE 15.03.2023

O SECRETARIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, tendo em vista a Resolução SESEG nº 1254 de 16 de novembro de 2018, que dispõe sobre o estágio probatório, a avaliação especial de desempenho e a comissão de avaliação de desempenho, no âmbito da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e o que consta no processo nº SEI 360008/000757/2022 torna público o ato de reconhecimento de estabilidade da categoria funcional de Investigador Policial com encerramento do Estágio Probatório em agosto de 2022.

SEI	ID	NOME	CARGO	POSSE	CONCLUSÃO
360166/000119/2021	5.103.813-7	THIAGO LIMA DA COSTA	Investigador Policial	19/8/2019	18/8/2022

Id: 2471711

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATO DO SECRETÁRIO
DE 15.03.2023

O SECRETARIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, tendo em vista a Resolução SESEG nº 1254 de 16 de novembro de 2018, que dispõe sobre o estágio probatório, a avaliação especial de desempenho e a comissão de avaliação de desempenho, no âmbito da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e o que consta no processo nº SEI 360008/000033/2022 torna público o ato de reconhecimento de estabilidade de categoria funcional de Inspetor de Polícia com encerramento do Estágio Probatório em março, abril e junho de 2022.

SEI	ID	NOME	CARGO	POSSE	CONCLUSÃO
360201/000014/2020	612.380-5	ALEXANDRE MARCELO DE SOUZA BELLATO	Inspetor de Polícia	10/6/2019	9/6/2022
360249/000040/2021	5.100.069-5	ANNA BEATRIZ TÁVORA NOGUEIRA RODRIGUES	Inspetor de Polícia	19/3/2019	18/3/2022
360069/000172/2021	5.100.613-8	CELINO DUTRA E MELLO JUNIOR	Inspetor de Polícia	10/4/2019	9/4/2022
360088/000129/2020	5.100.348-1	DANIEL FELIPE CABRAL ARAÚJO DOS SANTOS	Inspetor de Polícia	2/4/2019	1/4/2022

Id: 2471722

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATO DO SECRETÁRIO
DE 15.03.2023

O SECRETARIO DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL, tendo em vista a Resolução SESEG nº 1254 de 16 de novembro de 2018, que dispõe sobre o estágio probatório, a avaliação especial de desempenho e a comissão de avaliação de desempenho, no âmbito da Polícia Civil do Rio de Janeiro e o que consta no processo nº SEI 360008/000757/2022, torna público o ato de reconhecimento da estabilidade da categoria funcional de Papiloscopista Policial com encerramento do Estágio Probatório em junho, julho, setembro e outubro de 2022.

SEI	ID	NOME	CARGO	POSSE	CONCLUSÃO
360007/000389/2020	5.102.708-9	ADRIANO MARTINS MENDONÇA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000391/2020	5.102.595-7	AGATHA LIMA COSTA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000392/2020	5.103.190-6	ALAN GONÇALVES DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360048/000375/2021	4.385.799-0	ALEXANDRE AUGUSTO MICELI MORAES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360006/000155/2020	5.103.189-2	AMANDA DA COSTA NICOLICHE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000398/2020	1.244.406-5	ANA BEATRIZ FREITAS IMBUZEIRO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360273/000032/2020	5.102.612-0	ANA PAULA SANT' ANNA COELHO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000698/2020	5.103.188-4	BRENO VINICIUS RAMOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000413/2020	5.102.598-1	BRUNA IGNÁCIO NEVES TAQUETTE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000415/2020	5.009.893-4	BRUNO DE SOUZA IGNACIO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000414/2020	4.404.588-3	BRUNO SANTOS DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360267/000081/2022	5.083.269-7	BRUNO RAMALHO AMALIO DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360268/000005/2021	5.083.262-0	BRUNO VARGAS FERREIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000724/2020	5.006.323-5	CAMILA MONTEIRO BARRETO FRAGA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360262/000069/2020	5.076.438-1	CARLOS AUGUSTO VALBÃO BASTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000352/2020	5.102.600-7	CLAUDIA DA SILVA ROLIM	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360286/000009/2021	5.102.607-4	CRISTIANO BARRETO DE AZEVEDO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360270/000127/2020	5.102.602-3	DANIEL OVÍDIO DOS SANTOS MACHADO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000417/2020	5.102.589-2	DANIELLE GONZALEZ LIMA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000418/2020	5.102.648-1	DANILO SUSINI HADDAD	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360286/000010/2021	4.400.101-0	DIEGO ALEX DE SOUZA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360039/000356/2022	5.102.657-0	DIOGO PARREIRA MAGALHÃES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000419/2020	5.009.936-1	DOUGLAS MAIA DE AZEVEDO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360276/000044/2021	5.102.681-3	DOUGLAS VIEIRA MARTINS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360267/000129/2022	5.102.668-6	EDSON NORA CAMACHO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000150/2020	5.102.609-0	ERIC VIEIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360006/000158/2020	5.081.770-1	ERIKA FERNANDES AGUIAR	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000421/2020	5.103.187-6	ESTEPHANIA EVELLIN AGUIAR DE MEDEIROS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000955/2022	4.200.606-6	EVANIR MARIA DA SILVA MONTEIRO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000151/2020	5.102.588-4	FABIO DA SILVA HIRAMOTO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/001899/2020	5.102.601-5	FABIO VILAS GONÇALVES FILHO	Papiloscopista Policial	27/6/2019	26/6/2022
360007/000667/2021	5.022.793-9	FAGNER SILVA CASSA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000440/2020	5.102.691-0	FELIPE DA COSTA DIAS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000447/2020	5.102.697-0	FERNANDA JAZBIK BARBOSA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000451/2020	5.078.343-2	FERNANDA KAPPEL ALMEIDA DOS SANTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000452/2020	5.102.587-6	FERNANDA SAMPAIO MARRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000353/2020	5.103.186-8	FERNANDO BUROCK INACIO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360040/004283/2022	5.102.705-4	FERNANDO FONSECA PEIXOTO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000354/2020	5.102.606-6	FILIPE LEONARDO DE SOUZA ALVES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360260/000121/2020	5.102.633-3	FLAVIO MORAES DE MATTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000454/2020	5.102.605-8	GABRIEL FRANKLIN FAZENDA SANSÃO ASSAD	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000456/2020	5.098.674-0	GILDO DA SILVA BOTELHO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360057/000101/2022	571.075-8	GLEICE CRUZ MONTEIRO SIMOES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000717/2020	5.102.710-0	GUILHERME PINTO FERREIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000457/2020	5.102.584-1	GUSTAVO AMARAL	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000601/2020	5.077.072-1	GUSTAVO JOSEPH RAMIARINA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360286/000008/2021	5.098.253-2	HAROLDO ASSUMPÇÃO MARTINS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360268/000011/2021	4.380.123-4	IGOR ALEXANDRE DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000155/2020	5.079.235-0	IGOR SOARES GROBA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000603/2020	5.089.191-0	IGOR URGAL PANTALEÃO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000156/2020	5.010.009-2	JEFFERSON AUGUSTO LYRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000604/2020	5.102.647.3	JEFFERSON CARLOS PEREIRA SOARES DE SOUZA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000605/2020	4.372.799-9	JOÃO CARLOS DA SILVA FARIAS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000606/2020	5.102.599-0	JONAS FILIPE FERREIRA COUTINHO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360269/000162/2021	5.098.430-6	JONATAS ROSENDO DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360276/000051/2021	5.102.650-3	JOSÉ LUCIO COELHO TORRES	Papiloscopista Policial	23/7/2019	22/7/2022
360039/000544/2022	5.103.185-0	JUAN JASMIN ALMEIDA FARIA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360261/000072/2020	5.102.596-5	JULIANA DE ALMEIDA FERNANDES FONSECA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000609/2020	4.341.906-2	JULIO CESAR DIAS BARCELLOS JUNIOR	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360270/000126/2020	5.102.593-0	JUSCELINO LEMOS SANTOS JUNIOR	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360039/000668/2022	5.102.592-2	KARINE BUENO GOMIDE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000611/2020	5.102.636-8	LEANDRO ALMEIDA DA LUZ	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000612/2020	5.010.652-0	LEANDRO LIMA FREITAS FERNANDES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000613/2020	5.010.774-7	LEDA CAROLINE SANTOS ROCHA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360261/000073/2020	5.098.242-7	LEIDIANA DE OLIVEIRA MOREIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000380/2020	5.102.591-4	LEONARDO EMERICK VOLLU	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000615/2020	5.102.586-8	LUCIANA DE REZENDE RAMOS DOS SANTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000719/2020	5.102.725-9	LUCIANA ROBAINA PIMENTEL	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000616/2020	5.014.631-9	LUCIANO FERNANDES DA CONCEIÇÃO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000700/2020	5.102.653-8	LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ARAUJO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360261/000074/2020	5.098.293-1	LUIZA FERNANDA GOMES LAGE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000356/2020	5.096.995-1	MARCELLA DAVID CAMARA DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000160/2020	4.381.106-0	MARCELO COUTINHO RIBEIRO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360268/000017/2021	5.102.714-3	MARCELO DA SILVA ROBERTO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360269/000003/2022	4.401.759-6	MARCOS VINICIUS ALVES NOVAES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000620/2020	5.102.663-5	MARCUS RODOLPHO GONÇALVES GARCIA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000660/2021	5.102.610-4	MARCUS VINICIUS BORGES DE SOUZA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000752/2021	5.102.765-8	MARIA CECILIA DA COSTA GONÇALVES BRITO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000664/2021	5.102.597-3	MARIO JORGE DA MOTTA SOLANO ATHAYDE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000621/2020	5.089.331-9	MICHEL CARVALHO DE SOUSA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000655/2021	4.251.363-4	MICHEL LUNA MACHADO FREITAS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360039/000556/2022	5.102.733-0	MICHEL RUFINO SILVEIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000358/2020	5.102.594-9	NATALIA ANDRE ARAGON	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360274/000151/2021	5.102.656-2	NATALIA CARDOSO NIELSEN	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000624/2020	4.440.785-8	NATASHA TANCMAN CANDIDO DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360069/000161/2020	5.102.716-0	OTAVIO SANTOS DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360267/000080/2022	5.102.731-3	PATRICIA LEAL XAVIER	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360008/000990/2022	5.102.721-6	PATRICIA SANTOS FONSECA AFONSO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000626/2020	4.252.486-5	PAULO JOSÉ VILLA DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360276/000053/2021	5.102.693-7	PEDRO ALBUQUERQUE MOREIRA DE ARAÚJO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000627/2020	5.077.216-3	PEDRO HENRIQUE RESNICK TORRES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000628/2020	5.102.692-9	PEDRO PAULO DA SILVA PEÇANHA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000359/2020	5.103.179-5	RACHEL MONTALVÃO AURENÇÃO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360264/000081/2021	5.010.204-4	RAFAEL AZEVEDO PIRES DOMINGUES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360269/000160/2021	5.102.766-6	RAFAEL GOMES DE AQUINO MANHÃES PESSANHA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/002200/2020	5.103.183-3	RAFAEL MARQUES DE JESUS PINTO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360276/000050/2021	5.103.182-5	RAFAEL OLIVEIRA SALES CARVALHO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
3600007/000668/2021	5.102.625-2	RAFAELA DE AZEVEDO FERNANDES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360263/000064/2022	5.102.649-0	RAFAELLA DE OLIVEIRA AZEVEDO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000630/2020	5.102.608-2	RAMON BARRA AZEREDO DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360274/000152/2021	5.102.640-6	REINALDO RODRIGUES ETELVINO DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360006/000162/2020	4.420.694-1	RENAN DA COSTA VALL LLOVERAS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360006/000163/2020	5.102.651-1	RENATA MACEDO PEREIRA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	7/10/2022
360274/000153/2021	5.102.641-4	ROBSON MACHADO MARTINS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000721/2020	5.102.631-7	RODRIGO DE OLIVEIRA ALVES	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360260/000123/2020	4.386.208-0	RODRIGO DE PAULA SANTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000635/2020	5.102.628-7	RODRIGO LOPES MUNIZ SANTOS	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360269/000163/2021	5.102.639-2	RODRIGO OTAVIO DE BARROS GUEDES	Papiloscopista Policial	23/9/2019	22/9/2022
360270/000124/2020	5.008.051-2	RODRIGO OTAVIO DIONISIO SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360259/000003/2022	640.322-0	RODRIGO PIMENTEL DA SILVA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000636/2020	5.102.732-1	RONISON DE OLIVEIRA ZAMBA	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360259/000005/2022	5.102.726-7	RONY FREIRE ANDRADE	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000702/2020	5.102.706-2	ROSANA DE PAIVA AZEVEDO	Papiloscopista Policial	5/7/2019	4/7/2022

360007/000703/2020	5.102.709-7	ROSIELE SOUZA DA SILVA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000704/2020	5.102.722-4	ROSIMEIRE PARRA MACEDO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000705/2020	5.102.704-6	SAMANTHA ACHOUCHE	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000361/2020	4.418.144-2	SHARLITON MAGALHÃES DE SOUZA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000639/2020	5.102.712-7	SILVIA DE ANDRADE CARDOSO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000349/2020	5.102.720-8	STEPHANIE TREIBER	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000640/2020	5.102.730-5	SUELLEN RODRIGUES DA COSTA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360275/000039/2021	4.266.830-1	SUEMAR SILVA MOREIRA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000642/2020	5.102.698-8	TATIANA MARSELHA LINS GARCIA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360269/000161/2021	5.102.713-5	TAYANA KLEUVER JARDIM MONTEIRO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360275/000036/2021	5.102.702-0	THALLES GUIMARAES RAPOSO BOTELHO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000640/2021	5.103.181-7	THAMIRES MARINHO SALDANHA VIEIRA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000690/2020	5.012.917-1	THIAGO CARLOS GUIMARAES	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000364/2020	5.102.700-3	THIAGO FERREIRA CELESTINO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360272/000136/2022	5.081.620-9	THIAGO FREITAS DOS SANTOS	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360006/000164/2020	5.102.699-6	THIAGO GONÇALVES PINHEIRO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000691/2020	5.102.795-0	THIAGO NEVES MEDEIROS	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000706/2020	4.408.379-3	URSULA CRISTINA MANNA MOREIRA DA SILVA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000641/2021	5.102.718-6	VINICIUS DE OLIVEIRA FEITOZA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360272/000106/2021	5.102.695-3	VINICIUS FERREIRA DA SILVA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000384/2020	5.102.603-1	VINICIUS MACHADO DE SOUZA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360286/000005/2021	5.102.711-9	VINÍCIUS MOTTA BIZE	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000385/2020	5.081.805-8	VIVIAN CARREIRA LAGRIMANTE	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000386/2020	5.026.493-1	WAGNER BONFIM DOS SANTOS	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000707/2020	5.102.632-5	WALBERTO DE SOUZA CASTELLO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000693/2020	5.102.661-9	WALLACE DOUGLAS DE ALMEIDA NOGUEIRA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360070/000393/2021	5.102.696-1	WESLEY GOMES DE MATTOS	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360259/000004/2022	5.102.701-1	WILLIAN SIQUEIRA MARTINS	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360007/000723/2020	5.083.411-8	YOHAN WALLACE DE SOUZA ROSA	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022
360271/000012/2021	5.103.180-9	ZINAR PALOTE PEREIRA BARRIONUEVO	Papiloscopista	Policial	5/7/2019	4/7/2022

Id: 2471709

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATO DO SECRETÁRIO DE 10.04.2023

NOMEAR nos termos do inciso V, do art. 1º do Decreto Estadual nº 40644, de 08 de março de 2007 c/c artigo 1º, do Decreto nº 01, de 13 de março de 2018, do Interventor Federal c/c art. 1º, do Decreto Estadual nº 46.581, de 22 de fevereiro de 2019, **LEANDRO MARTINS DE PAIVA PASSOS**, SGT PM, ID Funcional nº 43573398, com validade a contar de 01/04/2023, para o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Subsecretaria de Inteligência, da Secretaria de Estado de Polícia Civil, do Estado do Rio de Janeiro, que teve como último ocupante Mara Margareth Torres Feitosa. Processo nº SEI-360309/000132/2023.

Id: 2471059

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATO DO SECRETÁRIO DE 10.04.2023

NOMEAR nos termos do inciso V, do art. 1º do Decreto Estadual nº 40644, de 08 de março de 2007 c/c artigo 1º, do Decreto nº 01, de 13 de março de 2018, do Interventor Federal c/c art. 1º, do Decreto Estadual nº 46.581, de 22 de fevereiro de 2019, **MURILO ALVES MOURA**, SGT PM, ID Funcional nº 5935130, com validade a contar de 22/03/2023, para o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Subsecretaria de Inteligência, da Secretaria de Estado de Polícia Civil, do Estado do Rio de Janeiro, que teve como último ocupante Leopoldo José de Azevedo Pereira. Processo nº SEI-360309/000131/2023.

Id: 2471055

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

ATOS DO SECRETÁRIO DE 13/04/2023

APOSENTA SEVERINO BERNARDO DA SILVA, identidade funcional nº 2.923.246-5, matrícula nº 263.582-9, Inspetor de Polícia, de 2ª classe, do Quadro Permanente, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005. Processo nº SEI-360241/000005/2023.

Id: 2471496

2º CRP- SERRANA

ATO DO CORREGEDOR REGIONAL DE 12/04/2023

INSTAURA a Sindicância Administrativa Disciplinar nº 407-00008/2023, inominada e de natureza investigativa para apurar o contido na petição 015039-1404/2021. Proc. nº SEI-360219/000121/2023.

Id: 2471243

2º CRP- SERRANA

DESPACHOS DO CORREGEDOR REGIONAL DE 04/04/2023

PROC. Nº SEI-360219/000103/2023 - ARQUIVA a Sindicância Administrativa Disciplinar nº 407-00092/2021, com fundamento no artigo no artigo 30, parágrafo único, alínea “d”, do Decreto 3.044 de 22 de janeiro de 1980.

Id: 2470239

CORREGEDORIA GERAL 3º CRP REGIÃO DOS LAGOS

DESPACHO DO CORREGEDOR REGIONAL DE 12/04/2023

PROCESSO Nº SEI-360220/000231/2020 (SAD 408-00013/2020) ARQUIVE-SE a Sindicância Administrativa Disciplinar com fundamento na alínea “c” do Parágrafo Único do artigo 30 do REPC, aprovado pelo Decreto 3.044/1980.

Id: 2471481

CORREGEDORIA GERAL CORREGEDORIA REGIONAL DA 3º CRP REGIÃO DOS LAGOS

DESPACHO DO CORREGEDOR DE 12/04/2023

PROCESSO Nº SEI-360220/000054/2023 (SAD 408-00016/2019) - ARQUIVE-SE a Sindicância Administrativa Disciplinar com fundamento na alínea “d” do Parágrafo Único do artigo 30 do REPC, aprovado pelo Decreto 3.044/1980.

Id: 2471487

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

CORREGEDORIA GERAL

C

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 04 de abril de 2023 e revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2023

LEONARDO FERREIRA
Subsecretário Executivo de Estado de Saúde

Id: 2471683

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA**

**DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO
DE 13/04/2023**

PROCESSO Nº SEI-080001/014352/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 005/23, para aquisição do medicamento MESALAZINA 500 MG COMPRIMIDO (item 01), em favor da empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA FILIAL JUNDIAI, perfazendo o valor total de R\$ 5.609.078,40 (cinco milhões, seiscentos e nove mil setenta e oito reais e quarenta centavos), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2471677

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA**

**DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 13/04/2023**

PROCESSO Nº SEI-08/017/002018/2019 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 061/23, para aquisição do medicamento LE-VETIRACETAM 750 MG - COMPRIMIDO REVESTIDO (item 01), em favor da empresa COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 304.038,00 (trezentos e quatro mil trinta e oito reais)., conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2471678

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA**

**DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 13/04/2023**

PROCESSO Nº SEI-080001/001973/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 098/23, para aquisição dos equipamentos VAPORIZADOR SERVOFLURANO (item 01) e MÓDULO DE AGENTES ANESTÉSICOS (item 02), em favor da empresa D&I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 5.827.950,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil novecentos e cinquenta reais), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93.

Id: 2471679

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA**

**DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 13/04/2023**

PROCESSO Nº SEI-080001/019069/2022 - HOMOLOGO, por estar em conformidade com a legislação em vigor e com o edital, a licitação por Pregão Eletrônico nº 109/23, para aquisição dos medicamentos BRIMONIDINA 2 MG/ML FRASCO 5 ML (item 01), em favor da empresa RALIC COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA e DORZO-LAMIDA 20 MG/ML FRASCO 5 ML (item 02), em favor da empresa

JRG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, perfazendo o valor total de R\$ 190.901,16 (Cento e noventa mil, noventa e um reais e dezesseis centavos), conforme preceitua o art. 43, VI, da Lei 8.666/93.

Id: 2471680

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO PRIMÁRIA
À SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

ATO DA SUPERINTENDENTE

PORTARIA SUVISA Nº 3656 DE 13 DE ABRIL DE 2023

**CONCEDE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE
FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO.**

A SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo SEI-080001/008097/2023, e

CONSIDERANDO:

- o Artigo 2º do Decreto nº 1754 de 14/03/78;

- o Decreto nº 45239 de 30/04/2015;

- o Decreto nº 45394 de 02/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Revalidação de Licença de Funcionamentos aos estabelecimentos abaixo mencionados:

Empresa	Hospital Naval Marçílio Dias.
Endereço:	Rua Cesar Zama, Nº 185 - Lins De Vasconcelos - Rio De Janeiro - RJ
CNPJ:	00.394.502/0148-70
Proc. nº:	E-08/101.290/1989
Atividade:	Núcleo De Hemoterapia.
Licença:	037/2023

Empresa	Fundação Educacional Severino Sombra - Hospital Universitário Sul Fluminense.
Endereço:	Rua Vicente Celestino, Nº 201 - Madruga - Vassouras - RJ
CNPJ:	32.410.037/0015-80
Proc. nº:	E-08/108.124/1977
Atividade:	Farmácias Privativas De Unidades Hospitalares.
Licença:	038/2023

Empresa	Casa De Saúde E Maternidade Nossa Senhora De Fátima De Nova Iguaçu S/A.
Endereço:	Rua Bernardino De Melo, Nº 1465 / Parte - Centro - Nova Iguaçu - RJ
CNPJ:	30.742.399/0001-47
Proc. nº:	E-08/113.535/1975
Atividade:	Farmácias privativas de unidades hospitalares.
Licença:	039/2023

Empresa	Hospital Estadual Carlos Chagas.
Endereço:	Avenida Oswaldo Cordeiro De Farias, Nº 466 - Marechal Hermes - Rio De Janeiro - RJ
CNPJ:	42.498.717/0002-36
Proc. nº:	E-08/102.078/1968
Atividade:	Farmácias privativas de unidades hospitalares.
Licença:	040/2023

Empresa	Associação Congregação De Santa Catarina - Hospital Santa Teresa.
Endereço:	Rua Paulino Afonso, Nº 477 - Centro - Petrópolis - RJ
CNPJ:	60.922.168/0004-29
Proc. nº:	E-08/113.416/1975
Atividade:	Farmácias privativas de unidades hospitalares.
Licença:	041/2023

Empresa	Vida Centro De Fertilidade Ltda - Vida Centro De Fertilidade Rede D'Or
Endereço:	Avenida Das Américas, Nº 6205 / Salas 303, 304 e 305 - Barra Da Tijuca - Rio De Janeiro - RJ
CNPJ:	10.831.663/0001-01

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

HELEN KELLER SARAIVA E SILVA BARRETO
Superintendente de Vigilância Sanitária

Id: 2471682

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

ATOS DA PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 7.179 DE 13 DE ABRIL DE 2023

PACTUAR O APOIO FINANCEIRO PARA HOSPITAL MUNICIPAL ALBERT SCHWEITZER E O HOSPITAL MUNICIPAL ROCHA FARIA E FIXA SUAS DIRETRIZES.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO:

- a Seção II, Capítulo II, do Título VIII da Constituição Federal, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde - SUS;

- a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

- o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro e 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Resolução CIT nº 4, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde;

- a Portaria de Consolidação do SUS nº 2, de 28 de setembro de 2017, em seu XXVI, Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), tendo como origem a Portaria GM/MS nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013, que Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo - se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

- que o Hospital Albert Schweitzer e o Hospital Rocha Faria eram unidades sob administração da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), com gestão estadual, que foram municipalizadas em janeiro de 2016, passando sua administração para a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS/RJ) e para a gestão municipal;

- a importância do fortalecimento dos estabelecimentos de saúde pública para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde do Estado do Rio de Janeiro;

- Documentação anexada no processo nº SEI 080001/008025/2023; - a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Pactuar o apoio financeiro para o Hospital Municipal Albert Schweitzer - CNES 2298120 e o Hospital Municipal Rocha Faria - CNES 2295407, referente ao cofinanciamento estadual para custeio, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade e resolubilidade do atendimento regional da média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º - O repasse financeiro será feito em parcelas mensais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para cada unidade, totalizando o valor mensal de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), perfazendo o valo anual de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), para custeio da unidade.

Art. 3º - Os valores previstos poderão ser alterados pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, mediante publicação de nova Deliberação, ressalvando-se o objeto da presente Deliberação, que não pode ser modificado.

Art. 4º - Será emitida Resolução SES/RJ referente a presente Deliberação.

Proc. nº:	E-08/102.218/2012
Atividade:	Farmácias Privativas De Unidades Hospitalares Ou Congêneres.
Licença:	042/2023

Empresa	Hospital Unimed Resende.
Endereço:	Rua Elza Da Silva Duarte, Nº 71 - Campo Do Manejo - Resende - RJ
CNPJ:	68.709.211/0002-12
Proc. nº:	E-08/001/001.103/2013
Atividade:	Farmácias privativas de unidades hospitalares com manipulação.
Licença:	043/2023

Empresa	Associação Congregação De Santa Catarina - Hospital Santa Teresa.
Endereço:	Rua Paulino Afonso, Nº 477 - Centro - Petrópolis - RJ
CNPJ:	60.922.168/0004-29
Proc. nº:	E-08/109.031/1975
Atividade:	Hospitais E Clínicas Com Internação.
Licença:	044/2023

Empresa	Santa Casa De Misericórdia De Barra Mansa.
Endereço:	Rua Pinto Ribeiro, Nº 205 - Centro - Barra Mansa - RJ
CNPJ:	28.683.712/0001-71
Proc. nº:	E-08/001/000.821/2015
Atividade:	Serviços De Radioterapia.
Licença:	045/2023

Empresa	Santa Casa De Misericórdia De Barra Mansa.
Endereço:	Rua Pinto Ribeiro, Nº 205 - Centro - Barra Mansa - RJ
CNPJ:	28.683.712/0001-71
Proc. nº:	E-08/105.161/1976
Atividade:	Hospitais e clínicas com internação.
Licença:	046/2023

Empresa	Santa Casa De Misericórdia De Barra Mansa.
Endereço:	Rua Pinto Ribeiro, Nº 205 - Centro - Barra Mansa - RJ
CNPJ:	28.683.712/0001-71
Proc. nº:	E-08/106.568/1976
Atividade:	Farmácias privativas de unidades hospitalares.
Licença:	047/2023

Art. 5º - Na Resolução constará, em anexo, o Termo de Compromisso.

Parágrafo Único - No ato da assinatura do Termo de Compromisso o gestor municipal deverá informar, via ofício, os números da conta corrente e agência bancária do banco Bradesco, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde, para recebimento do repasse financeiro.

Art. 6º - O recurso deverá ser utilizado para custeio da unidade hospitalar.

Art. 7º - É vedada a utilização dos recursos para pagamento das despesas relacionadas abaixo, por não serem consideradas como despesas fins:

a) pagamento de aposentadorias e pensões;
b) assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);
c) merenda escolar;
d) saneamento básico;
e) limpeza urbana e coleta seletiva (lixo);
f) preservação e correção do meio ambiente;
g) ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços de saúde e não promovidas pelos órgãos de saúde do SUS;
h) ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos que não os especificados nas bases de cálculos das receitas próprias de Estados e Municípios;
i) servidores inativos;
j) gratificação de função de cargos comissionados;
k) pagamento de assessorias/consultorias prestadas por servidores públicos pertencentes ao quadro do próprio hospital.

Art. 8º - O monitoramento será realizado por equipe técnica da Secretaria de Estado de Saúde, que ficará responsável pela verificação do funcionamento do estabelecimento, se mantém-se em atividade, por meio da produção informada pelo hospital no Sistema Informações Hospitalares - SIH.

Art. 9º - A Prestação de Contas do município, na forma estabelecida nesta Deliberação, será realizada de acordo com a legislação vigente.

Art. 10 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
Presidente

Id: 2471832

<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.180 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>REFERENDA A DELIBERAÇÃO CONJUNTA AD REFERENDUM CIB RJ Nº 117/2023, QUE PACTUA A AMPLIAÇÃO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- o parágrafo único, do artigo 9º, da Deliberação CIB-RJ n.º 1.481, de 08 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a prerrogativa do Presidente da CIB/RJ e do Presidente do COSEMS-RJ de deliberarem, conjuntamente, as pactuações "ad referendum" da CIB/RJ, nos casos de urgência comprovada e relevante interesse, mediante ratificação do colegiado na primeira reunião seguinte;</div><div>- a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;</div><div>- a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;</div><div>- o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;</div><div>- a necessidade da ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde na atenção especializada, bem como, a existência de unidades de saúde preparadas ao atendimento às mais diversas patologias do universo oftalmológico e para realizar exames e procedimentos com finalidade diagnóstica são extremamente necessários para a população da cidade do Rio de Janeiro, como garantia da integralidade do cuidado;</div><div>- Documentação anexada no processo nº SEI 080001/007566/2023;</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a ampliação do teto financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Município do Rio de Janeiro com a incorporação do montante de R\$ 8.929.027,71 (oito milhões novecentos e vinte e nove mil, vinte e sete reais e setenta e um centavos) por mês.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471833</div>	<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.183 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO TIPO II, VINCULADO AO CAPS III JOÃO FERREIRA FILHO, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Portaria GM/MS nº 3090/2011, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que definem sobre a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs);</div><div>- a Deliberação CIR Metropolitana I nº 18, de 26 de janeiro de 2023.</div><div>- documentação anexada no processo nº SEI 080002/000789/2023;</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a implantação do Serviço Residencial Terapêutico Tipo II, localizado a Rua Magda, nº 198 - Higienópolis, vinculado ao CAPS III João Ferreira Filho, CNES 6527027, no município do Rio de Janeiro.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471836</div>	<div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a implantação do Serviço Residencial Terapêutico Tipo II, localizado a Rua Barros Barreto, nº 43 - Bonsucesso, vinculado ao CAPS III João Ferreira Filho, CNES 6527027, no município do Rio de Janeiro.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471839</div> <div>SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE</div> <div>COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE</div> <div>ATOS DO PRESIDENTE</div> <div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.187 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA A DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE COTAS DO EXAME DE HISTOCOMPATIBILIDADE PARA CADASTRO DE NOVOS DOADORES NO REGISTRO BRASILEIRO DE DOADORES VOLUNTÁRIOS DE MÉDULA ÓSSEA (REDOME), NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Portaria Ministerial nº 2132 de 25 de setembro de 2013, que estabelece novos quantitativos físicos da manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores de medula;</div><div>- a Portaria Ministerial nº 342, de 10 de março de 2014, que regulamenta os critérios de distribuição e controle das cotas para o cadastro de novos doadores no registro Brasileiro de Doadores Voluntário de Medula Óssea (REDOME);</div><div>- documentação anexada no processo nº SEI 080007/005066/2023</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a proposta de distribuição de cotas, por prestadores habilitados no estado do Rio de Janeiro, de exames de histocompatibilidade para cadastro de novos doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), com 7.000 exames para o INCA, e 7.000 exames para o Centro de Produção HLA/UERJ, somando 14.000 exames por ano.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471840</div>
<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.181 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO TIPO II, VINCULADO AO CAPS III MANOEL DE BARROS, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- A Portaria GM/MS nº 3090/2011, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que definem sobre a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs);</div><div>- A Deliberação CIR Metropolitana I nº 13, de 26 de janeiro de 2023.</div><div>- Documentação anexada no processo nº SEI 080002/000793/2023;</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a implantação do Serviço Residencial Terapêutico Tipo II, localizado a Rua Patrícia Pagu Galvão, s/nº, Bloco 2, apart. 507 - Jacarepaguá, vinculado ao CAPS III Manoel de Barros, CNES 9051538, no município do Rio de Janeiro.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471834</div>	<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.185 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA O CREDENCIAMENTO DO PROJETO TÉCNICO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CAPSI, DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Portaria MS/GM nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que definem sobre a tipologia dos Centros de Atenção Psicossocial e sobre suas atribuições e recursos humanos necessários;</div><div>- a Portaria MS/GM nº 3088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e seus componentes;</div><div>- a Deliberação CIR Serrana nº 28/2022, de 28 de setembro de 2022.</div><div>- documentação anexada no processo nº SEI 080002/000417/2021</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial para Crianças e Adolescente (CNES 9491309), do município de Nova Friburgo.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471838</div>	<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.188 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUAR ADITIVO AO PLANO DE AÇÃO REGIONAL DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA I e II DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Deliberação CIB nº 1.735, de 12 de abril de 2012, que aprovar o Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência - RUE da Região Metropolitana (I e II) do estado do Rio de Janeiro;</div><div>- a Portaria GM/MS nº 1.276, de 26 de junho de 2013, que aprova alterações da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Rio de Janeiro e Municípios, e aloca recursos financeiros;</div><div>- o ofício nº SMS-OFI-2023/11414 que solicita a inclusão em pauta de aditivo ao PAR RUE Metropolitana I e II da UPA Del Castilho (CNES 0932280) visando habilitação como UPA24h Ampliada;</div><div>- Documentação anexada no processo nº SEI 080001/007551/2023</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar aditivo ao Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e Emergência Metropolitana I e II com a inclusão da Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA24h) Del Castilho (CNES 0932280) para fins de habilitação como UPA24h Ampliada opção VIII.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471841</div>
<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.182 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO TIPO II, VINCULADO AO CAPS III ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Portaria GM/MS nº 3090/2011, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que definem sobre a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs);</div><div>- a Deliberação CIR Metropolitana I nº 21, de 26 de janeiro de 2023.</div><div>- documentação anexada no processo nº SEI 080002/000803/2023;</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a implantação do Serviço Residencial Terapêutico Tipo II, localizado a Rua Projetada 4, Lote 01, Quadra 17, Bloco 1, apart. 105 - Jacarepaguá, vinculado ao CAPS III Arthur Bispo do Rosário, CNES 5034272, no município do Rio de Janeiro.</div><div>Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.</div></div> <div>Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023</div> <div>LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR Presidente</div> <div>Id: 2471835</div>	<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.186 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO TIPO II, VINCULADO AO CAPS III JOÃO FERREIRA FILHO, DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- a Portaria GM/MS nº 3090/2011, e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que definem sobre a implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs);</div><div>- a Deliberação CIR Metropolitana I nº 17, de 26 de janeiro de 2023.</div><div>- documentação anexada no processo nº SEI 080002/000805/2023</div></div>	<div>DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.190 DE 13 DE ABRIL DE 2023</div> <div>PACTUAR A HABILITAÇÃO DO SERVIÇO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM OFTALMOLOGIA DE ALTA COMPLEXIDADE PARA A SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DE CAMPOS, CNES Nº 2287250, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.</div> <div>O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;</div> <div>CONSIDERANDO:</div> <div><div>- Documentação anexada no processo nº SEI 080001/000794/2022</div><div>- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.</div></div> <div>DELIBERA:</div> <div><div>Art. 1º - Pactuar a Habilitação do Serviço de Unidade de Atenção Especializada em Oftalmologia de Alta Complexidade da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos, CNES Nº 2287250, localizado no Município de Campos dos Goytacazes.</div></div>

- a Portaria de Consolidação do SUS nº 2, de 28 de setembro de 2017, em seu XXVI, Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP), tendo como origem a Portaria GM/MS nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013, que Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo - se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS);

- a Portaria de Consolidação do SUS nº 03, de 28 de setembro de 2017, em seu anexo II, que consolida as normas da Rede Cegonha no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- a importância de organizar a rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil visando, além da assistência ao parto de risco habitual, a redução da mortalidade materna e infantil;

- que a Maternidade Laurindo José Ferreira é uma unidade de administração municipal, localizada no município de Paracambi, que pertence a Região Centro Sul e é limítrofe a Região Metropolitana I;

- que a Maternidade Laurindo José Ferreira é a referência para atendimento obstétrico para o município de Paracambi, do tipo porta aberta, fazendo parte do Plano Regional da Rede Cegonha da Região Centro Sul;

- que a Maternidade Laurindo José Ferreira no ano de 2022 realizou atendimento de 58,76% para outros municípios, principalmente da Região Metropolitana I;

- a importância do fortalecimento dos estabelecimentos de saúde pública para o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde do Estado do Rio de Janeiro;

- Documentação anexada no processo nº SEI 080001/008021/2023;

- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Pactuar o Apoio Financeiro a Maternidade Laurindo José Ferreira, CNES 0219436, localizada no município de Paracambi, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade e resolubilidade do atendimento de média complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º - O repasse financeiro será feito em parcelas, totalizando o valor anual de R\$19.200.000,00 (dezenove milhões e duzentos mil reais).

Art. 3º - Os valores previstos poderão ser alterados pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, mediante publicação de nova Deliberação, ressalvando-se o objeto da presente Deliberação, que não pode ser modificado.

Art. 4º - Será emitida Resolução SES/RJ referente a presente Deliberação.

Art. 5º - Na Resolução constará, anexo, o Termo de Compromisso.

Parágrafo Único - No ato da assinatura do Termo de Compromisso o gestor municipal deverá informar, via ofício, os números da conta corrente e agência bancária do banco Bradesco, de titularidade do Fundo Municipal de Saúde, para recebimento da transferência financeira.

Art. 6º - O recurso do apoio financeiro deverá ser utilizado com ações de custeio na unidade hospitalar.

Art. 7º - É vedada a utilização dos recursos do Componente para pagamento das despesas relacionadas abaixo, por não serem consideradas como despesas fins:

- a) pagamento de aposentadorias e pensões;
- b) assistência à saúde que não atenda ao princípio da universalidade (clientela fechada);
- c) merenda escolar;
- d) saneamento básico;
- e) limpeza urbana e coleta seletiva (lixo);
- f) preservação e correção do meio ambiente;
- g) ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços de saúde e não promovidas pelos órgãos de saúde do SUS;
- h) servidores inativos;
- i) gratificação de função de cargos comissionados;
- j) pagamento de assessorias/consultorias prestadas por servidores públicos pertencentes ao quadro do próprio hospital.

Art. 8º - O monitoramento será realizado por equipe técnica da Secretaria de Estado de Saúde, que ficará responsável pela verificação do funcionamento do estabelecimento, se mantém-se em atividade, por meio da produção informada pelo hospital no Sistema Informações Hospitalares - SIH.

Art. 9º - A Prestação de Contas do município que receber recursos, na forma estabelecida nesta Deliberação, será realizada de acordo com a legislação vigente.

Art. 10 - O referido apoio financeiro se refere ao ano de 2023.

Art. 11 - Caso os recursos recebidos não sejam totalmente executados do ano de 2023, poderá finalizar sua execução no ano de 2024, desde que sejam mantidas as regras constantes nesta Deliberação.

Art. 12 - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo ao mês de janeiro de 2023, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
Presidente

Id: 2471847

DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 7.195 DE 13 DE ABRIL DE 2023

PACTUA A ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA PORTARIA DE CUSTEIO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 50% DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JAPUÍBA, DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO:

-Portaria GM/MS nº 2301 de 07 de outubro de 2013.

- Documentação anexada no processo nº SEI 080002/001517/2023;

- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Pactuar a atualização do valor da Portaria de custeio pelo MS de 50% do Hospital Municipal da Japuíba (Portaria nº 2301 de 07 de outubro de 2013) de R\$ 35.715.558,00 para R\$ 76.410.739,74.

Art. 2º Pactuar a correção e atualização do valor da participação do custeio federal pertinente ao componente de média e alta complexidade relativa ao Hospital Municipal da

Japuíba (CNES: 7354746), para que se restabeleça a proporção 50% do custeio anual total de R\$ 152.821.479,48 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e vinte um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) do estabelecimento, o que corresponde no momento ao valor anual R\$ 76.410.739,74 (setenta e seis milhões, quatrocentos e dez mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
Presidente

Id: 2471848

DELIBERAÇÃO CIB RJ Nº 7.189 DE 13 DE ABRIL DE 2023

PACTUAR A HABILITAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIOTERAPIA PARA UNACON DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE VASSOURAS, CNES Nº 2273748, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO:

- Documentação anexada no processo nº SEI 120001/011417/2022

- a 4ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 13/04/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Pactuar a Habilitação do Serviço de Radioterapia para UNACON do hospital Universitário de Vassouras, CNES Nº 2273748, localizado no Município de Vassouras.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR
Presidente

Id: 2471842

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

COMISSÃO DE INTERGESTORES BIPARTITE

*DELIBERAÇÃO CIB-RJ Nº 7.170 DE 16 DE MARÇO DE 2023

DEFINE OS CRITÉRIOS E VALORES PARA CONTINUIDADE DO PROGRAMA ESTADUAL DE COFINANCIAMENTO, FOMENTO E INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (COFI-PNAISP).

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, no uso de suas atribuições e;

CONSIDERANDO:

- a documentação anexada ao processo SEI-080001/005576/2023;

- a 3ª Reunião Ordinária da CIB/RJ realizada em 16/03/2023.

DELIBERA:

Art. 1º - Estabelecer a continuidade do Programa Estadual de Cofinanciamento, Fomento e Inovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Privados de Liberdade no Âmbito do Sistema Único de Saúde (COFI-PNAISP), de acordo com o instituído na Resolução SES Nº 1921 de 25 de outubro de 2019, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Os recursos do COFI-PNAISP são de custeio e destinados a quatro modalidades - (ANEXO I):

Modalidade I: Equipes municipais de apoio à gestão em saúde prisional (EAGESP), com o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento da PNAISP no município, bem como as atividades de assistência em saúde intramuros em conformidade com a NOTA TÉCNICA SPL/SUPAPPSV/SGAIS/SES-RJ Nº 02/2020 - SEI-080001/010949/2020;

Modalidade II: Medicamentos e insumos no âmbito da Atenção Primária à Saúde e outros medicamentos, insumos e materiais considerados estratégicos no âmbito do sistema prisional;

Modalidade III: Equipes de Atenção Primária Prisional com registro no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde;

Modalidade IV: Suporte Operacional e Logístico.

§ 1º - as modalidades I e II foram calculadas com base no número de PPL. Para a modalidade I o cálculo é de uma equipe a cada 10.000 presos por município e para a modalidade II é de R\$ 18, 00 (dezoito reais) por preso, segundo a referência do Geopresídios em fevereiro de 2023.

§ 2º - a modalidade III foi calculada com base no número de equipes por município com CNES, sendo atualmente a referência de 39 equipes municipais de e-APP (equipes de Atenção Primária Prisional) no Estado do Rio de Janeiro.

§ 3º - a modalidade IV foi criada pela RESOLUÇÃO SES Nº 2867 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022 (COFI-PNAISP RIO) e garante apoio financeiro aos municípios com concentração de PPL com mais de 10.000 presos. O cálculo é baseado também no número de PPL para o município elegível (R\$15,42).

Art. 3º - Os recursos do COFI-PNAISP serão destinados aos nove municípios com unidades prisionais de acordo com as resoluções das fases anteriores deste cofinanciamento e publicadas em 2019 (fase 1), 2020 (fase 2) e 2021 (fase 3), 2022 (fase 4).

Art. 4º - O monitoramento dos recursos do COFI-PNAISP será realizado quadrimestralmente pela Coordenação de Ações em Saúde para Populações em Situação de Vulnerabilidade (coordenação estadual da PNAISP) ligada à Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade - SUPAPPSV da SES/RJ por meio de relatórios técnicos.

Parágrafo Único - Os nove municípios com unidades prisionais e já aderidos ao COFI-PNAISP deverão apresentar na CIR, da respectiva região, relatório consolidado das fases 1, 2, 3 e 4 do COFI-PNAISP.

Art. 5º - O valor estimado para o cofinanciamento a partir desta resolução é de R\$ R\$ 35.238.019,92 (trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil dezenove reais e noventa e dois centavos).

Art. 6º - A Resolução SES nº 1.921, de 25 de outubro de 2019, permanece aplicável naquilo que for cabível.

Art. 7º - Esta deliberação entrará em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

LUIZ ANTONIO DE SOUZA TEIXEIRA JUNIOR

Presidente

ANEXO I

DIMENSIONAMENTO DO COFINANCIAMENTO, FOMENTO E INOVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (COFI-PNAISP) POR MUNICÍPIO E O VALOR TOTAL.

MUNICÍPIO	MODALIDADE I*	MODALIDADE II**	MODALIDADE III***	MODALIDADE IV****	TOTAL ANUAL
Campos dos Goytacazes	R\$ 252.000	R\$ 45.900	R\$ 1.722.000	-	R\$ 2.019.900
Itaperuna	R\$ 252.000	R\$ 10.404	R\$ 738.000	-	R\$ 1.000.404
Japeri	R\$ 252.000	R\$ 78.786	R\$ 2.214.000	-	R\$ 2.544.786
Magé	R\$ 252.000	R\$ 36.414	R\$ 792.000	-	R\$ 1.080.414
Niterói	R\$ 252.000	R\$ 23.112	R\$ 738.000	-	R\$ 1.013.112
Resende	R\$ 252.000	R\$ 9.468	R\$ 438.000	-	R\$ 699.468
Rio de Janeiro	R\$ 756.000	R\$ 520.614	R\$ 16.236.000	R\$ 5.351.911,92	R\$ 22.864.525,92
São Gonçalo	R\$ 252.000	R\$ 62.820	R\$ 2.952.000	-	R\$ 3.266.820
Volta Redonda	R\$ 252.000	R\$ 4.590	R\$ 492.000	-	R\$ 748.590
TOTAL	R\$ 2.772.000	R\$ 792.108	R\$ 26.322.000	R\$ 5.351.911,92	R\$ 35.238.019,92

*A base de cálculo da Modalidade I para as equipes EAGESP é o valor de R\$ 21.000,00 mensais por equipe.

** A base de cálculo da Modalidade II para insumos e medicamentos é de R\$ 18,00 por preso, conforme efetivo carcerário disponível no Geopresídios: Fevereiro/2023

***A base de cálculo da Modalidade III para as equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) é a Portaria GM/MS Nº 2.298, de 9 de setembro de 2021.

****A base de cálculo da Modalidade IV para o suporte Operacional e Logístico é de R\$ 15,42 mensais por preso, conforme efetivo carcerário disponível no Geopresídios: Fevereiro/2023.

ANEXO II

Equipes de Atenção Primária Prisional no Estado do Rio de Janeiro

ITEM	MUNICÍPIO	TIPO DE EQUIPE	UNIDADE PRISIONAL
1	Itaperuna	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis- Presídio	Diomedes Vinhosa Muniz sional SB
2	Resende	eAPP Essencial 30 + Profissional	SB Cadeia Pública Inspetor Luís Fernandes Bandeira Duarte
3	São Gonçalo	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública	Juíza de Direito Patrícia Acioli sional SB
4	São Gonçalo	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública	Juíza de Direito Patrícia Acioli sional SB
5	São Gonçalo	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública	Isap Thiago Teles de Castro Domingues sional SB

6	São Gonçalo	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Isap Thiago Teles de Castro Domingues sional SB	
7	Volta Redonda	eAPP Ampliada 20 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Franz de Castro Holzwarth sional SB	
8	Niterói	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Todas as unidades prisionais do município sional SB	
9	Campos dos Goytacazes	eAPP Essencial 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Carlos Tinoco da Fonseca sional SB	
10	Campos dos Goytacazes	eAPP Essencial 20 + Profissional SB	Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro
11	Campos dos Goytacazes	eAPP Essencial 20 + Profissional SB	Presídio Nilza da Silva Santos
12	Japeri	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Cotrim Neto sional SB	
13	Japeri	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Milton Dias Correa sional SB	
14	Japeri	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio João Carlos da Silva sional SB	
15	Magé	eAPP Compartilhada	Colônia Agrícola
16	Magé	eAPP Ampliada 20 + Profissional SB	Cadeia Pública Hélio Gomes
17	Magé	eAPP Ampliada 20 + Profissional SB	Cadeia Pública Romeiro Neto
18	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Evaristo de Moraes -SEAPEM sional SB	
19	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Instituto Penal Plácido Sá Carvalho -SEAPPC sional SB	
20	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Talavera Bruce -SEAPTB / Unidade Materno Infantil -UMI / ISE -Instituto Penal Santo Expedito sional SB	
21	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Alfredo Tranjan -SEAPAT sional SB	
22	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho -SEAPBM sional SB	
23	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Elizabeth Sá Rego -SEAPSR sional SB	
24	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Jorge Santana -SEAPJS sional SB	
25	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Instituto Penal Vicente Piragibe -SEAPVP sional SB	
26	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Paulo Roberto Rocha -SEAPPR sional SB	
27	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Pedro Melo da Silva -SEAPPM sional SB	
28	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Dr. Serrano Neves -SEAPSN sional SB	
29	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Gabriel Ferreira Castilho -SEAPGC sional SB	
30	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Jonas Lopes de Carvalho -SEAPJL sional SB	
31	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Inspetor José Antonio da Costa Barros -SEAPJB sional SB	
32	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira -SEAPEB sional SB	
33	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Ary Franco -SEAPAF sional SB	
34	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Cadeia Pública Joaquim Ferreira de Souza -SEAPJS sional SB	
35	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Bandeira Stampa -SEAPBS sional SB	
36	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Lemos de Brito -SEAPLB / Penitenciária Laércio da Costa Pelegrino -SEAPLP / Presídio Pedrolino Werling de Oliveira -SEAPPO sional SB	
37	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio José Frederico Marques -SEAPFM / Casa do Albergado Crispim Ventino -SEAPAC / Instituto Penal Oscar Stevenson -SEAPOS / Instituto sional SB	
38	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Presídio Nelson Hungria -SEAPNH sional SB	
39	Rio de Janeiro	eAPP Ampliada 30 + Equipe CP + Profis-Penitenciária Muniz Sodré -SEAPMS sional SB	

*Republicada por incorreção no original publicada no D.O. de 21/03/2023.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

ATO DO DIRETOR

DE 11/04/2023

PORTARIA/FS/DE Nº 1451/2023 - NOMEIA ROGERIO NASCIMENTO DA SILVA, para exercer, com validade a contar da publicação em DOERJ, o cargo de livre provimento de Assessor de Planejamento, com lotação no Hospital Estadual Azevedo Lima, da Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro. Proc. nº SEI-080007/005531/2023.

Id: 2470760

PROMOVE por formação o servidor **DANIEL SOARES CAVALCANTI**, ID. Funcional 44245548/03, matrícula 3054347-4, Professor Docente I, 18 Horas, de nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030038/006570/2022.

PROMOVE por formação o servidor **DANIEL SOARES CAVALCANTI**, ID. Funcional 44245548/01, matrícula 975103-3, Professor Docente I, 18 Horas, de nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030038/006569/2022.

PROMOVE por formação o servidor **MARCIO COSTA DE SOUZA**, ID. Funcional 43034934/02, matrícula 940898-0, Professor Docente I, 18 Horas, de nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030039/005578/2022.

PROMOVE por formação o servidor **HIPOLITO COUTO**, ID. Funcional 42090458/03, matrícula 915220-8, Professor Docente I, 18 Horas, de nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030042/003761/2022.

PROMOVE por formação o servidor **ROBERTA VIEIRA DE MELO RIBEIRO**, ID. Funcional 41918096/03, matrícula 925926-8, Professor Docente I, 18 Horas, de nível C para o nível D, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990 e no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual nº 45.046/2014. Processo nº SEI-030037/004611/2022.

Id: 2471670

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ATOS DA SECRETÁRIA

DE 13.04.2023

DISPENSA, a pedido, **SANDRA CARVALHO DO NASCIMENTO**, Prof. Doc. II, ID 3801995-7/1, da função de Diretor do CIEP 430 Carlos Marighella, U.A. 11802305505, Município de São Gonçalo, da Secretaria de Estado de Educação. Processo nº SEI-030034/000576/2023.

DESIGNA provisoriamente, nos termos do art. 9º, da Lei nº 7.299/2016, e do art. 36 da Resolução SEEDUC nº 5.526, de 14/06/2017, **LUIS CLAUDIO DE SOUZA COSTA**, Prof. Doc. I, ID 4329120-1/1, para exercer a função de Diretor do CIEP 430 Carlos Marighella, U.A. 11802305505, Tipo D, Município de São Gonçalo, da Secretaria de Estado de Educação, em vaga anteriormente ocupada por Sandra Carvalho do Nascimento, ID 3801995-7/1. Processo nº SEI-030034/000576/2023.

Id: 2471492

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 13/04/2023

PROCESSO Nº SEI-E-03/90463/2010 - VANDERLEI DE PENEDO, ID. Funcional 42060109/01, Agente de Segurança Socioeducativa, do DE-GASE. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base de 28/11/2017 a 27/11/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/1041/2014 - DERALCIMERE ROCHA BARRETO, ID. Funcional 43261221/03, Pedagogo, do DEGASE. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base de 03/11/2017 a 16/12/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-03/021/775/2018 - PATRICIA SILVA LOBATO, ID Funcional nº 50091212/01, Psicólogo, do DEGASE. **CONCEDO** 03 (três) meses de licença especial, relativos ao período base de 08/01/2018 a 14/01/2023.

Id: 2471614

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 13/04/2023

PROCESSO Nº SEI-E-03/12940/1997 - MARY SUZANNE GOMES PIMENTEL, Professor Assistente de Administração Educacional II, nível C, referência 8 ID. Funcional 40643689, vínculo 02, matrícula nº 661814-4. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 11/07/2002, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Assistente de Administração Educacional II, nível C, referência 8 (Decreto nº 31.254/2002), no valor de R\$ 624,27 e 55% de triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 343,35.

PROCESSO Nº SEI-E-03/5701996/1995 - PAULINO DIAS DE OLIVEIRA, Professor Docente I, 16 Horas, nível D, referência 9 ID. Funcional 1545671, vínculo 01, matrícula nº 1157497-7. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 11/01/2001, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I, 16 Horas, nível D, referência 9 (Decreto nº 21.517/1995), no valor de R\$ 247,59 e 55% de triênio (Lei nº 1608/1990), no valor de R\$ 136,17

PROCESSO Nº SEI-E-03/8100385/1992 - servidora MARLY ROSA DE OLIVEIRA, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 6, ID. Funcional 33780978, vínculo 01, matrícula nº 156430-1. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 04/09/2002, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora, proporcional à razão de 18/30, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 6 (Decreto nº 31.254/2002), no valor de R\$ 387,49 e 35% de triênio (Lei nº 1026/1986), no valor de R\$ 226,0.

PROCESSO Nº SEI-E-03/17918/1987 - MARIA LUCIA SANTOS FREIRE, Professor Docente I, 16 Horas, nível C, referência 5 ID. Funcional 41143973, vínculo 01, matrícula nº 1155499-5. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 19/01/1989, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora, proporcional à razão de 25/25, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente I, 16 horas, nível C, referência 5 (Lei nº 1437/1989), no valor de NCZ\$ 164,19 e 30% de triênio (Lei nº 1026/86), no valor de NCZ\$ 49,26.

PROCESSO Nº SEI-E-03/037/585/2019 - SUELY MARIA NASCIMENTO DE SOUZA, Professor Docente II, 40 Horas, nível A, referência 6, ID. Funcional 34513981, vínculo 01, matrícula nº 5010378-7. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 12/04/2021, ficando es-

clarecido que o inativo a quem se refere o presente título faz jus a Proventos Média proporcionais à razão de 9898/10950 a partir da eficácia da aposentadoria, no valor de R\$ 3.909,33 (três mil novecentos e nove reais e trinta e três centavos).

PROCESSO Nº SEI-030043/000981/2021- ALESSANDRA PINHEIRO DE SOUZA LIMA, Professor Docente II, nível D, referência 9, ID. Funcional 32686927, vínculo 01, matrícula nº 804.562-7. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 17/05/2021, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo do servidor, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente II, nível D, referência 9 (Lei nº 6834/14), no valor de R\$ 2.327,79 e 55% de trênio (Lei nº 1026/86), no valor de R\$ 1.280,28. Revogando despacho de 13/05/2021, publicado em 17/05/2021.

PROCESSO Nº SEI-08/014/391/2019 - PAULA BRITO DE JESUS, Professor Docente II, 40 Horas, nível D, referência 9, ID. Funcional 35896663, vínculo 01, matrícula nº 5006394-0. **FIXADOS** os proventos de inatividade a contar de 29/08/2019, tendo por base a última remuneração do cargo efetivo da servidora, proporcional à razão de 10172/10950, e sendo reajustado pela paridade, nos seguintes termos propostos: Vencimento-base atribuído ao cargo de Professor Docente

EMPRESA	CNPJ	PROCESSO	VALOR
TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMEN-TO LTDA	00.604.122/0001-97	SEI-030022/009124/2022	R\$ 10.280,55

Id: 2471518

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 13/01/2023

PROCESSO Nº SEI-030022/009124/2022 - RECONHEÇO a dívida em favor da empresa abaixo relacionada, atendendo a determinação do Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009 e legislação complementar sobre Despesas de Exercícios Anteriores.

Id: 2471547

Art. 5º - Compete aos representantes das áreas finalísticas na RI-PLO:

- a) elaborar o Plano Plurianual - PPA com o apoio metodológico da ASPLO, levando em conta diagnósticos e estudos realizados pela FAPERJ sobre sua área de atuação, além de prioridades de Governo e Planejamento Estratégico da FAPERJ;
- b) elaborar os indicadores constantes na programação do órgão no PPA com o apoio metodológico da ASPLO;
- c) elaborar a Lei Orçamentária Anual - LOA em conjunto com a ASPLO;
- d) monitorar e avaliar a execução da programação da FAPERJ;
- e) coletar, sistematizar e publicar dados relacionados a indicadores, assim como desenvolver mecanismos para a elaboração de prospecções e produção de informações que possam subsidiar o monitoramento e a avaliação das iniciativas conduzidas pela FAPERJ;
- f) monitorar e avaliar, por meio de indicadores, os resultados e impactos das iniciativas conduzidas pela FAPERJ;
- g) revisar anualmente o Plano Plurianual e ajustar a programação da FAPERJ, com o apoio metodológico da ASPLO, levando em conta evidências encontradas nos processos de monitoramento da execução da programação e monitoramento dos indicadores de resultado;
- h) prestar informações à ASPLO quando demandados; e
- i) participar de outros processos de Planejamento, extraordinariamente, quando houver demanda.

Art. 6º - Compete aos representantes da governança na RIPL0:

- a) garantir que os instrumentos coordenados pela SEPLAG reflitam os principais compromissos, entregas e prioridades da FAPERJ; e
- b) utilizar as evidências trazidas pelo monitoramento de entregas e resultados para subsidiar a tomada de decisão em relação às iniciativas conduzidas pela FAPERJ
- Art. 7º** - Compete aos representantes da área responsável pela operacionalização da execução orçamentária na RIPL0:

- a) prestar informações quando demandados; e
- b) observar decisões com impacto na execução orçamentária da FAPERJ.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023

JERSON LIMA DA SILVA
Presidente

Id: 2471551

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FAPERJ Nº 627 DE 03 DE ABRIL DE 2023

CONSTITUI A REDE INTERNA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - RIPL0 NO ÂMBITO DO FATEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 48.413/2023, que cria as Assessorias Setoriais de Planejamento e Orçamento - ASPLOs, reestrutura o Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - SPO e dá outras providências;

- e o que consta do Processo nº SEI-260003/004658/2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada, sem aumento de despesa, a Rede Interna de Planejamento e Orçamento do FATEC - RIPL0.

§ 1º - A RIPL0 consiste em um conjunto de servidores que desempenham funções de planejamento e de orçamento no FATEC, independentemente de sua lotação.

§ 2º - As funções de planejamento e de orçamento de que trata o parágrafo anterior encontram-se detalhadas no Decreto nº 48.413/2023.

Art. 2º - A agenda de atividades da RIPL0 será elaborada e conduzida pelo titular da Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO.

Art. 3º - A Rede Interna de Planejamento e Orçamento do FATEC será composta por:

I - integrantes da Assessoria Setorial de Planejamento e Orçamento - ASPLO;

II - representantes das áreas finalísticas;

III - representantes da governança;

IV - representantes da área responsável pela operacionalização da execução orçamentária.

Parágrafo Único - Cabe ao titular da ASPLO registrar e manter atualizado documento com a composição da RIPL0, zelando para que todas as áreas definidas no caput deste artigo estejam representadas.

Art. 4º - Compete aos integrantes da ASPLO:

- a) representar a FATEC nas redes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO,
- b) participar de atividades de alinhamento, integração, capacitação e demais atividades formativas oferecidas, prestando informações quando demandadas e propondo melhorias na gestão das funções de planejamento;
- c) coordenar a Rede Interna de Planejamento e Orçamento e compartilhar com os demais integrantes da RIPL0 as diretrizes expedidas pelo órgão central;
- d) buscar a compatibilização da programação do órgão com as políticas públicas estaduais, no que couber;
- e) desenvolver articulações junto às áreas finalísticas do FATEC para captação de dados e informações de forma permanente e sistematizada;
- f) prestar suporte técnico aos integrantes das áreas finalísticas do FATEC durante os processos de planejamento e orçamento coordenados pela SEPLAG, cabendo esclarecer, orientar e direcionar a matéria em alinhamento com as normas do órgão central e os objetivos estratégicos do FATEC;
- g) consolidar as propostas das áreas finalísticas do FATEC, propondo ajustes técnicos necessários para adequação das propostas apresentadas à metodologia dos instrumentos coordenados pela SEPLAG;
- h) estruturar proposta de alocação orçamentária de acordo com as prioridades definidas pela governança;
- i) monitorar entregas e resultados do FATEC, em conjunto com as áreas finalísticas; e
- j) disseminar internamente os dados consolidados do monitoramento de entregas e resultados, subsidiando o aperfeiçoamento das iniciativas conduzidas pelo FATEC.

Art. 5º - Compete aos representantes das áreas finalísticas na RI-PLO:

a) elaborar o Plano Plurianual - PPA com o apoio metodológico da ASPLO, levando em conta diagnósticos e estudos realizados pelo FATEC sobre sua área de atuação, além de prioridades de Governo e Planejamento Estratégico do FATEC;

b) elaborar os indicadores constantes na programação do órgão no PPA com o apoio metodológico da ASPLO;

c) elaborar a Lei Orçamentária Anual - LOA em conjunto com a ASPLO;

d) monitorar e avaliar a execução da programação do FATEC;

e) coletar, sistematizar e publicar dados relacionados a indicadores, assim como desenvolver mecanismos para a elaboração de prospecções e produção de informações que possam subsidiar o monitoramento e a avaliação das iniciativas conduzidas pelo FATEC;

f) monitorar e avaliar, por meio de indicadores, os resultados e impactos das iniciativas conduzidas pelo FATEC;

g) revisar anualmente o Plano Plurianual e ajustar a programação do FATEC, com o apoio metodológico da ASPLO, levando em conta evidências encontradas nos processos de monitoramento da execução da programação e monitoramento dos indicadores de resultado;

h) prestar informações à ASPLO quando demandados; e

i) participar de outros processos de Planejamento, extraordinariamente, quando houver demanda.

Art. 6º - Compete aos representantes da governança na RIPL0:

- a) garantir que os instrumentos coordenados pela SEPLAG reflitam os principais compromissos, entregas e prioridades do FATEC; e
- b) utilizar as evidências trazidas pelo monitoramento de entregas e resultados para subsidiar a tomada de decisão em relação às iniciativas conduzidas pelo FATEC.

Art. 7º - Compete aos representantes da área responsável pela operacionalização da execução orçamentária na RIPL0:

- a) prestar informações quando demandados; e
- b) observar decisões com impacto na execução orçamentária do FATEC.

Art. 8º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023

JERSON LIMA DA SILVA
Presidente

Id: 2471583

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FAPERJ/PR Nº 632 DE /11 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Processo nº SEI-260003/001365/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para constituir, sem prejuízo de suas atribuições, a Comissão de Fiscalização de Contrato de Empresa especializada no fornecimento de servidores de redes, em conformidade com o Decreto Estadual nº 46.642, de 17 de abril de 2019:

Jorge Cesar de Almeida - ID 2714548-4;
Elcio Novis Cardozo - ID 4441312-2;
Rodrigo Carlos da Silva - ID 4418738-6.

Art. 2º -/Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2023

JERSON LIMA DA SILVA
Presidente

Id: 2471560

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DA PRESIDENTE
PORTARIA FAETEC Nº 914 DE 10 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24º, do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica, aprovado pelo Decreto nº 42.327, de 03 de março de 2010, no cumprimento das obrigações descritas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a Gestão e Fiscalização das Contratações da Administração Estadual, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº SEI-260005/004390/2022,

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;
- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;
- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo e,
- o disposto nos artigos 58, inciso III, 67, 73 e 74, todos da Lei nº 8.666/93 e arts. 90, § 3º e 239 da Lei nº 287/79; e Decreto nº 45.600/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contrato celebrado no âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC conforme elencado abaixo:

Processo nº.: SEI-260005/004390/2022 - N.º CONTRATO: 033/2022 Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.	
Objeto	Gestor
O objeto do presente contrato é a contratação de Empresa especializada, devidamente regularizada para o fornecimento de gêneros alimentícios junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, para Unidades de ensino de educação básica, que compreende às Regiões Metropolitana, Costa Verde e Serrana, referente ao LOTE I nos moldes preconizado na legislação pertinente, conforme Proposta Detalhe (ANEXO I), Termo de Referência (ANEXO III), instrumento convocatório e demais anexo.	
Luciana Vieira de Mello Rodrigues ID: 5138486-8	

Fiscal de contrato Operacional (administrativo)	ID/Matrícula	Unidade
Marcos Alberto Thompson Salazar	ID: 3225806-2	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Cláudio de Oliveira Bonifácio	ID: 2072781-0	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Paulo Barbosa de Almeida (Suplente)	ID: 4325927-8	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Joel José de Oliveira	ID: 4198346-7	Fundamental Visconde de Mauá
João Batista Neto	ID: 2080901-8	Fundamental Visconde de Mauá
Marcos Antonio Rodrigues	ID: 2090196-8	Fundamental Visconde de Mauá
Adriano de Souza	ID: 2082752-0	ETE Oscar Tenório
René Pereira	ID: 2082660-5	ETE Oscar Tenório
Jurema Romana Ribeiro	ID: 2082333-9	ETE Oscar Tenório
Alexandre de Moraes Sant'Ana	ID: 0226860-5	CETEP Santa Cruz
Adriana Octávio Carieli	ID: 224792-2	CETEP Santa Cruz
Dagnaldo Pedro da Silva	ID: 223027-1	CETEP Santa Cruz
Monique da Costa Silva	ID: 225782-0	CETEP Santa Cruz
Marilza Mendonça da Silva	Mat. 222604-1	CETEP Santa Cruz
Andreza Carla Francisco	Mat. 3075306-5	CETEP Santa Cruz
Claudia Regina Dos Santos Silva	Mat: 221.794-1	CETEP Santa Cruz
Fátima Maria Pego Justiano da Costa	ID: 2231900	Creche Casa da Criança
Cátia de Lucas Pinto	ID: 57859301	Creche Casa da Criança
Rosaura Ferreira da Silva	ID: 5785057	Creche Casa da Criança
Paulo Sérgio dos Santos	ID: 2210094	Fundamental República
Eduardo Vieira de Lima Neto	ID: 2095005-5	Fundamental República
Reynaldo Pedroso Gerth	ID: 4147517-8	Fundamental República
Márcia Macedo do Nascimento	ID: 42692660	Escola Especial Favo de Mel
Keli Cristina de Mattos	ID: 43576745	Escola Especial Favo de Mel
Thatyane Gomes Jatobá	ID: 44669380	Escola Especial Favo de Mel
Ambrozina Silva Pereira	ID: 579075-1	ETE República
Rodrigo Ventura Moutinho	ID: 4205662-4	ETE República
André Luiz F. Martins	ID: 223061-3	ETE República
Eliana de Oliveira Souto	ID: 225023-1	ETE República
Núbia Regina dos S. Vasconcelos	ID: 5781078	Casa dos Residentes
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Casa dos Residentes
Cristiane Lício do Nascimento	ID: 222502-7	ETE Imbariê
Jackline dos Santos de França	ID: 4411556-3	ETE Imbariê
Bruna de Souza Barbosa (Suplente)	ID: 5115205-3	Almoxarifado Central
Sergio Luiz Seilhe de Araújo	ID: 2071983-3	Almoxarifado Central
Carlos Roberto Fernandes da Silva	ID: 2075964-7	Almoxarifado Central
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Almoxarifado Central
Fernando Marques de Oliveira	ID: 578457-3	Escola de Saúde
Linardino Alcides Siqueira	ID: 5092077-4	Escola de Saúde
Vanja Helena Guedes da Silva	ID: 4326562-6	Escola de Saúde
Erick Calazans	ID: 51324547	FAETEC Mangaratiba
Thais Barbara	ID: 035506	FAETEC Mangaratiba
Maria de Oliveira Cajão	ID: 4147576-3	FAETEC Magé - Centro
Karine do Santos Mota da Silva	ID: 5037305-6	FAETEC Magé - Centro
Fátima Rodrigues da Costa	ID: 4147571-2	FAETEC Magé - Centro
Ivanildo Neri de Souza	ID 5130543-7	FAETEC Campinho
Isaac Thomé da Costa	ID: 2075738-7	FAETEC Campinho
Eduardo Vieira de Lima Neto	ID: 2095005-5	FAETEC Campinho
Isabela C. L. de M. Ramos e Sousa	ID / Mat: 223950-7	FAETEC Mangureira - Unidade Beth Carvalho
André Luiz Avelino Sobral	ID: 578779-3	FAETEC Mangureira - Unidade Beth Carvalho
Helena dos Santos Tavares	ID: 578508-1	FAETEC Bangu
Valéria Rangel Bezerra	ID / Mat: 2071750-4	FAETEC Bangu
Maria Angelina da C. M. da C. Gomes	ID: 578089-6	FAETEC Vila Isabel
Cosme Sebastião de Moura	ID: 4147524-0	FAETEC Vila Isabel
Carlos Alberto de Carvalho	ID: 4147420-1	ETE Transporte Engenheiro Silva Freire
Chistopher Pereira da Silva	ID: 4416389-4	ETE Transporte Engenheiro Silva Freire
Bruna Joaquim dos Santos	ID: 5125750-3	FAETEC Vila Lage - São Gonçalo
José da Silva de Almeida	ID: 207595-5	FAETEC Vila Lage - São Gonçalo

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

CAROLINE ALVES DA COSTA
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FAETEC Nº 915 DE 10 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24º, do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica, aprovado pelo Decreto nº 42.327 de 03 de março de 2010, no cumprimento das obrigações descritas no Decreto n.º 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a Gestão e Fiscalização das Contratações da Administração Estadual, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº.: SEI-260005/004391/2022.

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo e,

- o disposto nos artigos 58, inciso III, 67, 73 e 74, todos da Lei nº 8.666/93 e arts. 90, § 3º e 239 da Lei nº 287/79; e Decreto nº 45.600/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contrato celebrado no âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC conforme elencado abaixo:

Processo nº.: SEI-260005/004391/2022 - N.º CONTRATO: 034/2022 Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.	
Objeto	Gestor
O objeto do presente contrato é a contratação de Empresa especializada, devidamente regularizada para o fornecimento de gêneros alimentícios junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, para Unidades de ensino de educação básica, que compreende às Regiões Metropolitana, Costa Verde e Serrana, referente ao LOTE II nos moldes preconizado na legislação pertinente, conforme Proposta Detalhe (ANEXO I), Termo de Referência (ANEXO III), instrumento convocatório e demais anexo.	
Luciana Vieira de Mello Rodrigues ID: 5138486-8	

Fiscal de contrato Operacional (administrativo)	ID/Matrícula	Unidade
Marcos Alberto Thompson Salazar	ID: 3225806-2	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Cláudio de Oliveira Bonifácio	ID: 2072781-0	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Paulo Barbosa de Almeida (Suplente)	ID: 4325927-8	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Joel José de Oliveira	ID: 4198346-7	Fundamental Visconde de Mauá
João Batista Neto	ID: 2080901-8	Fundamental Visconde de Mauá
Marcos Antonio Rodrigues	ID: 2090196-8	Fundamental Visconde de Mauá
Adriano de Souza	ID: 2082752-0	ETE Oscar Tenório
René Pereira	ID: 2082660-5	ETE Oscar Tenório
Jurema Romana Ribeiro	ID: 2082333-9	ETE Oscar Tenório
Alexandre de Moraes Sant'Ana	ID: 0226860-5	CETEP Santa Cruz
Adriana Octávio Carieli	ID: 224792-2	CETEP Santa Cruz
Dagnaldo Pedro da Silva	ID: 223027-1	CETEP Santa Cruz
Monique da Costa Silva	ID: 225782-0	CETEP Santa Cruz
Marilza Mendonça da Silva	Mat. 222604-1	CETEP Santa Cruz
Andreza Carla Francisco	Mat. 3075306-5	CETEP Santa Cruz
Claudia Regina Dos Santos Silva	Mat: 221.794-1	CETEP Santa Cruz
Fátima Maria Pego Justiano da Costa	ID: 2231900	Creche Casa da Criança
Cátia de Lucas Pinto	ID: 57859301	Creche Casa da Criança
Rosaura Ferreira da Silva	ID: 5785057	Creche Casa da Criança
Paulo Sérgio dos Santos	ID: 2210094	Fundamental República
Eduardo Vieira de Lima Neto	ID: 2095005-5	Fundamental República
Reynaldo Pedroso Gerth	ID: 4147517-8	Fundamental República
Márcia Macedo do Nascimento	ID: 42692660	Escola Especial Favo de Mel
Keli Cristina de Mattos	ID: 43576745	Escola Especial Favo de Mel
Thatyane Gomes Jatobá	ID: 44669380	Escola Especial Favo de Mel
Ambrozina Silva Pereira	ID: 579075-1	ETE República
Rodrigo Ventura Moutinho	ID: 4205662-4	ETE República
André Luiz F. Martins	ID: 223061-3	ETE República
Eliana de Oliveira Souto	ID: 225023-1	ETE República
Núbia Regina dos S. Vasconcelos	ID: 5781078	Casa dos Residentes
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Casa dos Residentes
Cristiane Lício do Nascimento	ID: 222502-7	ETE Imbariê
Jackline dos Santos de França	ID: 4411556-3	ETE Imbariê
Bruna de Souza Barbosa	ID: 5115205-3	Almoxarifado Central
Sergio Luiz Seilhe de Araújo	ID: 2071983-3	Almoxarifado Central
Carlos Roberto Fernandes da Silva	ID: 2075964-7	Almoxarifado Central
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Almoxarifado Central
Fernando Marques de Oliveira	ID: 578457-3	Escola de Saúde
Linardino Alcides Siqueira	ID: 5092077-4	Escola de Saúde
Vanja Helena Guedes da Silva	ID: 4326562-6	Escola de Saúde
Carlos Alberto de Carvalho	ID: 4147420-1	ETE Transporte Engenheiro Silva Freire
Chistopher Pereira da Silva	ID: 4416389-4	ETE Transporte Engenheiro Silva Freire

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

CAROLINE ALVES DA COSTA
Presidente

Id: 2471723

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FAETEC Nº 916 DE 10 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24º, do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica, aprovado pelo Decreto nº 42.327 de 03 de março de 2010, no cumprimento das obrigações descritas no Decreto n.º 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a Gestão e Fiscalização das Contratações da Administração Estadual, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-260005/004392/2022.

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo e,

- o disposto nos artigos 58, inciso III, 67, 73 e 74, todos da Lei nº 8.666/93 e arts. 90, § 3º e 239 da Lei nº 287/79; e Decreto nº 45.600/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contrato celebrado no âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC conforme elencado abaixo:

Processo nº.: SEI-260005/004392/2022- N.º CONTRATO: 035/2022 Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA.	
Objeto	Gestor
O objeto do presente contrato é a contratação de Empresa especializada, devidamente regularizada para o fornecimento de gêneros alimentícios junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, para Unidades de ensino de educação básica, que compreende às Regiões Metropolitana, Costa Verde e Serrana, referente ao LOTE III nos moldes preconizado na legislação pertinente, conforme Proposta Detalhe (ANEXO I), Termo de Referência (ANEXO III), instrumento convocatório e demais anexo.	
Luciana Vieira de Mello Rodrigues ID: 5138486-8	

Fiscal de contrato Operacional (administrativo)	ID/Matrícula	Unidade
Marcos Alberto Thompson Salazar	ID: 3225806-2	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Cláudio de Oliveira Bonifácio	ID: 2072781-0	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Paulo Barbosa de Almeida (Suplente)	ID: 4325927-8	ETE Visconde de Mauá (Tec / Mec)
Joel José de Oliveira	ID: 4198346-7	Fundamental Visconde de Mauá
João Batista Neto	ID: 2080901-8	Fundamental Visconde de Mauá
Marcos Antonio Rodrigues	ID: 2090196-8	Fundamental Visconde de Mauá
Adriano de Souza	ID: 2082752-0	ETE Oscar Tenório

René Pereira	ID: 2082660-5	ETE Oscar Tenório
Jurema Romana Ribeiro	ID: 2082333-9	ETE Oscar Tenório
Alexandre de Moraes Sant'Ana	ID: 0226860-5	CETEP Santa Cruz
Adriana Octávio Carieli	ID: 224792-2	CETEP Santa Cruz
Dagnaldo Pedro da Silva	ID: 223027-1	CETEP Santa Cruz
Monique da Costa Silva	ID: 225782-0	CETEP Santa Cruz
Marilza Mendonça da Silva	Mat. 222604-1	CETEP Santa Cruz
Andreza Carla Francisco	Mat. 3075306-5	CETEP Santa Cruz
Fátima Maria Pego Justiano da Costa	ID: 2231900	Creche Casa da Criança
Cátia de Lucas Pinto	ID: 57859301	Creche Casa da Criança
Rosaura Ferreira da Silva	ID: 5785057	Creche Casa da Criança
Paulo Sérgio dos Santos	ID: 2210094	Fundamental República
Eduardo Vieira de Lima Neto	ID: 2095005-5	Fundamental República
Reynaldo Pedroso Gerth	ID: 4147517-8	Fundamental República
Márcia Macedo do Nascimento	ID: 42692660	Escola Especial Favo de Mel
Keli Cristina de Mattos	ID: 43576745	Escola Especial Favo de Mel
Thatyane Gomes Jatobá	ID: 44669380	Escola Especial Favo de Mel
Ambrozina Silva Pereira	ID: 579075-1	ETE República
Rodrigo Ventura Moutinho	ID: 4205662-4	ETE República
André Luiz F. Martins	ID: 223061-3	ETE República
Eliana de Oliveira Souto	ID: 225023-1	ETE República
Núbia Regina dos S. Vasconcelos	ID: 5781078	Casa dos Residentes
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Casa dos Residentes
Cristiane Lício do Nascimento	ID: 222502-7	ETE Imbariê
Jackline dos Santos de França	ID: 4411556-3	ETE Imbariê
Sergio Luiz Seilhe de Araújo	ID: 2071983-3	Almoxarifado Central
Carlos Roberto Fernandes da Silva	ID: 2075964-7	Almoxarifado Central
Bruna de Souza Barbosa (Suplente)	ID: 5115205-3	Almoxarifado Central
Anderson Cayres dos Santos	ID: 5129571-7	Almoxarifado Central
Fernando Marques de Oliveira	ID: 578457-3	Escola de Saúde
Linardino Alcides Siqueira	ID: 5092077-4	Escola de Saúde
Vanja Helena Guedes da Silva	ID: 4326562-6	Escola de Saúde

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

CAROLINE ALVES DA COSTA
Presidente

Id: 2471736

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA FAETEC Nº 920 DE 13 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24º, do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica, aprovado pelo Decreto nº 42.327 de 03 de março de 2010, no cumprimento das obrigações descritas no Decreto n.º 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a Gestão e Fiscalização das Contratações da Administração Estadual, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº SEI-260005/004394/2022.

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;
- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;
- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo e,
- o disposto nos artigos 58, inciso III, 67, 73 e 74, todos da Lei nº 8.666/93 e arts. 90, § 3º e 239 da Lei nº 287/79; e Decreto nº 45.600/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contrato celebrado no âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC conforme elencado abaixo:

Processo nº.: SEI-260005/004394/2022- N.º CONTRATO: 037/2022 Empresa: COMERCIAL MILANO BRASIL LTDA	
Objeto	Gestor
O objeto do presente contrato é a contratação de Empresa especializada, devidamente regularizada para o fornecimento de gêneros alimentícios junto à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, para as Unidades de ensino de educação básica, que compreende as Regiões Metropolitana, Baixada Litorânea, Norte e Noroeste, referente ao	Luciana Vieira de Mello Rodrigues ID: 5138486-8
LOTE II, nos moldes do preconizado nas legislações pertinentes.	

Fiscal de contrato Operacional (administrativo)	ID/Matrícula	Unidade
Adriana Rodrigues Pereira	ID: 5775949	ETE Agrícola Antônio Sarlo
Ganira Pacheco Tavares Pereira	ID: 578818-8	ETE Agrícola Antônio Sarlo
Jorge Silva Machado (Suplente)	ID: 547979-7	ETE Agrícola Antônio Sarlo
Marcelo Barbosa Almeida (Suplente)	ID: 5073082-7	ETE Agrícola Antônio Sarlo
Rosanea Ovidio Louvisi Martins	ID: 4331968-8	ISEPAM (Médio + Educação Infantil)
Camila de Almeida Aguiar	ID: 4382954-6	ISEPAM (Médio + Educação Infantil)
Gabriela do Rosário Silva	ID: 3151679-2	ISEPAM (Médio + Educação Infantil)
Raphael Barros de Sousa Neto	ID: 4219636-1	ISEPAM (Médio + Educação Infantil)
Reinaldo de Oliveira	ID: 4069583-2	FAETEC Mesquita
Jessica Sarubi de Moura	ID: 4405345-2	FAETEC Mesquita
Marcia de Oliveira Cardoso	ID: 3432075-0	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Patrícia Guimarães de Andrade Oliveira	ID: 2091659-0	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Uberlan Lopes de Souza Filho	ID: 4176683-0	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Edson Alves da Silva	ID: 4198753-5	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Darlene Ferreira Cavalcante Maia	ID: 4418356-9	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Marcelle Pereira Rodrigues	ID: 4462495-6	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Flávio Almeida Azevedo	ID: 5035264-4	FAETEC Nova Iguaçu - Centro
Thiago Jerke da Silva	ID: 4198815-9	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Enéas Ferreira da Silva Oliveira	ID: 4198809-4	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Igor Pires dos Santos Fernandes	ID: 4412043-5	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Alexandre Gomes Pereira	ID: 4461880-8	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Liliane Xavier Mello	ID: 4439556-6	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Maria da Penha Correa Torres Pinheiro	ID: 4463990-2	ETE Petrópolis - Cascatinha + FAETEC Petrópolis - Cascatinha
Tamiza Pereira Santos	ID: 512557-1	FAETEC Nilópolis
Ricardo José da Silva Machado	Mat.: 2097227-0	FAETEC Nilópolis
Jacinéia Romão dos Santos de Souza Mattos	ID: 4456951-3	ETE Maria Mercedes Mendes Teixeira
Armando Mateus Dias Miranda	ID: 4462453-0	ETE Maria Mercedes Mendes Teixeira
Priscila de Oliveira Silva Maisano	ID: 4464086-2	ETE Maria Mercedes Mendes Teixeira
Flávio Nunes Pereira	ID: 2076166	FAETEC Itaboraí
Gustavo Macedo Netto	ID: 2090295-6	FAETEC Itaboraí
João José Richa Neto	ID:2096344-0	FAETEC Santo Antônio de Pádua
Analia Maria Ferreira Freitas	ID: 4412679-4	FAETEC Santo Antônio de Pádua
Eva de Fátima Chiapini de Souza Pereira (Suplente)	ID: 4147304-3	FAETEC Santo Antônio de Pádua

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

CAROLINE ALVES DA COSTA
Presidente da FAETEC

Id: 2471724

<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA</div> <div>APOSTILA DA PRESIDENTE</div> <div>DE 05/04/2023</div>
<div>ATO DE APOSENTADORIA 18.06.2021 - PAULO FERNANDO PE-REIRA DE ALMEIDA, matrícula nº 00/0221.436-9, identidade funcio-nal nº 20908750, vínculo 1, cargo de Técnico Especialista - Fica re-tificada a referência do servidor para "TEC ESPG12", publicado no DOERJ de 23.06.2021, página 23, processo nº SEI-E-26/005/643/2018.</div> <div>Id: 2471534</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA</div> <div>DESPACHOS DA PRESIDENTE</div> <div>DE 05/04/2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI E-26/72348/2003 - DANIEL MILATO RIBEIRO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - matrícula nº 0220261-2, período base de 27.02.2018 a 25.02.2023. RECONHEÇO direito a 03 (três) meses de licença especial.</div> <div>Id: 2471533</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>ATOS DO REITOR</div> <div>DE 13.04.2023</div>
<div>PORTARIA Nº 316/2022 - EXONERA CRISTIANE MURAD TAVARES, matr. nº 35.324-3, ID: 43869238, Técnico Universitário - Superior / Médico - Medicina do Adolescente, do Cargo em Comissão de Co-ordenador Técnico da Atenção Secundária, símbolo CC-09, código 636, a contar de 01/04/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 317/2022 - EXONERA designar CRISTIANE MURAD TAVARES, matr. nº 35.324-3, ID: 43869238, Técnico Universitário - Superior/Médico - Medicina do Adolescente, para exercer a Função Gratificada de Supervisão Ambulatorial, símbolo FG-03, código 338, a contar de 01/04/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 318/2022 - EXONERA HENRIQUE CESAR CHAVES D'ABREU, matr. nº 35.644-4, ID: 44098863, Técnico Universitário - Superior / Médico - Medicina do Adolescente, do Cargo em Comissão de Coordenador Técnico da Atenção Terciária, símbolo CC-09, código 637, a contar de 01/04/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 319/2022 - DESIGNA HENRIQUE CESAR CHAVES D'ABREU, matr. nº 35.644-4, ID: 44098863, Técnico Universitário - Superior / Médico - Medicina do Adolescente, para exercer a Função Gratificada de Supervisão de Enfermaria, símbolo FG-03, código 366, a contar de 01/04/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 320/2022 - NOMEIA FABIANA BARRETO GOULART DÉLÉAGE, matr. nº 35.068-6, ID: 43472117, Técnico Universitário - Superior / Médico - Medicina do Adolescente, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Técnico da Atenção Secundária, sím-bolo CC-09, código 636, a contar de 01/04/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 321/2022 - NOMEIA EDUARDO JORGE CUSTODIO DA SILVA, matr. nº 41.321-1, ID: 50838482, Professor Adjunto, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Técnico da Atenção Terciária, símbolo CC-09, código 637, a contar de 01/04/2023 - Pro-cesso nº SEI-260007/012476/2023.</div>
<div>PORTARIA Nº 322/2022 - DESIGNA CARMEN MARIA RAYMUNDO, matr. nº 31.503-6, ID: 25720864, Técnico Universitário - Superior / As-sistente Social, para exercer a Função Gratificada de Supervisão de Atenção Básica, símbolo FG-03, código 336, a contar de 15/03/2023 - Processo nº SEI-260007/012476/2023.</div> <div>Id: 2471698</div>
<div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>DESPACHO DO REITOR</div> <div>DE 13.04.2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260007/013775/2023 - HOMOLOGO o afastamento integral remunerado pelo Procad, por tratar-se de estudo de in-teresse desta Administração Pública, do Docente JOÃO BOSCO DE AZEVEDO, matr. nº 39493-2, para a Escola Nacional de Ciências Es-tatísticas - ENCE, no período de 22/03/2023 a 21/03/2026.</div> <div>Id: 2471710</div>
<div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>DESPACHOS DO REITOR</div> <div>DE 13.04.2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260007/053267/2022 - AUTORIZO o afastamento de FLÁVIA LUCIA PIFFANO COSTA PELLEGRINO, matr. nº 40853-4, Professor Adjunto, no período de 14/06/2023 a 20/06/2023, para par-ticipar do evento "ASM MICROBE 2023" em Houston, Texas, Estados Unidos.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260007/014220/2023 - AUTORIZO o afastamento de BIANCA MOREIRA SANTOS, ID 4359161-2, matr. nº 40754-4, no período de 03/10/2023 a 06/10/2023, para participar do 18º Encontro Nacional de Secretariado e Gestão de Pessoas, em Gramado-RS, Brasil.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260008/003063/2023 - AUTORIZO o afastamento de BRUNO REZNIK WAJSBROT, matr. nº 36753-2, no período de 19/05/2023 a 24/05/2023, para participar do WORLD CONGRESS ON ACUTE HEART FAILURE 2023 a ser realizado em Praga, República Tcheca.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260004/000495/2023 - AUTORIZO a cessão de MARCIA DE ALMEIDA CAODURO, TUS/Treinamento, matr. nº 06.869-2, ID 25622870, admitida em 01/05/1986, para exercer suas atividades na Fundação Centro de Ciências e de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ, até 31/12/2023.</div> <div>Id: 2471699</div>
<div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>FACULDADE DE ODONTOLOGIA</div> <div>ATO DO DIRETOR</div> <div>DE 05.04.2023</div>
<div>PORTARIA ODO Nº 005/2023 - DESIGNO para compor a Comissão Examinadora do processo de promoção para a categoria de Professor Titular da Profª. MARIA ELIZA BARBOSA RAMOS, matr. nº 5897-4, os Docentes abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, sen-do esta composição homologada pelo Conselho Departamental desta Unidade Acadêmica nos termos que constam no Processo nº SEI-260007/01939/2023 e Processo nº SEI-260007/015725/2023:</div>

<div>MEMBROS TITULARES: KÁTIA REGINA HOSTILIO CERVANTES DIAS - UERJ; OLÍVIA ALBERTINA DA SILVA FRAGA - UERJ; IVETE POMARICO - UFRJ; LAURA PRIMO - UFRJ; LUCIENE COPLÉ MAIA - UFRJ;</div> <div>Id: 2471700</div>
<div>SUPLENTES: LUCINA MOURA SASSONE - UERJ; SÔNIA GROSMAN - UFRJ.</div>
<div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</div> <div>ATOS DA SUPERINTENDENTE</div> <div>DE 14.04.2023</div>
<div>PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-447/2023 - DECLARA vago o cargo de Docente/Professor Associado, por motivo de falecimento de LIDIA MARIA BUARQUE DE OLIVEIRA ASAD, matr. nº 33909-3, ID: 25567098/01, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação no IBRAG/DBB, ocorrido em 28/05/2016 - Processo nº SEI-260007/016112/2023.</div>
<div>PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-449/2023 - APOSENTA ROSANGELA DA SILVA SANTOS, matr. nº 35.242-7, ID Funcional 43869750, Pro-fessor Adjunto, nível 4, com 40 horas semanais, pertencente ao re-gime de trabalho com Dedicação Exclusiva, nos termos da Lei 8.267/2018, de acordo com o artigo 40, §1º, III "b" da Constituição Federal, c/c artigo 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021 - Processo nº SEI-260007/035277/2022.</div>
<div>PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-450/2023 - APOSENTA MARLI DA LUZ, matr. nº 33.011-8, ID Funcional 25703455, Técnico Universitário Superior/Enfermeiro, com padrão de vencimentos XIII, com 30 horas semanais, conforme §1º do art. 18 da Lei nº 6701/2014, de acordo com 4º da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021 - Processo nº SEI-260007/002786/2022.</div>
<div>PORTARIA UERJ/SGP Nº SEI-451/2023 - APOSENTA SANDRA TEI-XEIRA DE ARAUJO PACHECO, matr. nº 31.235-5, ID Funcional 25546414, Professor Associado, nível 1, com 40 horas semanais, per-tencente ao regime de trabalho com Dedicação Exclusiva, nos termos da Lei 8.267/2018, de acordo com o artigo 3º da Emenda Constitu-cional nº 47/2005, C/C artigo 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021 - Processo nº SEI-260007/032888/2022.</div> <div>Id: 2471701</div>
<div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS</div> <div>DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE</div> <div>DE 30.03.2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260007/009763/2023 - AUTORIZO o afastamento PROCASE parcial, com direito a vencimento e vantagens integrais, de CLARA PINTO DINIZ, matr. nº 38.125-1, Técnico Universitário Super-ior / Fisioterapeuta, lotada no Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE, Coordenadoria de Serviços Técnicos - CST, iniciando em 01/06/2023 e previsão de término em 01/06/2025, para ingressar no Doutorado em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas, promovido pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz.</div>
<div>Id: 2471702</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260007/010124/2023 - DETERMINO a inclusão de MARCELO PINHEIRO DE SOUZA, Professor Assistente, matrícula UERJ nº 33.948-1, no Regime de Dedicação Exclusiva previsto na Lei Estadual nº 6.328/2012, regulado por meio da Resolução CONSUN nº 05/2019. Torna sem efeito a publicação do dia 11/04/2023, pág. 65, col. 03.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-E-26/007/9690/2014 - LÍCITA a acumulação de cargos de MARGARETE DA SILVA, Técnico Universitário II/Técnico em Enfermagem, matr. nº 37.946-1 - UERJ e Técnico de Enferma-gem, matr. nº 19959 - Prefeitura Municipal de Belford Roxo, na forma do art. 1º do AEDA/UERJ nº 49/2012.</div> <div>Id: 2471702</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</div> <div>DIRETORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA</div> <div>ATO DA DIRETORA</div> <div>DE 14.04.2023</div>
<div>Portaria nº 40/DAF/2023 - DESIGNA como responsável pelo acom-panhamento e fiscalização dos Contratos nº 172/2022, com a empre-sa HORIZONTE 16 LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, e 173/2022, com a empresa TAGG SERVICES LTDA, para prestação de serviços de locação de veículos, a ser executado segundo o regime de em-preitada por preço unitário para atender as demandas do Programa Empoderadas, a SERVIDORA MÁRCIA DE LEMOS LIMA ANDRADE, Id. 51392917. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário. Processo nº SEI-310003/001275/2022.</div> <div>Id: 2471574</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE</div> <div>DARCÝ RIBEIRO</div> <div>ATO DO REITOR</div>
<div>PORTARIA REITORIA Nº 196 DE 12 DE ABRIL DE 2023</div>
<div>cria COMISSÃO ORGANIZADORA DE CON-CURSO PÚBLICO, DESCENTRALIZADA DE CARÁTER NÃO PERMANENTE, PARA VAGA DE PROFESSOR ASSOCIADO DO LABORA-TÓRIO DE CIÊNCIAS FÍSICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</div>
<div>O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINEN-SE DARCÝ RIBEIRO - UENF, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e</div>
<div>CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-260009/007104/2022,</div>
<div>RESOLVE:</div>
<div>Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora de Concurso Público, des-centralizada de caráter não permanente, para vaga de Professor As-sociado do Laboratório de Ciências Físicas do Centro de Ciência e Tecnologia - LCFIS/CCT.</div>
<div>Art. 2º - A Comissão de que trata o art. 1º será composta pelos se-guintes servidores:</div>
<div>- Marcelo Gomes da Silva, ID Funcional nº 641263-7, Professor Titular - - LCFIS - Presidente;</div>
<div>- Roberto Weider de Assis Franco, ID Funcional nº 642539-9, Profes-sor Associado - LCFIS;</div>
<div>- Marcus dos Santos Paes, ID Funcional nº 640024-8, Técnico Ad-ministrativo - LCFIS.</div>
<div>Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.</div>
<div>Campos dos Goytacazes, 12 de abril de 2023</div>
<div>RAUL ERNESTO LOPEZ PALACIO</div> <div>Reitor</div> <div>Id: 2471566</div>

<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE</div> <div>DARCÝ RIBEIRO</div> <div>DESPACHOS DO REITOR</div> <div>DE 14.04.2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260009/000183/2023 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, de conformidade com o art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações seguintes, em favor da ASSOCIAÇÃO BRASI-LEIRA DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MU-NICIPAIS - ABRUEM no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), cujo objeto é o pagamento de anuidade, conforme o caput do art. 25, do supracitado diploma legal.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260009/000302/2023 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, de conformidade com o art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações seguintes, em favor de FOPROP - FÓRUM NA-CIONAL DE PRÓ-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), cujo objeto é o pagamento de anuidade, conforme o caput do art. 25, do supracitado diploma legal.</div> <div>Id: 2471557</div>

<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE</div> <div>DARCÝ RIBEIRO</div> <div>DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA</div> <div>GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS</div> <div>DESPACHOS DO GERENTE</div> <div>DE 11.04.2023</div>
--

PROCESSO Nº SEI-E-26/009/101011/2018 - THAISA TAVARES AL-VES DA SILVA, ID Funcional nº 4440832-3, Profissional de Nível Mé-dio, período de 22/02/2018 a 21/02/2023.

PROCESSO Nº SEI-260009/006884/2022 - GABRIEL VALERIOLETE BANDEIRA DÁRIO, ID Funcional nº 4458326-5, Profissional de Nível Médio, período de 06/01/2015 a 05/01/2020.

<div>CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260009/001330/2023 - PAULO SÉRGIO BEL-CHIOR MESQUITA, ID Funcional nº 4440112-4, Profissional de Nível Superior, períodos de 30/01/2013 a 29/01/2018 e de 30/01/2018 a 29/01/2023.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-260009/001677/2023 - GEORGIANA FEITOSA DA CRUZ, ID Funcional nº 4393609-1, Professor Associado, períodos de 05/11/2010 a 04/11/2015 e de 05/11/2015 a 04/11/2020.</div>
<div>CONCEDO 06 (seis) meses de Licença Prêmio.</div>
<div>Id: 2471557</div>
<div>DE 12.04.2023</div>

PROCESSO Nº SEI-E-26/051936/2007 - FRANCISCO LUIS RANGEL MANHÃES, ID Funcional nº 641806-6, Profissional de Nível Elemen-tar, período de 27/02/2018 a 26/02/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-26/052176/2007 - ROGÉRIO ALMEIDA RIBEI-RO DE CASTRO, ID Funcional nº 641565-2, Profissional de Nível Su-perior, período de 02/08/2017 a 01/08/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-26/070337/2007 - LUCIANA BEATRIZ DE SOU-ZA SILVA BERBERAN NUNES, ID Funcional nº 640014-0, Profissional de Nível Médio, período de 05/07/2017 a 04/07/2022.

PROCESSO Nº SEI-E-26/009273/2018 - LEANDRO HESPANHOL VIANA, ID Funcional nº 642398-1, Profissional de Nível Superior, pe-ríodo de 18/02/2018 a 17/02/2023.

PROCESSO Nº SEI-260009/002028/2021 - RENATA MALDONADO DA SILVA, ID Funcional nº 4440082-9, Professor Associado, período de 31/03/2018 a 30/03/2023.

<div>CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio.</div>
<div>Id: 2471557</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-E-26/052291/2007 - JODIR PEREIRA DE SOUZA FILHO, ID Funcional nº 641595-4, Profissional de Nível Médio. CON-CEDO 06 (seis) meses de Licença Prêmio, referentes aos períodos de 25/06/2012 a 24/06/2017 e 25/06/2017 a 24/06/2022.</div>
<div>Id: 2471557</div>
<div>DE 13.04.2023</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-E-26/051608/2005 - MARCELO SHOEY DE OLI-VEIRA MASSUNAGA, ID Funcional nº 4145086-8, Professor Associa-do, período de 03/05/2014 a 02/05/2019.</div>
<div>PROCESSO Nº SEI-E-26/009/101060/2018 - GERALDO DE AMARAL GRAVINA, ID Funcional nº 577358-0, Professor Associado, período de 31/08/2015 a 30/08/2020.</div>
<div>Id: 2471557</div>
<div>CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio.</div>

PROCESSO Nº SEI-260009/001783/2023 - HELOIZA DE CÁCIA MA-NHÃES ALVES, ID Funcional nº 538697-7, Profissional de Nível Su-perior. **CONCEDO** 09 (nove) meses de Licença Prêmio, referentes aos períodos de 17/06/2005 a 09/07/2010, de 10/07/2010 a 09/07/2015 e de 10/07/2015 a 09/07/2020.

<div>Id: 2471612</div>
<div>SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</div> <div>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE</div> <div>DARCÝ RIBEIRO</div> <div>DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA</div> <div>GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS</div> <div>DESPACHOS DO GERENTE</div> <div>DE 13.04.2023</div>

PROCESSO Nº SEI-260009/001456/2022 - MILTON MASAHIKO KA-NASHIRO, Professor Associado, ID Funcional nº 641169-0. **AVER-BEM-SE** os períodos de 05/08/1988 a 31/03/1989; 01/11/1994 a 30/04/2001; 01/05/2001 a 30/06/2002, num total de 3.036 dias de efe-tivo exercício prestados a Entidades Vinculadas ao RGPS, como Ins-petor de Haras, Técnico II, Técnico II.

PROCESSO Nº SEI-260009/001467/2023 - FULVIA MARIA D'ALES-SANDRI, Profissional de Nível Superior, ID Funcional nº 4145113-9. **AVERBEM-SE** os períodos de 01/03/1987 a 01/05/1991; 02/05/1991 a 28/02/1994; 01/03/1994 a 04/05/1998; 02/01/1999 a 02/10/2000; 01/02/2001 a 24/06/2002, num total de 5.229 dias de efetivo exercício prestados a Entidades Vinculadas ao RGPS.

PROCESSO Nº SEI-260009/001689/2023 - MARIA LUCIA SALDANHA PEREIRA DA SILVA, Profissional de Nível Médio, ID Funcional nº 4205927-5. **AVERBEM-SE** os períodos de 02/05/1986 a 20/02/1987; 09/03/1987 a 03/08/1994; 01/05/1997 a 07/03/2002; 01/01/2003 a 03/03/2005, num total de 5.565 dias de efetivo exercício prestados a Entidades Vinculadas ao RGPS.

Id: 2471540

Secretaria de Estado de
Transporte e Mobilidade Urbana

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE
E MOBILIDADE URBANA
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
DE 27.03.2023

PROCESSO Nº SEI-100005/002494/2023 - Com base no parecer da área técnica (49219332) **APROVO** o modelo de planta nº DPO 936, requerido por COMIL ÔNIBUS S.A. com as seguintes especificações:

Requerente	COMIL ÔNIBUS S.A.
Planta Nº	DPO 936
Carroceria	Ônibus rodoviário modelo Campione Invictus 1050, com ar condicionado.
Chassi	M. Benz O 500 R 1830 EURO 5
Entre-eixos	7010 mm
Cap. Lotação	46 passageiros sentados
Obs.	Com Dispositivo de Poltrona Móvel (D.P.M.)

DE 14.04.2023

PROCESSOS Nºs SEI-100005/002108/2023 E SEI-100005/002146/2023 - **AUTORIZO** o parcelamento de débito

Id: 2471674

Secretaria de Estado do
Ambiente e Sustentabilidade

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA CERHI-RJ Nº 16 DE 10 DE ABRIL DE 2023

ALTERAÇÃO DE MEMBROS NO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das suas atribuições legais, instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o que consta no Processo SEI-070026/000030/2023, ficam nomeados como conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI-RJ para compor o plenário deste colegiado, para o exercício do mandato 2020-2023, os seguintes conselheiros e/ou entidades:

I - Poder Público:

- Humberto Yoshiharu Saito, representante da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) - Suplente, em substituição de Telmo Borges Silveira Filho, anteriormente indicado por tal instituição.

- Marina Fernandes Bez, representante da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) - Titular, em substituição de Guilherme Alves Cardoso Moreira, anteriormente indicado por tal instituição.

- Roberto Ricardo da Silva Moura, representante da Prefeitura de Belford Roxo, pela Defesa Civil da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Belford Roxo - Titular, em substituição de Humberto Yoshiharu Saito, anteriormente indicado por tal instituição.

II - Sociedade Civil:

- Daniel Derenusson Kowarski, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) - Suplente, em substituição de Karina de Moura Costa Alencar, anteriormente indicado por tal instituição.

Art. 2º - Esta Portaria a entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

MAYNÁ COUTINHO MORAIS
Presidente do CERHI-RJ

Id: 2471572

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA ESTADUAL DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS
DE 14/04/2023

PROCESSO Nº SEI-070002/015309/2022 - **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico nº 002/2023 referente a "aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar e adoçante) de primeira qualidade no Instituto Estadual do Ambiente - INEA), conforme especificação detalhada no Termo de Referência - Anexo I.", e **ADJUDICO** em favor da empresa PRELUDIO ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 15.095.950/0001-14 face aos itens 2 e 3, pelo valor de R\$ 6.925,00 (seis mil novecentos e vinte e cinco reais), bem como a empresa F PEREIRA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.021.788/0001-46, pelo valor de R\$ 52.430,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e trinta reais), face ao item 1 do presente instrumento.

Id: 2471685

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA INEA/PRES Nº 1.220 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA OS MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DAS REDES DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO INEA, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO Nº 48.413, DE 21 DE MARÇO DE 2023 QUE CRIA AS ASSESSORIAS SETORIAIS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - ASPLOS, REESTRUTURA O SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SPO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 46.619, de 02 de abril de 2019, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de atender o que estabelece o art. 3º, §5º, no que diz respeito a publicação, que deverá ser feita em diário oficial, da designação do titular das Redes de Planejamento e Orçamento;

- o constante dos autos do Processo nº SEI-070002/007320/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o titular e suplente das Redes de Planejamento e Orçamento, com os seguintes servidores:

Titular:

Vitor Medeiros Zervelis, Id.5007751-1, ocupante do cargo efetivo: Analista de Planejamento e Orçamento

Suplente:

Luiz Cláudio Nogueira da Silva, Id. 4235260-6, ocupante do cargo efetivo: Analista de Planejamento e Orçamento

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

PHILIPPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
Presidente

Id: 2471550

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHO DA GERENTE
DE 14/04/2023

PROCESSO Nº SEI E-07/002.2896/2016 - Procedemos a apuração de Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor ADILSON MARTINS NORONHA ID nº2145266-0 Técnico Administrativo. Sendo assim, **AUTORIZO** a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito relativo ao período-base 11/06/2017 a 09/06/2022.

Id: 2471727

Secretaria de Estado de Agricultura,
Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA FIPERJ Nº 74 DE 12 DE ABRIL DE 2023

ALTERA A COMISSÃO PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FIPERJ E A EMPRESA TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-020006/000131/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Alterar a Comissão de Fiscalização para proceder ao acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços entre a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ e a Empresa TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, passando a ter a seguinte composição:

Titulares:

Presidente: Hugo Leonardo Silva do Nascimento - ID. Funcional 5036167-8; e
Membro: Erick Guilherme Nogueira Barbosa - ID. Funcional 5139657-2.

Suplentes:

Pietra Barros de Freitas - ID. Funcional 5126263-0; e
Francine Ferreira Mendonça - ID. Funcional 5116818-9.

Art. 2º - A servidora Renata Primo Dias Borba, Coordenadora Administrativa, ID 2055277-7, permanece como Gestora do Contrato em questão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria FIPERJ nº 37, de 17 de maio de 2022.

Niterói, 12 de abril de 2023

JOSÉ CARLOS GERVAZONI GOMES
Diretor-Presidente

Id: 2471556

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 14.04.2023

PROCESSO Nº SEI-020006/000140/2023 - **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL, referente a referente inscrição e participação de servidores no 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS, com fulcro no art. 25, § 1º, do citado diploma legal, no valor estimado de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Id: 2471555

Secretaria de Estado de
Cultura e Economia Criativa

ATO DA SECRETÁRIA
DE 14/04/2023

TORNA SEM EFEITO os atos de instauração de Tomada de Contas, publicados no diário oficial de 28/12/2022, às fls. 54/55, aberto em decorrência do esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis para a prestação de contas instaurada em decorrência da não prestação de contas dos recursos repassados referente ao convênio nº 13/2009, celebrado em 11 de dezembro de 2009 entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e Associação Foto Filatélica Numismática de Volta Redonda, oriundo do administrativo SEI E-18/001/162/2013.

Id: 2471704

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 1134 DE 13 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCAL DO CONTRATO CELEBRADO PELA FUNARJ/RJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ/RJ, no uso de suas

atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto de 02/02/2023, publicado no D.O de 03/02/2023, às fls 04.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, nos arts.67, 73 e 74 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e no art.239 da Lei Estadual nº 287 de 04/12/1979.

RESOLVE:

Art.1º - Designar os servidores Rafael Oliveira De Sant'Anna ID nº 5105699-2, Davison Claudio Gomes, ID: 4422575-0 e Fabio Da Silva Lucena, ID nº 5074710-0, como fiscais e suplentes, respectivamente, para atuarem na fiscalização do contrato FUNARJ/RJ nº 180021/014/2023, Processo nº SEI-180002/000263/2023 com a empresa BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A, que tem por objeto prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a contar de 05/04/2023.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

JACKSON DE OLIVEIRA EMERICK
Presidente

Id: 2471628

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APOSTILA DO PRESIDENTE
DE 12/04/2023

Apostila ao Contrato nº 180021/015/2022, assinado em 23/02/2022 e publicado em 04/03/2022, celebrado entre FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, de um lado, e, de outro, HUME PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A, tendo em vista o contido no Processo SEI-180002/000053/2022, o valor mensal fica reajustado passando a ser R\$ 18.858,43 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e três centavos), a partir da competência de março de 2023, mantidas as demais condições. Processo nº SEI E-18/002/053/2022.

Id: 2471584

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 11/04/2023

PROCESSO Nº SEI-180005/000297/2023 - CICERO GOMES RIBEIRO, Identidade Funcional nº 4377488-1. **AUTORIZO**.

Id: 2471459

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE
DE 12/04/2023

PROCESSO Nº SEI-180005/000294/2023 - CICERO GOMES RIBEIRO, Identidade Funcional nº 4377488-1. **AUTORIZO**.

Id: 2471433

Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS

ATO DA SECRETÁRIA E DO REITOR

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDSODH/ UERJ Nº 082
DE 05 DE ABRIL DE 2023

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS E O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, de acordo com a Lei nº 9.808, de 22 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2023, e dá outras providências, Lei nº 9.969 de 12 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a revisão 2023 do Plano Plurianual 2020-2023, instituído pela Lei nº 8.730, de 24 de janeiro de 2020, Lei nº 9.970 de 12 de janeiro de 2023 que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2023, Decreto nº 48.359 de 07 de fevereiro de 2023, que estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício de 2023 e dá outras providências e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, e conforme consta no Processo Administrativo SEI-310003/004050/2022;
RESOLVEM:

Art. 1º- Descentralizar a execução de crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Execução do Programa de Atenção à Pessoas em Vulnerabilidade Social,

II - VIGÊNCIA: Esta Resolução terá vigência de 01/01/2023 até 31/12/2023.

III - DE/Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS -SEDSODH/ FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FEAS

UG: 490100 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
UO: 49010 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
UG: 326100 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
UO: 49650 - Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

IV - PARA/Executante: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UG: 404300 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UO: 40430 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro

V - CRÉDITO:

	P.T.	FR	MD	Valor R\$
49010.14.422.0488.4712		1.761.122	339000	203.088,00
49650.08.244.0450.4540		1.761.122	339000	1.060.473,59

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 5º da instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do término da vigência desta Resolução, bem como apresentar à Concedente cópia, junto com a Prestação de Contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE-RIO, em favor do exequente, sem o adimplemento da obrigação constante do caput deste artigo.
Art. 3º- Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2023	
ROSANGELA DE SOUZA GOMES Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH	
MÁRIO SÉRGIO ALVES CARNEIRO Reitor da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	
	Id: 2471585
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO	
ATO DO SUBSECRETÁRIO	
PORTARIA SEDSODH/ SUBGOGE Nº 015 DE 13 DE ABRIL DE 2023	
DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.	

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições legais, considerando o contido no Processo Administrativo nº SEI-310003/001484/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora NÁDIA APARECIDA DA SILVA PINTO, id 51395991, para sem prejuízos de suas funções, responder pela diretoria do Centro de Promoção Social Cristo Redentor - CPSACR, em substituição a Lícia Azevedo Mattesco, Id 5098326-1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023	
JOSÉ CARLOS COSTA SIMONIN Subsecretário de Estado de Governança e Gestão	
	Id: 2471575
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO	
ATOS DO SUBSECRETÁRIO	
PORTARIA SEDSODH/ SUBGOGE Nº 016 DE 13 DE ABRIL DE 2023	
DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.	

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tendo por base o disposto do art. 58, inciso III e art. 67, caput, da Lei nº 8.666/93, e o Decreto nº 45.600, de 16/03/2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, no Processo Administrativo nº SEI-310003/003969/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Gestor e os Fiscais do Contrato nº 014/2023, celebrado com a empresa OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, que tem como objeto a prestação de serviços de telefônico fixo comutado - STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), sendo 160 (cento e sessenta) linhas ativas para a SEDSODH, 02 (duas) linhas 0800 para o Disque Cidadania e 60 (sessenta) linhas livres para setores solicitantes, perfazendo um total de 222 (duzentas e vinte e duas) linhas, com fornecimento de aparelhos novos ou seminovos por comodato, se necessário, na forma do Termo de Referência, instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços, conforme processo SEI-310003/003969/2021, como segue:

Gestor do Contrato
Francisca Nádia dos Santos - ID Func 5074311-2
Fiscais do Contrato
André Luiz Bonfim Lima - ID Func 5108662-0
Elen Bandeira de Mattos - ID Func 5091488-0
Maycon Lopes de Souza - ID Func 5106560-6

Art. 2 - O Fiscal terá incumbência de controlar, fiscalizar e atestar os serviços mensalmente e apresentar relatório sobre a qualidade e a regularidade do serviço, em observância ao instrumento contratual.

Parágrafo Único - Cópia do relatório pelo Fiscal, com ciência do Titular da área responsável pelo contrato, deverá ser enviada para Coordenação de Contratos, para integração do processo administrativo afim.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor e produzirá seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023	
JOSÉ CARLOS COSTA SIMONIN Subsecretário de Estado de Governança e Gestão	
	Id: 2471687
PORTARIA SEDSODH/ SUBGOGE Nº 017 DE 13 DE ABRIL DE 2023	
DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.	

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, tendo por base o disposto do art. 58, inciso III e art. 67, caput, da Lei nº 8.666/93, e o Decreto nº 45.600, de 16/03/2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração, no Processo Administrativo nº SEI-310003/000148/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Gestor e os Fiscais dos Contratos nºs 008/2023, celebrado com a empresa Locasem Serviços de Limpeza, Manutenção e Alimentação Ltda EPP, que tem como objeto aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo cestas básicas (lote 01), fardos de garrafas de água mineral (lote 02), kits de higiene (lote 03) e kits de limpeza (lote 04); e nº 009/2023, celebrado com a empresa Polar Indústria e Comércio de Colchões Ltda, que tem como objeto a aquisição de insumos para combate aos efeitos de calamidades, sendo colchonetes de solteiro (lote 05); conforme Processo nº SEI-310003/000148/2023, como segue:

Gestor do Contrato
Letícia Guimarães da Silva - ID Func 5130487-2
Fiscais do Contrato
Simone Santos da Silva Tavares - ID Func 5121532-2
Hosana Helena Lima Conceição - ID Func 5138207-5
Adriana Santos Pereira - ID Func 4422584-9

Art. 2 - O Fiscal terá incumbência de controlar, fiscalizar e atestar os serviços mensalmente e apresentar relatório sobre a qualidade e a regularidade do serviço, em observância ao instrumento contratual.

Parágrafo Único - Cópia do relatório pelo Fiscal, com ciência do Titular da área responsável pelo contrato, deverá ser enviada para Coordenação de Contratos, para integração do processo administrativo afim.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor e produzirá seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023	
JOSÉ CARLOS COSTA SIMONIN Subsecretário de Estado de Governança e Gestão	
	Id: 2471688
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS SUBSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO	
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO DE 13.04.2023	

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-310003/000921/2023 - RECONHEÇO A DÍVIDA de exercício anterior, no valor de R\$ 313.255,00 (trezentos e treze mil duzentos e cinquenta e cinco reais), referente a prestação de serviços de preparo, fornecimento e distribuição de quentinhas - café da manhã, almoço e jantar - na Unidade Emergencial de Assistência Alimentar do Projeto RJ Alimenta - Nova Iguaçu, a favor da empresa Mendes dos Santos Refeições Coletivas e Serviços LTDA, CNPJ nº 04.375.510/0001-02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-310003/003751/2022 - RECONHEÇO A DÍVIDA de exercício anterior, no valor de R\$ 1.164.667,10 (hum milhão cento e sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos), referente a pagamento das notas fiscais nºs 6724 e 6668, dos períodos de novembro e dezembro de 2022, referente a prestação de serviços técnicos necessários à implantação física, implantação de procedimentos, operação e gestão continuada de central de atendimento telefônico, ativa e receptiva, exclusiva para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, abrangendo todos os recursos necessários à sua operacionalização, incluindo conexão com os sistemas aplicativos hospedados na PRÓDERJ, para consulta às informações e registros das solicitações recebidas, em atendimento ao Programa SUPERA RIO a favor da empresa ATN CONTACT CENTER E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 31.648.272/0001-26.

	Id: 2471582
--	-------------

Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
ATA DE JULGAMENTO - 9º REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023

No dia 13 de Abril de 2023, às 10h, reuniu-se a Comissão de Aprovação de Projetos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 409 - 21º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ. Iniciados os trabalhos, a Comissão avaliou os projetos considerando critérios objetivos descritos em lei, a oportunidade e conveniência da realização dos mesmos, de acordo com a estratégia das Políticas Públicas do Estado, em especial às que se referem às diretrizes da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer para o fomento, a democratização e a promoção social e esportiva no Estado do Rio de Janeiro, decidiram, com os votos dos membros: Eduardo de Azevedo Galdino, Maycon Rohen Linhares, Karina de Freitas Bronzo, Allan Oliveira da Costa, João Lucas Nepomuceno Orsay, Marcel Rodrigues de Santiago e Priscilla da Franca Mesquita, os seguintes projetos para posterior emissão do Certificado de Mérito Esportivo: (I) - BASE FORTE - CATEGORIAS DE BASE 06 A 14 ANOS (SEI-300001/000335/2023) - Retirado de Pauta; (II) - CENTRO DE ESPORTE E EDUCAÇÃO RIO DE JANEIRO (SEI-300001/000013/2023) - Retirado de Pauta; (III) - CIRCUITO DAS SERRAS - UPHILL - ANO III (SEI-300001/000291/2023) - Aprovado; (IV) - CLÍNICA DE ESPORTES RADICAIS (SEI-300001/001244/2022) - Aprovado; (V) - CORRIDA E CAMINHADA PELA INCLUSÃO OLGA KOS RIO (SEI-300001/000339/2023) - Aprovado com Ressalva; (VI) - DESAFIO SOLAR BRASIL (SEI-300001/000166/2023) - Retirado de Pauta; (VII) - ELES VÃO INVADIR SUA PRAIA (SEI-300001/000292/2023) - Aprovado com Ressalva; (VIII) - ETAPA COMEMORATIVA DE MOTOCROSS E E-SPORT RIO BONITO (SEI 300001/000377/2023) - Aprovado com Ressalva; (IX) - INCLUSÃO A TODA PROVA OLGA KOS RIO (SEI 300001/000323/2023) - Aprovado com Ressalva; (X) - JUNGLE FIGHT (SEI 300001/000264/2023) - Aprovado com Ressalva; (XI) - PARATY BRAZIL BY UTMB 2023 (SEI 300001/000189/2023) - Retirado de Pauta; (XII) - PROJETO JUDO-RIO FUTURO (SEI 300001/000244/2023) - Retirado de Pauta; (XIII) - RIO S21K 2023 (SEI 300001/000301/2023) - Aprovado; (XIV) - VIVA MACAE (SEI 300001/000073/2023) - Aprovado; (XV) - MARTIAL ARTS CHAMPIONSHIP (SEI 300001/000290/2023) - Aprovado com Ressalva. Além dos relatores, participaram desta reunião: Claudia Motta Azêdo - Superintendente de Esportes e Eventos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, João Bosco Amarante de Oliveira Junior - Coordenador de Projetos Esportivos Incentivados e Robert Almeida Rios - Superintendente de Gestão e Planejamento. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada. Processo nº SEI-300001/000163/2023.

	Id: 2471458
--	-------------

Secretaria de Estado de Turismo
<div>RETIFICAÇÃO D.O. DE 14/04/2023 PÁGINA 22 - 1ª COLUNA</div>
<div>DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 10/04/2023</div>

PROCESSO Nº SEI-050003/000324/2023 -
Onde se lê:
...a favor da LMC Produções e eventos...
Leia-se:
...a favor da ESPAÇO M EVENTOS E LOCAÇÕES LTDA - CNPJ: 07.320.291/0001-44...

	Id: 2471715
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	
ATO DO SECRETÁRIO	
RESOLUÇÃO SETUR Nº 266 DE 27 DE MARÇO DE 2023	

APROVA O CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUCTA PROFISSIONAL DO SERVIDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO - SETUR-RJ.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-050003/000538/2022 e,

CONSIDERANDO:

- o Código de Conduta da Alta Administração Estadual instituído pelo Decreto Estadual nº 43.057, de 04 de julho de 2011, com nova redação dada pelo Decreto Estadual nº 43.581, de 11 de maio de 2012;

- o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Estadual, instituído pelo Decreto Estadual nº 43.058, de 04 de julho de 2011, com nova redação dada pelo Decreto 43.582, de 11 de maio de 2012;

- o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto Estadual nº 43.583, de 11 de maio de 2012;

- o Programa de Integridade Pública no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Rio de Janeiro, instituído pelo Decreto Estadual n.º 46.745, de 22 de agosto de 2019;

- a Resolução CGE/RJ nº 124, de 04 de fevereiro de 2022, que estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;

- o comprometimento da SETUR com os princípios que regem a Administração Pública e

- a necessidade de orientar e difundir os princípios éticos entre seus servidores a fim de promover a cultura ética na Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Código de Ética e de Conduta Profissional do Servidor da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - SETUR-RJ, na forma do Anexo Único a esta Resolução.

Art. 2º - Cabe a Assessoria de Comunicação Social a difusão do código, mediante a utilização dos canais de comunicação disponíveis;

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023	
GUSTAVO REIS FERREIRA Secretário de Estado de Turismo	
ANEXO ÚNICO	

CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO - SETUR-RJ.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
--

Art. 1º - Este Código de Ética e Conduta Profissional estabelece os princípios e as normas de conduta ética aplicáveis aos servidores da Secretaria de Estado de Turismo do Estado do Rio de Janeiro - SETUR, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

§1º - A observância deste Código constitui compromisso individual e coletivo, cabendo a todos e a cada um dos agentes públicos promover o seu cumprimento.

Art. 2º - Considera-se servidor, para fins de aplicação deste Código:

I - os ocupantes dos cargos efetivos, se existentes, e/ou em comissão lotados na SETUR-RJ;

II - aqueles que, mesmo pertencendo à outra instituição, prestem serviços ou desenvolvam quaisquer atividades junto à SETUR-RJ, de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que não remunerado.

CAPÍTULO II DO OBJETIVO, DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Art. 3º - Este Código de Ética e de Conduta Profissional, tem por objetivo fixar padrões de comportamento de seus servidores, quando no exercício de suas atribuições, em cargos ou funções, além das normas procedimentais estabelecidas pelo Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Estadual do Rio de Janeiro de que cuida o Decreto nº 43.058, de 04 de julho de 2011.

Art. 4º - São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores da SETUR-RJ:

I - a moralidade pública, que impele ao servidor um comportamento condizente com os bons costumes, buscando sempre o bem comum e evitando a deslealdade, a injustiça e a corrupção;

II - a integridade, que consiste na observância do conjunto de medidas que têm a finalidade de evitar a ocorrência de casos de fraudes e irregularidades dentro da instituição;

III - a legalidade, a impessoalidade, a imparcialidade, a independência e a objetividade que conferem a liberdade de tomar decisões dentro dos limites da lei, sem vínculos subjetivos e favorecimento a uma parte em detrimento de outra;

IV - a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica que significa não tomar decisões ou promover conflitos motivados por opiniões de natureza política, ideológica ou religiosa;

V - a dignidade humana e o respeito às pessoas;

VI - a transparência, que assegura o direito à informação dos cidadãos e o dever de prestação de informações por parte do Poder Público, respeitadas as normas de sigilo previstas;

VII - o interesse público, a preservação e a defesa do patrimônio público, que devem nortear a busca das melhores alternativas para a sociedade como um todo, resguardada a aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade administrativa na ponderação dos interesses, uma vez que o particular deve ser reconhecido como um ser social possuidor de legítimas prerrogativas individuais;

VIII - a qualidade e a efetividade do serviço público;

IX - o profissionalismo, que deve motivar o servidor a executar o trabalho com eficiência e se dedicar, cada vez mais, para melhorar sua performance, buscando adquirir competências técnicas e comportamentais para continuar em evolução na carreira;

X - o sigilo profissional e a segurança da informação, que deve impedir o servidor de divulgar informações colhidas ou obtidas em decorrência de seu trabalho;

XI - a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental;

XII - a eficiência, a eficácia e a celeridade nas prestações de serviços e gestão.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DOS DEVERES
--

Art. 5º - É direito de todo servidor da SETUR-RJ:

I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica;

II - ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, remuneração, promoção e movimentação, bem como ter acesso às informações que lhe forem inerentes;

III - participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional;

IV - estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões;

V - ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente lhe digam respeito, inclusive médicas e aquelas constantes de processos administrativos de apuração disciplinar e de desempenho, ficando restritas somente ao próprio servidor e aos servidores responsáveis pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações.
Art. 6º - Constituem condutas e deveres a serem observadas pelo servidor da SETUR-RJ:

I - declarar conhecimento das normas deste código, assumindo a responsabilidade e compromisso de adesão;

II - proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção legal, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público;

III - contribuir para que o ambiente de trabalho seja respeitoso e livre de qualquer espécie de assédio, discriminação, desrespeito e agressão física ou verbal;

IV - tratar autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração, inclusive quanto às possíveis limitações pessoais;

V - utilizar o horário de trabalho especificamente para suas atividades profissionais ou acadêmicas da instituição;

VI - atuar de acordo com as atribuições exigidas do cargo ou função, exercendo as prerrogativas funcionais, com estrita moderação, com a consciência de que não são atributos pessoais, mas que se destinam exclusivamente a assegurar a eficiência das determinações ditas pelo interesse público ou com esse relacionado;

VII - prestar informações claras, simples e objetivas, ao público interno e externo;

VIII - zelar pelo sigilo de dados e informações de natureza confidencial obtidos no exercício de suas atividades ou, ainda, de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito, às quais, porventura, tenha acesso em decorrência do exercício profissional, informando à chefia imediata ou à autoridade responsável quando tomar conhecimento de que assuntos sigilosos estejam ou venham a ser revelados;

IX - respeitar a hierarquia funcional, sem deixar de representar, fundamentadamente, contra qualquer prática indevida da qual venha a ter conhecimento, ou denunciar procedimentos contrários às normas gerais de conduta previstas em lei ou neste código;

X - comunicar imediatamente aos seus superiores todo e qualquer fato ou ato funcional, do qual tenha conhecimento, contrário ao interesse público;

XI - entregar, anualmente a declaração de bens e valores por meio do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos - Sis-patri;

XII - usar, preferencialmente, o e-mail institucional;

XIII - não utilizar e-mail profissional para enviar mensagens pessoais, ainda que entre colegas de trabalho;

XIV - observar as normas de serviço relativas às suas funções, utilizando os avanços técnicos e científicos pertinentes às suas funções, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, com vistas a assegurar a agilidade e eficiência das decisões;

XV - respaldar-se em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou da veracidade dos fatos ou das situações examinadas, de modo a agir sempre com objetividade e imparcialidade, evitando posicionamentos meramente pessoais ou de fontes duvidosas;

XVI - participar dos estudos, reuniões ou seminários destinados ao aprimoramento de seus serviços, disseminando no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional que possam contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores;

XVII - facilitar as atividades de fiscalização e controle regularmente exercidas, prestando imediatamente todas as informações solicitadas;

XVIII - agir com objetividade e imparcialidade se respaldando em documentos e evidências que permitam convicção da realidade ou da veracidade dos fatos ou das situações examinadas, evitando posicionamentos meramente pessoais ou de fontes duvidosas;

XIX - fazer uso da identificação funcional quando do exercício efetivo de suas atividades interna ou externamente;

XX - abster-se de intervir em casos onde haja conflito de interesse que possa influenciar na imparcialidade do seu trabalho, devendo consultar a Comissão de Ética em caso de dúvidas quanto ao tema;

XXI - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função, evitando o uso de vestuário e adereços que comprometam a boa apresentação pessoal, a imagem institucional ou a neutralidade profissional;

XXII - observar o disposto no Código de Ética Mundial para o Turismo, que prevê o turismo como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo, como fator de desenvolvimento sustentável, de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade, como atividade benéfica para os países e as comunidades de destino, bem como dispõe sobre o direito ao turismo e à liberdade de deslocamento turístico;

XXIII - observar o disposto na Portaria Interministerial n.º 272/19, que institui o Código de Conduta destinado à prevenção e ao enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e que tem como objetivo orientar e estabelecer padrões de comportamento ético de empresas e prestadores de serviços turísticos, seus funcionários e colaboradores que trabalhem direta ou indiretamente no contexto do turismo para que, no desempenho de suas atividades, adotem ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes;

XXIV - divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência deste Código de Ética e de Conduta Profissional, estimulando o seu integral cumprimento.

XXV - consultar a Comissão de Ética sempre que se deparar com situações não previstas neste Código e que possam ensejar dúvidas quanto ao procedimento como agente público;

XXVI - atender à Comissão de Ética da SETUR, quando convocado.

Parágrafo Único - As condutas e deveres compreendidos neste artigo constituem rol exemplificativo, não exaurindo outras hipóteses previstas na legislação pertinente à matéria.

CAPÍTULO IV DAS VEDAÇÕES

Art. 7º - É vedado ao servidor da SETUR-RJ, além do previsto no art. 4º do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro:

I - praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, atos que infrinjam os preceitos estabelecidos neste Código de

Ética e de Conduta Profissional, ou concorrer para a realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la;

II - se valer de informações privilegiadas, recebidas no âmbito de seu trabalho, em benefício próprio ou de terceiros de maneira contrária à lei ou em detrimento do interesse público;

III - se valer do cargo, função, emprego ou trabalho de consultoria, bem como facilidades, amizades e influências, para obter, pleitear, solicitar, sugerir e aceitar, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, brindes, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, direta ou indiretamente interessadas em decisão relacionada às suas atribuições de servidor público da SETUR-RJ e/ou tenham ou pretendam, celebrar contrato com o Estado do Rio de Janeiro, ressalvado aquilo que não tenha valor comercial ou concedido em evento oficial, a título de prêmios;

IV - propor ou obter troca de favores que originem compromisso pessoal ou funcional potencialmente conflitante com o interesse público;

V - omitir a existência de eventual conflito de interesses ou de qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em instrução de processo e em decisão da SETUR;

VI - divulgar, comercializar, repassar ou fornecer tecnologias que tenham sido adquiridas ou desenvolvidas pela SETUR-RJ, salvo com expressa autorização da autoridade competente;

VII - atribuir erro próprio a outrem ou assumir responsabilidade por ato que não praticou, bem como autoria dos trabalhos dos quais não participou;

VIII - usar artifícios para prolongar a resolução de alguma demanda ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa;

IX - manifestar para público externo divergências de opinião de cunho técnico que denotem desacordo entre servidores da SETUR-RJ, quando no desempenho de suas atribuições funcionais;

X - manifestar-se em nome da SETUR, quando não autorizado;

XI - retirar do local de trabalho, sem autorização, qualquer documento ou bem considerado como de patrimônio público;

XII - afastar servidor de suas tarefas para o atendimento de interesses particulares próprios ou de terceiros;

XIII - ausentar-se de suas funções sem prévio conhecimento e anuência de seus superiores;

XIV - delegar à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

XV - discriminar, de qualquer forma, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho;

XVI - adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;

XVII - publicar, nos perfis pessoais das redes sociais, conteúdos sem reserva, cautela e discrição, que possam causar prejuízos à imagem institucional da SETUR-RJ;

XVIII - divulgar em redes sociais opiniões ou repassar conteúdos que possam ser interpretados como discriminatórios de raça, gênero, condição física, orientação sexual, religiosa e de outros valores, direitos ou garantias definidos na Constituição Federal;

XIX - indicar seu cônjuge, companheiro, afins ou parentes até terceiro grau para cargo de confiança ou para contratação por empresas que prestem serviços à SETUR;

Parágrafo Único - As condutas e deveres compreendidos neste artigo constituem rol exemplificativo, não exaurindo outras hipóteses previstas na legislação pertinente à matéria.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS Seção I - Das Relações com Órgãos Externos

Art. 8º - O agente público não poderá aceitar, solicitar ou receber qualquer tipo de presente, ajuda financeira, comissão, doação, transporte, hospedagem ou vantagem de qualquer espécie para si, familiares ou qualquer pessoa, de contratantes e contratados, licitantes ou órgãos interessados, ou de qualquer outra forma aceitar cortesias de empresas que participem ou possam participar de processos licitatórios ou de contratação.

§ 1º - Nos casos em que o presente, doação ou vantagem não possam, por qualquer razão, serem recusados ou devolvidos sem ônus para o agente público ou para a SETUR, o fato deve ser comunicado por escrito à Comissão de Ética da SETUR-RJ, sendo o material entregue, mediante recibo, à Diretoria de Patrimônio, para os devidos registros e destinações legais.

§ 2º - As hipóteses a que se referem o caput deste artigo não se aplicam às viagens que sejam devidamente autorizadas pelo gestor do órgão, desde que:

I - a viagem tenha como objetivo a realização de tratativas para atendimento de demandas de órgãos externos; e

II - a viagem tenha como objetivo a participação do destinatário deste Código em eventos cuja própria natureza implique no recebimento de ajudas de custo a título de logística ou hospedagem.

§ 3º - Para fins deste Código de Conduta Ética, não caracteriza presente:

I - prêmio em dinheiro, bens ou serviços concedidos ao agente público por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;

II - prêmio em dinheiro, bens ou serviços concedidos em razão de curso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural;

III - bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do destinatário deste Código, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo agente público, em razão de cargo, emprego ou função;

IV - brindes, assim entendidos os objetos que não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), tenham periodicidade de distribuição não inferior a doze meses e sejam de caráter geral e não se destinem a agraciar exclusivamente determinado agente público.

Seção II - Do Conflito de Interesses

Art. 9º - Para os fins do presente Código, considera-se conflito de interesses a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Art. 10 - O conflito de interesses definido no artigo anterior inclui, mas não se limita:

I - a prestação de serviços à pessoa física ou jurídica ou manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva da SETUR-RJ;

II - a atuação do agente público em processo ou demanda em que seja parte ou interessado;

III - as hipóteses previstas no art. 7º deste Código;

IV - a atuação do agente público em situações nas quais um de seus interessados ou participantes seja cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, amigo íntimo ou desafeto.

Parágrafo Único - A ocorrência de conflito de interesses independe do recebimento direto ou indireto de qualquer ganho ou retribuição.

Art. 11- O agente público poderá prevenir a ocorrência de conflito de interesses ao adotar, conforme o caso, uma ou mais das seguintes providências:

I - encerrar a atividade externa ou licenciar-se do cargo público, emprego ou função pública, enquanto perdurar a situação passível de suscitar conflito de interesses;

II - alienar bens e direitos que integram o seu patrimônio e cuja manutenção possa suscitar conflito de interesses.

Parágrafo Único - Em face de possível existência de conflito de interesses, deve o agente público comunicar o fato ao seu superior hierárquico imediatamente.

CAPÍTULO VI - DA COMISSÃO DE ÉTICA SETORIAL

Seção I - Da Composição

Art. 12- Fica instituída a Comissão de Ética da SETUR, que passa a integrar o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Estadual.

§ 1º - A Comissão de Ética será composta por 03 (três) servidores titulares e 03 (três) servidores suplentes de comprovada idoneidade em suas condutas e que nunca tenham sofrido punição administrativa ou penal, com mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução, a serem indicados pelo Secretário de Turismo mediante publicação de Resolução no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - DOERJ;

§ 2º - A constituição e composição da Comissão de Ética Setorial da SETUR será comunicada à Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública Estadual, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Seção II - Das Competências

Art. 13 - Compete à Comissão de Ética Setorial:

I - apurar, mediante denúncia ou ex officio, ato ou matéria que configure infração a princípio, dever, valor ou norma de ética profissional estabelecidos neste Código ou na legislação pertinente;

II - receber denúncia devidamente fundamentada contra agente público, em decorrência de conduta antiética, apresentada pela Ouvidoria Setorial, por qualquer cidadão ou entidade, devendo ser mantido sigilo quanto à identificação do denunciante, sendo vedado, porém, o anonimato;

III - instruir processos éticos instaurados em face de agente público;

IV - examinar as matérias que lhe forem submetidas, emitindo parecer;

V - solicitar informações a respeito de matéria sob exame;

VI - dirimir dúvidas a respeito da interpretação e aplicação deste Código;

VII - propor ao Secretário de Turismo a elaboração de normas complementares, interpretativas e orientadoras atinentes à matéria de sua competência, visando a manter a unidade deste Código;

VIII - organizar e desenvolver junto à SETUR cursos, manuais, cartilhas, palestras, seminários e outras ações de treinamentos e disseminação deste Código;

IX - apresentar todo final de ano relatório anual de atividades, a ser encaminhado ao Secretário de Turismo;

X - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Art. 14 - São deveres dos integrantes da Comissão de Ética, além dos previstos neste Código para todos os agentes públicos:

I - manter discrição e sigilo sobre os processos éticos instaurados e matérias inerentes à sua função;

II - participar de todas as reuniões da Comissão, exceto por motivo previamente justificado;

III - zelar pela aplicação deste Código e da legislação pertinente.

§ 1º - Será automaticamente substituído, até o trânsito em julgado, o membro da Comissão que vier a ser indiciado criminalmente, responder a processo administrativo disciplinar ou transgredir a qualquer dos preceitos deste Código.

Art. 15 - Fica impedido de atuar em processo administrativo o integrante da Comissão de Ética que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria ou na solução do processo;

II - seja cônjuge, companheiro, parente ou afim até o terceiro grau de quaisquer dos interessados;

III - tenha dele participado ou dele venha a participar como perito, testemunha ou representante ou se tais situações ocorrerem quanto ao seu respectivo cônjuge, companheiro, parentes e afins até o terceiro grau;

IV - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou com o seu respectivo cônjuge, companheiro, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 16 - O integrante da Comissão de Ética que incorrer em impedimento tem o dever de comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo Único - A omissão no dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 17 - Os suplentes serão convocados a integrar a Comissão de Ética nos casos de ausência, impedimento ou suspeição de quaisquer dos membros titulares.

Parágrafo Único - Nas ausências, suspeições e impedimentos do Presidente, será convocado o primeiro membro titular, de acordo com a ordem sequencial constante do Ato que designou a Comissão, respeitando-se a alternância entre os membros titulares, na superveniência de mais afastamentos do Presidente.

Art. 18 - A atuação no âmbito da Comissão de Ética da SETUR não enseja a seus membros remuneração de qualquer espécie, e os trabalhos nela desenvolvidos serão considerados como de relevante serviço público.

Art. 19 - É dever do titular da SETUR assegurar as condições de trabalho para que a Comissão de Ética cumpra com exação e independência suas funções.

Art. 20 - A Comissão será encarregada de orientar os agentes públicos sobre a ética funcional, inclusive sobre as consequências do descumprimento.

Art. 21 - À Comissão de Ética Setorial incumbe informar ao organismo encarregado do controle das anotações funcionais dos agentes públicos as decisões condenatórias que imputem sanções decorrentes da violação de qualquer das normas estipuladas neste Código, as quais serão utilizadas para o efeito de instruir e fundamentar promoções, avaliações e todos os demais procedimentos.

Seção III - Dos Deveres

Art. 22 - Sempre que a conduta do agente público ou sua reincidência ensejar a imposição de penalidade, deverá a Comissão de Ética encaminhar a sua decisão à Corregedoria Setorial, a qual, se entender cabível, proporá ao Secretário a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar e, cumulativamente, se for o caso, à entidade em que, por exercício profissional, o agente público esteja vinculado, para as providências disciplinares cabíveis.

Parágrafo Único - O retardamento dos procedimentos previstos no caput implicará no comprometimento ético da própria Comissão, cabendo à autoridade competente o seu conhecimento e providências.

Art. 23 - A Comissão de Ética não poderá se eximir de fundamentar o julgamento da falta ética do agente público alegando a falta de previsão neste Código, cabendo-lhe, neste caso, recorrer à analogia e aplicação dos princípios gerais de direito.

CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS E SANÇÕES RELATIVOS ÀS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA PROFISSIONAL

Art. 24 - As condutas que possam configurar transgressão aos princípios e às normas contidas neste Código, decorrentes de ofício ou em razão de denúncias fundamentadas, serão apuradas pela Comissão de Ética, por meio de Processo de Apuração Ética, com emissão de relatório conclusivo ao Secretário de Estado de Turismo.

§1º - As representações ou denúncias devem ser dirigidas diretamente à Comissão de Ética da SETUR-RJ, por quaisquer dos canais disponíveis, preferencialmente em meio eletrônico, e deverão conter os seguintes requisitos:

I - qualificação do representante ou denunciante, quando possível;

II - descrição do fato e respectivo normativo transgredido;

III - indicação da autoria; e

IV - apresentação dos elementos de prova ou indicação de onde podem ser encontrados.

§2º - Ainda que garantido o anonimato, as denúncias deverão ser específicas e detalhadas para que possa ser feita a sua admissibilidade e o tratamento adequado.

§3º - Oferecida a representação ou denúncia, a Comissão de Ética da SETUR-RJ deliberará, por decisão fundamentada e com base nos elementos apresentados, sobre a sua admissibilidade ou seu arquivamento.

§4º - O Processo de Apuração Ética é procedimento de investigação sumária de natureza punitiva, na qual serão analisados os documentos e outros meios de prova, ofertada oportunidade de defesa ao infrator e, ao final apresentada conclusão acerca da apuração fatos e eventual infração ética, inclusive com proposição de aplicação de sanção.

§5º- Admitido o Processo de Apuração Ética, a Comissão de Ética da SETUR-RJ notificará o servidor para apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando o seguinte:

I - a Comissão deliberará sobre a defesa, podendo determinar diligências, requisitar documentos e solicitar pareceres;

II - juntados novos documentos após a resposta inicial o investigado será notificado para nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias;

§6º - Não sendo comprovada infringência a este Código de Ética, o Processo de Apuração Ética será finalizado com a sua absolvição ou arquivado por insuficiência de provas.

§7º - Comprovada a infração ética, o denunciado poderá firmar um Termo de Ajuste de Conduta, a critério da Comissão.

§8º - Para os efeitos deste Código de Ética e de Conduta Profissional, considera-se Termo de Ajuste de Conduta o instrumento no qual o servidor declara estar ciente que infringiu o Código de Ética e de Conduta Profissional, comprometendo-se a ajustar sua conduta em observância aos preceitos éticos previstos neste Código, visando a manter um ambiente de trabalho respeitoso e saudável.

§9º - Caso o Termo de Ajuste de Conduta seja descumprido, a Comissão de Ética dará seguimento ao Processo de Apuração Ética e, concluindo pela responsabilização do servidor, poderá aplicar, conforme a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso, alternada ou conjuntamente, as seguintes providências:

I - aplicação da pena de advertência;

II - proposta de exoneração do cargo, emprego ou função;

III - proposta de devolução do agente público ao órgão ou empresa de origem.

§10 - A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de negligência e comunicada ao órgão de pessoal.

§11 - É facultado ao servidor pedir a reconsideração acompanhada de fundamentação à Presidência da Comissão de Ética da SETUR-RJ, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da respectiva decisão.

§12 - Qualquer cidadão, desde que devidamente identificado, agente público, órgão, unidade administrativa ou entidade regularmente constituída, é parte legítima para representar perante a Comissão de Ética desta SETUR-RJ.

§13 - No processo para apuração e penalização em razão de atos que afrontem este Código de Ética serão sempre garantidos o direito ao devido processo legal, contraditório e à ampla defesa.

§14 - A Comissão de Ética, sempre que constatar a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminhará cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo da adoção das demais medidas de sua competência.

Art. 25 - Os processos decorrentes de violação ao presente Código de Ética e de Conduta Profissional classificam-se como restritos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - A divulgação, sensibilização e garantia de aplicação do presente Código de Ética e de Conduta Profissional do Servidor da SETUR-RJ devem ser promovidas por todas as áreas do órgão.

Art. 27 -Todo servidor que vier a tomar posse em cargo em comissão ou efetivo da SETUR assinará Termo de Compromisso, no qual firmará o comprometimento de conhecer e observar o disposto neste Código de Conduta Ética dos Servidores da SETUR, e a outras normas de conduta ética aplicáveis no desempenho de suas atribuições.

Art. 28 - As normas constantes deste Código de Ética correspondem e complementam as regras previstas pelo Decreto Estadual 43.583, de 11 de maio de 2012, que trata do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 29 - O disposto no Código de Ética e de Conduta Profissional do Servidor da SETUR-RJ deverá constar do conteúdo programático dos concursos públicos destinados ao provimento de cargos na SETUR-RJ, assim como estar presente na avaliação de desempenho dos servidores.

Art. 30 - As dúvidas na aplicação deste Código e os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Ética desta SETUR-RJ.

TERMO DE ADESÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DE CONDUTA

Eu, _____, CPF/CNPJ _____, venho, por meio deste Termo de Adesão declarar para os devidos fins que: (I) tenho total conhecimento da existência e do conteúdo do Código de Ética e de Conduta da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR/RJ, que tomei conhecimento, li e entendi suas disposições; (II) estou ciente de que o Código de Ética e de Conduta, como um todo, passa a fazer parte dos meus deveres como Servidor/Colaborador; (III) comprometo-me a observar integralmente, respeitar e atuar em conformidade com os termos e princípios previstos no Código de Ética e de Conduta; (IV) tenho total conhecimento de que, a partir desta data, a não observância do Código de Ética e de Conduta poderá implicar na caracterização de falta grave, fato que poderá ser passível da aplicação das penalidades cabíveis; (V) as regras estabelecidas no Código de Ética e de Conduta não invalidam nenhuma disposição de qualquer outra regra estabelecida pela instituição, mas sim, complementam e esclarecem as atitudes esperadas dos Agentes Públicos.

Id: 2471430

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

ATO DO CONTROLADOR DE 04.04.2023

PROCESSO Nº SEI-030022/004462/2022 - RECONHEÇO A DÍVIDA, referente à Despesa de Exercício Anterior (DEA) de novembro, dezembro e 13º salário de 2022, no valor total de R\$ 35.615,94 (trinta e cinco mil seiscientos e quinze reais e noventa e quatro centavos), relativo à cessão do servidor Carlos Frederico Souza e Silva de Castro, ID Funcional n.º 19820747, em favor do Departamento Geral de Ações Socioeducativas/DEGASE.

Id: 2471538

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CONTROLADOR GERAL DE 13.04.2023

PROCESSO Nº SEI-320001/003103/2022 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação no valor de R\$ 68.391,00 (Sessenta e oito mil, trezentos e noventa e um reais) em favor de LEC Editora e Organização de Eventos Ltda., com base no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, tendo por objeto a Contratação de 18 vagas no curso "Compliance Anticorrupção + Certificação - CPC-A".

Id: 2471541

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CORREGEDOR-GERAL DE 11/04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº SEI-E-03/007/2977/2019 - ACOLHO integralmente, pelos seus próprios fundamentos e como razões de decidir, as manifestações das áreas técnicas da CRE (1º COMISPI - SEI - 30107981; COORA - SEI - 48400430 e SUPRA - SEI - 50082824), com fulcro no art. 74, § 1º do Decreto-lei nº 220/75 e art. 1º, inciso I da Resolução CGE nº 147, de 09/06/2022, **DECIDO PELO ARQUIVAMENTO** do presente processo instaurado para apurar abandono de cargo cometido pela servidora FERNANDA BALBI GONÇALVES, Identidade Funcional nº 43887120, Professor Docente I - 16 horas, Nível C, Referência 04, Matrícula nº 0962.767-0, Vínculo 1, na forma do art. 52, § 2º do Decreto-Lei nº 220/1975, eis que ficou comprovado a ausência de *animus abandonandi*, com lastro em laudo médico favorável ao abono das faltas para fins disciplinares.

Id: 2471695

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CORREGEDOR GERAL DE 13/04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº SEI-E-03/006/533/2018 - O Corregedor-Geral do Estado, no uso da competência delegada na Resolução CGE nº 147 de 09/06/2022, **ACOLHE** integralmente, pelos seus próprios fundamentos e como razões de decidir, as manifestações das áreas técnicas da CRE (2ª COMISPI - SEI - 43669767; COORA - SEI - 48363499 e SUPRA - SEI - 50215216), com fulcro no art. 74, § 1º do Decreto-lei nº 220/75 e art. 1º, inciso I da Resolução CGE nº 147, de 09/06/2022, **DECIDE PELO ARQUIVAMENTO** do presente processo instaurado para apurar abandono de cargo cometido pelo servidor RONALDO DE ANDRADE FREITAS, Identidade Funcional nº 3434965-0, Matrícula nº 0840875-9, Vínculo 01, o na forma do art. 16 § Único, item 2º do Decreto-Lei nº 220/1975, eis que houve transcurso do lapso prescricional trienal em sua integralidade.

Id: 2471714

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CORREGEDOR GERAL DE 13/04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº SEI-E-26/005/3409/2017 - O Corregedor-Geral do Estado, no uso da competência delegada na Resolução CGE nº 147 de 09/06/2022, **ACOLHE** integralmente, pelos seus próprios fundamentos e como razões

de decidir, as manifestações das áreas técnicas da CRE (2ª COMISPI - SEI - 37858352; COORA - SEI - 48392375 e SUPRA - SEI - 50213688), com fulcro no art. 74, § 1º do Decreto-lei nº 220/75 e art. 1º, inciso I da Resolução CGE nº 147, de 09/06/2022, **DECIDE PELO ARQUIVAMENTO** do presente processo instaurado para apurar abandono de cargo cometido pelo servidor LAZARO RIBEIRO, Auxiliar de Serviços Gerais, Identidade Funcional nº 4207868-7, Matrícula nº 2248557, na forma do art. 52, § 2º do Decreto-Lei nº 220/1975, em face da ausência de animus abandonandi.

Id: 2471720

Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO GSI Nº 135 DE 10 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA COMISSÃO DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO ABAIXO LISTADO, PARA FINS QUE MENCIONA, INDICA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplimento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão e à fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo;

- o disposto nos arts. 58, inciso III, 67, 73 e 74 da Lei nº 8.666/93 e arts. 90, § 3º e 239 da Lei nº 287/79 e o Decreto nº 45.600/2016; e

- o contido no Processo Administrativo nº SEI-390002/000338/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e substituir os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Acompanhamento, Gestão e Fiscalização do Contratos e seus aditivos, bem como manter atualizada a lista dos membros que compõem as Comissões, celebradas entre o GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa abaixo mencionada, ficando, inicialmente, designados os seguintes servidores:

1) Processo administrativo nº SEI-390002/000338/2022
Contratante: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO
Contratada: WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI.
Contrato: 004/2022
Objeto: Prestação de Serviços de Agência de Viagens.
GESTOR: Thatianna Brito Madureira Id Funcional nº 5122721-5 em substituição de Christopher da Cruz Conceição, Id Funcional nº 2449406-2;;
FISCAL 1: Tainá Archanjo Braga, Id. Funcional nº 4380243-5;
FISCAL 2: Cristiane Pires Quintaes, Id Funcional nº 2638764-6; e
FISCAL SUPLENTE: André Luis de Azevedo Rezende, Id Funcional nº 24465453.

Art. 2º - A Comissão terá incumbência de gerir, acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços mensalmente, e apresentar relatório sucinto sobre a qualidade e a regularidade do serviço, em observância ao instrumento contratual, conforme modelo previsto no Anexo Único desta Resolução.

Parágrafo Único - O relatório de que trata o caput deste artigo deverá conter, no mínimo, as informações que constam do modelo previsto no Anexo desta Resolução.

Art. 3º- Caberá ao gestor e aos fiscais da comissão os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato.

Parágrafo Único - O gestor e os fiscais da comissão deverão realizar curso de gestão e fiscalização de contratos, preferencialmente aquele oferecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na modalidade EAD - Ensino à Distância, e posteriormente apresentar o respectivo certificado à Superintendência de Gestão do Corpo Funcional.

Art. 4º - A Comissão de gestão, fiscalização e acompanhamento instruirá processo de prestação de contas, conforme Instrução Normativa AGE nº 44, de 02 de março de 2018, e remeterá para a Diretoria Geral de Administração e Finanças - DGAF.

Art. 5º - Fica estabelecido que em hipótese de exoneração de um dos integrantes da Comissão de Fiscalização, deverá, de imediato, a Comissão, informar o desligamento do servidor e consequentemente indicar novo servidor para substituição, encaminhando a solicitação através do SEI para Diretoria Geral de Administração e Finanças - DGAF/GSI, a qual formalizará a substituição do integrante da Comissão.

Art. 6º - O agente público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular das atribuições que lhe são confiadas, estando sujeito às penalidades previstas nas normas em vigor.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

EDU GUIMARÃES DE SOUZA

Secretário de Estado do Gabinete de Segurança Institucional

ANEXO ÚNICO

MODELO DE RELATÓRIO DA COMISSÃO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado pela Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização designada através da Resolução nº {NÚMERO/ANO} de {XX de XXXX de 20XX} para, no âmbito do Contrato nº {NÚMERO/ANO}, firmado entre o GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL, doravante denominado CONTRATANTE e (informar o nome da Contratada), CNPJ nº [...], doravante denominada CONTRATADA, GERIR, ACOMPANHAR e FISCALIZAR a execução do objeto contratual, qual seja, {Informar o objeto conforme Contrato}, cujo período de vigência é de {DIA/MÊS/ANO até DIA/MÊS/ANO}.

2. DESENVOLVIMENTO (EXECUÇÃO DO CONTRATO)

O presente relatório se refere ao acompanhamento e fiscalização da execução do contrato durante o mês de {MÊS/ANO} e tem como ob-

jetivo ATESTAR a execução da respectiva etapa contratual e aprovar o encaminhamento do processo para o pagamento da Nota Fiscal nº [...] referente à competência (Mês/ANO), apresentada como anexo a este Relatório, fls. {link do documento no SEI}.

2.1. Registro de Ocorrências

Durante a execução do contrato, esta comissão, através de seu Gestor e Fiscais, identificou as seguintes ocorrências que julgamos pertinente apontar:
{A comissão deverá descrever as ocorrências pertinentes que afetem a execução do objeto do contrato}

2.2. Documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista

Em prosseguimento, apresentamos a relação dos documentos previstos na cláusula XXX do Contrato nº {NÚMERO/ANO}, que atestam a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, atestados e conferidos com os originais pelos fiscais do contrato, que se encontram anexados ao presente relatório, conforme quadro abaixo:

Certidões Federais/Estaduais/Municipais e de Regularidade Trabalhista			
Documentação	Fls.	Validade	Obs.

{Inserir as certidões exigidas nos termos contratuais}

2.3. Saldo Contratual

Para o necessário acompanhamento do saldo contratual e cumprimento das obrigações decorrentes da execução da etapa contratual a que se refere o presente relatório, apresentamos abaixo os valores executados até a data da emissão deste relatório, no quadro a seguir.

Saldo do Contrato	Inicial	Saldo Empenhado	Saldo Liquidado	Saldo Pago	Saldo a Executar
R\$		R\$	R\$	R\$	

3. CONCLUSÃO

Do acima exposto, ATESTAMOS a execução INTEGRAL e SATISFATORIA da etapa do contrato referente à prestação dos serviços [...], relativos à competência (Mês/Ano) e APROVAMOS o encaminhamento para autorização do pagamento da Nota Fiscal nº [...] a qual se refere o presente relatório.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXX de XXXX.

NOME DO FISCAL DO CONTRATO
ID. FUNCIONAL

NOME DO FISCAL DO CONTRATO
ID. FUNCIONAL

NOME DO FISCAL DO CONTRATO
ID. FUNCIONAL

De acordo,
NOME DO GESTOR DO CONTRATO
ID. FUNCIONAL

Id: 2471545

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO GSI Nº 136 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA MEMBROS SUPLENTE S DOS COORDENADORES DA DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o que preceitua o Decreto Estadual nº 46.593, de 11 de março de 2019, publicado em D.O. de 12.03.19; e

- o disposto no Processo nº SEI-390004/000173/2023

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Resolução GSI nº 104, de 08 de setembro de 2022, que trata da designação de servidores para atuarem como suplentes nos casos de impedimento funcional das Coordenações da Diretoria Geral de Administração e Finanças, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º ...
I - Coordenadoria de Material e Patrimônio/GSI/DGAF/CO-OMP
Titular: Tuany Cristiny Machado da Silva - Id Func. 5074756-8
Suplente: Fábio José Pereira da Costa - Id Func. 4263741-4 ..."

Art. 2º - O servidor indicado na presente Resolução exercerá o mandato a partir da publicação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

EDU GUIMARÃES DE SOUZA
Secretário de Estado do Gabinete de Segurança
Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2471562

Secretaria de Estado de Transformação Digital

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.073 DE 13 DE ABRIL DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 015/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº SEI-120211/000234/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada e consolidada a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 007/2020, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Acanga Soluções em Recursos Humanos LTDA-ME, por meio do processo nº SEI-120211/000234/2020.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

Gestor: Jamille Náira Torezani Kede, ID Funcional nº 5117749-8; Suplente do Gestor: Letícia Soares Ferreira, ID Funcional nº 5125972-9;

Fiscal 1: Gabriele Rodrigues dos Santos, ID Funcional nº 5133643-0; Suplente de Fiscal 1: Caroline Estevão da Silva, ID Funcional nº 5139825-7;

Fiscal 2: Amanda da Silva Bandeira, ID Funcional nº 5133560-3; e Suplente de Fiscal 2: Carolinne Scoralick Sousa Lisboa, ID Funcional nº 5133816-5.

Art. 3º - A Comissão terá a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 007/2020 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 22 de março de 2023, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PRODERJ/PRE nº 1.037, de 11 de janeiro de 2023.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2471606

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.074 DE 13 DE ABRIL DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 015/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº SEI-120211/000659/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada e consolidada a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 015/2020, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Software AG Brasil Informática e Serviços LTDA., por meio do processo nº SEI-120211/000659/2020.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:
Gestor: Jorge Luiz Magalhães Costa, ID Funcional nº 00876360-7; Suplente do Gestor: Élio Thomé De Souza Filho, ID Funcional nº 4347507-8;

Fiscal Requisitante: Osmar Luís Magdalena, ID Funcional nº 2824535-0;

Fiscal Técnico: Rogério Nogueira da Gama Gonçalves, ID Funcional nº 2823671-8;

Suplente: Daniel Luzente de Lima, ID Funcional nº 4349885-0;

Fiscal Administrativa: Mariana Brazil da Silva, ID Funcional nº 5082792-8; e

Suplente: João Carlos Soares Ribeiro, ID Funcional nº 5113836-0.

Art. 3º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 015/2020 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, de 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PRODERJ/PRE nº 963, de 20 de julho de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2471607

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.075 DE 13 DE ABRIL DE 2023

ALTERA E CONSOLIDA A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 013/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº SEI-120211/000483/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada e consolidada a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 013/2020, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa Big Blue Services - Locação e Prestação de Serviços Técnicos de Informática LTDA., por meio do processo nº SEI-120211/000483/2020.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:

Gestor: Antonio Ubirajara Bezerra Leite, ID Funcional nº 2823682-3; Suplente do Gestor: Sérgio Peixoto de Araújo, ID Funcional nº 2823719-6;

Fiscal Requisitante: Vagner Teixeira Bomfim, ID Funcional nº 2823608-4;

Fiscal Técnico: Rogério Nogueira da Gama Gonçalves, ID Funcional nº 2823671-8;

Suplente: Daniel Luzente de Lima, ID Funcional nº 4349885-0;

Fiscal Administrativa: Ana Cláudia Arêas da Silva, ID Funcional nº 5127490-6; e

Suplente: Roberta Marcela Torres de Freitas Souza, ID Funcional nº 5075132-8.

Art. 3º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 013/2020 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, de 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria PRODERJ/PRE nº 917, de 23 de fevereiro de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2471608

PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 1.076 DE 13 DE ABRIL DE 2023

INSTITUI COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 010/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos I, III e V do art. 73 do Regimento Interno do PRODERJ, aprovado pelo Decreto nº 48.091, de 19 de maio de 2022, e o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o que consta dos autos do processo nº SEI-430002/000358/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 010/2023, celebrado entre o Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ e a empresa

Tarea Gerenciamento LTDA., por meio do processo nº SEI-430002/000358/2023.

Art. 2º - A Comissão de Fiscalização, sob a presidência do primeiro, será composta pelos seguintes servidores:
Gestor: Júlio César Faustino, ID Funcional nº 2824466-4; Suplente do Gestor: Daniel Luzente de Lima, ID Funcional nº 4349885-0;
Fiscal Requisitante: Vinicius Couto Fragoso, ID Funcional nº 4371976-7;
Suplente de Fiscal Requisitante: Christiane Pessanha das Dores Ramos, ID Funcional nº 4371966-0;
Fiscal Técnico: Jorge Alexandre Saisse, ID Funcional nº 4345999-4; Suplente de Fiscal Técnico: Luciano Saraiva Gonçalves, ID Funcional nº 4347487-0;
Fiscal Administrativo: João Eduardo Villela Meireles, ID Funcional nº 5109016-3; e
Suplente de Fiscal Administrativo: Rafael da Costa Hall, ID Funcional nº 5111033-4.

Art. 3º - A Comissão tem a incumbência de acompanhar, controlar, fiscalizar e atestar os serviços prestados, em conformidade com as disposições do Contrato nº 010/2023 e da legislação em vigor, em especial o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e a Portaria PRODERJ/PRE nº 969, de 05 de agosto de 2022.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 03 de abril de 2023.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
Presidente

Id: 2471609

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEIC Nº 73 DE 12 DE ABRIL DE 2023

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 031/2021, CELEBRADO ENTRE A ANTIGA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SEINFRA, ATUAL SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES - SEIC E A EMPRESA MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Processo nº SEI-170026/001756/2021,

CONSIDERANDO o Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para exercer as funções de Gestor e Fiscais do Contrato nº 031/2021, que tem por objeto a "execução de obras para conclusão dos revestimentos e instalações da nova sede do Museu da Imagem e do Som, na Avenida Atlântica, 3432 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ", Processo Administrativo SEI-170026/001756/2021, constantes na CONCORRÊNCIA Nº 007/2021 (25464114).

- GESTOR:

Paulo Cesar Silva Costa - ID Funcional: 4271448-6

Suplente: Mario Sérgio Storch Thimóteo - ID Funcional: 5135360-1

- FISCAIS ADMINISTRATIVO:

Thayná Gomes Pinto - ID Funcional: 5129821-0

Suplente: Juliana Ferreira Gazolla - ID Funcional: 5109722-2

- FISCAIS TÉCNICOS:

Carlos Eduardo Durão - ID Funcional: 3232298-4

Roberto Doyle Maia Neto - Id Funcional nº 2850471-2

Suplente: Carlos Fernandes Araújo de Abreu - ID Funcional: 5135405-5

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

URUAN CINTRA DE ANDRADE

Secretário de Estado de Infraestrutura e Cidades

Id: 2471440

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 11.04.2023

PROCESSO Nº SEI-460003/000977/2023- Consubstanciado no Termo de Aceitação Definitiva da Comissão de Fiscalização designada (SEI 47688063), fica ACEITO definitivamente a prestação dos "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL JUNTO A DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO DER-RJ", oriundo do Processo nº SEI-E-17/003.004567/2017, Contrato nº 016/2017, a cargo da empresa SERPEN SERVIÇOS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA.

Id: 2471592

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - REGIONAL II

ATO DO DIRETOR
DE 04.04.2023

DESIGNA, com validade a contar de 01/01/2023, o engenheiro HIGOR RODRIGUES DE ANDRADE, Id Funcional 5112523-4, para supervisionar a execução das "OBRAS DE REVITALIZAÇÃO RODOVIÁRIA COM EXECUÇÃO DE REPAROS LOCALIZADOS EM CBUQ E RENOVACÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NA RODOVIA RJ-128 TRECHO: DIVISA MUNICIPAL SAQUAREMA E RIO BONITO AO LIMITE CONCESSÃO VIA LAGOS NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO", a cargo da empresa GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, objeto do Processo SEI-160002/000713/2021, Contrato nº 067/2022. Processo nº SEI-330032/001965/2023.

Id: 2471594

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - REGIONAL III

ATO DO DIRETOR
DE 12.04.2023

DESIGNA, a Comissão, para fins de Aceitação Definitiva, referente à execução das "OBRAS EMERGENCIAIS PARA RECUPERAÇÃO DAS ENCOSTAS NA MARGEM DA RJ-160, KM 4, LIGANDO OS MUNICÍPIOS DE CORDEIRO E CANTAGALO", a cargo da empresa DEZOITO DEZOITO SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, objeto do Processo nº SEI-330024/000063/2022, Contrato nº 032/2022, os membros abaixo relacionados: Processo nº SEI-330032/001975/2023.

		ID
FISCAL	Eduardo Cabral Naegele (Chefe da 18ª ROC)	5106494-4
FISCAL	Paulo Giovanni Estellet Lima (Chefe da 17ª ROC)	5116810-3
FISCAL	Angelo José de Castro Calvo (Chefe da 8ª ROC)	2847745-6

Id: 2471595

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - REGIONAL III

ATO DO DIRETOR
DE 24.03.2023

***DESIGNA**, com efeitos a contar de 24/03/2023, os servidores abaixo relacionados, para, em cumprimento do disposto no Decreto Estadual

		MATRÍCULA	ID
GESTOR	Newton Rodrigues Moreira Junior (DIRETOR DA DOC III)	13/71029-3	4373579-7
FISCAL	PAULO CESAR GRAÇA DE OLIVEIRA (CHEFE DA 2ª ROC)	13/56281-9	2839054-7
FISCAL	ANTÔNIO THADEU FERREIRA MAZZONI (CHEFE DA 12ª ROC)	13/71006-1	4373228-3
FISCAL	FÁBIO DE PAULA RODRIGUES (CHEFE DA 5ª ROC)	13/91472-0	5129584-9

*Republicado por incorreções no original publicado no D.O. de 05/04/2023.

Id: 2471684

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - REGIONAL III

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 05.04.2023
PÁGINA 31 - 2ª COLUNA

ATO DO DIRETOR
DE 24.03.2023

PROCESSO Nº SEI-330032/001584/2023.

Onde lê-se: PAULO CESAR GRAÇA DE OLIVEIRA (CHEFE DA 2ª ROC), Matrícula 13/91360-0, ID 5116810-3.

Leia-se: PAULO CESAR GRAÇA DE OLIVEIRA (CHEFE DA 2ª ROC), Matrícula 13/56281-9, ID 2839054-7.

Id: 2471590

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E CIDADES
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 12.04.2023

***PROCESSO Nº SEI-330032/001963/2023 - APROVO** a prestação de contas da Servidora THAMIRIS RAVIZZINI CURVELO, ID-5106344-1, no valor de 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais), autorizado através do processo SEI-330027/000019/2023, de acordo com o parecer da Assessoria de Controle Interno, conforme despacho indexado ao SEI 47224870.

*Republicado por incorreções no original publicado no D.O. de 14/04/2023.

Id: 2471739

Secretaria de Estado de
Habitação de Interesse Social

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEHIS Nº 27 DE 14 DE ABRIL DE 2023

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO RIO DE JANEIRO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social, na forma do Anexo à presente Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023

BRUNO FELGUEIRA DAUAIRE

Secretário de Estado de Habitação de Interesse Social

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO 2023

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DA SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

GABINETE DO SECRETÁRIO

SUBSEÇÃO I

CHEFIA DE GABINETE
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
COORDENADORIA ADMISTRATIVA
COORDENADORIA DE PROCESSOS

SUBSEÇÃO II

ASSESSORIA JURÍDICA

SUBSEÇÃO III

CORREGEDORIA

SUBSEÇÃO IV

CONTROLE INTERNO

SUBSEÇÃO V

OUVIDORIA

SUBSEÇÃO VI

ASSESSORIA ESPECIAL

nº 45.600/16, compor a Comissão de Fiscalização das "obras de recuperação de pavimentação através de reciclagem de pavimento e nova sinalização horizontal, entre Barão de Juparanã e Esteves na RJ-143, no Município de Valença", Contrato nº 044/2022, Processo nº SEI-160002/000580/2021, a cargo da empresa LYTORÂNEA CONSTRUTORA S.A, ficando revogado, com validade a partir de 24/03/2023, o inteiro teor do Ato do Diretor da DOC-Regional III, Publicado no D.O nº 040, pg. 20 de 31/03/2023, pertinente a Comissão de Fiscalização: Processo nº SEI-330032/001578/2023.

SEÇÃO II

SUBSECRETARIA EXECUTIVA

SUBSEÇÃO I

ASSESSORIA TÉCNICA
1)COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO
2)COORDENADORIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

SUBSEÇÃO II

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
1)COORDENADORIA DE COMPRAS
2)COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
3)COORDENADORIA DE CONTRATOS

SUBSEÇÃO III

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
1)COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
2)COORDENADORIA DE INFORMÁTICA
3)COORDENADORIA DE TRANSPORTES E APOIO OPERACIONAL
4)COORDENADORIA DE PATRIMONIO, PROTOCOLO, ARQUIVO E PUBLICAÇÕES

SUBSEÇÃO IV

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
1)COORDENADORIA DE CAPTAÇÃO E RECURSOS E CONVÊNIOS
2)COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS E ALMOXARIFADO
3) COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
4) COORDENADORIA FINANCEIRA
5) COORDENADORIA CONTÁBIL

SEÇÃO III

SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SUBSEÇÃO I

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS
1)COORDENADORIA DE OBRAS
2)COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

SUBSEÇÃO II

SUPERINTENDÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
1)COORDENADORIA DE ENGENHARIA
2)COORDENADORIA DE ARQUITETURA

SUBSEÇÃO III

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO
1)COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS
2) COORDENADORIA DE MEDIÇÃO DE PROJETOS

SUBSEÇÃO IV

SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS
1)COORDENADORIA DE EDITAIS
2)COORDENADORIA DE GESTÃO DE PARCERIAS

SUBSEÇÃO V

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS HABITACIONAIS
1)COORDENADORIA DE PROGRAMAS HABITAÇÃO POPULAR
2)COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO HABITACIONAL

SUBSEÇÃO VI

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS
1)COORDENADORIA DE MELHORIAS HABITACIONAIS
2)COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SUBSEÇÃO VII

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E TRABALHOS E INTERESSES SOCIAIS
1)COORDENADORIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA
2)COORDENADORIA DE HABITABILIDADE FAMILIAR E COMUNITÁRIA
3)COORDENADORIA DE PTTS
4)COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE AÇÕES
5)COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE DE PROJETOS HABITACIONAIS
6)COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO DE UNIDADES HABITACIONAIS E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DOS BENEFICIÁRIOS

SEÇÃO IV

SUBSECRETARIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO, SANEAMENTO, ERRADICAÇÃO DE RISCO E DESASTRES, E PROJETOS ESPECIAIS

SUBSEÇÃO I

SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO DA CAPITAL E REGIÕES METROPOLITANAS
1)COORDENADORIA DE SANEAMENTO DA CAPITAL E REGIÕES METROPOLITANAS
2)COORDENADORIA DE URBANIZAÇÃO DA CAPITAL E REGIÕES METROPOLITANAS

SUBSEÇÃO II

SUPERINTENDÊNCIA DE SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO DO INTERIOR
1)COORDENADORIA DE SANEAMENTO DO INTERIOR
2)COORDENADORIA DE URBANIZAÇÃO DO INTERIOR

SUBSEÇÃO III

SUPERINTENDÊNCIA DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES
1)COORDENADORIA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES
2)COORDENADORIA DE ANÁLISE DE ERRADICAÇÃO DE RISCOS

SUBSEÇÃO IV

SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS
1)COORDENADORIA PROGRAMA CASA DA GENTE
2)COORDENADORIA PROGRAMA NA RÉGUA
3)COORDENADORIA PROGRAMA COMUNIDADE CIDADE
4)COORDENADORIA DE ESTUDOS E PREVENÇÕES

SEÇÃO V

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

SUBSEÇÃO I

SUBSECRETARIA ADJUNTA
1)COORDENADORIA DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
2)COORDENADORIA DE ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS
3)COORDENADORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

REGIMENTO INTERNO

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SEHIS

CAPÍTULO I

DA SECRETARIA

A Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHIS é órgão integrante da estrutura da Administração direta estadual dirigida por um Secretário de Estado. A sua finalidade é servir ao povo fluminense ofertando soluções multidisciplinares ao provimento, expansão e manutenção na área da política habitacional do Estado do Rio de Janeiro.

A Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social será dirigida por um Secretário de Estado, que será substituído e representado em seus impedimentos, afastamentos legais ou sempre que necessário, pelo Subsecretário da Subsecretaria Executiva.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A SEHIS tem a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete do Secretário
- Chefia de Gabinete
- Coordenadoria de Comunicação
- Coordenadoria Administrativa
- Coordenadoria de Processos
- Assessoria Jurídica
- Corregedoria
- Controle Interno
- Ouvidoria
- Assessoria Especial
- Subsecretaria Executiva
- Assessoria Técnica
- Coordenadoria de Fiscalização
- Coordenadoria de Prestação de Contas
- Superintendência de Licitações
- Coordenadoria de Compras
- Coordenadoria de Licitações
- Coordenadoria de Contratos.
- Superintendência de Administração
- Coordenadoria de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Informática
- Coordenadoria de Transporte e Apoio Operacional
- Coordenadoria de Patrimônio, Protocolo, Arquivo e Publicações
- Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
- Coordenadoria de Captação de Recursos e Convênios
- Coordenadoria de Suprimentos e Almoarifado
- Coordenadoria de Planejamento e Orçamento
- Coordenadoria Contábil
- Coordenadoria Financeira
- Subsecretaria de Habitação de Interesse Social
- Superintendência de Obras
- Coordenadoria de Obras
- Coordenadoria de Acompanhamento e Monitoramento
- Superintendência de Engenharia e Arquitetura
- Coordenadoria de Engenharia
- Coordenadoria de Arquitetura
- Superintendência de Acompanhamento e Medição
- Coordenadoria de Implantação de Projetos
- Coordenadoria de Medição de Projetos
- Superintendência de Parcerias Público Privadas
- Coordenadoria de Editais
- Coordenadoria de Gestão de Parcerias
- Superintendência de Programas Habitacionais
- Coordenadoria de Programas Habitação Popular
- Coordenadoria de Planejamento Habitacional
- Superintendência de Obras de Reformas de Unidades Habitacionais
- Coordenadoria de Melhorias Habitacionais
- Coordenadoria de Regularização Fundiária
- Superintendência Projetos e Trabalho e Interesse Sociais
- Coordenadoria de Inclusão Social e Produtiva
- Coordenadoria de Habitabilidade Familiar e Comunitária
- Coordenadoria de PTTS
- Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Ações
- Coordenadoria de Sustentabilidade de Projetos Habitacionais
- Coordenadoria de Cadastramento de Unidades Habitacionais e Acompanhamento Social dos Beneficiários.
- Subsecretaria de Obras de Urbanização, Saneamento, Erradicação de Riscos e Desastres, e Projetos Especiais.
- Superintendência de Saneamento e Urbanização da Capital e Regiões Metropolitanas.
- Coordenadoria de Saneamento da Capital e Regiões Metropolitanas
- Coordenadoria de Urbanização da Capital e Regiões Metropolitanas
- Superintendência de Saneamento e Urbanização do Interior
- Coordenadoria de Saneamento do Interior
- Coordenadoria de Urbanização do Interior
- Superintendência Prevenção e Erradicação de Riscos e Desastres
- Coordenadoria de Prevenção de Desastres
- Coordenadoria de Análise de Erradicação de riscos
- Superintendência de Projetos Especiais
- Coordenadoria do Programa Casa da Gente
- Coordenadoria do Programa da Régua
- Coordenadoria do Programa Comunidade Cidade
- Coordenadoria de Estudos e Prevenção
- Subsecretaria de Relações Institucionais
- Subsecretaria Adjunta
- Coordenadoria de Assuntos Municipais
- Coordenadoria de Assuntos Governamentais
- Coordenadoria de Assuntos Legislativos

ÓRGÃOS VINCULADOS

- Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro - CEHAB
- Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social - FEHIS
- Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro - CEHAS.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

SEÇÃO I

Gabinete do Secretário

Ao Secretário de Estado de Habitação compete:

- Responsável por acompanhar e avaliar além de formular e propor os instrumentos para a implementação da Política Estadual de Habitação, em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano.
- Orientar, coordenar e supervisionar a política estadual relativa às ações de Políticas Habitacionais, além de supervisionar sua execução nas instituições que compõem a sua área de competência;

IX. Encaminhar as publicações, avisos, informações e atos nos veículos oficiais e de grande circulação;
X. Prestar atendimento e informações aos interessados nas licitações da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
XI. Disponibilizar aos interessados os Editais e Erratas;
XII. Divulgar para os licitantes eventuais informações sobre os procedimentos licitatórios da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social; e
XIII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

3. Coordenadoria de Contratos

A Coordenadoria de Acompanhamento de Contratos tem por atribuições:
I. Acompanhar e controlar a execução e vigência de contratos e convênios e outras formas de parcerias;
II. Elaborar documentos técnicos, relatórios, planilhas ou formulários diversos;
III. Elaborar e acompanhar prestações de contas junto a bancos financiadores e/ou órgãos federais;
IV. Cadastrar, acompanhar processos de diárias, medição e inserção de cronograma físico-financeiro dos contratos no Sistema SIGEO-BRAS;
V. Solicitar a elaboração e a formalização de termos aditivos e apostilamentos;
VI. Receber medições, faturas e documentos administrativos inerentes aos contratos formalizados no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
VII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.
VIII. Elaborar documentos técnicos, relatórios, planilhas ou formulários diversos;
IX. Elaborar e acompanhar prestações de contas junto a bancos financiadores e/ou órgãos federais;
X. Receber medições, faturas e documentos administrativos inerentes aos contratos formalizados no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
XI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.
XII. Acompanhar e controlar a execução e vigência de contratos e convênios e outras formas de parcerias;
XIII. Cadastrar, acompanhar processos de diárias, medição e inserção de cronograma físico-financeiro dos contratos no Sistema SIGEO-BRAS;
XIV. Solicitar a elaboração e a formalização de termos aditivos e apostilamentos; e
XV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

SUBSEÇÃO III

Superintendência de Administração

É a unidade administrativa que tem por competência planejar, organizar e supervisionar as atividades administrativas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social.
A Superintendência de Gestão Administrativa tem por atribuições:
I. Elaborar comunicados administrativos no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
II. Supervisionar as atividades relativas aos contratos cujo objeto seja pertinente às áreas de atuação da Superintendência;
III. Implementar rotinas e procedimentos que possibilitem um efetivo desempenho e produtividade das atividades de gestão administrativa da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social; e
IV. Desenvolver outras atividades que forem atribuídas pela autoridade superior.

1. Coordenadoria de Recursos Humanos

A Coordenadoria de Recursos Humanos tem por atribuições:
I. Implantar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de recursos humanos;
II. Preparar os atos de nomeações e exonerações dos servidores;
III. Supervisionar as atividades de cadastro e registros funcionais;
IV. Supervisionar as atividades de controle, concessão de benefícios e aposentadorias;
V. Supervisionar as atividades de controle de frequência;
VI. Supervisionar as atividades de pagamento de pessoal;
VII. Supervisionar e acompanhar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores;
VIII. Prestar informações em processos e demais documentos que requeiram dados funcionais de servidores;
IX. Supervisionar os trabalhos dos Agentes de Pessoal;
X. Manter atualizada a estrutura da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
XI. Gerir a elaboração da folha de pagamento de acordo com as observâncias legais;
XII. Realizar e controlar os procedimentos administrativos referentes à manutenção da administração de pessoal;
XIII. Efetuar a implantação e comando em folha de pagamento dos valores até os limites legalmente estabelecidos;
XIV. Examinar e encaminhar às unidades administrativas competentes as solicitações de acerto relativo ao pagamento de pessoal;
XV. Expedir atestados, declarações e certidões relacionadas com o cadastro financeiro sob sua responsabilidade;
XVI. Implantar auditoria permanente dos comandos de pagamento, verificando as alterações e analisando as informações e documentos comprobatórios;
XVII. Instruir e executar os processos de encerramento de folha;
XVIII. Emitir o Documento de Atualização de Pensão - DAP;
IX. Receber, conferir e distribuir as folhas de frequência trimestrais, os mapas de controle de frequência, bem como expedir carteiras funcionais para os servidores;
XX. Executar as movimentações internas e externas, registrando as alterações funcionais do Servidor;
XXI. Atualizar e manter sob sua responsabilidade os registros e Pastas de assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos, ex-servidores e extraquadros da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
XXII. Confeccionar mapas de tempo de serviço e histórico dos servidores, emitindo certidões diversas sempre que solicitada;
XXIII. Manter o cadastro das declarações de bens e valores dos servidores em exercício de cargos em comissão, dos responsáveis pelos bens patrimoniais e do Ordenador de Despesas;
XXIV. Controlar a lotação numérica e de frequência dos servidores;
XXV. Exercer o controle dos servidores da SEHIS à disposição de outros órgãos e dos servidores de outros órgãos cedidos à SEHIS;
XXVI. Controlar a escala de férias dos servidores para fins de gozo e financeiro;
XXVII. Analisar e providenciar os processos de aposentadoria dos servidores para envio ao RIOPREVIDÊNCIA;
XXVIII. Elaborar e providenciar a fixação e refixação de proventos dos valores até os limites legalmente estabelecidos para envio ao Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, a fim de Registro;
XXIX. Manter atualizada toda a legislação de pessoal;
XXX. Controlar o provimento dos cargos efetivos, registrando as evoluções funcionais pertinentes;
XXXI. Acompanhar as vacâncias por aposentadorias, exonerações, demissões e falecimentos;
XXXII. Controlar as concessões de triênio automático dos servidores em comunhão com o PRODERJ, no Sistema SIGRH/SEFAZ;
XXXIII. Receber, analisar, instruir e acompanhar os processos de concessão de vantagens, asseguradas pela legislação de pessoal;
XXXIV. Indicar procedimentos para reconhecimento de direitos, concessões e cancelamento de vantagens dos servidores;
XXXV. Analisar e instruir todos os processos de direitos e vantagens dos servidores, providenciando publicação e lavratura de apostilas pertinentes;
XXXVI. Controlar todos os benefícios dos servidores;

XXXVII. Manter controle das nomeações e exonerações dos cargos em comissão;
XXXVIII. Proporcionar aos servidores da SEHIS condições de desenvolvimento de suas potencialidades, visando seu crescimento pessoal e profissional, através de treinamentos, cursos e outros;
XXXIX. Diagnosticar as necessidades de capacitação dos servidores da SEHIS;
XL. Organizar e acompanhar cursos e treinamentos, oportunizando o desenvolvimento profissional e pessoal e incentivando uma visão crítica, analítica e sistemática;
XLI. Planejar, desenvolver e avaliar programas de capacitação, buscando parcerias, seja na iniciativa privada ou no âmbito da administração pública para realização de capacitações;
XLII. Manter cadastros atualizados dos cursos realizados;
XLIII. Gerir o processo de avaliação de desempenho e estágio probatório;
XLIV. Orientar os avaliadores;
XLV. Operacionalizar o programa de recuperação de desempenho;
XLVI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.
XLVII. Planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área de desenvolvimento de pessoas da SEHIS;
XLVIII. Levantar a necessidade de realização de concursos;
XLIX. Elaborar e organizar concursos públicos para provimento de vagas, fazendo seu acompanhamento até o vencimento;
L. Realizar a manutenção do quadro de vagas;
LI. Realizar a gestão do clima organizacional da SEINFRA, através da elaboração, promoção, e acompanhamento de pesquisa de clima;
LII. Tabular e interpretar os dados coletados;
LIII. Redigir relatórios de resultados, com tabelas e gráficos explicativos, sugerindo ações para melhoria do clima e da motivação dos servidores; e
LIV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

2. Coordenadoria de Informática

A Coordenadoria de Informática tem por atribuições:

I. Planejar, controlar e executar as atividades de informática da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
II. Executar as atividades relacionadas no dimensionamento, na manutenção de equipamentos e recursos tecnológicos, bem como na elaboração de programas;
III. Orientar os usuários na utilização de equipamentos e programas;
IV. Fiscalizar e acompanhar a utilização de equipamentos de informática e de audiovisual nas dependências do Auditório e salas de reunião;
V. Controlar o acesso à internet;
VI. Elaborar Termo de Referência com as especificações e/ou quantidades de equipamentos ou serviços a serem contratados;
VII. Fiscalizar os contratos sob a responsabilidade da área;
VIII. Orientar e acompanhar as atividades e funcionamento da telefonia fixa e móvel; e
VIV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

3. Coordenadoria de Transportes e Apoio Operacional

A Coordenadoria de Transportes e Apoio Operacional tem por atribuições:
I. Acompanhar a execução das atividades de reparos das instalações elétricas e hidráulicas;
II. Programar as manutenções preventivas e corretivas;
III. Orientar, controlar e fiscalizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos elétricos, de refrigeração e demais equipamentos utilizados pela Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
III. Orientar e fiscalizar a execução dos serviços na área de serviços gerais e de limpeza;
IV. Elaborar os Termos de Referência para produtos pertinentes à Coordenadoria de Apoio Operacional;
V. Acompanhar o recebimento dos materiais adquiridos, conferindo as quantidades e as especificações;
VI. Coordenar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza das dependências, banheiros, móveis e equipamentos da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
VII. Acompanhar e fiscalizar as tarefas de retiradas de lixos e de produtos descartados;
VIII. Supervisionar as tarefas de varrição e higienização dos ambientes;
VIV. Controlar a entrada e saída de motoristas e veículos da frota oficial da Secretaria;
X. Analisar e autorizar as solicitações de utilização de veículos por servidores da Secretaria;
XI. Exercer controle sobre o combustível, produtos e peças utilizadas nos veículos;
XII. Providenciar recurso relativo às multas de trânsito;
XIII. Dar ciência da multa ao infrator para que o mesmo possa providenciar defesa no prazo legal;
XIV. Encaminhar os veículos danificados para serem reparados em oficina mecânica autorizada;
XV. Analisar os relatórios mensais emitidos pelos motoristas;
XVI. Acompanhar a gestão dos contratos de locação, prestação de serviços de motoristas e fornecimento de combustível, bem como diligenciar para o pagamento das taxas cabíveis, e;
XVII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

4. Coordenadoria de Patrimônio, Protocolo, Arquivo e Publicações

A Coordenadoria de Patrimônio, Protocolo, Arquivo e Publicações têm por atribuições:
I. Planejar e coordenar a seleção, o registro e a catalogação dos documentos recebidos na Coordenadoria;
II. Coordenar a distribuição dos documentos;
III. Providenciar a abertura de Processos Administrativos;
IV. Registrar e executar a seleção, o registro e a catalogação dos documentos recebidos na Coordenadoria;
VI. Executar e registrar a distribuição dos documentos;
VII. Registrar a abertura de Processos Administrativos;
VIII. Organizar e manter atualizado o controle de tramitação de Processos Administrativos;
VIV. Coordenar a classificação, catalogação, organização e conservação em ordem racional do arquivo de documentos;
X. Assegurar a proteção física do acervo de documentos arquivados;
XI. Fiscalizar a proteção física do acervo de documentos arquivados;
XII. Zelar pelos bens móveis que constituem o acervo patrimonial da SEHIS;
XIII. Realizar anualmente o inventário de bens patrimoniais da SEHIS para fins de registro contábil e atendimento às normas dos órgãos de controle interno e externo;
XIV. Analisar e autorizar todo e qualquer remanejamento de bens patrimoniais entre as Unidades Administrativas da SEHIS;
XV. Incorporar, codificar e controlar todo o material permanente que integra o patrimônio da SEHIS;
XVI. Controlar e supervisionar, em conjunto com os responsáveis das demais unidades administrativas da SEHIS, a utilização, guarda e conservação dos bens patrimoniais;
XVII. Manter atualizado o controle documental dos bens patrimoniais;
XVIII. Realizar todos os procedimentos preliminares cabíveis nos casos de alienação de bens patrimoniais;
XIV. Elaborar as Prestações de Contas dos bens patrimoniais ao final de cada exercício; e
IX. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

SUBSEÇÃO IV

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

É a unidade administrativa que tem por competência o Planejamento e Gestão Financeira da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social.
A Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças tem por atribuições:
I. Planejar, dirigir, organizar, controlar e supervisionar as atividades financeiras e orçamentárias da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
II. Calcular diárias;
III. Liberar Guias de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN nos sistemas das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro;
IV. Conceder adiantamento mensal;
V. Publicar Resoluções Conjuntas e atos de Reconhecimento de Dívidas de Exercícios Anteriores;
VI. Controlar numeração das Resoluções Conjuntas emitidas pela Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
VII. Gerenciar cadastro e liberação dos usuários no SIGA (Sistema Integrado de Gestão de Aquisições);
VIII. Emitir Nota de Débito endereçada à Procuradoria da Dívida Ativa da PGE, considerando ser instrumento prévio à inscrição de débitos na Dívida Ativa Estadual; e
IX. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

1. Coordenadoria de Captação de Recursos e Convênios

É a unidade administrativa que tem por competência identificar recursos técnicos financeiros, nacionais e internacionais, para financiamento de políticas públicas, bem como celebrar e formalizar convênios destinados à execução descentralizada de programas federais de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, obras de infraestrutura, obras de arte, mobilidade urbana e destinados ao Programa Federal de Assistência a Vítimas.
A Coordenadoria de Captação de Recursos e Convênios tem por atribuições:
I. Coordenar os trâmites para captação de recursos de agentes financeiros nacionais, bilaterais e multilaterais, bem como captação junto à União e à outros órgãos públicos;
II. Acompanhar através do sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), a relação de programas dos órgãos e entidades da administração pública federal a serem executados de forma descentralizada, que sejam compatíveis com as iniciativas previstas no PPA da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;
III. Observar as prescrições normativas vigentes à época da celebração dos Convênios;
V. Elaborar estudos visando a solicitação de emendas ao orçamento geral da União, com o objetivo de incrementar o repasse de recursos para o Estado;
VI. Analisar a viabilidade e orientar a elaboração de projetos aptos à captação de recursos; e
VII. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Coordenador.
VIII. Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento dos projetos vigentes;
IV. Coordenar indicadores, além de emitir relatórios e gráficos para acompanhamento dos projetos;
X. Acompanhar a execução dos Convênios, assegurando o uso racional e legal dos recursos captados;
XI. Auxiliar as áreas técnicas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social na Prestação de Contas da Execução de Convênios;
XII. Utilizar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, na forma do Decreto nº 6.170/2007, que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União;
XIII. Orientar e dar suporte aos procedimentos necessários para a gestão dos Convênios pelas áreas técnicas da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;

2. Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado

A Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado tem por atribuições:
I. Encaminhar Notas Fiscais referentes à material permanente para a Coordenadoria de Patrimônio, a fim de permitir a classificação patrimonial do bem;
II. Coordenar a elaboração da documentação pertinente ao movimento mensal e de encerramento do exercício financeiro, para envio a Coordenadoria de Contabilidade;
III. Receber o material adquirido pela A Coordenadoria de Suprimentos e Almoxarifado tem por atribuições:
IV. Encaminhar Notas Fiscais referentes a material permanente para a Coordenadoria de Patrimônio, a fim de permitir a classificação patrimonial do bem;
V. Coordenar a elaboração da documentação pertinente ao movimento mensal e de encerramento do exercício financeiro, para envio a Coordenadoria de Contabilidade;
VI. Receber o material adquirido pela SEHIS, conferir seus preços e quantidades confrontando-os com os documentos de aquisição;
VII. Inspecionar os materiais recebidos quanto as suas características de qualidade especificadas no documento de compra;
VIII. Providenciar a elaboração da documentação pertinente ao movimento mensal e de encerramento do exercício financeiro, para envio a Coordenadoria de Contabilidade;
IV. Promover o acondicionamento e estocagem dos materiais, baseado em critérios que não interfiram na sua qualidade e/ou estado físico;
X. Controlar, guardar e conservar os materiais existentes no estoque;
XI. Efetuar a entrega dos materiais diretamente às unidades requisitantes; conferir seus preços e quantidades confrontando-os com os documentos de aquisição;
XII. Inspecionar os materiais recebidos quanto as suas características de qualidade especificadas no documento de compra;
XIII. Providenciar a elaboração da documentação pertinente ao movimento mensal e de encerramento do exercício financeiro, para envio a Coordenadoria de Contabilidade;
XIV. Promover o acondicionamento e estocagem dos materiais, baseado em critérios que não interfiram na sua qualidade e/ou estado físico;
XV. Controlar, guardar e conservar os materiais existentes no estoque;
XVI. Efetuar a entrega dos materiais diretamente às unidades requisitantes; e
XVII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

3. Coordenadoria de Planejamento e Orçamento

A Coordenadoria de Planejamento e Orçamento tem como atribuições:
I. Coordenar, dirigir, controlar e supervisionar os assuntos relativos à execução orçamentária da Secretaria de Estado Habitação, observando o registro de todas as alterações ocorridas no orçamento durante o exercício financeiro;
II. Elaborar solicitações de créditos adicionais e modificações orçamentárias;
III. Prestar e encaminhar todas as informações necessárias à elaboração ou reformulação dos planos, programas e a preparação de propostas orçamentárias da Secretaria de Secretaria de Estado Habitação;
IV. Emitir Reservas Orçamentárias, Notas de Autorização de Despesas e Empenho; e
V. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

4. Coordenadoria Financeira

A Coordenadoria Financeira tem por atribuições:

I. Acompanhar permanentemente os registros efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFE/RJ, inerente ao orça-

as notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a retificação do Fiscal Técnico; c. Atestado de Execução dos Serviços Parcial, no caso de medições processadas no sistema adequado; d. Relatório A - Resumo de Medição, no caso de medições processadas no sistema adequado.

IV. Encaminhar o processo de suporte documental a Coordenadoria de Medição e Acompanhamento para que seja instruído como os demais documentos afetos a à Fiscalização contratual e relativos ao respectivo período, a qualquer tempo, quando necessário;
V. Solicitar que seja feito o registro de forma devida no respectivo processo toda inconsistência verificada na instrução processual, seja de responsabilidade do DNIT ou da Contratada. Também é de responsabilidade do Encarregado pelo Processamento da Medição, no que se refere ao Processo de Pagamento; e
VI. Executar outras atribuições que lhes forem conferidas ou delegadas.

I. Coordenadoria e Implantação de Projetos.

A Coordenadoria de Implantação de Projetos, tem por atribuição:

I. Coordena o estabelecimento de padrões de criação e análise dos projetos de engenharia;
II. Integrar as avaliações das diferentes disciplinas de projetos;
III. Organizar as referências técnicas normativas para cada disciplina de projeto;
IV. Preservar o conhecimento e as experiências adquiridas pela equipe de analistas;
V. Reduzir o tempo de elaboração, análise e aprovação dos projetos;
VI. Promover a qualidade dos projetos;
VII. Reduzir o número de revisões de projetos.
VIII. Elaborar e/ou revisar padrões, instruções, normas técnicas e especificações para o desenvolvimento e controle de projetos de obras;
IX. Orientar à execução e fiscalização de atividades relacionadas à elaboração de projetos de infraestrutura de obras, bem como analisar pedidos de delegação de competência para licitação, contratação, análise e aprovação de projetos;
X. Analisar as características quanto zoneamento e exigências relativas aos coeficientes de utilização, categorias de uso e ocupação de demais regulamentações incidentes; e
XI. Executar outras atribuições que lhes forem conferidas ou delegadas.

I. Coordenadoria e Medição de Projetos.

É a unidade administrativa que responsável pelo processamento de medição de projetos, no que se refere ao Processo de suporte documental.

A Coordenadoria de Medição de Projetos tem por atribuições:

I. Receber o processo de suporte documental remetido pela Fiscalização e verificar a conformidade do processo aos normativos vigentes;
II. Processar a medição no sistema de controle de contratos;
III. Emitir comunicação oficial por escrito à contratada, inserindo-o no processo de suporte documental, informando-a quanto ao aceite dos serviços e autorização da emissão das notas fiscais, anexando os seguintes documentos: A - Resumo de Medição, no caso de medições processadas no sistema adequado.
IV. Instruir o Processo de Suporte Documental com demais documentos afetos à Fiscalização contratual e relativos ao respectivo período, a qualquer tempo, quando necessário; V. Registrar devidamente no respectivo processo toda inconsistência verificada na instrução processual, seja de responsabilidade do DNIT ou da Contratada.
V. Autuar/Iniciar o Processo de Pagamento no SEI, relacionando-o obrigatoriamente com: respectivo Processo de Suporte Documental da medição, instruindo-o com a documentação prevista em Instrução Normativa específica
VI. Reunir as Assinaturas necessárias ao atesto das notas fiscais, planilha de ISSQN, e outros documentos, tal qual o Boletim de Desempenho Parcial e Atestado de Execução dos Serviços, no caso das medições processadas no sistema.
VII. Poderá registrar no processo de pagamento, quando necessário, a comunicação aos responsáveis pelas assinaturas quanto à disponibilização dos documentos para a devida assinatura; e
VIII. Executar outras atribuições que lhes forem conferidas ou delegadas.

SUBSEÇÃO IV

Superintendência de Parcerias Público Privada

É a unidade administrativa responsável pelas Superintendência de Parcerias Público Privada, tem por atribuição:

I - Seguir o ordenamento jurídico referente às parcerias público-privadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
II - Solicitar o Armazenamento a Coordenadoria de Gestão de parcerias dados e informações sobre Parcerias Público-Privadas;
III - Determinar o acompanhamento dos trabalhos relativos à realização de Parcerias Público Privadas dos projetos prioritários e construir relatórios informativos;
IV - Determinar a operacionalidade de planos de ação da CEHAB referentes a Parcerias Público-Privadas;
V - Determinar Articulação permanentemente com demais órgãos e unidades da Administração Pública Estadual que possuem funções correlatas; e
VI. Executar outras atribuições que lhes forem conferidas ou delegadas.

1. Coordenadoria de Editais.

A Coordenadoria de Editais tem como atribuições:

I. Confeccionar Editais;
II. Proceder às adequações das minutas padrão para atendimento das orientações exaradas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro; e
III. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.
IV. Encaminhar as publicações, avisos, informações e atos nos veículos oficiais e de grande circulação;
V. Prestar atendimento e informações aos interessados nas licitações da SEHIS;
IV. Disponibilizar aos interessados os Editais e Erratas;
V. Divulgar para os licitantes eventuais informações sobre os procedimentos da SEHIS;
VI. Coordenadoria de Gestão de Parcerias
VII - Seguir o ordenamento jurídico referente às parcerias público-privadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
VIII - Armazenar dados e informações sobre Parcerias Público-Privadas;
IX - Acompanhar os trabalhos relativos à realização de Parcerias Público Privadas dos projetos prioritários e construir relatórios informativos;
X - Operacionalizar planos de ação da CEHAB referentes a Parcerias Público-Privadas;
XI -Articular permanentemente com demais órgãos e unidades da Administração Pública Estadual que possuem funções correlatas; e
XII. Executar outras atribuições que lhes forem conferidas ou delegadas.

2.Coordenadoria de Gestão e Parcerias

A Coordenadoria de Gestão e Parcerias tem as seguintes atribuições:

I - coordenar as atividades relacionadas a estruturação, gestão, monitoramento e avaliação dos projetos de concessões e parcerias, em articulação com órgãos e entidades setoriais;
II - estabelecer interface entre os setores público e privado, visando promover as concessões e parcerias;
III - propor projetos e analisar a viabilidade e relevância das propostas apresentadas pela iniciativa privada, bem como apoiar a elaboração de propostas de concessões e parcerias em articulação com os órgãos setoriais;
IV - desenvolver ações para a viabilização dos projetos;
V - divulgar conceitos, ferramentas e metodologias relacionados às concessões e parcerias nas etapas de:

a) elaboração de propostas, chamamento público, realização de estudos técnicos, modelagem final de projetos, licitação e celebração de contratos;
b) execução, monitoramento e avaliação dos projetos;
VI - coordenar e avaliar a celebração e a execução de contratos de gestão com Organizações Sociais;
VII - coordenar as ações relativas ao portal de parcerias com organizações da sociedade civil;
VII - propor e apoiar negócios com impacto social mensurável;
IX - prestar apoio ao Secretário de Habitação e Interesse Social;
X- acompanhar a implementação dos contratos e parcerias, a fim de garantir a adoção, pelas partes, das providências voltadas à mitigação de riscos;
XI - auxiliar tecnicamente o Poder Concedente quanto ao atingimento dos objetivos dos contratos de concessão e parcerias;
c) apoiar os órgãos setoriais na viabilização de ações que permitam o bom desenvolvimento dos contratos de concessão e parcerias;
d) monitorar os indicadores de desempenho estabelecidos nos contratos de concessão e parcerias, visando à transparência e capacidade de controle do empreendimento e seu equilíbrio econômico-financeiro;
e) gerenciar, em conjunto com os órgãos setoriais, sistema de avaliação e mensuração de desempenho dos projetos de concessões e parcerias público-privadas;
f) monitorar e avaliar, de forma permanente, o processo de aferição de desempenho do parceiro privado e o nível de serviço acordado em contrato;
g) revisar o conjunto de indicadores, propondo, inclusive, inovações tecnológicas de modo a conferir maior confiabilidade e facilidade às medições;

II - avaliar, em conjunto com os órgãos setoriais, os investimentos previstos nos contratos de concessão e parcerias público-privadas, e a necessidade de novos investimentos;
III - apoiar tecnicamente os órgãos setoriais competentes na gestão de pleitos referentes aos contratos de concessão e parcerias público-privadas;
IV - prestar apoio técnico necessário ao desempenho das atividades realizadas pela Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas;
V - auxiliar o Secretário de Projetos e Ações Estratégicas no exercício de sua competência para a qualificação de Organizações Sociais;
VI - monitorar e avaliar o modelo de Organizações Sociais e de contratos de gestão, promovendo a adoção de medidas para seu aprimoramento contínuo;
VII - em relação ao portal de parcerias com organizações da sociedade civil;
VIII - orientar seu uso e promover ações de capacitação para as Secretarias de Estado e Autarquias;
IX - avaliar seu funcionamento e adotar medidas para seu aprimoramento contínuo;
X. Em relação aos ajustes que gerem impacto social mensurável:
XI - apoiar sua estruturação pelos órgãos e entidades da Administração Pública;
XII - disseminar os conceitos e metodologias desenvolvidos e utilizados;
XIII- atuar na sua regulamentação, quando for o caso;
XIV - elaborar estudos e propor a adoção de métricas de impacto socioambiental em parcerias e contratos administrativos;
XV - Promover diálogo com os setores público e privado visando à adoção de medidas que favoreçam negócios voltados à geração de impacto socioambiental positivo.

SUBSEÇÃO V

Superintendência Programas Habitacionais.

É a unidade administrativa que tem por competência apoiar a condução da política habitacional do Governo do Estado, traçando diretrizes, estabelecendo metas, planejando e desenvolvendo programas específicos, objetivando o atendimento habitacional à população. A Superintendência de Habitação tem por atribuições:

I. Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a seu encargo, relativas à execução de obras habitacionais;
II. Participar do planejamento estratégico setorial e da programação das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da SEHIS;
III. Assegurar o controle tecnológico, de custos, prazos e de qualidade, de acordo com os planos, programas e metas estabelecidas para o setor;
IV. Coordenar a execução das atividades normativas de acompanhamentos físico-financeiro da execução de projetos;
V. Gerenciar a execução de planos, programas, projetos, contratos e convênios desenvolvidos para o setor no âmbito da Subsecretaria, sendo o Subsecretário o gestor natural dos contratos e convênios sob sua responsabilidade;
VI. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços, relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;
VII. Encaminhar para fins de licitação os processos que lhe forem submetidos pelos superintendentes, após cumpridas todas as exigências técnicas, legais e administrativas;
VIII. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;
IX. Participar do desenvolvimento de políticas públicas, para a universalização dos serviços, dentro de sua área de atuação;
X. Incentivar o aprimoramento de mecanismos da programação de obras habitacionais nas mesorregiões do Interior do Estado e da Região Metropolitana;
XI. Estabelecer contatos junto às Prefeituras do Estado, na sua área de atuação, visando a implantação de obras habitacionais de interesse social;
XII. Acompanhar a alocação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS; e
XIII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Subsecretário.

I. Coordenadoria de Programas Habitação Popular.

A Coordenadoria de Programas Habitação Popular tem por atribuições:

I. Promover criterioso levantamento de campo de sorte a apurar, detalhadamente, as necessidades de intervenção nas moradias da área avaliada;
II. Proporcionar às famílias a serem atendidas amplo conhecimento das ações que se pretende desenvolver, objetivando conhecer suas expectativas em relação à intervenção proposta e efetivo engajamento no processo;
III. Diligenciar no sentido de que os projetos para execução de obras obedeçam às normas, posturas edilícias e legislação urbanística vigente;
IV. Compatibilizar as soluções a serem adotadas com as especificidades do local da intervenção e as necessidades das famílias;
V. Buscar tecnologias construtivas que resultem em maior sustentabilidade, durabilidade, conforto térmico, praticidade de manutenção futura da moradia, ensejando economicidade na execução da obra e melhoria da qualidade habitacional;
VI. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo; e
VII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

II. Coordenadoria de Planejamento Habitacional

A Coordenadoria de Planejamento Habitacional tem por atribuições:

I. dirigir e supervisionar a elaboração do Plano de Ação do Estado e dos Programas Gerais e Setoriais, em consonância com as políticas e diretrizes governamentais;
II - Formular as diretrizes de ordenação territorial e de política urbana estadual e coordenar o processo de implementação, revisão e alterações periódicas do Plano Diretor;

III - Dirigir, implementar e controlar o Sistema Estadual de Planejamento, com vistas a recuperar a capacidade de planejamento no âmbito dos órgãos/entidades do Estado;
IV - Promover o acompanhamento do Sistema de Informações Urbanas do Estado, visando a atualização e integração das informações para o planejamento do Estado;
V - Dirigir e orientar os estudos de reestruturação institucional, administrativa e da capacitação funcional da Administração Pública Estadual, visando promover e organizar as atividades de planejamento do Estado;
VI - Coordenar o processo de formulação, elaboração, estruturação e atualização do conjunto de normas do Estado;
VII - propor metodologias a serem adotadas no desenvolvimento de instrumentos de planejamento, consubstanciadas no conjunto de normas estaduais, visando à adequação, a eficiência e a integração do planejamento do Estado;
VIII - Supervisionar a elaboração de projetos para captação de recursos, junto as Agências nacionais e internacionais de fomento, nos setores público e privado;
IX - Promover a cooperação entre a administração municipal, estadual e federal para a gestão das questões planejamento habitacional;
X - Colaborar na elaboração de políticas públicas no âmbito Habitacional que facilitem o acesso aos equipamentos coletivos locais e reduzam o fluxo e o movimento pendular da população;
XI - Coordenar a elaboração das diretrizes para os planos regionais de desenvolvimento do município e acompanhar a implementação dos programas e projetos setoriais desenvolvidos no âmbito dos órgãos/entidades;
XII - Promover ações de integração junto aos órgãos e entidades federais, estaduais e dos municípios do aglomerado urbano visando o aperfeiçoamento do Plano de Ação do Governo Estadual e dos Programas Gerais e Setoriais e Projetos de interesse comum;
XIII - Promover a compatibilidade entre a programação orçamentária, expressa no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e as diretrizes constantes no Plano Diretor;
XIV - Participar da elaboração dos planos, programas e projetos relativos à política setorial de proteção aos bens imóveis e áreas que compõem o patrimônio histórico e cultural do Estado;
XV - Manter articulação com órgãos técnicos especializados, visando fornecer e obter informações sobre estudos, programas e projetos de interesse para o Governo Estadual;
XVI - Apontar a ordem de prioridade da alocação dos recursos destinados a planos, programas e projetos de interesse para o Governo Estadual;
XVII - Coordenar e supervisionar a realização de levantamentos e pesquisas e a produção de dados estatísticos referentes a assuntos de interesse para o planejamento do Estado; e
XVIII - exercer outras atividades correlatas às suas competências e que lhe forem determinadas pelo Secretário.

SUBSEÇÃO VI

Superintendência Obras de Reformas de Unidades Habitacionais.

É a unidade administrativa que tem por competência prestar assistência ao Subsecretário nas ações de formulação de diretrizes, programação de atividades e na elaboração de planos, projetos e programas relacionados a reformas de unidades habitacionais.

A Superintendência Obras de Reformas de Unidades Habitacionais tem por atribuições:

I. Avaliar e aprovar os projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo-os ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;
II. Aprovar projetos básicos e executivos relativos às intervenções conduzidas pela Superintendência;
III. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos afetos à Superintendência, a fim de que sejam executados da forma convencional;
IV. Acompanhar, controlar e auxiliar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;
V. Participar da elaboração de estudos preliminares, temos de referência, planos, programas e projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação;
VI. Diligenciar, junto aos órgãos competentes, visando obtenção de licenças;
VII. Colaborar na elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como na elaboração da LOA;
VIII. Controlar financeiramente os contratos e convênios afetos à Superintendência;
IX. Elaborar, desenvolver, coordenar e acompanhar os programas, planos projetos, intervenções de caráter estratégico e estruturante na sua área de atuação; e
X. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Subsecretário.

1.Coordenadoria de Melhorias Habitacionais

A Coordenadoria de Melhorias Habitacionais tem por atribuições:

I. Acompanhar e controlar a execução das atividades relacionadas às competências da Superintendência;
II. Definir procedimentos para o gerenciamento, implementação e monitoramento do levantamento das necessidades individuais da população, elaboração dos projetos e sua execução;
III. Formular indicadores de avaliação da elaboração dos projetos e de sua execução, objetivando a observância das melhores práticas de gerenciamento e desempenho;
IV. Elaborar documentos técnicos, relatórios, planilhas ou formulários diversos; e
V. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

2. Coordenadoria de Regularização Fundiária.

A Coordenadoria de Regularização Fundiária tem por atribuições:

I. Articular-se com os demais setores da Subsecretaria, objetivando subsidiar os procedimentos administrativos e jurídicos a serem aplicados na regularização fundiária de empreendimentos habitacionais de interesse social;
II. Apoiar, técnica e administrativamente, as iniciativas que visem a outorga da titulação definitiva de imóveis edificadas com o apoio de programas governamentais em áreas carentes do Estado;
III. Analisar, instruir e emitir parecer técnico em procedimentos administrativos referentes a questões que envolvam a regularização fundiária, no todo ou em parte, de empreendimentos habitacionais de interesse social; e
IV. Propor a adoção de medidas e diligências que possam apoiar a implementação de ações voltadas para a regularização fundiária de empreendimentos habitacionais de interesse social.

SUBSEÇÃO VII

Superintendência Projetos e Trabalhos Interesse Sociais.

É a unidade administrativa que tem por competência prestar assessoramento ao Subsecretário nas ações de formulação de diretrizes, programação de atividades e na elaboração de planos, projetos e programas relacionados à prestação de assistência social junto às comunidades atendidas pela Subsecretaria.

A Superintendência Projetos e Trabalhos Interesse Sociais tem por atribuições:

I. Avaliar e aprovar os projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo-os ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;
II. Aprovar projetos básicos e executivos relativos às intervenções conduzidas pela Superintendência;
III. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos relacionados à Superintendência, a fim de que sejam executados da forma convencional;
IV. Acompanhar, controlar e auxiliar a execução do trabalho técnico-social;

V. Participar da elaboração de estudos preliminares, temos de referência, planos, programas e projetos de execução das atividades relacionadas a sua área de atuação;

VI. Diligenciar, junto aos órgãos competentes, visando obtenção de licenças, quando for o caso;

VII. Colaborar na elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como na elaboração da LOA;

VIII. Controlar financeiramente os contratos e convênios afetos à Superintendência;

IX. Elaborar, desenvolver, coordenar e acompanhar os programas, planos projetos, intervenções de caráter estratégico e estruturante na sua área de atuação;

X. Definir procedimentos para o gerenciamento, implementação e monitoramento dos trabalhos de articulação comunitária desenvolvidos no âmbito da Superintendência de Assistência Social e Ação Comunitária;

XI. Implementar as atividades de assistência social, desenvolvidas nas comunidades atendidas pela área, atentando para que se revelem adequadas e aderentes às melhores práticas de gerenciamento universalmente adotadas;

XII. Monitorar e avaliar o desempenho das atividades sob sua responsabilidade;

XIII. Elaborar indicadores de avaliação e monitoramento dos resultados obtidos, especialmente quanto a sua eficácia, efetividade e eficiência, de molde a aprimorar os métodos adotados, objetivando poder replicá-los em outras situações similares;

XIV. Propor e formular ferramentas e métodos visando o aprimoramento das abordagens junto às populações atendidas;

XV. Contribuir na formulação de políticas públicas voltadas para ações de assuntos comunitários, objetivando obter maior participação da comunidade e sua articulação com as autoridades e órgãos governamentais; e

XVI. Promover a articulação com órgãos estaduais e municipais objetivando a troca de experiências e o enfrentamento conjunto das dificuldades; e

XVII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Subsecretário.

1. Coordenadoria de Inclusão Social e Produtiva.
A Coordenadoria de Inclusão Social e Produtiva tem por atribuições:

I. Incentivar a adoção de providências que resultem na geração de trabalho e renda para a população das comunidades atendidas;

II. Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de mão de obra como medida indispensável a propiciar incremento do nível de renda da comunidade;

III. Articular a organização de fóruns e outras formas coletivas de organização, objetivando capacitar e auxiliar a população em seu engajamento frente às oportunidades de ocupação; e

IV. Dar suporte às iniciativas de capacitação e qualificação profissional, como forma de propiciar a aceleração da inclusão social em razão da geração de renda.

2. Coordenadoria de Habitabilidade Familiar e Comunitária
A Coordenadoria de Habitabilidade Familiar e Comunitária tem por atribuições:

I. Estabelecer diretrizes, elaborar, coordenar, implementar, gerir e avaliar a política de habitabilidade familiar e comunitária;

II. Implementar as ações e programas da Política Estadual de Habitação e Interesse Social;

III. Desenvolver mecanismos e modelos apropriados para uma política habitacional;

IV. Buscar parcerias com outras instâncias municipais, metropolitanas e federais, além de agentes privados e organizações da sociedade civil;

V. Gerir processo de planejamento, gestão, formulação, monitoramento e avaliação das ações e programas de Habitabilidade Familiar e Comunitária;

VI. Coordenar e desenvolver o processo de formulação e revisão de diretrizes e marcos regulatórios da política de Habitabilidade Familiar e Comunitária;

VII. Integrar instrumentos de planejamento estadual;

VIII. Gerir e coordenar o desenvolvimento de projetos de intervenção integrada, em articulação com as demais unidades da SEHIS e outras instâncias;

IX. gerir as ações de captação de recursos para as ações e programas da política estadual de habitabilidade familiar e comunitária;]

X. Coordenar o sistema estadual de informações habitacionais, promover pesquisas, convênios e parcerias para subsidiar o planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações e programas da habitacionais.

XI. Observar os requisitos de habitabilidade como: Estanqueidade da água, Desempenho térmico, Desempenho acústico, Desempenho lumínico, Saúde, higiene e qualidade do ar, Funcionalidade e acessibilidade e Conforto tátil e antropo dinâmico; e

XII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Subsecretário.

3. Coordenadoria de Projeto de Trabalho Técnico Social.
É a unidade administrativa que tem por competência prestar assessoramento ao Subsecretário nas ações de formulação de diretrizes, programação de atividades e na elaboração de planos, projetos e programas relacionados à prestação de assistência técnica social às comunidades atendidas pela Subsecretaria

A Coordenadoria de Projeto de Trabalho Técnico Social tem por atribuições:

I. Criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão.

II. Implantar e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los as necessidade e à realidade dos grupos sociais atendidos,

III. Incentivar a gestão participativa, garantindo a sustentabilidade

IV. Articular intersetorial e parcerias;

V. Orientar e coordenar as ações de trabalho social nos programas e projetos da Secretaria;

VI. elaborar, no campo social, documentos técnicos e estudos necessários à implementação da política habitacional;

VII. executar a gestão de contratos e convênios no âmbito do trabalho social;

VIII. prestar orientação técnica e administrativa às unidades da SEHIS necessárias ao encaminhamento das demandas apresentadas por grupos sociais, organizações não governamentais e órgãos públicos;

IX. representar a SEHIS nos órgãos competentes;

X. responder, no âmbito regional, pela Coordenadoria e execução do trabalho social em programas e projetos da Secretaria, incluindo o atendimento social e a elaboração de parecer técnico social;

XI. responder, no âmbito regional, pelo acompanhamento de projetos e obras dos programas da Secretaria, apoiando a interface entre as ações físicas de projetos e obras com as ações sociais com vistas a viabilizar a sua implementação;

XII. Avaliar e aprovar os projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo-os ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;

XIII. Aprovar projetos básicos e executivos dos Contratos afetos à Superintendência;

XIV. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos relacionados à Superintendência, a fim de que sejam executados da forma convencional;

XV. Acompanhar, controlar e auxiliar a execução do trabalho técnico-social;

XIV. Participar da elaboração de estudos preliminares, temos de referência, planos, programas e projetos de execução das atividades relacionadas a sua área de atuação;

XVI. Diligenciar, junto aos órgãos competentes, visando obtenção de licenças, quando for o caso;

XVII. Colaborar na elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como na elaboração da LOA;

VIII. Controlar financeiramente os contratos e convênios afetos à Superintendência;

XIX. Elaborar diretrizes e participar ativamente da construção dos trabalhos das Unidades Habitacionais

XIX. Elaborar, desenvolver, coordenar e acompanhar os programas, planos projetos, intervenções de caráter estratégico e estruturante na sua área de atuação; e

XX. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pelo Subsecretário.

4. A Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Ações.
A Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de ações tem por atribuições:

Planejar, elaborar, propor e implementar procedimentos que ensejem o acompanhamento, pela Subsecretaria, das políticas públicas de atendimento às necessidades habitacionais da população residente em áreas carentes do Estado;

II. Incentivar a criação, nas comunidades, de meios eficientes de controle que permitam auxiliar a Subsecretaria na implementação eficiente de políticas públicas voltadas para a área habitacional de interesse social;

III. Promover a integração das ações da Subsecretaria com as iniciativas desenvolvidas pelos entes municipais, direcionadas ao provimento da melhoria habitacional para a população carente; e

IV. Promover estudos e pesquisas que possibilitem o aperfeiçoamento dos mecanismos disponíveis utilizados pela Subsecretaria no desenvolvimento de suas atividades na área de assistência social.

5. Coordenadoria de Sustentabilidade de Projetos habitacionais
A Coordenadoria de Sustentabilidade de Projetos habitacionais tem por atribuições:

I. Buscar soluções habitacionais que refitam a preocupação com a questão da sustentabilidade;

II. Criar um sistema integrador da comunidade com as áreas verdes;

III. Observar alternativas sustentáveis referentes ao conforto térmico, acústico, sonoro ou outro tipo de solução sustentável para as unidades habitacionais.

IV. coordenar e monitorar atividades relacionadas ao equacionamento de questões socioambientais necessárias à execução dos empreendimentos de infraestrutura das áreas de competência do Estado;

V. Promover a comunicação da SEHIS com órgãos ambientais e a sua representação em eventos, fóruns e colegiados relacionados ao tema;

VI. coordenar o estabelecimento de diretrizes e a padronização de procedimentos e processos para declaração de utilidade pública, remoção de interferências, desapropriações e deslocamento compulsório em obras de infraestrutura no âmbito das competências do Estado;

VII. Criar programas habitacionais com diferentes técnicas sustentáveis, com o objetivo de oferecer aos projetos de habitação social um caráter ainda mais econômico e ambientalmente responsável;

VIII. Propor diretrizes de ação a serem cumpridas pela SEHIS;

IX. emitir informações ou pareceres técnicos e relatórios sobre assuntos referentes a sua área de atuação; e

Executar outras atividades correlatas conforme determinação superior.

6. Coordenadoria de Cadastromento de Unidades Habitacionais e Acompanhamento Social dos Beneficiários.
A Coordenadoria de Cadastromento de Unidades Habitacionais e Acompanhamento Social dos Beneficiários tem por atribuições:

I. Coordenar a execução de cadastramento de Unidades Habitacionais e Acompanhamento Social dos Beneficiários;

II. Programar, organizar, orientar, controlar e supervisionar as atividades técnicas relativas aos cadastramentos das unidades;

III. Representar a SEHIS em suas relações com terceiros nos assuntos inerentes à área técnica, mediante delegação do Superior;

IV. Coletar, compilar e atualizar dados indicadores e estatísticos referentes aos cadastros de unidades habitacionais;

V. Enviar dados e informações diversas, assegurando o fluxo e entrosamento das atividades com as demais unidades administrativas;

VI. Realizar atendimento ao público, prestando informações e orientações referentes ao cadastramento de unidades habitacionais e acompanhamento social;

VII. Subsidiar a Coordenadoria na formulação e implementação de política de cadastramento e acompanhamento social;

VIII. Acompanhar e instruir processos relacionados ao cadastramento habitacional e acompanhamento social; e

IX. Executar outras atividades correlatas conforme determinação superior.

SEÇÃO IV
Subsecretaria de Obras de Urbanização, Saneamento e Erradicação de Riscos e Desastres e Projetos Especiais.

É a unidade administrativa que tem por competência apoiar o desenvolvimento e a condução da política de obras, saneamento básico, Urbanismo e prevenção e erradicação de riscos e desastres, do Governo do Estado, inclusive junto aos municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A Subsecretaria de Obras de Urbanização, Saneamento e Erradicação de Riscos e Desastres e Projetos Especiais tem por atribuições:

I. Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a seu encargo, relativas à execução de obras de Saneamento;

II. Participar do planejamento estratégico setorial e da programação das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da SEHIS;

III. Assegurar o controle tecnológico, de custo, de prazos e de qualidade, de acordo com os planos, programas e metas estabelecidas para o setor;

IV. Coordenar a execução das atividades normativas de acompanhamentos físico-financeiro da execução de projetos;

V. Gerenciar a execução de planos, programas, projetos, contratos e convênios desenvolvidos para o setor no âmbito da Subsecretaria, sendo o Subsecretário o gestor natural dos contratos e convênios sob sua responsabilidade;

VI. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas e projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VII. Encaminhar para fins de licitação os processos que lhe forem submetidos pelos superintendentes, após cumpridas todas as exigências técnicas, legais e administrativas;

VIII. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IX. Participar do desenvolvimento de políticas públicas, para a universalização dos serviços, dentro de sua área de atuação;

X. Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a seu encargo, relativas à execução de obras de prevenção de riscos e desastres;

XI. Participar do planejamento estratégico setorial e da programação das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da SEINFRA;

XII. Assegurar o controle tecnológico, de custos, prazos e de qualidade, de acordo com os planos, programas e metas estabelecidas para o setor;

XIII. Coordenar a execução das atividades normativas de acompanhamentos físico-financeiros da execução de projetos;

XIV. Gerenciar a execução de planos, programas, projetos, contratos e convênios, desenvolvidos para o setor no âmbito da Subsecretaria, sendo o Subsecretário o gestor natural dos contratos e convênios sob sua responsabilidade;

XV. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

XVI. Encaminhar para fins de licitação os processos que lhe forem submetidos pelos superintendentes, após cumpridas todas as exigências técnicas, legais e administrativas;

XVII. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

XVIII. Participar do desenvolvimento de políticas públicas, para a universalização dos serviços, dentro de sua área de atuação;

IXX. Planejar e coordenar ações de mitigação do risco geotécnico junto a outros

órgãos das diversas esferas de governo e no âmbito desta Subsecretaria;

XX - Desenvolver processo permanente e contínuo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da legislação relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano, inclusive as relativas ao Plano Diretor Estratégico, ao Parcelamento, ao Uso e Ocupação do Solo, às Operações Urbanas e demais instrumentos urbanísticos;

XXI - Coordenar o desenvolvimento de projetos urbanos interagindo com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, com outras esferas de governo e com a sociedade civil;

XXII- Promover a integração dos planos, programas e projetos dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta relacionados ao desenvolvimento urbano, de forma a maximizar os resultados positivos para o Estado;

XXIII - Desenvolver e consolidar planos de desenvolvimento urbano de médio e longo prazo, considerando o Plano Diretor Estratégico do Estado.

XXIV - Formular políticas, diretrizes e ações que propiciem o posicionamento do Estado em questões relacionadas ao seu desenvolvimento urbano, incluindo as que decorram de sua inserção em planos nacionais, regionais, estaduais e metropolitanos;

XXV - Desenvolver os mecanismos e modelos mais adequados para a viabilização e implementação de projetos de desenvolvimento urbano, explorando os potenciais parcerias com a iniciativa privada, com outros setores das políticas públicas e com outras esferas de governo, utilizando os instrumentos de política urbana;

XVI - coordenar, organizar, manter, atualizar e disponibilizar permanentemente o sistema Estadual de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse para o Estado, progressivamente georreferenciadas em meio digital.

SUBSEÇÃO I
Superintendência de Saneamento e Urbanização da Capital e Região Metropolitana.
É a unidade administrativa que tem por competência prestar assistência ao Subsecretário nas ações de fiscalização e acompanhamento das obras de Saneamento da Região Metropolitana.

A Superintendência de Obras de Saneamento da Região Metropolitana tem por atribuições:

I. Avaliar e aprovar os projetos básicos, executivos, termos de referências e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;

II. Aprovar projetos executivos dos Contratos afetos à Subsecretaria;

III. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos da Subsecretaria, a fim de que os mesmos sejam executados da forma convencional;

IV. Acompanhar, gerenciar, controlar e auxiliar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

V. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas e projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VI. Diligenciar junto aos órgãos fiscalizadores visando obtenção de licenças;

VII. Gerenciar a elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como a elaboração da LOA;

VIII. Controlar financeiramente os contratos e convênios da Subsecretaria; e

IX. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário.

2. Coordenadoria de Saneamento da Capital e Regiões Metropolitanas
A Coordenadoria de Saneamento da Capital e Regiões Metropolitanas tem como atribuições:

I. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

II. Gerenciar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

III. Examinar índices, coeficientes e custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

IV. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob seu gerenciamento;

V. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VI. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais;

VII. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completeza, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

VIII. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

IX. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

X. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XI. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XII. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XIII. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

3. Coordenadoria de Urbanização da Capital e Regiões Metropolitanas.
A Coordenadoria de Urbanização da Capital e Regiões Metropolitanas tem como atribuições:

I. Analisar previamente e aprovar projetos de construção, reforma, ampliação e pequenos serviços;

II. Emitir de Certidão de Uso e Ocupação do Solo;

III. Emitir de licenças para obras e pequenos serviços;

IV. Emitir de licenças para demolições;

V. Conceder de Habite-se para edificações residenciais, comerciais e industriais;

VI. Aprovar loteamento;

VII. Autorizar de Desmembramento e Remembramento;

VII. Emitir de licenças para uso de edificação em terrenos particulares e públicos;

IX. Acompanhar o Plano Diretor;

X. Acompanhar a implantação dos projetos de alinhamento dos logradouros e de projetos de urbanização;

XI. Coordenar, aprovar e acompanhar a implantação dos projetos viários em conjunto com as Secretarias competentes;

XII. Acompanhar constantemente os espaços livres e edificados, bem como os momentos paisagísticos, que compõe o acervo do patrimônio histórico e ambiental;

XIII. Promover o ordenamento territorial urbano, em cumprimento ao planejamento, parcelamento, controle e ocupação do uso de solo; e

XIV. Desempenhar outras atividades correlatas.

SUBSEÇÃO II
Superintendência de Saneamento e Urbanização Interior

É a unidade administrativa que tem por competência prestar assistência ao Subsecretário, nas ações de fiscalização e acompanhamento das obras de Saneamento do Interior.

A Superintendência de Obras de Saneamento e Urbanização do Interior tem por atribuições:

I. Avaliar e aprovar os projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;

II. Aprovar projetos executivos dos Contratos afetos à Subsecretaria;

III. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos da Subsecretaria a fim de que os mesmos sejam executados da forma convencional;

IV. Acompanhar, gerenciar, controlar e auxiliar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

V. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VI. Diligenciar junto aos órgãos fiscalizadores visando obtenção de licenças;

VII. Gerenciar a elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como a elaboração da LOA;

VIII. Controlar financeiramente os contratos e convênios da Subsecretaria; e

IX. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário.

1. Coordenadoria de Saneamento do Interior.
A Coordenadoria de Saneamento do Interior tem como atribuições:

I. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

II. Gerenciar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

III. Examinar índices, coeficientes, custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes às obras executadas;

IV. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob seu gerenciamento;

V. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VI. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais;

VII. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

VIII. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEINFRA no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

IX. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

X. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XI. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XII. Informar à Coordenadoria de Acompanhamento de Contratos descumprimentos contratuais visando à adoção de medidas administrativas (advertências, notificações, etc.);

XIII. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XIV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

2. Coordenadoria de Saneamento e Urbanização Interior
A Coordenadoria de Saneamento e Urbanização Interior tem por atribuições:

I. Coordenar as Avaliações e aprovações dos projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo ao Subsecretário para aprovação e remessa ao setor competente;

II. Coordenar execução dos projetos executivos dos Contratos afetos à Subsecretaria;

III. Gerenciar os cronogramas físico-financeiros dos contratos da Subsecretaria a fim de que os mesmos sejam executados da forma convencional;

IV. Acompanhar, Coordenar, controlar e auxiliar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

V. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VI. Coordenar a elaboração de PPA e suas respectivas atualizações/revisões, bem como a elaboração da LOA, e

VII. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário.

SUBSEÇÃO III

Superintendência Prevenção e Erradicação de Riscos e Desastres

É a unidade administrativa que tem por competência planejar, coordenar e acompanhar ações de Prevenção e Erradicação de Riscos e Desastres.

A Superintendência de Prevenção e Erradicação de Riscos e Desastres tem por atribuições:

I. Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a seu encargo, relativas à execução de obras de prevenção de riscos e desastres;

II. Participar do planejamento estratégico setorial e da programação das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da SEHIS;

III. Assegurar o controle tecnológico, de custos, prazos e de qualidade, de acordo com os planos, programas e metas estabelecidas para o setor;

IV. Coordenar a execução das atividades normativas de acompanhamentos físico-financeiros da execução de projetos;

V. Gerenciar a execução de planos, programas, projetos, contratos e convênios, desenvolvidos para o setor no âmbito da Subsecretaria, sendo o Subsecretário o gestor natural dos contratos e convênios sob sua responsabilidade;

VI. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VII. Encaminhar para fins de licitação os processos que lhe forem submetidos pelos superintendentes, após cumpridas todas as exigências técnicas, legais e administrativas;

VIII. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IX. Participar do desenvolvimento de políticas públicas, para a universalização dos serviços, dentro de sua área de atuação;

X. Planejar e coordenar ações de mitigação do risco geotécnico junto a outros órgãos das diversas esferas de governo e no âmbito desta Subsecretaria; e

XI. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado.

1. Coordenadoria de Prevenção de Desastres
A Coordenadoria de Prevenção de Desastres tem por atribuições:

I. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

II. Gerenciar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

III. Examinar índices, coeficientes, custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

IV. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob seu gerenciamento;

V. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VI. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais;

VII. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e as obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

VIII. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

IX. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

X. Verificar, sistematicamente, os registros quanto a aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XI. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XII. Informar a Coordenadoria de Acompanhamento de Contratos descumprimentos contratuais, visando à adoção de medidas administrativas (advertências, notificações, etc.);

XIII. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga;

XIV. Auxiliar o planejamento e a Coordenadoria das ações de mitigação do risco geotécnico junto a outros órgãos das diversas esferas de governo e no âmbito desta Subsecretaria;

XV. Vistoriar e elaborar laudos e/ou relatórios de áreas consideradas de risco; e

XVI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

2. Coordenadoria de Análise de Erradicação de Riscos

É a unidade administrativa que tem por competência prestar assistência ao Superintendente nas ações de Análise de Erradicação de Riscos.

A Coordenadoria de Análise de Erradicação de Riscos tem por atribuições:

I. Analisar os projetos básicos, executivos, termos de referência e orçamentos para a elaboração de editais, submetendo ao Superintendente para aprovação e remessa ao setor competente;

II. Analisar projetos executivos dos Contratos afetos à Subsecretaria;

III. Coordenar os cronogramas físico-financeiros dos contratos da Subsecretaria, a fim de que os mesmos sejam executados da forma convencional;

IV. Acompanhar, Coordenar, controlar e auxiliar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

V. Participar da elaboração de estudos preliminares, planos, programas, projetos de execução de obras e prestação de serviços relacionados a sua área de atuação a cargo das entidades vinculadas, se for o caso;

VI. Analisar e elaborar laudos e/ou relatórios de áreas consideradas de risco; e

VII. Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Subsecretário.

SUBSEÇÃO IV

Superintendência Projetos Especiais

A Superintendência Projetos Especiais tem por atribuições:

I. Gerenciar as atividades relacionadas aos Programas Especiais, avaliando, constantemente, as ações visando seu aperfeiçoamento (execução administrativo-financeira, correspondências oficiais, vigências contratuais, etc.);

II. Elaborar relatórios e pareceres relativos aos Programas Especiais, contemplando informações referentes à execução físico-financeira das obras, dos empreendimentos e das atividades do Trabalho Social;

III. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

IV. Gerenciar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

V. Examinar índices, coeficientes e custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

VI. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob seu gerenciamento;

VII. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VIII. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais;

IX. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

X. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

XI. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

XII. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XIII. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XV. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XVI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

I- Coordenadoria do Programa Casa da Gente

A Coordenadoria do Programa Casa da Gente tem por atribuições:

I-Elaborar e encaminhar relatórios sobre o andamento do Programa Casa da Gente e atividades desenvolvidas;

II-Coordenar a execução do Programa Casa da Gente;

III-Coordenar as atividades relacionadas ao Programa Casa da Gente, avaliando, constantemente, as ações visando seu aperfeiçoamento (execução administrativo-financeira, correspondências oficiais, vigências contratuais, etc.);

IV-Elaborar relatórios e pareceres relativos ao Programa Casa da Gente, contemplando informações referentes à execução físico-financeira das obras, dos empreendimentos e das atividades do Trabalho Social;

V. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI. Examinar índices, coeficientes e custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

VI. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob sua Coordenadoria;

VII. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VIII. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais; Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;

IX. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

X. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

XI. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

XII. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XIII. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XIV. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

2. Coordenadoria do Programa na Régua.

A Coordenadoria do Programa na Régua. Tem por atribuições:

I-Elaborar e encaminhar relatórios sobre o andamento do Programa na Régua e atividades desenvolvidas;

II-Coordenar a execução do Programa na Régua;

III-Coordenar as atividades relacionadas ao Programa na Régua, avaliando, constantemente, as ações visando seu aperfeiçoamento (execução administrativo-financeira, correspondências oficiais, vigências contratuais, etc.);

IV-Elaborar relatórios e pareceres relativos ao Programa na Régua, contemplando informações referentes à execução físico-financeira das obras, dos empreendimentos e das atividades do Trabalho Social;

V. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI. Examinar índices, coeficientes e custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

VI. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob sua Coordenadoria;

VII. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VIII. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais; Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;

IX. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

X. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

XI. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

XII. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XIII. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XIV. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

3. Coordenadoria do Programa Comunidade Cidade

A Coordenadoria do Programa Comunidade Cidade. Tem por atribuições:

I-Elaborar e encaminhar relatórios sobre o andamento do Programa Comunidade Cidade e atividades desenvolvidas;

II-Coordenar a execução do Programa Comunidade Cidade;

III-Coordenar as atividades relacionadas ao Programa Comunidade Cidade, avaliando, constantemente, as ações visando seu aperfeiçoamento (execução administrativo-financeira, correspondências oficiais, vigências contratuais, etc.);

IV-Elaborar relatórios e pareceres relativos ao Programa Comunidade Cidade, contemplando informações referentes à execução físico-financeira das obras, dos empreendimentos e das atividades do Trabalho Social;

V. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI. Examinar índices, coeficientes e custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

VI. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob sua Coordenadoria;

VII. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VIII. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais; Governo do Estado do Rio de Janeiro Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social;

IX. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e a obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

X. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

XI. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

XII. Verificar, sistematicamente, os registros quanto à aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XIII. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XIV. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga; e

XV. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

4. Coordenadoria de Estudos e Prevenção.

A Coordenadoria de Estudos de Prevenção tem por atribuições:

I. Definir métodos, técnicas e processos de engenharia que considerem as peculiaridades locais e regionais;

II. Gerenciar a execução das obras, quando a Comissão de Fiscalização estiver no âmbito da Subsecretaria, tendo como base os projetos de engenharia contratados;

III. Examinar índices, coeficientes, custos, planilhas de preços e de composição de custos unitários de serviços referentes as obras executadas;

IV. Elaborar relatórios e pareceres acerca das obras sob seu gerenciamento;

V. Efetuar visitas técnicas ao local das obras, visando verificar a qualidade dos serviços, os prazos de execução e a correta utilização de materiais, bem como a emissão de pareceres técnicos;

VI. Analisar e atestar medições de serviços e de obras, assim como rerratificações e reajustamentos contratuais;

VII. Analisar, tecnicamente, projetos e orçamentos relativos à prestação de serviços e as obras, de forma a se verificar a completude, a adequação dos projetos e a relação entre os projetos e os orçamentos;

VIII. Elaborar pareceres técnicos que subsidiem a SEHIS no atendimento a questionamentos dos órgãos de controle interno e externo;

IX. Emitir Termos de Aceites Provisórios e Definitivos;

X. Verificar, sistematicamente, os registros quanto a aprovação e responsabilidade técnica dos projetos;

XI. Verificar, constantemente, a possível existência de interferências nas obras;

XII. Informar a Coordenadoria de Acompanhamento de Contratos descumprimentos contratuais, visando à adoção de medidas administrativas (advertências, notificações, etc.);

XIII. Prestar informações sobre as obras sob seu acompanhamento, com a elaboração de relatórios, apresentação de diário de obras, ou outro documento de natureza análoga;

XIV. Auxiliar o planejamento e a Coordenadoria das ações de mitigação do risco

geotécnico junto a outros órgãos das diversas esferas de governo e no âmbito desta Subsecretaria;

XV. Vistoriar e elaborar laudos e/ou relatórios de áreas consideradas de risco; e

XVI. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas pela autoridade superior.

SEÇÃO V

Subsecretaria de Relações Institucionais

É a unidade administrativa que tem por competência articular, elaborar, coordenar e apoiar a política habitacional do Poder Executivo.

A Subsecretaria de Relações Institucionais tem por atribuições:

I - Assistir diretamente o Secretário de Estado no desempenho de suas atribuições, no que refere-se: na articulação política e no relacionamento interinstitucional do Governo Estadual, na elaboração de estudos de natureza político institucional, com fornecimento de subsídios e preparação de material preparatório às agendas do Secretário; na interlocução com os municípios; na interlocução com Poder Legislativo; no relacionamento e na articulação com as entidades da so-

cidade; e na criação e na implementação de instrumentos de consulta e de diálogo social de interesse do Governo do Estadual;
II - Coordenar a interlocução do Poder Estadual com as organizações internacionais, nacionais e com organizações da sociedade civil que atuem no território nacional, acompanhar as ações e os resultados dessas parcerias e implementar boas práticas para efetivação da legislação aplicável;
III - Coordenar a integração dos diversos órgãos governamentais no relacionamento, participar dos processos de pactuação e implantação das políticas públicas habitacionais juntos aos entes;
IV - Coordenar a integração das ações dos diversos órgãos governamentais no relacionamento com os poderes legislativos, executivos e a sociedade civil;
V- Acompanhar e assessorar o Secretário de Estado no âmbito da política pública habitacional.

1.Subsecretaria Adjunta.
Ao Subsecretário Adjunto de Estado de Habitação compete:
I. Auxiliar na organização, orientar, coordenar e controlar as atividades e ainda exercer atividades delegadas pelo Secretário;
II. Despachar com o Secretário;
III. Substituir automática e eventualmente o Secretário nas suas ausências, impedimentos ou afastamentos legais;
IV. Desempenhar outras tarefas compatíveis com suas atribuições e de acordo com as determinações do Secretário.

2.Coordenadoria de Assuntos Municipais
A Coordenadoria de Assuntos Municipais tem por atribuições:
I - a coordenação de ações de suporte às relações do Poder Executivo Estadual com os municípios do Estado;
II- o estabelecimento de condições de fortalecimento das relações com os prefeitos municipais;
III - o acompanhamento da execução de ações, de programas e de projetos estaduais de interesse dos municípios do Estado;
IV - a promoção de atividades de suporte aos planos, aos programas e aos projetos de desenvolvimento regional do Estado;
V - o incentivo à execução de ações que visem à cooperação entre o Poder Executivo Estadual, os municípios, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade nas políticas de habitação;
VI - a realização de estudos de natureza político-habitacional;
VII - a promoção de ações de fortalecimento da gestão pública dos municípios;
VIII - o estabelecimento de uma agenda de compromissos para inserção das políticas de promoção social e cidadania;
IX - a implementação do desenvolvimento do Estado, por meio de projetos voltados ao fortalecimento dos municípios;
X - a elaboração e a implementação do plano estadual de desenvolvimento regional, em articulação com os municípios.

3. Coordenadoria de Assuntos Governamentais
A Coordenadoria de Assuntos Municipais tem por atribuições:
I - Apoiar, acompanhar e monitorar a elaboração e a execução de programas habitacionais, no que concerne as questões de integração e de pactuação estadual e proceder à articulação interna para:
a) formular e coordenar estratégias sobre assuntos habitacionais determinados pelo Secretário de Estado;
b) mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes de liderança, com vistas à otimização dos resultados organizacionais;
c) coordenar o processo de elaboração e de revisão do planejamento estratégico da Subsecretaria de Relações Institucionais e monitorar sua execução em consonância com as diretrizes gerais do Governo Estadual; e
d) na construção de subsídios de aperfeiçoamento dos programas e das políticas públicas;
II - Formular e implementar programas e projetos relacionados à gestão orientada para resultados;
III - planejar, coordenar e organizar o processo de elaboração de relatórios institucionais, no âmbito da Subsecretaria de Relações Institucionais, e sob orientação do Secretário, com subsídios de outras áreas do Poder Executivo estadual;
IV - assessorar o Secretário de Estado nos assuntos relacionados à integração das políticas públicas habitacionais;
VII - assessorar o Secretário nos assuntos relacionados à Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira e na elaboração de subsídios, nos assuntos orçamentários e financeiros, em especial no âmbito da Junta de Execução Orçamentária; e
VIII - apoiar a Secretaria de Habitação e Interesse Social no processo de priorização e de monitoramento orçamentário e financeiro dos programas e dos projetos considerados prioritários pelo Governador e participar de estudos econômico-fiscais, acompanhar e avaliar as estimativas de receita e a despesa pública e suas fontes de financiamento, observadas as competências de outros órgãos.

3. Coordenadoria de Assuntos Legislativos
A Coordenadoria de Assuntos Legislativos tem por atribuições:
I - Assessorar o Secretário de Estado Chefe na política do Poder Executivo Estadual;
II - Auxiliar o Secretário no assessoramento ao Governador e na condução do relacionamento do Poder Executivo federal com a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com os partidos políticos;
IV - Acompanhar o processo legislativo e a tramitação de proposições na Assembleia Legislativa
V - Demandar, receber e compilar a posição dos órgãos e das entidades da administração pública estadual sobre as proposições em trâmite na Assembleia Legislativa;
VI - Apoiar o planejamento, a organização e o acompanhamento da agenda e das viagens do Secretário, no âmbito de suas competências;
VII - apoiar o planejamento das viagens e dos eventos dos Secretários e Subsecretários, no âmbito de suas competências, mediante demanda dos respectivos ministérios proponentes;
VIII - auxiliar o processo de elaboração de mensagens do Poder Executivo Estadual a Assembleia Legislativa e de proposições de vetos estaduais;
IX - Coordenar a atuação e interlocução das assessorias parlamentares dos órgãos do Poder Legislativo; e
X - Coordenar e gerenciar o sistema de informações relativo às demandas de relacionamento do Poder Legislativo com os órgãos do Poder Executivo Estadual.
II - Promover a discussão intragovernamental em relação às matérias de interesse ou consideradas prioritárias para o Governo Estadual, com vistas à formação de consenso para encaminhamento da matéria em trâmite a Assembleia Legislativa;
III - elaborar subsídios para a definição de sanção ou de veto de matérias legislativas aprovadas na Assembleia Legislativa.
I - Acompanhar o processo legislativo e a tramitação de proposições na Assembleia Legislativa;

Disposições Gerais
Art.1- A alteração deste Regimento poderá ser feita por proposta de qualquer servidor, que a encaminhará, por escrito, à Subsecretaria Executiva para avaliação.
Art. 2 - É comum a todos os Servidores da Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social a responsabilidade de manterem-se atualizados/ qualificados, a fim de atenderem as demandas inerentes ao desempenho de suas atribuições laborais, ressaltada a importância de participar de reuniões, seminários, cursos de atualização e/ou formação, ou outro evento indicado pelo superior a que estiver vinculado.
Art. 3 - As dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão dirimidas pela Subsecretaria Executiva da SEHIS
O anexo a seguir é parte integrante deste Regimento Interno:
a) Organograma da macroestrutura da SEHIS
O presente Regimento Interno entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Id: 2471741

Secretaria de Estado Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CEDEPI
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

A reunião iniciou às 14h07min do dia 14 de fevereiro do ano de 2023, em Reunião Virtual, de acordo com o art. 3º do Decreto Estadual nº 46.970, de 13/03/2020, com a presença dos seguintes Conselheiros: Maria José Ponciano (INSTITUTO VIVENDO), Rosely Lorenzato (CBCISS), Lis Machado de Freitas (CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTÃOS), Sonia Oliveira (FAAPERJ), Sonia Figueiredo (MOVIMENTO MULHERES SÃO GONÇALO), Carlos Castilho (SINDISEP), Bartolomeu França (CSB), Zuleide Sant'anna (AMAP), (Licia Mattesco

(SEDSODH), Andrea Carvalho e Sandra Rabello (UNATI/UERJ), Alexandra Pereira (SEEDUC), Jucema Gomes e Letícia Bogado (SES) e Glória Arpino (SECEC). Também presente Arthur Martins, Secretário Executivo, Tereza Barbosa, do Conselho Municipal de Bara do Pirai e Katiene Piaz, representante da SEIJES. Foram dados os informes da PEC 59/2021, a qual iríamos reiniciar os trabalhos junto à ALERJ para que fosse colocado em segunda votação. Através do Decreto 48.313, de 10.01.2023, foi criada a Secretaria de Estado Intergeracional da Juventude e Envelhecimento Saudável - SEIJES para onde o CEDEPI e o FUNDEPI haviam sido vinculados. Foram dados os informes com a reunião com o Secretário da SEIJES, Alexandre Isquierdo, reunião de apresentação sendo classificada como positiva. Foi feita a leitura da Ata da reunião do mês de dezembro, tendo sido aprovada. A seguir foi colocado em votação o calendário das reuniões para o ano de 2023, tendo sido aprovado. Em seguida iniciou-se a discussão da prorrogação do mandato da atual gestão do CEDEPI. A prorrogação do mandato se torna necessária em virtude de estarmos em processo eleitoral e a SEDSODH, Secretaria vinculada anterior, não ter publicado o Edital das eleições. A nova Secretaria vinculada, a SEIJES, estava em processo de organização e enviaríamos o Edital reformulado para que fizessem a publicação necessária, bem como o encaminhamento dos ofícios para os representantes governamentais que compõem o CEDEPI para a nova gestão. O mandato ficou prorrogado por 3 meses, de 23.04.2023 até 23.07.2023, sendo necessário, sendo prorrogado por mais 3 meses. Sobre o Regimento Interno estava tramitando, até o momento, sem problemas, e já havia sido transferido para a SEIJES. Foi colocada em discussão a proposta de formação da comissão sobre os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, coordenado por Sandra Rabello. Sobre o Termo de Cooperação Técnica entre o MP/CEDEPI/SEDSODH estava finalizado, porém precisava ser reeditado em função da transferência de vinculação do CEDEPI, através do Decreto já mencionado. Deveria, portanto, seguir os trâmites necessários para substituição da Secretaria. Sobre a questão das capacitações, foi marcada Reunião Ampliada com os municípios para o dia 9 de março, quando veríamos a necessidade de reunião presencial, e seriam dados os informes sobre a agenda em curso. Sobre a Comissão de Orçamento e Gestão do Fundo, foi dado o informe que o Edital do projeto Valorização das Pessoas Idosas nas Escolas continuava em tramitação no jurídico, com diversos questionamentos e, provavelmente, seria transferido para a SEIJES. Sobre a proposta de impressão de Estatutos, encontrava-se em andamento já em processo de execução a diagramação e a confecção de capa pela UNATI-UERJ. O Plano de Aplicação 2023 seria marcada reunião com a Comissão. Foi proposto que a Comissão de Comunicação implantasse as respostas automáticas nas mídias. Sobre as ações do CEDEPI no Abrigo, foi dado o informe que a direção do Abrigo havia sido mudada. Licia Mattesco encontrava-se atualmente na SEIJES, e como Diretora Interina encontrava-se a Assistente Social Nadia. Foi ressaltado a questão da falta de segurança no Abrigo, um problema a ser sanado. As nossas atribuições em relação ao Abrigo teriam prosseguimento através de reuniões com a SEDSODH. Foi colocada a questão das dez Secretarias que compõem o CEDEPI e qual Secretaria sairia da composição do CEDEPI para o ingresso da SEIJES. O assunto seria discutido na próxima reunião ordinária. Nada mais tendo sido tratado, foi encerrada a reunião às 16h10min. Processo nº SEI-470001/000195/2023.

MARIA JOSÉ PONCIANO SENA SILVESTRE
Presidente

ARTHUR SOUZA MARTINS
Secretário Executivo

Id: 2471728

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CEDEPI
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023.

A reunião iniciou às 14h05min do dia 14 de março do ano de 2023, em Reunião Virtual, de acordo com o art. 3º do Decreto Estadual nº 46.970, de 13/03/2020, com a presença dos seguintes Conselheiros:

MARIA JOSÉ PONCIANO SENA SILVESTRE
Presidente

ARTHUR SOUZA MARTINS
Secretário Executivo

Id: 2471713

#RJpronto

INVISTA NO RIO DE JANEIRO

Saiba mais em www.rj.gov.br

MAIS DE 160 MIL
NOVAS EMPRESAS ABERTAS NO RJ.
QUEM GANHA COM ISSO É VOCÊ.

TUDO QUE UMA
EMPRESA QUER
O RIO DE JANEIRO
AGORA TEM.


GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL
DE 12.04.2023

PROC. Nº SEI-140001/005812/2023 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput, da Lei nº 8.666/1993, em favor da Harvard Kennedy School que tem como objeto o curso “Senior Executives in State and Local Government”, no valor estimado de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), nos termos da autorização do Procurador-Assistente do CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

Id: 2471484

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHOS DA PROCURADORA-ASSISTENTE
DE 30/03/2023

PROC. Nº SEI-140001/003218/2022 - ANDRE URYN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955021, correspondente ao período de 14/02/2023 a 05/03/2023 (20 dias).

PROC. Nº SEI-140001/026081/2022 - JANAINA ANDRADE SOUSA CRUZ, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 43343058, correspondente ao período de 27/02/2023 a 08/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/034078/2022 - MANOEL HUMBERTO FERREIRA JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 99991489, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/001088/2022 - CIRO DE ALMEIDA GRYNBERG, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666066, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003641/2022 - ANTONIO JOAQUIM PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43878784, correspondente ao período de 02/03/2023 a 31/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004662/2022 - PATRICIA FERREIRA BAPTISTA, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 8680078, correspondente ao período de 01/03/2023 a 24/03/2023 (24 dias).

PROC. Nº SEI-140001/001032/2022 - RODRIGO DE ALMEIDA TAVORA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230869, correspondente ao período de 08/02/2023 a 09/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/001032/2022 - RODRIGO DE ALMEIDA TAVORA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230869, correspondente ao período de 10/03/2023 a 31/03/2023 (22 dias).

PROC. Nº SEI-140001/032325/2022 - GABRIELA VIEIRA LEONARDOS, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 99991454, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004673/2022 - MARTA MARIA BRENNER, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 19230630, correspondente ao período de 13/02/2023 a 04/03/2023 (20 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004673/2022 - MARTA MARIA BRENNER, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 19230630, correspondente ao período de 23/01/2023 a 12/02/2023 (21 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004252/2022 - JULIANA DE SOUZA REIS VIEIRA, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 41954807, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003908/2022 - TANIA DE SOUSA ELIAS, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 41954840, correspondente ao período de 13/02/2023 a 18/02/2023 (6 dias).

PROC. Nº SEI-140001/002569/2022 - RICARDO JOSE DA ROCHA SILVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348092, correspondente ao período de 02/01/2023 a 22/01/2023 (21 dias).

PROC. Nº SEI-140001/017225/2022 - LUIZ FILIPPE ESTEVES CUNHA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 99991349, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/006220/2022 - DANIELE FARIAS DANTAS DE ANDRADE URYN, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 5718821, correspondente ao período de 23/02/2023 a 19/03/2023 (25 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004234/2022 - FELIPE DE MELO FONTE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348270, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/006625/2022 - FLAVIO DE ARAUJO WILLEMANN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222548, correspondente ao período de 02/03/2023 a 31/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/001712/2022 - ALEX CORDEIRO BERTOLUCCI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19210973, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/001712/2022 - ALEX CORDEIRO BERTOLUCCI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19210973, correspondente ao período de 16/03/2023 a 18/03/2023 (3 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003954/2022 - LEONARDO CARRILHO JORGE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871976, correspondente ao período de 17/02/2023 a 15/03/2023 (27 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003954/2022 - LEONARDO CARRILHO JORGE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871976, correspondente ao período de 16/03/2023 a 31/03/2023 (16 dias).

PROC. Nº SEI-140001/033802/2022 - THALES JOSE FONTENELLI MAFFRA SOARES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 99991411, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/012186/2022 - ANA CRISTINA MOREIRA DE MENEZES, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 19223765, correspondente ao período de 07/03/2023 a 09/03/2023 (3 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004657/2022 - BRUNO BOQUIMPANI SILVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954785, correspondente ao período de 01/03/2023 a 20/03/2023 (20 dias).

PROC. Nº SEI-140001/041661/2022 - BRUNO VERZANI LIMA DE ALMEIDA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 99991420, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/006221/2022 - ELIAS GAZAL ROCHA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19231148, correspondente ao período de 02/03/2023 a 26/03/2023 (25 dias).

PROC. Nº SEI-140001/002302/2022 - GABRIEL PACHECO AVILA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666040, correspondente ao período de 13/03/2023 a 22/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/033434/2022 - RODRIGO DE OLIVEIRA BOTELHO CORREA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954823, correspondente ao período de 27/02/2023 a 28/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/007753/2022 - DANIELLE TUFANI ALONSO, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 42666112, correspondente ao período de 27/02/2023 a 28/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003934/2022 - ERICK TAVARES RIBEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42708532, correspondente ao período de 06/03/2023 a 31/03/2023 (26 dias).

PROC. Nº SEI-140001/027271/2022 - JULIANE DOS SANTOS JULIO, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 99991250, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003489/2022 - FABRICIO DO ROZARIO VALLE DANTAS LEITE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19219148, correspondente ao período de 05/03/2023 a 03/04/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004500/2022 - NICOLA TUTUNGI JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666090, correspondente ao período de 05/03/2023 a 03/04/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004580/2022 - BERNARDO DE VILHENA SAADI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347681, correspondente ao período de 23/02/2023 a 24/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/005674/2022 - MARCIO BRUNO MILECH, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230567, correspondente ao período de 15/03/2023 a 24/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004232/2022 - FABIANO PINTO DE MAGALHAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348203, correspondente ao período de 08/03/2023 a 17/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/002587/2022 - JOAO MORAES NETO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50320467, correspondente ao período de 15/03/2023 a 24/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/002584/2022 - FERNANDO KARL RAMOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19225679, correspondente ao período de 23/02/2023 a 24/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003918/2022 - FERNANDO FROES OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348122, correspondente ao período de 03/03/2023 a 31/03/2023 (29 dias).

PROC. Nº SEI-140001/054455/2022 - VLADIMIR MORCILLO DA COSTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872360, correspondente ao período de 27/02/2023 a 28/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004572/2022 - NATALIA AMITRANO VARGAS, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 41954858, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004659/2022 - TATIANA ESTEVES NATAL LEAL, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 42666147, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/006618/2022 - LUCIANA JUNQUEIRA DE ALMEIDA, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 50226797, correspondente ao período de 27/02/2023 a 28/03/2023 (30 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003945/2022 - MARCELO ZENNI TRAVASSOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666023, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004260/2022 - BRUNO HAZAN CARNEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 8748055, correspondente ao período de 03/03/2023 a 15/03/2023 (13 dias).

PROC. Nº SEI-140001/008379/2022 - CAMILA PEZZINO BALANIUC DANTAS, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 43348181, correspondente ao período de 23/02/2023 a 09/03/2023 (15 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003924/2022 - DEBORA EUGENIA MAY VIARIATO, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 42666104, correspondente ao período de 01/03/2023 a 02/03/2023 (2 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003924/2022 - DEBORA EUGENIA MAY VIARIATO, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 42666104, correspondente ao período de 03/03/2023 a 31/03/2023 (29 dias).

PROC. Nº SEI-140001/005666/2022 - HUGO TRAVASSOS SETTE E CAMARA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19210671, correspondente ao período de 02/01/2023 a 22/01/2023 (21 dias).

PROC. Nº SEI-140001/017225/2022 - LUIZ FILIPPE ESTEVES CUNHA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 99991349, correspondente ao período de 16/03/2023 a 20/03/2023 (5 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004511/2022 - RAPHAEL ANTONIO NOGUEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43703801, correspondente ao período de 06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/007998/2022 - CRISTINA FERREIRA TENORIO FRANCESCONI, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 43871763, correspondente ao período de 13/03/2023 a 22/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003958/2022 - GABRIEL BALTAZAR MULLER, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143786, correspondente ao período de 06/03/2023 a 31/03/2023 (26 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003981/2022 - LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872212, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004637/2022 - MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143719, correspondente ao período de 16/02/2023 a 02/03/2023 (15 dias).

PROC. Nº SEI-140001/005315/2022 - DANIEL DO AMARAL NASCIMENTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872271, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/008378/2022 - CINTIA GUIMARAES MORGADO BARROSO MENDES, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 5702151, correspondente ao período de 23/02/2023 a 09/03/2023 (15 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004675/2022 - RUDY TAVARES RIBEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42708648, correspondente ao período de 01/03/2023 a 31/03/2023 (31 dias).

PROC. Nº SEI-140001/009299/2022 - EDUARDO MACCARI TELLES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19231440, correspondente ao período de 10/02/2023 a 19/02/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/016061/2022 - TATIANA PEREIRA MORAES LEITE, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 41954890, correspondente ao período de 15/03/2023 a 29/03/2023 (15 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003915/2022 - PAULA BAHIENSE DE ALBUQUERQUE E SILVA, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 42665892, correspondente ao período de 15/03/2023 a 29/03/2023 (15 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004653/2022 - RICARDO MATHIAS SOARES PONTES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42665990, correspondente ao período de 23/02/2023 a 19/03/2023 (25 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004323/2022 - REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220740, correspondente ao período de 01/03/2023 a 28/03/2023 (28 dias).

PROC. Nº SEI-140001/017386/2022 - ANA CAROLINA SOARES PIRES DE MELLO FREIRE, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 43871445, correspondente ao período de 01/03/2023 a 29/03/2023 (29 dias).

PROC. Nº SEI-140001/000712/2022 - FLAVIO LESSA BERALDO MAGALHAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19219210, correspondente ao período de 13/03/2023 a 22/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/003225/2022 - NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO, Procuradora do Estado, ID Funcional nº 43348220, correspondente ao período de 13/03/2023 a 22/03/2023 (10 dias).

PROC. Nº SEI-140001/004293/2022 - ROGERIO CARVALHO GUIMARAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19232136, correspondente ao período de 01/03/2023 a 29/03/2023 (29 dias).

Louvada nas informações prestadas pelo chefe imediato, **AUTORIZO**.
Id: 2471527

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da Casa Civil

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do Serviço de Preparo de Pagamento da Coordenadoria de Gestão de Pessoas convoca a ex-servidora **LYA GOMES SANTOS** - Id. Funcional nº 5028496-7 a comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, situada à Av. Presidente Vargas, nº 817 - 30º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ, no decorrer de 15 (quinze) dias a contar desta publicação de 2ª a 6ª feira de 09:00 às 16:00 horas, a fim de tomar ciência de seu respectivo débito referente às diferenças apuradas no Encerramento de Folha. Proc. nº SEI-150159/006722/2022.

Id: 2471410

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato IPEN/RJ nº 003/2023.
PARTES: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Neto Construção e Serviços LTDA.
OBJETO: Prestação de serviço de regeneração estrutural emergencial do prédio anexo III da sede do IPEN-RJ.
VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 462.837,96 (quatrocentos e sessenta e dois mil e oitocentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos).
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
EMPENHO: 2023NE00264.
ASSINATURA: 14/04/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-150164/000613/2023.

Id: 2471624

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE
AUDITORIA FISCAL REGIONAL METROPOLITANA - AFR 33.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFR 33.01 - NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 5/75, e tendo em vista o processo nº SEI-140006/003124/2021 - Lançamento de ITD, **INTIMA** o contribuinte, abaixo citado, ou quem o represente legalmente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 15º dia da publicação deste, apresente o pagamento da guia de controle de ITD 2023-2-005492-5-00, a fim de evitar os procedimentos de inscrição em dívida ativa estadual.

Nome: **CLEMILSON MUROS DA SILVA**
Endereço: Rua Trinta e Seis, Lote 09 Quadra 54 Casa 01, Esperança - Itaboraí - RJ.
CEP: 24.802-675
CPF: 037.288.647-73
Processo nº SEI-040022/000099/2023.

Id: 2471657

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE SEGURIDADE

EDITAL

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA CONVOCA os beneficiários, listados abaixo, a entrar em contato com o Rioprevidência, através do e-mail ciencia@rioprevidencia.rj.gov.br para apresentar documentos e defesa, se houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste edital. O não atendimento ao solicitado acarretará a suspensão do benefício. Processo nº SEI-040161/011827/2020.
Proc. nº SEI-040161/013387/2022- **CARLOS HENRIQUE MOREIRA**
Proc. nº SEI-040161/013389/2022 - **ARIDELSON DE MORAES ROCHA**
Proc. nº SEI-040161/013388/2022 - **VALDEMAR FRANCISCO**
Proc. nº SEI-040161/013391/2022 - **ADILSON FARIAS DA SILVA**
Proc. nº SEI-040161/013392/2022 - **MANOEL JONAS FERREIRA PINEL**
Proc. nº SEI-040161/014257/2022 - **TATIANE RODRIGUES**
Proc. nº SEI-040161/014258/2022 - **VALESSA MARIA DE OLIVEIRA**
Proc. nº SEI-040161/014515/2022 - **ELIANE DOS SANTOS VALLE**
Proc. nº SEI-040161/014506/2022 - **CLAUDIA PEREIRA SALOMÃO**
Proc. nº SEI-040161/014498/2022 - **BARBARA CONCEIÇÃO LOBATO**

Id: 2471567

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato 033/2021. **PARTES:** Sacho Auditores Independentes e Agência de Fomento do Estado do RJ. **OBJETO:** serviços de auditoria externa nas demonstrações contábeis, pelo período de 24 meses. **VALOR:** R\$ 100.557,00. **DATA DA ASSINATURA:** 12/04/2023. **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-220009/000082/2021.

Id: 2471442

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva, em instalações e equipamentos em geral, com fornecimento de mão de obra qualificada, ferramental específico, material e componentes, conforme Termo de Referência.
DECISÃO: A Autoridade Superior da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, motivado por despacho exarado pela Pregoeira, tendo em vista razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, torna público para conhecimento dos interessados e nos termos do Art 49 da Lei nº 8.666/93, que fica revogado o Pregão Eletrônico nº 002/2023.
PROCESSO Nº SEI-220011/000039/2023.

Id: 2471544

Secretaria de Estado de Polícia Militar

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 145/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa SPRINT CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.146.578/0001-56.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 249.687,68 (duzentos e quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000119/2023.

Id: 2471477

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 139/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa CDI MOTO PECAS COMERCIO DE PECAS E OFICINA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 21.944.282/0001-55.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 33.945,77 (trinta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e sete centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000816/2023.

Id: 2471449

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 107/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa OFICINA VIANA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.713.714/0001-97.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 280.359,68 (duzentos e oitenta mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000374/2023.

Id: 2471479

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 138/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa M A G SANTOS MOTORES PECAS E SERVICOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 22.638.730/0001-55.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 44.438,13 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e treze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000662/2023.

Id: 2471451

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 140/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa PIT STOP MOTO SERVICE COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 26.184.985/0001-46.

OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 67.009,83 (sessenta e sete mil e nove reais e oitenta e três centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000809/2023.

Id: 2471452

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 143/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa A F C NETO MECÂNICA AUTOMOTIVA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.891.900/0001-77.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 62.072,26 (sessenta e dois mil setenta e dois reais e vinte e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000675/2023.

Id: 2471480

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 141/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa JH COMERCIO E SERVICOS DE MOTORES EM GERAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 11.516.717/0001-07.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000821/2023.

Id: 2471450

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 146/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa PEÇA OIL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.043.125/0001-10.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 594.396,55 (quinhentos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000537/2023.

Id: 2471483

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 144/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa JH MOTOS E-COMMERCE MOTO PECAS E ACESSORIOS LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.039.621/0001-20.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 150.948,46 (cento e cinquenta mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000639/2023.

Id: 2471478

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 142/2023
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa ABW SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº CNPJ 22.703.579/0001-91.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 91.241,62 (noventa e um mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000807/2023.

Id: 2471448

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Nº 147/2023.
PARTES: Secretaria de Estado de Polícia Militar e empresa AUTO TRUCK PNEUS ACESSORIOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.507.906/0001-25.
OBJETO: Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos.
VALOR: R\$ 83.574,48 (oitenta e três mil quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010.
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NºS SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/000587/2023.

Id: 2471482

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE PESSOAL

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 31.03.2023
PÁGINA 33 - 3ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termos de Compromisso, assinados em 03.04.2023. Onde se lê:
PARTES: SEPM/PMERJ, Universidade Federal Fluminense-UFF, Alessandra Freitas dos Santos, Bernardo de Souza Cardozo, Karollina Viana Baptista...
Leia-se:
PARTES: SEPM/PMERJ, Universidade Federal Fluminense-UFF, Alessandra Freitas dos Santos, Bernardo de Souza Cardozo, Renato Soares de Souza...
Processo SEI nº 350088/000216/2022.

Id: 2471526

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 131/2023
PARTES: SEPM e a empresa CS BRASIL FROTAS S.A.- CNPJ 27.595.780/0001-16
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
PRazo DE VIGÊNCIA: 36 meses, contados a partir da data da publicação
VALOR TOTAL: R\$ 439.560,00 (quatrocentos e trinta e nove mil quinhentos e sessenta reais)
DATA DA ASSINATURA: 14/04/2023
GESTOR DO CONTRATO: ALEX OLIVEIRA DE BARROS - ID.FUNCIONAL 5075980-9
GESTOR SUBSTITUTO: CB PM RG 92.177 ROSEMBERG DUARTE DOS ANJOS
FISCAIS: 1 SGT PM 73.062 PATRÍCIA SILVA DA FONSECA - ID.FUNCIONAL 24668222 e CB PM RG 95.326 ORLANDO DUARTE FRANÇA- ID.FUNCIONAL 44258933
FUNDAMENTO: O constante no Processo Administrativo nº SEI-350207/000191/2023.

Id: 2471610

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR CFSD-2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das suas atribuições legais e atendendo a demanda da Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, torna pública a convocação do candidato abaixo relacionado, para comparecimento nesta Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, 09h do primeiro dia útil após a publicação, com cópia de toda documentação pessoal, para dar cumprimento à ordem judicial.

INSCRIÇÃO	NOME	PROCESSO JUDICIAL Nº
1574303	DOUGLAS FERREIRA DE OLIVEIRA	0177809-42.2018.8.19.0001-JEF

Processo nº SEI-140001/009622/2023.

Id: 2471171

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR CFSD-2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das suas atribuições legais e atendendo a demanda da Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, torna pública a convocação do candidato abaixo relacionado, para comparecimento nesta Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, 09h do primeiro dia útil após a publicação, com cópia de toda documentação pessoal, para dar cumprimento à ordem judicial.

INSCRIÇÃO	NOME	PROCESSO JUDICIAL Nº
1518712	FAMELLA SILVA BRAVO	0097427-26.2022.8.19.0000- 22ª Câmara de Direito Privado da Comarca da Capital

Processo nºSEI-140001/011651/2023.

Id: 2471172

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR CFSD 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das suas atribuições legais e atendendo a demanda da Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, considerando o atendimento da orientação oriunda da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - Procuradoria de Métodos adequados de Solução de Controvérsias e de Direitos Humanos (PG/19), com fundamento no processo administrativo SEI- nº 140001/049880/2021, que homologou o acordo de autocomposição dos candidatos reprovados exclusivamente por motivo de extrapolação da idade prevista no Edital do certame do Curso de Formação de Soldados (CFSD/2014), torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para comparecimento nesta Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, 09h do dia 12 de abril de 2023, munido dos seguintes documentos:
I - IDENTIDADE (original e cópia);
II - CPF (original e cópia);
III - PIS/PASEP (original e cópia), se o candidato não possuir o PIS, solicitar o nada consta da CEF;
IV - CNH (original e cópia);
V - TÍTULO DE ELEITOR (original e cópia);
VI - ÚLTIMO COMPROVANTE DE VOTAÇÃO (original e cópia), ou certidão de quitação eleitoral (atualizada)
VII - Certificado ou diploma de conclusão do ensino médio, com a publicação no DOERJ (original e cópia);
VIII - Certidão de nascimento ou casamento (original e cópia);
IX - Certificado de reservista ou CDI (original);
X - 01 (uma) foto 3x4; XI- Uma caneta esferográfica (azul ou preta);

1614953	ANDERSON TRANQUEIRA TEIXEIRA
1680419	ERNESTO DE SOUZA SUDRÉ
1707968	JADERSON LUIS DA SILVA GUIMARÃES
1617395	LEANDRO RAMOS DE LIMA
1541766	MARCOS ANTÔNIO GUIMARÃES DA SILVA
1550905	MICHAEL VIANA DA SILVA
1508767	RODNEI PINHEIRO CHAVES
1514207	RONALDO JOSÉ DA SILVA
1578292	SANDRO VINÍCIUS TEIXEIRA GONÇALVES
1596279	WILSON RODRIGUES GOMES JUNIOR

SEI-350133/000644/2023

Id: 2471194

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR CFSd-2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, no uso das suas atribuições legais e atendendo a demanda da Diretoria de Recrutamento e Seleção de Pessoal, considerando o atendimento da orientação oriunda da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - Procuradoria de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias e de Direitos Humanos (PG/19), com fundamento no processo administrativo SEI nº 140001/049880/2021, que homologou acordo de auto-composição dos candidatos reprovados exclusivamente por motivo de extrapolação da idade prevista no Edital do certame do Curso de Formação de Soldados (CFSd/14), torna público o resultado do EXAME SOCIAL E DOCUMENTAL do CFSd/2014.

APTO(S) NO EXAME SOCIAL E DOCUMENTAL - CFSd/2014 (Autocomposição)

1614953	ANDERSON TRANQUEIRA TEIXEIRA
1680419	ERNESTO DE SOUZA SUDRÉ
1707968	JADERSON LUIS DA SILVA GUIMARÃES
1617395	LEANDRO RAMOS DE LIMA
1541766	MARCOS ANTÔNIO GUIMARÃES DA SILVA
1550905	MICHAEL VIANA DA SILVA
1508767	RODNEI PINHEIRO CHAVES
1514207	RONALDO JOSÉ DA SILVA
1578292	SANDRO VINÍCIUS TEIXEIRA GONÇALVES
1596279	WILSON RODRIGUES GOMES JUNIOR

Porcesso nº SEI-350133/000625/2023.

Id: 2471177

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

AVISO

ERRATA Nº 02 DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº084/2022

A SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR, autorizado pelo ORDENADOR DE DESPESA, COMUNICA aos interessados que a Errata nº 02 do Edital de Pregão Eletrônico nº 084/22, processo nº SEI-350207/000815/2021, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROCESSAMENTO DE ROUPAS DE SERVIÇO DE SAÚDE NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA E COM LOCAÇÃO DO ENXOVAL HOSPITALAR SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA PARA O GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ENXOVAL NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, torna-se pública após alteração no item 5.2 "Preço Máximo Admitido" do Edital e na Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários e Valores Máximos Admitidos (Anexo III do Edital); o pregão anteriormente marcado para o dia 05/04/2023, às 10h, fica remarcado para 10/05/2023, mesmo horário, e, se encontra disponível nos sítios eletrônicos www.compras.rj.gov.br e sepm.rj.gov.br.

Id: 2471014

NOME	ID FUNCIONAL	DIA DE COMPARECIMENTO	HORÁRIO
ALEXANDRE GIANNINI	30785855	17/04/2023	09:00 HORAS
ALEXSANDRA LUIZA DE AMORIM FERREIRA	42159717	17/04/2023	09:30 HORAS
ALMIR DE SOUZA	5487897	17/04/2023	10:00 HORAS
ALMIR MOYSES DO SACRAMENTO	31492371	17/04/2023	10:30 HORAS
ANA CAROLINA FORTES DOS SANTOS	51182858	17/04/2023	11:00 HORAS
ANA CRISTINA GRANTHON DE AZEVEDO	30273951	17/04/2023	11:30 HORAS
ANA LUISA QUADROS DOS SANTOS MAURO	31468080	17/04/2023	12:00 HORAS
ANA LUIZA MARTINS DE OLIVEIRA	31375898	17/04/2023	12:30 HORAS
ANA MARIA DA SILVA DIAZ ANDRE	41960033	17/04/2023	13:00 HORAS
ANA PAULA GUIMARAES PEREIRA BARBOSA	30637651	17/04/2023	13:30 HORAS
ANALICE ROCHA DE ARAUJO	30185963	17/04/2023	14:00 HORAS
ANDRE LUIS DE MENEZES MARANHAO	31466842	17/04/2023	14:30 HORAS
ANDRE LUIS SILVA MORAIS	32317816	17/04/2023	15:00 HORAS
ANDRE PRADO NORONHA	42155525	17/04/2023	15:30 HORAS
ANDREA BITTENCOURT SOUZA	42159776	17/04/2023	16:00 HORAS
ANDREA BORGES MATHIAS	30955157	18/04/2023	09:00 HORAS
ANDREA LUCIA REIS GRACIO	30611059	18/04/2023	09:30 HORAS
ANTONIO CARLOS VALERIO SANTOS	31532241	18/04/2023	10:00 HORAS
ANTONIO LUIZ CARDOSO	31448810	18/04/2023	10:30 HORAS
APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS	30956510	18/04/2023	11:00 HORAS
AROLD DE OLIVEIRA ROSA	31021930	18/04/2023	11:30 HORAS
CARLA ANTUNES MANHAES	30668654	18/04/2023	12:00 HORAS
CARLSON ANTONIO CARVALHO DA CRUZ	30418160	18/04/2023	12:30 HORAS
CLAUDIA SIMOES HAINE	30448298	18/04/2023	13:00 HORAS
CLAUDIO TEIXEIRA DA COSTA	5639360	18/04/2023	13:30 HORAS
CLEYCIANE DA SILVA OLIVEIRA	30591155	18/04/2023	14:00 HORAS
DANIELLE DE CASTRO ALVES CAVALCANTI	31570534	18/04/2023	14:30 HORAS
EDMILSON SEVERINO ADELINO	30171059	18/04/2023	15:00 HORAS
EDUARDO DA SILVA BRAGA	31508626	18/04/2023	15:30 HORAS
EDUARDO DE OLIVEIRA PINHEIRO	5638089	18/04/2023	16:00 HORAS
ELIANE ALVES DE LIMA LOBATO	30913039	19/04/2023	09:00 HORAS
ELISANGELA MELO DA COSTA SILVA	31071651	19/04/2023	09:30 HORAS
ELSON SOARES DE SOUZA	30953588	19/04/2023	10:00 HORAS
EMILIANE CUNHA FERREIRA	42501792	19/04/2023	10:30 HORAS
ERIKA LIGEIRO DA SILVA EVARISTO	30473039	19/04/2023	11:00 HORAS
ERIKA PEREIRA DE ALMEIDA	30196060	19/04/2023	11:30 HORAS
EVANDRO GODINHO NOGUEIRA	31295886	19/04/2023	12:00 HORAS
FATIMA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES FERREIRA	31312063	19/04/2023	12:30 HORAS
FERNANDA MORAES DANIEL FIALHO RODRIGUES	31375243	19/04/2023	13:00 HORAS
FERNANDO ANTONIO HORTA JUNIOR	30700744	19/04/2023	13:30 HORAS
FRANCISCO SOARES DE SOUZA	30724643	19/04/2023	14:00 HORAS
GISELE RODRIGUES DE SOUZA	31486517	19/04/2023	14:30 HORAS
HAROLDO LOPES DOS SANTOS	51181444	19/04/2023	15:00 HORAS
HELIO ANTUNES DE SIQUEIRA FIALHO	41817540	19/04/2023	15:30 HORAS
HELIO PEDROSO PEREIRA	30684897	19/04/2023	16:00 HORAS
HELOISA GRANJA SANTANNA	30666937	20/04/2023	09:00 HORAS
ILMA BAYAO DE LIMA	31335870	20/04/2023	09:30 HORAS
JANUARIO SILVA FONSECA	31273661	20/04/2023	10:00 HORAS
JANUARIO SILVA FONSECA	31273661	20/04/2023	10:30 HORAS
JOELMA NASCIMENTO SACRAMENTO	30912270	20/04/2023	11:00 HORAS
JOELZA LOPES DE LIMA PEREIRA	30826942	20/04/2023	11:30 HORAS
JORGE RAMOS DE ARAUJO	30942063	20/04/2023	12:00 HORAS
JORGE ALBERTO DACAL MENDES	30570336	20/04/2023	12:30 HORAS
JORGECY GUEDES LEAL	30931851	20/04/2023	13:00 HORAS
JOSE ANTONIO CORREA PATRICIO	30902452	20/04/2023	13:30 HORAS
JOSE MAURO DE OLIVEIRA	30964288	20/04/2023	14:00 HORAS

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Apostilamento ao Contrato nº 053/SE-POL/2021.

PARTES: Estado do Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Polícia Civil e a FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS.

OBJETO: Reajuste dos preços, aplicando-se o índice de índice de 3,79% (três inteiros e setenta e nove décimos por cento), referente ao IGPM, acumulado entre o período de 02/2022 A 01/2023, com efeitos a partir de 02/2023, com fulcro nos arts. 40, inciso XI, 55, inciso III, 62, §3º, inciso I e 65, §8º, da Lei nº 8.666/93 e arts. 17 e 18, da Lei nº 8.245/91.

VALOR: Em razão do reajuste, a partir de 02/2023 o valor do contrato, referente ao aluguel mensal passa de R\$ 240.269,70 (duzentos e quarenta mil duzentos e sessenta e nove reais e setenta centavos) para R\$ 249.371,67 (duzentos e quarenta e nove mil trezentos e setenta e um reais e sessenta e sete centavos). O valor total do contrato passa de R\$ 23.025.512,50 (vinte e três milhões, vinte cinco mil quinhentos e doze reais e cinquenta centavos) para R\$ 23.462.407,06 (vinte e três milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e sete reais e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.

PROCESSO Nº SEI-360343/000077/2023.

Id: 2471516

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/23.

OBJETO: Ventilador a combustão para utilização operacional.

DATA DE ABERTURA: 27/04/2023, às 08h30min.

DATA ETAPA DE LANCES: 27/04/2023, às 09h.

PROCESSO Nº SEI-270042/001011/2022.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.compras.rj.gov.br ou www.cbmerj.rj.gov.br/licitacoes, podendo ser retirado, de forma impressa, na Coordenação de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito à Praça da República, 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 08:00 às 17:00 horas, e 6ª feira, das 08:00 às 12:00 horas. Informações pelos Tels. (21) 2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br ou licita.sedec@gmail.com.

Id: 2471461

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, CONVOCA o 3º Sargento BM Q02/08 ALBERTO RIBEIRO PINTO JUNIOR, RG: 43.499, Id Funcional nº 4341454-0, para comparecer à Corregedoria Interna (CI), sito à Praça da República, nº 45, Centro, Rio de Janeiro, no dia 20 (vinte) de abril de 2023, às 10h00min, para tratar de assunto de seu interesse. Processo nº SEI-270020/000369/2023.

Id: 2470681

Secretaria de Estado de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018.

PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE e a MAX CLEAN LAVANDERIA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência a contar de 14/04/2023 a 13/04/2024, com aplicação de reajuste para o Lote I, realinhamento do preço para o Lote 2 e supressão das unidades - Hospital Estadual Gélcio Alves Faria - HRGAF (Lote 1) e Hospital Estadual Eduardo Rabelo - HEER (Lote 2).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir de 14/04/2023 a 13/04/2024.

VALOR TOTAL: R\$ 685.496,60 (seiscentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO DO ATO: arts. 57, inciso II e § 4º, 55, inciso III c/c art. 65, I, "b", II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2023.

PROCESSO Nº SEI-E-08/001/5222/2015.

Id: 2471669

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL

A SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS torna pública a convocação dos agentes públicos relacionados no cronograma a seguir, os quais deverão comparecer à Superintendência de Recursos Humanos, situada na Rua México, nº 128 - sala 309 - Centro, RJ, nos dias e horários, abaixo discriminados, para atendimento à Sindicância Administrativa Disciplinar, destinada a apurar a irregularidade objeto do § 2º, do art. 6º do Decreto nº 46.364, de 17/07/2018. Processo nº SEI-080015/000457/2023

JOSE PEDRO MADURO NETO	30073553	20/04/2023	14:30 HORAS
JULIO CEZAR MICHAEL MATHIAS	30883776	20/04/2023	15:00 HORAS
KATIA CRISTINA SANTOS MAIA	30513669	20/04/2023	15:30 HORAS
LEILA COSTA DE SOUZA RODRIGUES DOS SANTOS	30445876	20/04/2023	16:00 HORAS
LENITA CARLA BEZERRA RODRIGUES	30345260	24/04/2013	09:00 HORAS
LENIVALDA DE AZEVEDO MARTINS	30950945	24/04/2013	09:30 HORAS
LEONOR MARIA DA SILVA GOMES	30477085	24/04/2013	10:00 HORAS
LIGIA MARIA DOS SANTOS	40735141	24/04/2013	10:30 HORAS
LUCIA FERREIRA SANTOS	31126278	24/04/2013	11:00 HORAS
LUCIANA DE SOUZA	30755727	24/04/2013	11:30 HORAS
LUCIANE PINHEIRO DIAS GARCIA	5638054	24/04/2013	12:00 HORAS
LUCIO NUNES DA SILVA	30728428	24/04/2013	12:30 HORAS
LUIZ ALBERTO SABINO DA SILVA	31531857	24/04/2013	13:00 HORAS
LUIZ ROMUALDO DA SILVA VIEIRA	31997120	24/04/2013	13:30 HORAS
MARCELO DOS SANTOS SOARES	42490740	24/04/2013	14:00 HORAS
MARCIA BEN SENOR	30344042	24/04/2013	14:30 HORAS
MARCIA MEDEIROS BELARMINO	31116680	24/04/2013	15:00 HORAS
MARCIO DE ABREU PINTO	30789923	24/04/2013	15:30 HORAS
MARCO ANTONIO DA SILVA CRUZEIRO	42165148	24/04/2013	16:00 HORAS
MARCO AURELIO DA SILVA PORTO	30394066	25/04/2023	09:00 HORAS
MARIA APARECIDA DE ARAUJO	6079709	25/04/2023	09:30 HORAS
MARIA CELIA DE SOUSA ROCHA	31282750	25/04/2023	10:00 HORAS
MARIA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	31046037	25/04/2023	10:30 HORAS
MARIA CRISTINA SALIMENA DA SILVA	30979358	25/04/2023	11:00 HORAS
MARIA DAS GRACAS SILVA PIRES	31267858	25/04/2023	11:30 HORAS
MARIA DE FATIMA FEITOSA DE CERQUEIRA	30934451	25/04/2023	12:00 HORAS
MARIA DO DESTERRO NASCIMENTO ALCANTARA	31297080	25/04/2023	12:30 HORAS
MARIA EUGENIA NOVISKI GALLO	31999034	25/04/2023	13:00 HORAS
MARIA ISABEL LUNA GONZALEZ	31137938	25/04/2023	13:30 HORAS
MARIA REGINA DA SILVA ROQUETTE	30988624	25/04/2023	14:00 HORAS
MARIA RITA GOMES FREIRE	30073138	25/04/2023	14:30 HORAS
MARIANA ATHANASIO STRIEDER	5639484	25/04/2023	15:00 HORAS
MARILENE GUEDES FREIRE	30140838	25/04/2023	15:30 HORAS
MARILENE LIMA DOS ANJOS	31096476	25/04/2023	16:00 HORAS
MARILIA ALVARES RUGANI	31258425	26/04/2023	09:00 HORAS
MARIO JOSE DA SILVA SALES	30973660	26/04/2023	09:30 HORAS
MARISE CESAR GOMES	31266819	26/04/2023	10:00 HORAS
MARIZETE EUGENIA DA SILVA	30335370	26/04/2023	10:30 HORAS
MARJORIE CASTELLO GOMES	31270468	26/04/2023	11:00 HORAS
MARLENE ALVES TAVARES DA SILVA MOTTA	5641322	26/04/2023	11:30 HORAS
MARLI DOS SANTOS FARIA POSSIDONIO	31991556	26/04/2023	12:00 HORAS
NARA CRISTINA GRANDINO CALIXTO	42146216	26/04/2023	12:30 HORAS
NEWTON TEIXEIRA DOS SANTOS	5638348	26/04/2023	13:00 HORAS
NILCILHA MONTEIRO	30966930	26/04/2023	13:30 HORAS
NILZA DA SILVA ANDRADE	42145694	26/04/2023	14:00 HORAS
OTHON PINHEIRO FILHO	30262054	26/04/2023	14:30 HORAS
PATRICIA BREDER DE BARROS	42154324	26/04/2023	15:00 HORAS
PATRICIA SERRAO ABELHA GOMES	42152550	26/04/2023	15:30 HORAS
PAULA CRISTINA MOREIRA SILVA	42801869	26/04/2023	16:00 HORAS
PAULO GONCALVES DE ANDRADE	30968844	27/04/2023	09:00 HORAS
PAULO TAVEIRA GONCALVES	42077087	27/04/2023	09:30 HORAS
PEDRO AUGUSTO MENESCAL SAMPAIO	30459125	27/04/2023	10:00 HORAS
RAFAELLA GOMES DE SOUZA	31588557	27/04/2023	10:30 HORAS
RENATA MONTEIRO DE ANDRADE	42166110	27/04/2023	11:00 HORAS
RICARDO SANTANA SCHMUELER	31278060	27/04/2023	11:30 HORAS
RICHARD UMBERTO AMBROSI BUSCH	31550576	27/04/2023	12:00 HORAS
ROBERTA MOURA DE OLIVEIRA	31093043	27/04/2023	12:30 HORAS
ROBERTO SALLES DE QUEIROZ MUNIZ	30569443	27/04/2023	13:00 HORAS
ROSA DA CONCEICAO MIRANDA	30536464	27/04/2023	13:30 HORAS

ROSE MARIA MAZZEI FERREIRA DA SILVA	30357365	27/04/2023	14:00 HORAS
ROSELANE CRUZ DA SILVA	32431368	27/04/2023	14:30 HORAS
ROSIMEYRE ALVES CAMPOS	30193575	27/04/2023	15:00 HORAS
SEILY FRASCAROLLI TOLEDO SA-RAIVA	42498120	27/04/2023	15:30 HORAS
SERGIO GUTERMAN	5491754	27/04/2023	16:00 HORAS
SILVIA MARIA CHAGAS BARBOSA	30758858	28/04/2023	09:00 HORAS
SIMONE PEREIRA DOS SANTOS	30271975	28/04/2023	09:30 HORAS
SIRLEI PEREIRA DE SOUZA	42188938	28/04/2023	10:00 HORAS

VALDISNEA APARECIDA DOS SAN-TOS	41310977	28/04/2023	10:30 HORAS
VALERIA BARBOSA DA SILVA	30775361	28/04/2023	11:00 HORAS
VANIA FARIA DE VILHENA TORRES	31312772	28/04/2023	11:30 HORAS
VANIA TANIA ALVES	32429622	28/04/2023	12:00 HORAS
VERA LUCI GONZALEZ GALVAO	31292941	28/04/2023	12:30 HORAS
VERONICA DOS SANTOS LOPES SERRANO	30793998	28/04/2023	13:00 HORAS
YARA MARIA MOURA BATISTA PE-REIRA SERRA LIMA	31155138	28/04/2023	13:30 HORAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA à ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA NOVA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.058.863/0001-04, da APLICAÇÃO, em primeira instância administrativa a sanção na espécie de MULTA no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), no processo apuratório SEI-080001/008482/2022, acerca da Gestão, Operacionalização e Execução na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Itaboraí. Ficando desde já ciente a Organização Social de Saúde (OSS), que é facultada a apresentação de recurso administrativo, conforme previsto no artigo 5º da Resolução SES nº 2.324/2021. E no caso de não interposição de recurso no prazo estipulado, e em decorrência ao descumprimento da decisão em processo administrativo com o não pagamento da multa, o mesmo seguirá o rito previsto no artigo 3º, §4º e §5º da Resolução SES nº 2488 de 19/10/2021, com o devido encaminhamento para o setor de inscrição em dívida ativa. O presente prazo passará a contar desta publicação.

Id: 2471663

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI, inscrita no CNPJ: 47.078.019/0010-05, sobre a Instauração de Processo Administrativo Apuratório no processo SEI-080001/011605/2022.

Id: 2471664

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI, inscrita no CNPJ sob o nº 47.078.019/0001-14, da APLICAÇÃO, em primeira instância administrativa da sanção na espécie de ADVERTÊNCIA, no processo apuratório SEI-080001/024467/2022, acerca da Gestão, Operacionalização e Execução na Unidade de Saúde Hospital de Traumatologia e Ortopedia da Baixada Fluminense Vereador Melchíades Calazans.

Id: 2471665

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
ASSESSORIA TÉCNICA DE PROCESSAMENTO DE SANÇÕES DAS OSS

AVISO

NOTIFICA a ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE AÇÕES PRÁTICAS E PROCEDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE - INSTITUTO SOLIDÁRIO, inscrita no CNPJ sob o nº 05.866.443/0001-83, sobre a Instauração de Processo Administrativo Apuratório no processo SEI-080001/000868/2022. Ficando desde já ciente a referida Organização Social de Saúde (OSS), que é facultada a apresentação de defesa técnica em atendimento ao art. 5º, LV, da CRFB de 1988, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. O presente prazo passará a contar desta publicação.

Id: 2471666

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2023, Processo SEI-080017/000871/2020, destinado ao registro de preços para a aquisição de medicamento (s) (galantamina 8 mg, 16 mg e 24 mg cápsula de liberação prolongada), para atender à assessoria de atendimentos às demandas judiciais, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou **DE-SERTA**.

Id: 2471667

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUBSECRETARIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO/SES torna público o resultado do julgamento referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/23, Processo SEI-08/017/000644/2019, destinado ao registro de preços para a AQUISIÇÃO DE INSUMO NUTRICIONAL (NUTRISON ENERGY 1L), PARA ATENDER À ASSESSORIA DE ATENDIMENTOS ÀS DEMANDAS JUDICIAIS, conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I. A presente licitação restou **FRACASSADA**.

Id: 2471668

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 393/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa PIONEIRA SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E VENDAS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de ar condicionado, incluindo mão de obra e material, para UPA 24h Botafogo, no período de 01/01/2023 a 16/01/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 596 (SEI-49581375). **VALOR TOTAL:** R\$ 29.229,54 (vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004502/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 11/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 403/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa PIONEIRA SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E VENDAS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de ar condicionados, incluindo mão de obra e material, para UPA 24h Maré, no período de 01/01/2023 a 16/01/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 609 (SEI-49663639). **VALOR TOTAL:** R\$ 15.948,47 (quinze mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004804/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 10/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 415/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa JVX SERVIÇOS OFTALMOLOGICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos oftalmológicos, para o Hospital Estadual da Mãe de Mesquita, no período de 01/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 650 (SEI-49894346). **VALOR TOTAL:** R\$ 10.048,96 (dez mil, quarenta e oito reais e noventa e seis centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005095/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 11/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 417/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa MORAES E SOEIRO SERVIÇOS MEDICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos, para o Hospital Estadual da Mãe - HEM, no período de 01/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 651 (SEI-49899902). **VALOR TOTAL:** R\$ 37.932,82 (trinta e sete mil novecentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005008/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 11/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 426/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa HJM SERVIÇOS MEDICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos hospitalares, para UPA 24h Engenho Novo, no período de 15/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 663 (SEI-50001649). **VALOR TOTAL:** R\$ 312.388,58 (trezentos e doze mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005104/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 365/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa RÁDIOLOGIA EM FOCO LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços técnicos de radiologia, para UPA 24h Mesquita, Nova Iguaçu I, Nova Iguaçu II e Santa Cruz, no período de 01/02/2023 a 28/02/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 569 (SEI-49345605). **VALOR TOTAL:** R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/004281/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 05/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 434/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa SPMED - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DA SAÚDE LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos, para UPA 24h Realengo e Ilha do Governador, no período de 15/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 679 (SEI-50158859). **VALOR TOTAL:** R\$ 536.342,22 (quinhentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005238/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 420/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa MBI SERVICOS MEDICOS LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos, para UPA 24h São Pedro da Aldeia, no período de 01/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 657 (SEI-49967576). **VALOR TOTAL:** R\$ 440.881,85 (quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005060/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 425/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa MASP SOLUÇÕES E SAÚDE LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços médicos, para UPA 24h Jacarepaguá, no período de 15/03/2023 a 31/03/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 666 (SEI-50006170). **VALOR TOTAL:** R\$ 332.520,00 (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte reais). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/005219/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 214/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de locação e instalação de equipamentos, sistema de ar medicinal comprimido, sistema de vácuo e fornecimento de gases medicinais, para o Hospital da Mãe, no período de 01/01/2023 31/01/2023, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 335 (SEI-47503487). **VALOR TOTAL:** R\$ 22.247,78 (vinte e dois mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/002187/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 05/04/2023.

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 357/2023. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa LDCAR FORTÉ COMERCIO & MANUTENCAO DE EDIFICACOES EM GERAL LTDA. **OBJETO:** Tem por objeto a indenização pela prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de refrigeração, para UPA 24h Ricardo de Albuquerque, no período de 01/10/2022 a 30/11/2022, conforme solicitado e comprovado através da apresentação das notas fiscais devidamente atestadas, tendo sua viabilidade jurídica confirmada pelo Parecer nº 540 (SEI-49089926). **VALOR TOTAL:** R\$ 50.925,14 (cinquenta mil, novecentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos). **FUNDAMENTO:** Decidido no processo administrativo SEI-080007/000352/2023. **DATA DA ASSINATURA:** 05/04/2023.

Id: 2471733

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 023/2020. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa SOFIS INFORMÁTICA LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 023/2020, relativo à prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia

da informação para execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda Parágrafo Primeiro do contrato, assim como a repactuação contratual, com fundamento no art. 55 inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Cláusula nona do contrato.VIGÊNCIA: 06/04/2023 a 05/04/2024. **VALOR TOTAL:** R\$ 2.637.989,52 (dois milhões e seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE00797 / 2023NE00990 / 2023NE00991. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. Parecer DJU/DE/FS nº 492/2023 (doc. SEI nº 48625804) e Autorização do Ordenador de Despesa (doc. SEI nº 49593438). **DATA DA ASSINATURA:** 04/04/2023. Processo SEI Nº E-08/007/000676/2019.

Id: 2471725

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 128/2022. **PARTES:** Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL TECNOLOGIA E REFRIGERAÇÃO EIRELI. **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 128/2022, relativo à contratação de empresa especializada em serviço de locação de aparelhos de ar condicionado dos tipos janela, split comum, piso teto e cassete, de diferentes capacidades a serem instalados nas unidades sob gestão desta Fundação Saúde. **VIGÊNCIA:** 08/04/2023 a 07/04/2024.**VALOR TOTAL:** R\$ 1.242.312,00 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil e trezentos e doze reais). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE01138/ 2023NE01139. **FUNDAMENTO:** Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações. Parecer DJU/DE/FS nº 497/2023 (doc. SEI nº 48702175) e Autorização do Ordenador de Despesa (doc. SEI nº 49900953) - **DATA DA ASSINATURA:** 06/04/2023. **PROCESSO SEI Nº E-08/007/000815/2021**.

Id: 2471686

FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 14.04.2023
PÁGINA 29 - 3º COLUMNA

AVISO

Pregão Eletrônico PE 41/23
Onde se lê: PROCESSO Nº SEI-080007/014499/2022
Leia-se: PROCESSO Nº SEI-080007/008961/2022

Id: 2471546

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR,
CERTIFICAÇÃO E ACERVO

EDITAL

A COORDENADORIA GERAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR, CERTIFICAÇÃO E ACERVO, nos termos da Deliberação CEE nº 366/2017 e, tendo em vista a comprovação da regularidade dos Cursos de: 2º Grau, 1º Grau, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Curso Técnico, realizados nos estabelecimentos de ensino extintos, inframencionados, torna público os nomes dos alunos e seus respectivos estudos realizados. Processo nº SEI-030029/000787/2022.

1 - COLÉGIO ESTADUAL PAULO DA PORTELA - Rio de Janeiro
2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO
SEI-030029/003960/2023
Rosemary Belem de Souza- 2005

Id: 2471489

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR
NORTE FLUMINENSE

COLÉGIO ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE PAULA

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO FRANCISCO DE PAULA, Censo Escolar nº 33013772, torna pública a listagem de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ANO LETIVO DE 2007/1º SEMESTRE: Guilherme Lopes Batista. ANO LETIVO DE 2022/2º SEMESTRE: Alex Ventura Mota, Bárbara da Silva Romão, Caio Ribeiro Rosa, David Campos Siqueira, Eduarda dos Santos Barreto, Eva Barbosa de Matos, Izabele dos Santos Crespo de Souza, Jevovana Viana da Silva, Kailane Pereira Santos, Kamila Patricio Rangel Larissa Adriele Nascimento de Santana, Loriane de Oliveira da Silva, Monique dos Santos Almeida, Priscila Souza dos Santos, Rosane Alves Braz Dias, Tatiane Gomes Ribeiro, Wanderson dos Santos Freitas. Diretor: Izabel Cristina Ribeiro de Souza, designada no DOERJ de 22/04/2015, Página 12, 3ª Coluna. Secretária Escolar: Jackeline Mendes Barreto de Carvalho, designada no DOERJ de 13/02/201, Página 13, 2ª Coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Dayse Tavares Teixeira ID 3742104-2 e Tatiana Assumpção Lima ID 4328984-3. Processo nº SEI-030041/001500/2023.

COLÉGIO ESTADUAL JOÃO PESSOA

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO PESSOA, Censo Escolar nº 33008442, torna pública a listagem de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, ANO LETIVO DE 2022/2º SEMESTRE: Claudiana de Souza Domingos, Elion César do Espírito Santo Ribeiro, Jéssica Alves Bétta, Leticia Braz Carvalho, Paloma Jacintho Santana. Diretora: Alexandra Pitote da Silva designada no DOERJ de 29/08/2017, Página 12, 3ª coluna, Secretária Escolar: Elisabete de Souza Nogueira, designada no DOERJ de 11/03/2016, Página 23, 3ª Coluna. Servidores que autorizaram a publicação: Cláudia de Fátima Macabú Arêas ID 4329002-7 e Débora Ferreira Paes de Souza ID 3394328-1. Processo nº SEI-030041/000837/2023.

COLÉGIO ESTADUAL LEÔNCIO PEREIRA GOMES

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL LEÔNCIO PEREIRA GOMES, Censo Escolar nº33011400, torna pública a listagem de con-

cluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ANO LETIVO DE 2010/2º SEMESTRE: Leandro do Espírito Santo Tavares; ANO LETIVO DE 2022/2º SEMESTRE: Alexandra dos Santos Silva, Diogo da Silva Gomes. Diretora Adriana Machado Barbosa designada no DOERJ de 10/07/2015, Página 22, 2ª coluna. Secretário Escolar: Regina Célia dos Santos Azevedo, designada no DOERJ de 07/07/2015, Página 13, 2ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Scheila Maria Rocha Ribeiro, ID 4194039-3 e Tatiana Assumpção Lima, ID 4328984-3. Processo nº SEI- 030041/000431/2023.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DO PATROCÍNIO

EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DO PATROCÍNIO, Censo Escolar nº 33008450, torna pública listagem de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ANO LETIVO DE 2008/2º SEMESTRE, Michele Sousa da Silva; ANO LETIVO DE 2015/1º SEMESTRE, Carlos Eduar-

do Ferreira Rosa; ANO LETIVO DE 2016/ 1º SEMESTRE, José Ricardo dos Santos Júnior; ANO LETIVO DE 2019/2º SEMESTRE, Júlio César Santos Carvalho; ANO LETIVO DE 2021/2º SEMESTRE, Welk Gonçalves Almeida; ANO LETIVO DE 2022/1º SEMESTRE, Alexander Nunes Barcellos; Laura Ferreira de Souza, Letícia Azeredo Silva Passarinho, Pamela Suéllen Ribeiro Roza; ANO LETIVO DE 2022/2º SEMESTRE, Amando Walter Marinho Medrado, Blenda Kelly Ferreira da Conceição, Diogo Pereira da Silva, Edilane Pereira Giacometi, Fabiano dos Santos Gomes, Francimar Ribeiro dos Santos, Hugo Fortunato Barreto, Mateus Maia Fialho, Níbia Rafaela Santos de Souza, Pedro Henrique Gomes Sá Viana da Silva, Ruan Emanuel Machado da Silva, Tatiane da Silva Barbosa, Thaiara Ribeiro Roza, Veronica de Carvalho Machado. Diretora Flávia Rodrigues da Silva, designada no DOERJ de 25/08/2020, página 24, 1ª coluna. Secretária Escolar: Patrícia Tavares Lima, designada no DOERJ de 23/06/2022, página 23, 3ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação. Livia Barreto Salvador de Souza, ID 4328748-4 e Nathaniele Fontes dos Anjos Ghiotto, ID 4187370-0. Processo nº SEI-030041/000783/2023.

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 22.07.2013
PÁGINA: 36 - 3ª COLUNA

EDITAL

CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
TURMA: 3003 / 1º SEMESTRE - ANO: 2009
Onde se lê: Micaely Mascimiano Marinho
Leia-se: Micaely da Silva Lúcio Reis.

RETIFICAÇÕES
D.O. DE 13.03.2015
PÁGINA: 46 - 2ª COLUNA

EDITAL

CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
TURMA: 3003 / 1º SEMESTRE - ANO: 2012
Onde se lê: Clever Magalhães Júnior
Leia-se: Clever Magalhães Manhães Júnior

Id: 2471424

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DAS REGIONAIS ADMINISTRATIVAS
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

AVISO

A COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR, no uso de suas atribuições e considerando a Lei nº 5555, de 07/10/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação periódica do cardápio da merenda em todas as Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino, torna público o planejamento alimentar - Anexos I, II e III, composto por quatro semanas de cardápios, que poderá ser substituído de acordo com as orientações descritas nele e as diretrizes preconizadas pela Resolução SEEDUC nº 5729/2019. Esclarecemos ainda a obrigatoriedade da afixação dos cardápios em local visível por toda a comunidade escolar. Em havendo necessidade, a Coordenação de Segurança Alimentar se coloca à disposição para esclarecimentos e eventuais dúvidas, pelo telefone: (21) 2380-9240. Processo nº SEI-030029/002300/2021.

ANEXO I

CARDÁPIO - MAIO/2023

DIA	CAFÉ DA MANHÃ	LANCHE	ALMOÇO/JANTAR	ALMOÇO/ JANTAR EJA / JANTAR INTEGRAL
01/05 - SEG			FERIADO	
02/05 - TER	Iogurte e banana	Suco de maracujá e pão careca com queijo muçarela	Salada de pepino e tomate, filé de peixe ao molho, pirão arroz, feijão.	Salada de pepino e tomate, filé de peixe ao molho, pirão arroz, feijão.
03/05- QUA	Leite com achocolatado e minibolo sem recheio	Canjica	Salada de alface e cebola, estrogonofe de carne, batata inglesa sauté. Arroz, feijão. Sobremesa: Laranja	Salada de alface e cebola, estrogonofe de carne, batata inglesa sauté. Arroz, feijão. Sobremesa: Laranja
04/05 - QUI	Refresco de uva e biscoito doce tipo rosquinha	Suco de caju e pão de forma com requeijão	Beterraba cozida com hortelã, ensopadinho de frango com quiabo, arroz, feijão. Sobremesa: Banana	Beterraba cozida com hortelã, ensopadinho de frango com quiabo, arroz, feijão. Sobremesa: Banana
05/05 - SEX	Mingau de sagu	Leite batido com banana, mamão e aveia	Salada de alface e beterraba ralada, isca de carne acebolada, arroz, feijão. Sobremesa: Caqui.	Salada de alface e beterraba ralada, isca de carne acebolada, arroz, feijão. Sobremesa: Caqui.
08/05 - SEG	Leite com café e pão francês com manteiga	Iogurte e maçã	Tabule, ovo mexido com toque de orégano, couve refogada, arroz, feijão. Sobremesa: Melão	Tabule, ovo mexido com toque de orégano, couve refogada, arroz, feijão. Sobremesa: Melão
09/05 - TER	Leite batido com abacate e biscoito doce tipo maisena	Leite com achocolatado e biscoito doce tipo Maria	Jardineira de carne (patinho, batata, cenoura e vagem), arroz, feijão.	Jardineira de carne (patinho, batata, cenoura e vagem), arroz, feijão.
10/05 - QUA	Iogurte e mamão	Suco de maracujá e pão francês com queijo minas	Salada de repolho temperado, sobrecoxa assada, quiabo refogado, arroz, feijão.	Salada de repolho temperado, sobrecoxa assada, quiabo refogado, arroz, feijão.
11/05 - QUI	Mingau de aveia	Leite com achocolatado e biscoito doce tipo rosquinha	Salada de Alface e tomate, bife de fígado acebolado, purê de batata, arroz, feijão carioca. Sobremesa: Tangerina	Salada de Alface e tomate, bife de fígado acebolado, purê de batata, arroz, feijão carioca. Sobremesa: Tangerina
12/05 - SEX	Leite com café e biscoito salgado tipo cream cracker com requeijão	Leite batido com banana e aveia	Feijoada a moda escolar, arroz, farofa de cebola, couve refogada. Sobremesa: Laranja	Feijoada a moda escolar, arroz, farofa de cebola, couve refogada. Sobremesa: Laranja
15/05 - SEG	Leite com achocolatado e pão francês com queijo prato	Leite com café e biscoito salgado tipo água e sal com manteiga	Salada de agrião, risoto de frango com cenoura, abobrinha refogada, feijão. Sobremesa: Doce de leite	Salada de agrião, risoto de frango com cenoura, abobrinha refogada, feijão. Sobremesa: Doce de leite
16/05 - TER	Mingau de fubá	Café e pão careca com requeijão	Chuchu em cubinhos com cheiro verde, carne picadinha, quibebe, arroz e feijão. Sobremesa: Caqui	Chuchu em cubinhos com cheiro verde, carne picadinha, quibebe, arroz e feijão. Sobremesa: Caqui
17/05- QUA	Leite com café e biscoito doce tipo rosquinha	Arroz doce	Salada duo (cenoura e beterraba ralada com orégano), ensopadinho de frango com cenoura e batata, repolho refogado, arroz, feijão.	Salada duo (cenoura e beterraba ralada com orégano), ensopadinho de frango com cenoura e batata, repolho refogado, arroz, feijão.
18/05 - QUI	Leite batido com banana, mamão e aveia	Suco de uva e pão de forma com queijo muçarela	Salada de pepino, tomate e cenoura ralada, arroz de carneiro, farofa de cebola, feijão carioca. Sobremesa: Melancia	Salada de pepino, tomate e cenoura ralada, arroz de carneiro, farofa de cebola, feijão carioca. Sobremesa: Melancia
19/05 - SEX	Leite com achocolatado e pão careca com requeijão	Iogurte e banana	Salada de alface e tomate, dobradinha com batata, arroz, feijão branco. Sobremesa: Mamão	Salada de alface e tomate, dobradinha com batata, arroz, feijão branco. Sobremesa: Mamão
22/05 - SEG	Leite com café e minibolo sem recheio	Suco de caju e pão francês com queijo prato	Beterraba cozida e pepino em rodela, isca de frango acebolada, macarrão parafuso à primavera, feijão.	Beterraba cozida e pepino em rodela, isca de frango acebolada, macarrão parafuso à primavera, feijão.
23/05 - TER	Suco de uva e pão francês com queijo muçarela	Leite com achocolatado e biscoito doce tipo maria	Isca de carne acebolada, ratatouille (abobrinha e berinjela), arroz, feijão. Sobremesa: Melancia	Isca de carne acebolada, ratatouille (abobrinha e berinjela), arroz, feijão. Sobremesa: Melancia
24/05- QUA	Mingau de maisena com canela	Iogurte e mamão	Salada de alface, estrogonofe de frango, batata doce sauté, arroz, feijão. Sobremesa: Tangerina	Salada de alface, estrogonofe de frango, batata doce sauté, arroz, feijão. Sobremesa: Tangerina
25/05 - QUI	Leite com achocolatado e biscoito doce tipo maria	Café e minibolo sem recheio	Tabule, vaca atolada à moda escolar, arroz, feijão.	Tabule, vaca atolada à moda escolar, arroz, feijão.
26/05 - SEX	Iogurte, maçã	Mingau de sagu	Cozido à moda escolar, arroz e feijão carioca. Sobremesa: Caqui	Cozido à moda escolar, arroz e feijão carioca. Sobremesa: Caqui
29/05 - SEG	Leite com achocolatado e pão careca com requeijão	Leite com café e minibolo sem recheio	Feijão fradinho à campanha, ovo mexido, agrião refogado, arroz e feijão. Sobremesa: Mamão	Feijão fradinho à campanha, ovo mexido, agrião refogado, arroz e feijão. Sobremesa: Mamão
30/05 - TER	Leite batido com banana e aveia	Suco de uva e pão francês com queijo prato	Salada de alface, tomate e cebola, carne de panela, macarrão talharim ao sugo, feijão.	Salada de alface, tomate e cebola, carne de panela, macarrão talharim ao sugo, feijão.
31/05 - QUA	Refresco de caju e pão de forma com queijo minas	Leite com achocolatado e biscoito doce tipo maria	Salada de agrião, picadinho de frango ao molho, macarrão espaguete ao alho e óleo, feijão. Sobremesa: Maçã	Salada de agrião, picadinho de frango ao molho, macarrão espaguete ao alho e óleo, feijão. Sobremesa: Maçã

Os cardápios poderão sofrer alterações em razão do abastecimento, sazonalidade e custo dos alimentos. Essas alterações devem ser feitas dentro dos grupos alimentares e não podem prejudicar o valor nutricional das refeições, segundo as recomendações da Resolução SEEDUC nº 5729/2019. Os grupos alimentares são as proteínas, carboidratos e lipídeos. Ex: Biscoito doce poderá ser trocado por pão de forma, leite com café poderá ser trocado por iogurte, queijo minas poderá ser trocado por requeijão, maçã poderá ser trocada por banana.

Ressalta-se que, de acordo com o Plano Estadual de Educação de 2010, os alunos matriculados em horário parcial devem receber duas refeições diárias e os alunos matriculados em horário integral devem receber quatro refeições diárias. **DIABETES: as orientações para adaptação dos cardápios com o intuito de atender aos alunos com diabetes encontram-se no Manual de Fichas Técnicas enviado mensalmente em conjunto com os cardápios e suas respectivas informações nutricionais.**

Recomendações para a oferta de refeições

Manhã	Café da Manhã e Almoço
Tarde	Almoço e Lanche
Noite	Lanche e Jantar
Turno Integral	Café da Manhã, Almoço, Lanche e Jantar

Nutricionistas
RT Livia Ribera Souza - CRN-4 11100469
QT Vanessa O. F. Adriano - CRN-4 17101309

ANEXO II

CARDÁPIO MERENDA FRIA - MAIO/2023

DIA	LANCHE 1	LANCHE 2
01/05 - SEG		FERIADO
02/05 - TER	Néctar de fruta (200ml), minibolo sem recheio.	Leite aromatizado (200ml), pão francês com queijo muçarela.
03/05 - QUA	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maisena	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maisena. Sobremesa: Caqui
04/05 - QUI	Néctar de fruta (200ml), pão de forma com requeijão.	Néctar de fruta (200ml), pão careca com requeijão.
05/05 - SEX	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maria. Sobremesa: Laranja	Néctar de fruta (200ml), mini bolo sem recheio.
08/05 - SEG	Néctar de fruta (200ml), pão careca com manteiga	Iogurte, pão francês com queijo minas
09/05 - TER	Néctar de fruta (200ml), mini bolo sem recheio . Sobremesa: Maçã	Néctar de fruta (200ml), biscoito doce tipo maisena.
10/05 - QUA	Iogurte, pão de forma com queijo prato.	Leite aromatizado (200ml), pão de forma com queijo minas
11/05 - QUI	Néctar de fruta (200ml), biscoito doce tipo rosquinha. Sobremesa: Banana	Néctar de fruta (200ml), minibolo sem recheio.
12/05 - SEX	Leite aromatizado (200ml), pão francês com queijo muçarela.	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maria.
15/05 - SEG	Iogurte, biscoito doce tipo rosquinha. Sobremesa: Caqui	Néctar de fruta (200ml), pão de forma com requeijão.
16/05 - TER	Néctar de fruta (200ml), biscoito salgado tipo cream cracker com requeijão	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maria. Sobremesa: Maçã
17/05 - QUA	Iogurte, pão francês com queijo muçarela.	Néctar de fruta (200ml), pão careca com manteiga
18/05 - QUI	Néctar de fruta (200ml), minibolo sem recheio	Néctar de fruta (200ml), pão francês com manteiga . Sobremesa: Goiabada
19/05 - SEX	Leite aromatizado (200ml), pão francês com queijo minas	Iogurte, pão de forma com queijo prato.
22/05 - SEG	Néctar de fruta (200ml), minibolo sem recheio. Sobremesa: Laranja	Néctar de fruta (200ml), biscoito doce tipo rosquinha
23/05 - TER	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maria	Leite aromatizado (200ml), pão francês com queijo muçarela. Sobremesa: Caqui
24/05 - QUA	Néctar de fruta (200ml), biscoito salgado tipo cream cracker	Leite aromatizado (200ml), pão de forma com queijo minas
25/05 - QUI	Leite aromatizado (200ml), pão francês com queijo muçarela.	Néctar de fruta (200ml), biscoito doce tipo maria. Sobremesa: Banana
26/05 -SEX	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maisena. Sobremesa: Maçã	Iogurte, pão francês com requeijão

29/05 - SEG	Néctar de fruta (200ml), pão careca com requeijão.	Néctar de fruta (200ml), minibolo sem recheio
30/05 - TER	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo tipo rosquinha. Sobremesa: Laranja	Leite aromatizado (200ml), biscoito doce tipo maria.
31/05 - QUA	Iogurte, pão careca com manteiga	Néctar de fruta (200ml), pão careca com manteiga

Os cardápios poderão sofrer alterações em razão do abastecimento, sazonalidade e custo dos alimentos. Essas alterações devem ser feitas dentro dos grupos alimentares e não podem prejudicar o valor nutricional das refeições, segundo as recomendações da Resolução SEEDUC nº5729 de 20 de março de 2019. Os grupos alimentares são as proteínas, carboidratos e lipídeos. Ex: pão de forma poderá ser trocado por biscoito salgado, queijo prato poderá ser trocado por requeijão, iogurte poderá ser trocado por leite, maçã poderá ser trocada por banana.

Ressalta-se que, de acordo com o Plano Estadual de Educação de 2010, os alunos matriculados em horário parcial devem receber duas refeições diárias e os alunos matriculados em horário integral devem receber quatro refeições diárias.

Recomendações para a oferta de refeições	
Manhã	Café da Manhã e Almoço
Tarde	Almoço e Lanche
Noite	Lanche e Jantar
Turno Integral	Café da Manhã, Almoço, Lanche e Jantar

Nutricionistas: RT Livia Ribera Souza - CRN-4 11100469
QT Livia da Cruz Gomes - CRN-4 05100937

ANEXO III

CARDÁPIO INDÍGENA - MAIO/2023

DIA	CAFÉ DA MANHÃ / LANCHE	ALMOÇO
01/05 - SEG		FERIADO
02/05 - TER	Iogurte, minibolo sem recheio.	Carne picadinha, tutu de feijão, couve refogada, arroz. Sobremesa: Banana.
03/05 - QUA	Suco de maracujá, tipá com queijo minas.	Filé de peixe ao molho, pirão, arroz, feijão. Sobremesa: Tangerina.
04/05 - QUI	Leite com achocolatado, biscoito salgado tipo cream cracker com manteiga.	Salada duo, carne assada, batata sauté, arroz, feijão. Sobremesa: Banana
05/05 - SEX	Mingau de fubá com banana.	Salada de pepino com hortelã, coxa/sobrecoxa de frango assada, macarrão talharim ao sugo, feijão. Sobre-mesa: Maçã.
08/05 - SEG	Leite batido com banana, biscoito doce tipo maisena.	Ovo mexido com brócolis, arroz, feijão, inhame com cheiro verde. Sobremesa: Doce de leite.
09/05 - TER	Suco de uva, pão careca com requeijão.	Canjica com frango, milho cozido, arroz. Sobremesa: Mamão.
10/05 - QUA	Suco de caju, pão de forma com queijo prato.	Salada de repolho temperado, isca de carne acebolada, arroz, feijão. Sobremesa: Laranja
11/05 - QUI	Leite com achocolatado, biscoito doce tipo rosquinha.	Salada de abobrinha com cheiro verde, arroz à grega com frango em cubos, feijão. Sobremesa: Banana.
12/05 - SEX	Leite com café, biscoito salgado tipo cream cracker com manteiga.	Salada de chuchu com ovo, angu com molho de carne bovina, couve refogada, arroz, feijão. Sobremesa: Ca-qui
15/05 - SEG	Leite batido com banana e biscoito doce tipo maria	Salada de berinjela temperada, ovo mexido com cenoura, espinafre refogado, arroz, feijão. Sobremesa: Me-lancia.
16/05 - TER	Leite com achocolatado, tipá com manteiga.	Salada de repolho e agrião, filezinho de frango ao molho com aipim, arroz, feijão. Sobremesa: Tangerina.
17/05 - QUA	Suco de uva com biscoito doce tipo rosquinha.	Salada duo, músculo ensopado, angu, arroz, feijão. Sobremesa: Mamão.
18/05 - QUI	Leite com café, batata doce servida com manteiga.	Risoto de frango, milho cozido, feijão, abobrinha com cheiro verde. Sobremesa: Maçã.
19/05 - SEX	Leite com achocolatado, espiga de milho cozida servida com manteiga.	Salada de alface com cebola, ensopadinho de frango (filé de peito em cubos) com cenoura e batata, arroz, feijão. Sobremesa: Laranja
22/05 - SEG	Suco de uva, tipá com queijo prato.	Salada de agrião e tomate picadinho, bife de panela, couve refogada, arroz, feijão. Sobremesa: Banana.
23/05 - TER	Iogurte, biscoito doce tipo maria.	Iscas de frango aceboladas, aipim sauté, berinjela refogada, arroz, feijão. Sobremesa: Caqui.
24/05 - QUA	Leite com café, minibolo sem recheio.	Salada de repolho temperado, carne bovina acebolada (cortada em tirinhas), arroz, feijão forte. Sobremesa: Tangerina
25/05 - QUI	Leite com achocolatado, pão de forma com queijo prato.	Canjica com frango, milho cozido, espinafre refogado, arroz. Sobremesa: Melancia.
26/05 - SEX	Leite com café, batata doce servida com manteiga.	Iscas de frango ao molho, batata doce, arroz, feijão. Sobremesa: Tangerina.
29/05 - SEG	Iogurte, biscoito salgado tipo cream cracker	Salada de agrião e cebola, vaca atolada (carne bovina com aipim), arroz, feijão. Sobremesa: Banana
30/05 - TER	Leite com achocolatado, tipá com queijo minas	Salada de feijão fradinho com atum, ovo mexido com cebola picadinha e cenoura ralada, couve ao alho, feijão. Sobremesa: Laranja.
31/05 - QUI	Suco de uva, pão careca com requeijão	Salada de pepino com hortelã, coxa/sobrecoxa de frango assada, macarrão espaguete ao sugo, feijão. So-bremesa: Maçã.

Os cardápios poderão sofrer alterações em razão do abastecimento, sazonalidade e custo dos alimentos. Essas alterações devem ser feitas dentro dos grupos alimentares e não podem prejudicar o valor nutricional das refeições, segundo as recomendações da Resolução SEEDUC nº 5729 de 20 de março de 2019. Os grupos alimentares são as proteínas, carboidratos e lipídeos. Ex: pão de forma poderá ser trocado por biscoito salgado, queijo prato poderá ser trocado por requeijão, iogurte poderá ser trocado por leite, maçã poderá ser trocada por banana.

Ressalta-se que, de acordo com o Plano Estadual de Educação de 2010, os alunos matriculados em horário parcial devem receber duas refeições diárias e os alunos matriculados em horário integral devem receber quatro refeições diárias. **DIABETES: as orientações para adaptação dos cardápios com o intuito de atender aos alunos com diabetes encontram-se no Manual de Fichas Técnicas enviado mensalmente em conjunto com os cardápios e suas respectivas informações nutricionais.**

Recomendações para a oferta de refeições	
Manhã	Café da Manhã e Almoço
Tarde	Almoço e Lanche
Noite	Lanche e Jantar
Turno Integral	Café da Manhã, Almoço, Lanche e Jantar

Nutricionistas
RT Livia Ribera Souza - CRN-4 11100469
QT Vanessa O. F. Adriano - CRN-4 17101309

Id: 2471655

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR SERRANA I

CEJA TRÊS RIOS

EDITAIS

O DIRETOR DA UNIDADE CEJA TRÊS RIOS, Censo Escolar nº 33149380 - torna público o nome do seguinte aluno concluinte: CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, Ano 2022: Carlos Alexandre Soares Moisés. Diretora Geral: Lucimar Rodrigues, designada no DOERJ de 06/02/2015, página 46, 1ª coluna; Secretária Escolar: Ana Marta Silva dos Anjos, designada no DOERJ de 23/05/2005, página 27, 1ª coluna. Servidoras responsáveis pela publicação: Veridiana de Almeida Soares Barrozo, ID 4327960-0 e Viviane Vaz de Sousa, ID 3665692-5. Processo SEI-030046/000128/2023.

O DIRETOR DA UNIDADE CEJA TRÊS RIOS / ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, Censo Escolar nº 33149380 - torna pública a relação nominal dos seguintes concluintes: CURSO DE ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, no ANO LETIVO DE 2022: Andrey de Oliveira Reis. CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, no ANO LETIVO DE 2022: Anderson de Sousa Mercês, Maria Clara Esperidião Cândido e Rosa Miranda de Mendonça. Diretora Geral: Lucimar Rodrigues, designada no DOERJ de 06/02/2015, página 46, 1ª coluna; Secretária Escolar: Ana Marta Silva dos Anjos, designada no DOERJ de 23/05/2005, página 27, 1ª coluna. Servidoras responsáveis pela publicação: Veridiana de Almeida Soares Barrozo, ID 4327960-0 e Viviane Vaz de Sousa, ID 3665692-5. Processo SEI-030046/000128/2023.

O DIRETOR DA UNIDADE CEJA TRÊS RIOS / VASSOURAS Censo Escolar nº 33149380 - torna pública a relação nominal dos seguintes concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, no ANO LETIVO DE 2022: Gabriela Calegaro Perrotta, Gilson Rodrigues da Silva, Luiz Henrique dos Santos Peixoto, Marcelo Henrique Francisco Medeiros e Maria Carolina Prem Mathias. Diretora Geral: Lucimar Rodrigues, designada no DOERJ de 06/02/2015, página 46, 1ª coluna; Secretária Escolar: Ana Marta Silva dos Anjos, designada no DOERJ de 23/05/2005, página 27, 1ª coluna. Servidoras responsáveis pela publicação: Veridiana de Almeida Soares Barrozo, ID 4327960-0 e Viviane Vaz de Sousa, ID 3665692-5. Processo SEI-030046/000128/2023.

Id: 2471618

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE INSPEÇÃO ESCOLAR METROPOLITANA V

CIEP BRIZOLÃO 098 - PROFESSORA HILDA DO CARMO SIQUEIRA

EDITAL

O DIRETOR DO CIEP BRIZOLÃO 098- PROFESSORA HILDA DO CARMO SIQUEIRA, Censo Escolar 33048339, torna pública a seguinte listagem de concluintes: CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, no ANO LETIVO DE 2008/1º SEMESTRE: Deividson André Pereira de Souza; no ANO LETIVO DE 2008/2º SEMESTRE: Ana Paula Mendes dos Santos, Jonathan Alisson Cerqueira de Souza, José Marcos Batista de Araújo, Vilma Rodrigues da Silva Anjos; no ANO LETIVO DE 2009/2º SEMESTRE: Lucas Silva de Oliveira, Tania Cristina Rangel do Nascimento, Tiago Oliveira da Silva; no ANO LETIVO DE 2010/1º SEMESTRE: Alessandro Caldas Fernandes, Ana Carolina Ramos Sobrinho, Anderson Luis da Costa Fonseca, Bruno Furtado Rodrigues, Jefferson Douglas Arsi de Souza, Suely Ignacio Ramos, Waldir Santos Neves Ju-

nior; no ANO LETIVO DE 2010/2º SEMESTRE: Caroline Silva dos Santos, Eliane Pereira dos Santos, Manuella Gomes Cavalcante dos Santos, no ANO LETIVO DE 2011/1º SEMESTRE: Fabiana Martins dos Santos, Gabrielle da Silva Borges; no ANO LETIVO DE 2011/2º SEMESTRE: Clara Oliveira Paiva da Silva, Jonatan Mauricio Santos da Silva, Kelwin Gomes de Brito, Yasmin Sobrinho da Costa; no ANO LETIVO DE 2012/1º SEMESTRE: Alan Santos do Nascimento, Allan Nogueira Fernandes, Bruno Gomes da Silva, Débora Pereira de Souza, Hercilio Moreira dos Santos Filho; no ANO LETIVO DE 2013/1º SEMESTRE: Ana Cristina Felizardo Olimpico Oliveira; no ANO LETIVO DE 2013/2º SEMESTRE: Carine Katlen Barros da Silva; no ANO LETIVO DE 2016/2º SEMESTRE: Maria de Lourdes Silva Alves; no ANO LETIVO DE 2018/2º SEMESTRE: Vanessa Cristina de Souza; no ANO LETIVO DE 2021/1º SEMESTRE: Edvaldo da Silva Lopes; no ANO LETIVO DE 2022/2º SEMESTRE: David da Silva Bayma, Pedro Henrique Rodrigues Vicente. Diretora: Ana Cristina Lima Ramos, designada no DOERJ de 29/03/2019, página 26, 3ª coluna, Secretária Escolar: Ilma Xavier Pereira, designada no DOERJ de 27/10/2020, página 22, 1ª coluna. Servidores responsáveis pela publicação: Patrícia de Mendonça Trindade Braga, ID.04330612-8 e Marcos Augusto da Silva, ID. 4330500-8. Processo nº SEI -030037/001110/2023.

RETIFICAÇÕES
D. O. DE 14.03.2002
PÁGINA 65 - 2ª COLUMNA

EDITAL

CURSO: FORMAÇÃO GERAL
TURMA: 3303 ANO: 2001
Onde se lê: 08-Elizângela dos Santos Silva
Leia-se: 08-Elizangela dos Santos Silva

D.O. DE 05.07.2010
PÁGINA 50 - 2ª COLUMNA

EDITAL

CURSO: ENSINO MÉDIO
TURMA: 3001 ANO: 2005
Onde se lê: 33-Renata da Costa Taveira
Leia-se: 33-Renata Silva da Costa

Id: 2471543

Secretaria de Estado de
Ciência, Tecnologia e Inovação

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de aquisição de desktops e notebooks. **PARTES:** FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ e PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. **OBJETO:** Aquisição de servidores de redes, com garantia de funcionamento on-site pelo período de 60 (sessenta) meses. **VALOR:** Valor total de R\$ 527.400,00 (quinhentos e vinte e sete mil e quatrocentos reais). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE00160. **ASSINATURA:** 10/04/2023. **VIGÊNCIA:** 90 (noventa)

dias, contado a partir da data de expedição da ordem de serviço/for-necimento, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, legislação correlata e pelo Edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 006/2020. **PROCESSO Nº SEI-260003/001365/2023.**

Id: 2471559

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de aquisição de Desktops e Notebooks. **PARTES:** FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ e DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. **OBJETO:** Aquisição de 115 (cento e quinze) unidades de Microcomputador (desktop) do Tipo Avançado, 15 (quinze) unidades Microcomputador (desktop) do Tipo Avançado com 2 (dois) monitores, com garantia de funcionamento on-site por 60 (sessenta) meses; e 30 (trinta) unidades de Computador portátil (notebook) do Tipo Avançado, com garantia de funcionamento on-site por 60 (sessenta) meses e 36 (trinta e seis) para baterias. **VALOR:** Valor total de R\$ 1.098.100,00 (um milhão, noventa e oito mil e cem reais). **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE00118. **ASSINATURA:** 11/04/2023. **VIGÊNCIA:** 45 dias (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento de Bens/Ordem de Serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, para o fornecimento dos equipamentos. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços nº 011/2022. **PROCESSO Nº SEI-260003/012926/2022.**

Id: 2471549

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato 45/2023. **PARTES:** UERJ e CS Brasil Fro-tas S/A. **OBJETO:** Prestação de serviços de locação de veículos de serviço e utilitários. **PRAZO:** 36 meses. **VALOR:** R\$ 2.149.756,20. **RESPONSÁVEIS:** Celso de Oliveira Santos, Mat.: 27.649-3 (gestor), Lúcio Luiz do Nascimento, Mat.: 33.826-9 e Revair Baptista da Silva, Mat.: 26.592-6 (fiscais). **NOMEAÇÃO:** Portaria 041/DAF/2023. **NOTA DE EMPENHO:** 2023NE00892. **DATA DA ASSINATURA:** 11/04/2023. **FUNDAMENTO DO ATO:** Ata de Registro de Preços nº 001/2023/210100-01, SEI-120001/000778/2022, PE para registro de preços Nº 02/2022, Processo SEI-260007/009990/2023.

Id: 2471573

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 177/2022/HU-PE. **PARTES:** HUPE/UERJ e CINCO CONFIANÇA INDÚSTRIA E CO-

MÉRCIO LTDA. OBJETO: Alterar a razão social da contratada no contrato nº 177/2022/HUPE de CINCO CONFIANÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA para CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA. DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2023. FUNDAMENTO DO ATO: Processo nº SEI-260008/007922/2021.

Id: 2471418

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 10/04/2023
PAGINA 40 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Onde se lê:
INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 121/2022/HU-PE.
Leia-se:
INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 106/2022/HU-PE.

Id: 2471419

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
FACULDADE DE OCEANOGRAFIA

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE OCEANOGRAFIA QUÍMICA, ÁREA OCÉANOGRAFIA QUÍMICA/ECOTOXICOLOGIA AQUÁTICA, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETOS Nº 43.876/2012 E 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA Nº 45/1993 E 021/2011. PROC. Nº SEI- 260007/36110/2022.

O DIRETOR DA FACULDADE DE OCEANOGRAFIA torna público que no período de 16/05/23 a 16/06/23, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de uma(1) vaga, conforme acima.
Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 16/05/23, a partir de 00 h, até as 23 h 59 do dia 16/06/23, adotar os seguintes procedimentos:
a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (https://prossim.uerj.br/);
b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada;
c) tomar ciência das normas deste Edital;
d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição;
e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4;
f) efetuar o pagamento do boleto gerado no valor de R\$ 329,05 (trezentos e vinte e nove reais e cinco centavos) em qualquer agência do BRADESCO.

Id: 2471690

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO, DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO, ÁREA DE METODOLOGIA E TÉCNICAS DA COMPUTAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI Nº 5.343/2008, DECRETOS Nº 43.876/2012 E 43.007/2011, DA RESOLUÇÃO UERJ Nº 03/91, DOS ATOS EXECUTIVOS DA REITORIA Nº 45/1993 E 021/2011. PROC. Nº SEI-260007/051658/2022.

O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS torna público que no período de 02/05/2023 a 02/06/2023, encontram-se abertas as inscrições para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de UMA vaga, conforme acima.
Para realizar sua inscrição, o candidato deverá, no período do dia 02/05/2023, a partir de 00 h, até as 23 h 59 do dia 02/06/2023, adotar os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico do Sistema de Processo Seletivo Simplificado - PROSSIM, (https://prossim.uerj.br/);
b) realizar o cadastro no sistema, caso não possua e, após realizar o login, acessar a seleção desejada;
c) tomar ciência das normas deste Edital;
d) preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis, o requerimento de inscrição;
e) emitir o boleto de inscrição gerado pelo sistema, exceto para candidatos cuja hipossuficiência financeira tenha sido comprovada, nos termos do item 4;
f) efetuar o pagamento do boleto gerado no valor de R\$ 329,05 (trezentos e vinte e nove reais e cinco centavos), em qualquer agência do BRADESCO

Id: 2471552

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE PAGAMENTO

EDITAL

O COORDENADOR DE CÁLCULO DO DEPARTAMENTO DE PAGAMENTO desta Superintendência CITA, pelo presente Edital a ex-prestadora de serviços MARGARET DE CARVALHO SOARES, CPF. nº 460.141.877-15, matr. nº 5114-4, Id. Funcional: 6067549, em 03 datas consecutivas, para entrar em contato através do e-mail calcul@sgp.uerj.br, ou do telefone 21-2334-0492 no intuito de tratar de assunto relativo ao Processo nº SEI-260007/008886/2020 de Rescisão Contratual.

Id: 2470934

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 178/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 10h, a licitação para aquisição de REAGENTES DE BIOQUÍMICA E IMUNO-HORMÔNIO. Proc. SEI-260008/000294/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 10h, a licitação para aquisição de PAINÉIS DE IDENTIFICAÇÃO. Proc. SEI-260008/000293/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 10h, a licitação para PERMISSÃO DE USO ESPAÇO FÍSICO PRAÇA DA DEMOCRACIA. Proc. SEI-260007/034478/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 181/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 10h, a licitação para serviço de OBRAS E REFORMAS DAIAIE. Proc. SEI-260007/006938/2020.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 182/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 14h, a licitação para serviço de FRETAMENTO DE VEÍCULOS COM MOTORISTAS PARA O VESTIBULAR. Proc. SEI-260007/009975/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023

A UERJ torna público que realizará no dia 28/04/2023 às 14h, a licitação para aquisição de HEMOCONCENTRADOR. Proc. SEI-260008/000160/2023.

Conforme Decretos nº. 45.109/2015 e nº. 45.680/2016.
Editais e anexos disponíveis no site: www.compras.rj.gov.br.

Id: 2471539

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado a formação de cadastro

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS - CCT

LAB.	ÁREA DE CONHECIMENTO	BANCA EXAMINADORA
LAMAV	Metalurgia Física	Membros Titulares: João José de Assis Rangel (Presidente) - Professor Titular - IFF; Sérgio Souto Maior Tavares - Professor Associado - UFF; Dylmar Penteado Dias - Professor Associado - UENF. Membros Suplentes: Fernando Saboya Albuquerque Junior - Professor Titular - UENF; José Nilson França de Holanda - Professor Associado - UENF; Marcelo Henrique Prado da Silva - Professor Associado - IME.

Id: 2471571

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

EDITAL

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000 e tendo em vista o Auto de Infração Nº SUPLAJEA/00158261 emitida com a Penalidade Sugerida de Multa Simples, em 12 de dezembro de 2022, com enquadramento no artigo 76, inciso II da mesma lei. Processo nº SEI-070008/000501/2022.

CONVOCA:

NOME: Lokal Comércio de Móveis e Madeiras ME CNPJ: Nº. 20.066.492/0001-25, **ENDEREÇO:** Avenida Saquarema, nº 3156 Porto da Roça Saquarema-RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Rua Bernardo Vasconcelos, 154 Centro Araruama RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2471445

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AVISOS

NOTIFICAÇÃO Nº GEFISONOT/13729
DE 15/02/2022

NOME: VANESSA MENDES DA SILVA LIMA. **CNPJ/CPF:** 108.623.477-42. **ENDEREÇO:** ESTRADA MACUÍBA, Nº 921 - VARGEM GRANDE. **MUNICÍPIO:** RIO DE JANEIRO. **DESCRIÇÃO:** Fica V.S.ª notificada a promover o desfazimento do barramento de curso hídrico, de nome não identificado, para a atividade recreativa (piscina de águas naturais) e ponte de concreto com fundação no interior do leito do mesmo curso hídrico, em área inserida no interior da zona de amortecimento do Parque Estadual da Pedra Branca. As estruturas se encontram em APP de curso hídrico. O prazo estipulado para o atendimento desta notificação é de 30(trinta) dias, apresentando relatório fotográfico comprobatório, bem como o respectivo manifesto de resíduos da referida demolição. **PROCESSO Nº SEI-070002/001986/2022.**

Id: 2471712

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AVISOS

NOTIFICAÇÃO Nº GEFISNOT/01129044
DE 09/03/2023

NOME: NOVO GRAMACHO ENERGIA AMBIENTAL S.A. **CNPJ/CPF:** 08.719.772/0001-90 **ENDEREÇO:** AVENIDA MONTE CASTELO Nº 1760 **MUNICÍPIO:** DUQUE DE CAXIAS. **DESCRIÇÃO:** Na forma do disposto na legislação de controle Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V. Sa. Notificada de que o Subsecretário Executivo da Seas, em decisão do dia 08/02/2023, considerando o §1º do Decreto 47.867/2021, o art. 5º da Resolução Seas nº 120, de 16/02/2022, e a manifestação do Presidente do Inea de 25/01/2023, **NÃO AUTORIZOU** a conversão da multa aplicada por meio do Auto de Infração **COGEFISEAI/00143008**. Considerando que foram esgotadas todas as Instâncias recursais neste Inea, informamos da necessidade de realizar o pagamento da multa pecuniária, sob risco de inscrição do CPF/CNPJ na Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro. **PROCESSO Nº SEI-E-07/002.2196/2015**

NOTIFICAÇÃO Nº GEFISNOT/01129459
DE 11/04/2023

NOME: MICHAEL RODRIGUES FECHER. **CNPJ/CPF:** 130.434.697-80 **ENDEREÇO:** RUA DO MOINHO LT 11 E LT 12 S/Nº. **MUNICÍPIO:** PETRÓPOLIS. **DESCRIÇÃO:** Na forma do disposto na legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro, fica V.Sa. notificada de que a Diretoria de Pós Licença do INEA **deixou de conhecer a impugnação** apresentada, tendo em vista a ausência de representação, em ofensa ao art. 9º inciso I da Lei Estadual nº 5.427/2009, conforme verificado pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração. Cabe informar a V.Sa. que o prazo é de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento desta notificação, para interpor recurso ou efetuar o pagamento da multa pecuniária de acordo com o boleto em anexo. O não cumprimento sujeitará a inclusão do CNPJ em Dívida Ativa. **PROCESSO Nº SEI-070002/013568/2021**

Id: 2471602

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº GEFISEAI/00156977

NOME: RJ PACKER COMÉRCIO ATACADISTA DE CARVÃO EIRELI. **CNPJ/CPF** Nº 28.639.407/0001-82. **ENDEREÇO:** ESTRADA DOS TRÊS RIOS Nº 1721, BLOCO 01, AP. 104 - JACAREPAGUÁ. **MUNICÍPIO:** RIO DE JANEIRO. **INFRAÇÃO:** Artigo 51 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 4.932,46. **PROCESSO Nº SEI E-07/002.9931/2019.**

Id: 2471605

de reserva de Professores Substitutos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ na FACULDADE DE ODONTOLOGIA, área: SAÚDE BUCAL COLETIVA.

As inscrições estarão abertas em até 30 dias após esta publicação, estando o edital completo disponível no sítio eletrônico da Faculdade de Odontologia, bem como nas dependências físicas da Secretaria Acadêmica da Unidade, situada à Boulevard 28 de Setembro, 157 - Vila Isabel, Rio de Janeiro. Processo nº SEI-260007/016110/2023.

Id: 2471703

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ASSOCIADO

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 003/2001 do Conselho Universitário, torna público a banca examinadora do Concurso Público para preenchimento de vagas de Professor Associado, com base em Edital publicado no D.O. de 25/10/2022. Processo nº SEI-260009/002110/2022.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 002/2023. **PARTES:** EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. **OBJETO:** Fornecimento de 145 (cento e quarenta e cinco) microcomputadores (desktops e all-in-one) e 10 (dez) computadores portáteis (notebooks), com garantia de 60 (sessenta) meses para todos os itens do objeto, e 36 (trinta e seis) meses para baterias dos notebooks, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços. **VIGÊNCIA:** Contrato para fornecimento será de 45 dias (quarenta e cinco) dias/O prazo de vigência deste Contrato para a prestação da garantia on-site será de 60 (sessenta) meses para todos os itens do objeto e de 36 (trinta e seis) meses para as baterias dos notebooks a partir da data de publicação. **VALOR TOTAL: R\$ 1.074.150,00** (um milhão, setenta e quatro mil cento e cinquenta reais). **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023. **FUNDAMENTO:** Processo nº SEI-020002/000091/2023, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 13.303/2016.

Id: 2471672

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/074/2023. **PARTES:** FUNARJ e FILOMENA MANCUZO. **OBJETO:** À título precário, do TEATRO GLAUCIO GILL, de propriedade da FUNARJ, sendo destinado exclusivamente para o espetáculo "LOTUS", no período de 05 a 26 de abril de 2023, quartas feiras, às 20h. **VALOR:** À PERMISSONÁRIA obriga-se a pagar a FUNARJ 15% (quinze por cento) sobre a receita bruta da bilheteria auferida com a venda dos ingressos. **DATA DA ASSINATURA:** 04/04/2023 **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-180002/000429/2023.

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/081/2023. **PARTES:** FUNARJ e TP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. **OBJETO:** À título precário, do TEATRO GLAUCIO GILL, de propriedade da FUNARJ, sendo destinado exclusivamente para o seguinte espetáculo "A HISTÓRIA DO COCO". **VALOR:** À PERMISSONÁRIA obriga-se a pagar a FUNARJ 15% (quinze por cento) sobre a receita bruta da bilheteria auferida com a venda dos ingressos. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023 **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-180002/000427/2023.

INSTRUMENTO: TPUT nº 180022/078/2023. **PARTES:** FUNARJ e a ZFM PRODUÇÕES E EDIÇÕES ARTÍSTICAS LTDA. **OBJETO:** À título precário, da SALA CECÍLIA MEIRELES, de propriedade da FUNARJ, sendo destinada exclusivamente para a realização do espetáculo "Negra Ópera - Concerto", nos dias 19 e 20 de maio de 2023, respectivamente sexta-feira e sábado, às 19:30. **VALOR:** À PERMISSONÁRIA pagará à FUNARJ 15% (quinze por cento) sobre a receita bruta da bilheteria auferida com a venda de ingressos, com taxa mínima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por cada dia de apresentação, pelo uso da Sala Cecília Meireles. **DATA DA ASSINATURA:** 13/04/2023 **FUNDAMENTO:** Proc. nº SEI-180002/000344/2023.

Id: 2471744

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
CORREGEDORIA GERAL DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS
1ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

EDITAL

O PRESIDENTE DA 1ª COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, nos autos do processo administrativo SEI nº E-26/005/402/2019, tendo em vista o disposto no artigo 70 § 1º do De-

